

Dossiê de registro da

Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango

Localizada na Rua São Tiago, 216, Bairro Santa Efigênia, no município de Belo Horizonte e na Rua Rio Grande do Sul, 330, Bairro Bonanza, no município de Santa Luzia

Belo Horizonte

2018



Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

Angelo Osvaldo de Araújo Santos

Secretário Adjunto de Estado de Cultura de Minas Gerais

João Batista Miguel

IEPHA-MG

Presidente

Michele Abreu Arroyo

Diretora de Proteção e Memória

Françoise Jean de Oliveira Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

Luiz Guilherme Melo Brandão

Diretora de Conservação e Restauração

Soraia Aparecida Martins Farias

Diretor de Promoção

Fernando Pimenta Marques

O Dossiê de Registro ora apresentado foi elaborado a partir da pesquisa e texto realizados pela empresa CAMPO| Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio contratada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e acompanhada pela Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha. O estudo feito pela CAMPO| resultou no *Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte*, tendo sido adaptado pela equipe técnica da Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha-MG.

FICHA TÉCNICA-IEPHA-MG

Coordenação Geral

Françoise Jean de Oliveira Souza

Coordenação do Dossiê de Registro

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Produção e Adaptação dos Textos

Laura Moura Martins

Mariana Rabêlo de Farias

Ana Paula Lessa Belone

Estagiários

André Vitor de Oliveira Batista

Erika Caroline Damasceno Costa



LISTA DE ABREVIATURAS

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital

CDPCM-BH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CENARAB – Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira

COMPIR – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte

CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

CONEPIR – Conselho Estadual de Políticas da Igualdade Racial

CPC – Centro Popular de Cultura

CPIR - Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial

CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombo

DPM – Diretoria de Proteção e Memória

DPR – Diretoria de Promoção

FCP – Fundação Cultural Palmares

FEC/MG – Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais

GPI/IEPHA – Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAC/MG – Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEIC/MG – Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Seplag – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

Urbel – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

USP – Universidade de São Paulo

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social



GLOSSÁRIO

Abassá

Salão onde se realizam as cerimônias públicas do Camdomblé. Também conhecido como Salão, ‘roça de santo’ ou barracão.

Assentamentos

Elementos característicos de cada divindade, formando uma rica cultura material sagrada constituída por ferramentas, vasos e recipientes com os símbolos dos Inquices.

Bandeira de Tempo

Assentamento típico dos Candomblés de Nação Angola, constituído por uma grande vara de bambu, com um tecido branco hasteado na ponta. Essa bandeira deve estar situada em um nível superior ao telhado do terreiro, e é um assentamento para o Inquice *Kitembu*, ou *Tempo*, que é o dono da Bandeira da Nação, chamado de Rei da Angola.

Banto

Família linguística, que tem “mais de 250 línguas aparentadas. Em geral os estudiosos, utilizam o termo *Candomblé Bantu* para se referir tanto aos praticantes da *Ngola* quanto do *Congo*, que utilizam o *Kimbundo* e o *Kicongo* além de variações dialetais como língua cerimonial e ritualística. As línguas quimbundo e quicongo se assimilaram ao português falado no Brasil, sendo fornecedores de diversos vocábulos e expressões a nossa língua”¹.

Bori

Em Iorubá, Bori significa, literalmente, “dar de comer à cabeça. Em Iorubá *bo* é oferenda e *ori*, cabeça. O *bori* é ritual de troca de *Ngunzo* com o Santo sem a qual o noviço, não poderá prosseguir no processo de despertamento do Santo”². É

¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*. 2015, p. 83.

² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 142.

a apresentação do neófito ao seu santo. Para realizar o ritual, a pessoa deve ficar recolhida de 4 a 6 dias, num processo de purificação, banhos, e rezas, no qual o iniciante aprende sobre o candomblé e seus fundamentos. Além do bori de iniciação, tem-se também os Boris de equilíbrio.

Búzios

No Candomblé, os búzios, que são conchas, constituem oráculos para essa religião. Quando jogados, fazem a comunicação entre os homens, Inquices e ancestrais. Atualmente, a leitura do jogo de búzios é prerrogativa dos pais ou mães de santo.

Camarinha

Quarto fechado, também chamado de “quarto de recolhimento”, onde se distribuem as *decisas* (esteiras). Nesse quarto, o neófito é resguardado e confiado aos cuidados de sua mãe ou pai de santo, que o auxiliarão e ensinarão alguns dos *preceitos* e *fundamentos* da religião.

Candomblé

Sistema de crenças afro-brasileiro “com forte presença da matriz religiosa jeje-nagô. O sistema mítico do candomblé abrange o ser humano como um todo, é integrativo. Os mitos, os processos de iniciação, os rituais obedecem a uma lógica própria na qual os orixás têm sua presença valorizada nos espaços sagrados e exercem grande influência nas pessoas de quem são protetores. Participar do candomblé significa equilibrar as próprias energias (axés) com as energias de seu orixá. Para o candomblé forças e energias podem ser manipuladas tanto para construção quanto para a destruição. Seu centro de difusão no país foi a Bahia. Apresenta também muitos seguidores no Rio de Janeiro”

Comunheira

Assentamento para o/a Inquice da casa. É o assentamento para o protetor da Casa, definido no jogo de búzios. Deve ficar acima das cabeças dos frequentadores, normalmente em uma posição central no Salão do terreiro.





Decisa

Esteira que cada iniciante possui e onde dorme, senta e realiza a maioria das atividades durante sua iniciação, enquanto está recolhido na camarinha.

Dijina (ou digina)

Dijina é o “nome que o santo traz” após a iniciação da pessoa no Candomblé. É considerado como um nome social que a pessoa assume dentro da religião.

Ebó

Comida propiciatória ofertada a algum Inquice. São os alimentos sagrados necessários aos diversos rituais e às obrigações para os Inquices.

Eguns

No Candomblé, eguns se referem aos espíritos dos mortos. Nos candomblés esses espíritos podem voltar à terra em algumas das cerimônias. No caso de Manzo, Pai Benedito é um egun.

Gira

Sessão ou toque de Candomblé. Consiste no agrupamentos dos *santos* através da incorporação dos médiuns. Pode ser

festiva, de trabalho (atendimento) ou de treinamento. Pode designar também o espaço para as cerimônias religiosas.

Inquice

“Divindade dos cultos angola-congo, com domínio sobre os diversos reinos ou elementos da natureza”³. São os santos, e cada um deles possui suas “qualidades e enredos que são variados, mas que seguem certos modelos de acordo com a nação e para tanto recebe títulos específicos, nomes, tipos de animais votivos, lugares, situações, formas, quizilas, preceitos exclusivos”. Todas as pessoas tem um Inquice “individual, único e exclusivo, não existem dois Inquices iguais em toda terra [...], não obstante exista uma potência *Nzazi* que perpassa a todos os seus filhos arquetipais”⁴.

Insabas

São as folhas e ervas sagradas no contexto dos candomblés.

³ Tesouro do Folclore Brasileiro.

⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...*, p. 137-138.

Intoto

Assentamento que consiste em vasilhames, dentro dos quais se colocam algumas pedras, os otás, que são os deuses, os inquices. É o *assentamento* para o Inquice dono do *chão do Terreiro* – nos terreiros de Angola o intoto é sempre dedicado a uma das qualidades do inquice *Kavungo*, e deve ser assentado no centro do terreiro, simetricamente oposto à comunheira.

Kaiango

Uma das qualidades (fundamento ou enredo) da Inquice Matamba.

Kambono

No Candomblé, é o cargo atribuído aos homens que não entram em transe, mas que possuem grandes responsabilidades no terreiro. Juntamente com a Mametu ou o Tetetu, cuidam das iniciações e dos santos dos filhos da família de santo. São responsáveis também por tocar os atabaques, tambores que servem como comunicação com as divindades.

Kavungo

Inquice ao qual pertence a terra para a nação Angola. Ele é o dono do chão: “Ao *Velho* foi cedido o domínio da volta grande da Terra em que ele não para nunca de andar, pois possui moradia nos quatro cantos do mundo. Kavungo é nômade, sua territorialidade é anterior à definição de uma fronteira, todo *chão de Angola* é de seu domínio, cabendo a *Kavungo* em todas as Senzalas e *Abassás* de Angola”⁵.

Kifumbeira

No candomblé de Nação Angola, as kifumbeiras são responsáveis por preparar as comidas que servirão de oferenda para as divindades.

Nação

A palavra “nação” é usada no Candomblé para distinguir seus segmentos: existem, por exemplo, as nações Jeje, Ketu e Angola que se diferem principalmente pela língua, fundamentos e cantigas. Essa diferenciação indica ligação com os povos africanos ancestrais territorializados em

⁵ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 116.





cada uma das regiões africanas que correspondem a tais nações.

Ngunzo

Ngunzo é a energia vital, o elemento constitutivo e construtivo da vida. É a força que circula e permanece em um movimento, que contém e veicula o princípio genérico e ao mesmo tempo diferenciado da vida. É o elemento gerador dos terreiros, que equivale ao Axé nos Candomblés Ketu. No salão do terreiro, o axé se divide entre os dois elementos mais importantes dos terreiros de candomblé: o Intoto e a Comunheira.

Njila

Equivale a Exu nos Candomblés Ketu. Njila é o Inquice das encruzilhadas e dos caminhos. Ele é responsável pela comunicação entre as divindades e os homens, guarda templos, casas, cidades e pessoas.

Makota

No Candomblé é o cargo atribuído às iniciadas que não entra em transe, não incorpora os inquices, mas possui papel fundamental nos terreiros, seja no dia a

dia ou nos rituais. É assistente do pai ou mãe de santo.

Mametu

Equivalente à 'mãe de santo'. É chamada também de zeladora do santo. Cargo de maior responsabilidade os terreiros de Angola. No caso masculino, chama-se Tatetu ao zelador de terreiro, equivalente a 'pai de santo'.

Matamba

É a Inquice "dona" do terreiro de Manzo, já que é "dona" da cabeça da Mãe Efigênia. É a divindade dos ventos, tempestades e raios e aproxima-se à lansã, no candomblé de nação Ketu.

Obi

Ritual de alimentar o santo da cabeça de um iniciado.

Obrigações

No candomblé, são as cerimônias sagradas basilares (de fundamento), que devem ser cumpridas antes e/ou depois de uma pessoa ser iniciada na religião. Em geral, são alimentos e agrados oferecidos às entidades, acompanhados, em alguns

casos, de períodos de recolhimento e preceito. Para os filhos já iniciados as obrigações devem ser cumpridas periodicamente.

Otá

Pedras sacralizadas devido ao assentamento de Inquices. Sobre cada pedra se afixa o *Ngunzo* de um Inquice, através de ritos consagratórios. São as pedras que fazem o assentamento do *Ngunzo* no terreiro. Os *otás* tem agência e estão em constante fluxo. Diz que os *otás* estão vivos, e que compõem redes sociais, nas quais humanos e não-humanos interagem.

Quartos de Santo

Cômodos presentes nos terreiros de Candomblé onde se guardam *o conjunto da materialidade* características de cada santo, onde se encontram *assentados* os Inquices.

Tatetu

Equivalente a 'pai de santo'. É o que pode fazer a leitura do jogo de búzios. Cargo de maior responsabilidade os terreiros de Angola.

Toque

Como se denominam as cerimônias públicas para os Inquices.





Lista de Figuras

Figura 1: Planta Geral da Cidade de Minas.	24
Figura 2: Mametu Muiandê.....	28
Figura 3: Vista da parte do quilombo em direção à Avenida Mem de Sá.....	45
Figura 4: Mametu Muiandê na entrada do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango em Santa Luzia.	64
Figura 5: Placas na entrada do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.....	75
Figura 6: Escada que dá acesso ao Quilombo	77
Figura 7: Croqui da planta do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.	78
Figura 8: Candomblecista de Manzo faz saudação ao Intoto	93
Figura 9: Elementos destruídos pela intervenção da Urbel, com impacto nas atividades religiosas	102
Figura 10: Estátua de madeira na entrada do Quilombo em Santa Luzia.....	109
Figura 11: Quartos de santo da entrada. Ao fundo está o salão do terreiro.....	110
Figura 12: Salão do terreiro.....	111
Figura 13: Muiandê no quarto de búzios, que fica na lateral esquerda do Salão	112
Figura 14: Bandeira de tempo em Santa Luzia.....	113
Figura 15: Apresentação dos alunos das oficinas de percussão durante a Festa de Pai Benedito.....	120
Figura 16: Guarda de Congado São Benetido na Festa do Preto Velho.....	122
Figura 17: Pai Benedito batiza as crianças, incorporado em Muiandê.....	123
Figura 18: Eixos para salvaguarda de bens culturais imateriais do estado de Minas Gerais.	143



SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	14
2.O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MANZO NGUNZO KAIANGO	17
2.2 De Ouro Preto a Belo Horizonte	17
2.2.1 Histórico da Comunidade e formação do território	28
2.2.2 Desocupação e Violação de Direitos em Manzo	54
3.CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA COMUNIDADE E DOS SEUS LUGARES SAGRADOS	73
3.1 Espacialização da Comunidade no território originário – Belo Horizonte	73
3.2 O sagrado e o terreiro em Manzo Ngunzo Kaiango	79
3.3 Transformações no território e reterritorializações.....	97
3.4 Espacialização da Comunidade no território estendido – Santa Luzia.....	106
4.DIMENSÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE	116
4.1 Festas Religiosas.....	116
4.1.1 Festa de Pai Benedito.....	117
4.1.2 Festa de Caboclo	125
4.1.3 Outras festas	127
4.2Manzo Ngunzo Kaiango: Uma casa de portas abertas.....	129
4.2.1 Curas (atendimento/benzeção/curas) – função terapêutica e de acolhimento	130
4.2.2 Projeto Kizomba (enfocar cidadania).....	133
5.MOTIVAÇÃO PARA O REGISTRO.....	135
6.SALVAGUARDA PARA MANZO NGUNZO KAIANGO	141
6.1Propostas de Ações de Salvaguarda	144
6.2 Estratégias para construção/ implementação do Plano de Salvaguarda	148
7.TERMINOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	150
8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
APÊNDICE A.....	156
APÊNDICE B.....	15566



1. INTRODUÇÃO

O presente Dossiê de Registro refere-se à Manzo Ngunzo Kaiango, comunidade quilombola e de terreiro localizada nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Comunidade foi fundada na década de 1970 a partir da compra de um terreno situado no bairro Santa Efigênia, após a realização de um trabalho espiritual feito pela entidade Preto Velho Pai Benedito por meio de Efigênia Maria da Conceição, matriarca de Manzo e Mametu do Candomblé Angola. A Comunidade é estruturada a partir da religiosidade afro-brasileira, tendo seus fundamentos na Umbanda e no Candomblé, que por sua vez organizam a territorialidade, as vivências, as práticas culturais e os saberes existentes em Manzo.

A trajetória de Manzo é marcada pela contínua manutenção das suas tradições festivas e ritualísticas que por sua vez compõem e fortalecem a sua existência. Ao longo dos anos, reuniu rituais e festas que marcaram, e ainda marcam, a vivência coletiva, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social daqueles que vivem e frequentam a Comunidade. Todos esses elementos, vinculados ao seu território, são considerados importantes para cultura, memória e identidade de Manzo, organizando a vida cotidiana e o calendário de seus detentores.

Essa trajetória, no entanto, também foi assinalada e por contextos de preconceito racial, intolerância religiosa e por graves violações dos direitos humanos perpetrados pelo Estado, por meio das ações desenvolvidas pela Defesa Civil Municipal de Belo Horizonte e pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). Nesse processo foram retirados compulsoriamente do seu território e tiveram violados os seus lugares sagrados, culminando em um deslocamento territorial que modificou a dinâmica da comunidade.

Em 2017, anos após tais acontecimentos, que serão melhor descritos ao longo do Dossiê de Registro, a Comunidade foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Belo Horizonte, por meio da aprovação unânime do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, junto a outras duas comunidades quilombolas. A



aprovação pelo Conselho foi subsidiada pelo Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango, cujo estudo foi contratado pela Prefeitura, através da Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha, da Secretaria Municipal de Cultura, e produzido pela empresa de consultoria CAMPO| Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio.

O referido estudo foi cedido ao Iepha-MG pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte⁶. Foi realizado um recorte das seções que se referiam especificamente ao Quilombo Manzo e agrupadas em um único texto, que foi trabalhado de modo a adequá-lo à metodologia dos processos de registro do Iepha-MG.

Os trabalhos de campo realizados pela referida Consultoria serviram de base ao presente estudo, assim como as reuniões e entrevistas feitas pela equipe da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) do Iepha-MG. A primeira reunião ocorreu no dia 27 de março de 2018, na Sede do Iepha/MG, entre a equipe da GPI, Cássia Cristina da Silva, uma das lideranças do Quilombo, e uma das antropólogas da Campo Consultoria.

Além dessa reunião, a equipe fez uma visita ao território originário⁷ do Quilombo, no dia 05 de julho de 2018, quando foi realizada uma entrevista com Makota Kidoiale, e uma visita ao território de Santa Luzia, no dia 10 de setembro de 2018, dia em que Efigênia Maria da Conceição cedeu uma entrevista à equipe.

Ademais, algumas referências bibliográficas foram extremamente importantes para a composição do presente Dossiê, como por exemplo, a Tese de Doutorado em Antropologia Social de Carlos Eduardo Marques, intitulada *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de*

⁶ A cessão do *Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte* foi oficializada através do Ofício GAB-SMC / EXTER / Nº 011 / 2018, enviado pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC ao Iepha/MG no dia 19 de fevereiro de 2018.

⁷ A expressão “território originário” se refere ao território quilombola localizado no bairro Santa Efigênia, o primeiro a ser ocupado pela comunidade de Manzo. Essa diferenciação é necessária por haver também um outro território posteriormente ocupado pela comunidade, em Santa Luzia, e que também é considerado parte do território quilombola de Manzo.



*Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*⁸. A tese em questão foi de suma importância, pois contém um longo período de entrevistas e de pesquisas junto à comunidade.

Em 19 de fevereiro de 2018, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) recebeu uma solicitação de reconhecimento da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango como patrimônio do estado de Minas Gerais, assinada pela própria comunidade. Em resposta ao pedido de registro da comunidade, no dia 27 de março de 2018, o Iepha-MG emitiu parecer favorável à abertura do processo administrativo, por meio do Ofício Nº 295/2018, por reconhecer

o quilombo Manzo Ngunzo Kaiango como uma comunidade que, vinculada a um território específico, abriga conjunto de práticas, saberes e fazeres portadores de referências identitárias, religiosas e de valores de resistência e representação política de uma dada coletividade⁹.

Entende-se que a formalização de posse do território de Manzo é de suma importância para que a manutenção da Comunidade, bem como de suas práticas culturais, religiosas e sociais, bem como reestabelecer as moradias atingidas pela desintegração do terreiro, figurando também como política pública de reparação das violações cometidas pelo Estado.

Compreende-se ainda, que ao Registrar a Comunidade, articulam-se direitos e políticas públicas, agregando aos processos de patrimonialização a dimensão humana de cidadania, de garantia da dignidade e de respeito à diversidade étnica e religiosa.

Por fim destaca-se que o Registro de Manzo Ngunzo Kaiango se insere em um projeto mais amplo de reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, que se pretende desenvolver ao longo dos anos.

⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia, UNICAMP, 2015.

⁹ OF.GAB.PR Nº 295/2018, de 27 de março de 2018.



2. O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MANZO NGUNZO KAIANGO

2.2 De Ouro Preto a Belo Horizonte

A comunidade Manzo Ngunzo Kaiango ¹⁰ está diretamente ligada à figura da sua matriarca Efigênia Maria da Conceição, conhecida como Mametu Muiandê ¹¹ ou como Mãe Efigênia, nascida em 02 de janeiro de 1946. Localizada na região leste da cidade, nos limites dos bairros Santa Efigênia e Paraíso, a história de Manzo remete aos anos 1950, quando aos nove anos de idade, Efigênia migrou de Ouro Preto, mais especificamente do Morro da Queimada, para Belo Horizonte, com a mãe, Maria de Lourdes Santos Gomes, conhecida como Dona Pingo, falecida em 1998, o padrasto, os irmãos e a avó. Desse modo, dado seu local de origem, se faz importante uma contextualização histórica acerca dessa região da cidade de Ouro Preto, uma vez que esta possibilitará o entendimento da trajetória e os deslocamentos vivenciados pela matriarca do quilombo.

Diante das pesquisas viu-se que são poucos os estudos que se concentram na reflexão historiográfica acerca da Serra de Ouro Preto, onde se localiza o Morro da Queimada. Essa escassez se manifestou no exercício de levantamento de fontes bibliográficas realizado para a elaboração deste Dossiê, mostrando que essa região de Ouro Preto, antiga Vila Rica, não recebeu o mesmo tratamento despendido às áreas mais baixas da cidade, como os bairros Antônio Dias e Pilar, ¹² bairros onde estão localizadas as edificações que remetem ao período colonial português. ¹³

¹⁰ As expressões nativas, pertencentes às cosmologias das religiões de matriz africana, brevemente explicadas em notas de rodapé. No entanto, essas concepções não serão aprofundadas, serão apenas demarcadas no que concerne como fundamental para a compreensão do seu uso no texto. No caso, *Manzo Ngunzo Kaiango* é a Casa da Força de Matamba. Manzo significa casa, Ngunzo é energia e Matamba é o Orixá de frente de Mãe Efigênia, corresponde a *Iansã* no *Candomblé Ketu*.

¹¹ “Mametu é o título dado na Nação Angola do Candomblé, àquele iniciado que atingiu o grau de Mãe de Santo, chamada também de Zeladora do Santo. A Mametu pode ser denominada por seus títulos completos, como Mam’etu Ria Mukixi – Sacerdotisa no Angola. Mam’etu Nkise ou Inquissiane – Minha ou nossa Mãe de Santo”. MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 4.

¹² LIMA, Kleverton Teodoro; VIEIRA, Luis Alberto Sales; LOPES, Myriam Bahia (coord.). *A. Morro da Queimada: Século XVIII. Disponível em*



Vila Rica, assim como outras vilas coloniais de Minas Gerais teve uma formação urbana livre, não obedecendo aos traçados tradicionais, visto que não houve regularidade na formação das ocupações urbanas em todo o período setecentista. O primeiro ciclo de formação ocorreu entre 1711 e 1718, quando dos centros urbanos foram fundados em Minas como resposta à efervescência que as descobertas auríferas provocaram.¹⁴ Entre os diversos arraiais que tiveram papel fundante de Vila Rica, o Morro do Paschoal ou Arraial do Ouro Podre¹⁵ foi um dos primeiros agrupamentos a surgir na Serra de Ouro Preto, tendo sido destruído em 1720, quando da Sedição de Vila Rica, liderada por Felipe dos Santos e Paschoal da Silva Guimarães.¹⁶ Depois de ser incendiado a mando do Conde de Assumar, terceiro governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, o Arraial do Ouro Podre passou ser denominado Morro da Queimada. Como forma de justificar o

<<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹³ Antônio Dias é um importante bairro da cidade de Ouro Preto, onde está localizado o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, terminado em 1746, o Santuário guarda as sepulturas do Aleijadinho e de seu pai, Manoel Francisco Lisboa. Este último projetou e construiu o santuário. Também se encontra no bairro Antônio Dias as ruínas do Palácio Velho na Rua Chico Rei. O bairro Antônio Dias em Ouro Preto possui ainda a única ponte no estilo romano da cidade, a Ponte dos Suspiros. Este é um local onde se passa alguns trechos da famosa história Marília de Dirceu. E atravessando a Ponte dos Suspiros, chega-se ao Chafariz da Marília, de 1759. Disponível em <<https://www.outrosrelatos.com.br/brasil/minas-gerais/ouro-preto/conheca-o-bairro-antonio-dias-em-ouro-preto/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

Já no Bairro do Pilar está localizada a Basílica Menor de Nossa Senhora do Pilar, uma das edificações mais conhecidas da cidade e que foi erguida durante o período de exploração aurífera na região. É um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em <<https://www.ouropretoparoadopilar.com.br/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

¹⁴ OLIVEIRA, Pablo Menezes. *A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais*. B. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-forma%C3%A7%C3%A3o-de-vilas-no-final-do-s%C3%A9culo-XVIII-na-Capitania-de-Minas-Gerais-Pablo-Menezes-e-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

¹⁵ Segundo o historiador Diogo de Vasconcelos a expressão Morro do Ouro Podre foi atribuída pelos mineradores quando presenciaram o funcionamento da técnica de talho aberto difundida em Vila Rica por Paschoal da Silva Guimarães: a projeção da água corrente sobre o rego aberto pelos escravos impulsionava a lama aurífera para os corredores (ou canoas) dando a sensação de tratar-se de um ouro solto ou podre. Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/historico-6.php>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

¹⁶ A Sedição de 1720 ocorreu em Vila Rica entre os meses de junho e julho. O objetivo desse motim era depor o Conde de Assumar e formar um novo governo nas Minas Gerais. Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/historico-3.php>>. Acesso em: 22 ago. 2018.



incêndio no morro, o governador dizia que “até as pedras conspiravam contra a Coroa Portuguesa” remetendo ao contexto de motins e levantes da época.¹⁷

Desse modo, no século XVIII, a Serra de Ouro Preto, onde se localiza o Morro da Queimada, tornou-se uma das principais regiões de exploração aurífera, dominada pelo trabalho de escravizados, negros aquilombados e pessoas livres, o que acabou por conformar uma “estrutura urbana marcada por datas minerais, residências, comércio, templos religiosos, becos e caminhos que ligam esse ponto a localidades próximas, como Mariana e Sabará”.¹⁸ Esse espaço se configurou como ambiente de refúgio, potencializou a abertura de caminhos, além de ter sido uma área de tensão e disputa de poderes. Contudo, em finais dos setecentos, a continuidade da exploração aurífera encontrou dificuldades técnicas e financeiras, o que ocasionou o arrefecimento dos trabalhos de mineração e um esvaziamento do povoamento local.

Esse contexto fez com que, no século XIX e parte do século XX, o cenário urbano da Serra de Ouro Preto, incluindo o Morro da Queimada, se tornasse um local descrito com baixa ocupação e lavras abandonadas. Esse panorama começou a mudar por volta dos anos 1960, quando o crescimento urbano impulsionou o processo desordenado de ocupação da região, fato que ocasionou o desaparecimento de antigas estruturas de mineração e de moradia na serra, provenientes especialmente do século XVIII, já que “os novos contingentes de moradores, a fim de construir as suas residências, adotaram a prática de desmontar parte das ruínas e aproveitá-las na montagem dos alicerces, muros e paredes”.¹⁹

¹⁷ OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. *O Parque Arqueológico do Morro da Queimada*. A. Disponível em <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/6_O%20Parque%20Arqueologico%20do%20Morro%20da%20Queimada.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

¹⁸ LIMA, Kleverton Teodoro; VIEIRA, Luis Alberto Sales; LOPES, Myriam Bahia (coord.). A. *Morro da Queimada: Século XVIII...* p. 2.

¹⁹ LIMA, Kleverton Teodoro; VIEIRA, Luis Alberto Sales; LOPES, Myriam Bahia (coord.). C. *Morro da Queimada: Século XX*. Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XX.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.



Foi nesse local, historicamente marginalizado e com presença de populações escravizadas no contexto da mineração, que Mãe Efigênia nasceu e passou parte de sua infância. Na sua narrativa conta que é descendente de indígenas e de africanos que foram escravizados em Minas Gerais. Acrescenta ainda, que veio de uma família pobre: “meu pai, meus avós, sou bisneta de escravo: minha bisavó chamava Babil, era escrava, não tinha registro nem nada”²⁰. Em entrevista concedida a Carlos Eduardo Marques, autor da tese doutorado intitulada *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*, Efigênia conta que viveu sua primeira idade nessa localidade, em um vilarejo:

Eu morava para lá da Escola de Música, no Morro da Queimada, em um lugar chamado Engenho. Minha bisavó e minha avó moravam no Engenho. Casinha de pau-a-pique, uma casinha de barro mesmo. Minha mãe que fez, porque a gente era muito pobre. Casinha, fogãozinho de lenha, água apanhada na bica, os potinho de água nos canto.²¹

Mãe Efigênia, fala ainda sobre a importância da figura materna em sua formação, afirmando que sua mãe era católica, “extremamente” religiosa e que trabalhava em casas de família da região. Diz ainda que cresceu em um ambiente familiar agradável, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas constantemente. Em suas recordações, Efigênia se lembra, por exemplo, da liberdade para brincar na rua e da sua criação em colégio de freiras, o Asilo Santo Antônio, quando foi membro do Apostolado do Sagrado Coração de Maria.²²

Contudo, a casa onde residia acabou por desmoronar, e a família passou a viver em diversos locais, sem estabelecer residência fixa: “passamos a morar aqui, ali, mora aqui, mora ali e aí viemos para Belo Horizonte”.²³

Diante desse contexto, conforme dito por Mãe Efigênia, ela e toda sua família migraram para Belo Horizonte em 1955, uma vez que não tinham um local para morar em

²⁰ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 30.

²¹ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 30.

²² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 31.

²³ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 30-31.



Ouro Preto e por estarem em busca de tratamento para sua avó que havia se queimado gravemente. É importante ressaltar que nesse período a migração de famílias de Ouro Preto para Belo Horizonte já era uma constante desde os tempos da inauguração da cidade, que passou a ser a nova capital de Minas Gerais em 1897.²⁴

A nova capital foi planejada, tendo sido construída em três anos e inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Os tramites para sua construção tiveram início anos antes, em 17 de dezembro de 1893, no governo do Presidente de Estado de Crispim Jacques Bias Fortes, quando foi promulgada a lei nº 3 adicional à Constituição do Estado de Minas Gerais, que aprovou o plano elaborado por Aarão Reis para a construção da nova capital na localidade onde ficava o antigo Curral Del Rei. Em 14 de fevereiro de 1894, através do Decreto nº 680, foi criada a Comissão Construtora da Nova Capital (CNCC), chefiada pelo engenheiro e urbanista paraense Aarão Leal de Carvalho Reis, que atuou de 1894 a 1898. Em 05 de março de 1894 as obras foram iniciadas e, em pouco tempo, todo o arraial do Curral Del Rei deixou de existir, tendo suas casas, ruas e capelas demolidas para dar lugar a uma nova cidade.

Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira planejada no contexto republicano, já que foi a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, que consolidou o projeto de mudança da capital mineira.²⁵ Nesse panorama, o planejamento da nova cidade se mostrou como uma necessidade para a superação da crise instaurada desde a segunda metade do século XVIII, em decorrência da decadência na exploração de ouro e diamante. Mas também serviu como forma de afirmação do discurso do novo e da República.

De acordo com Julia Calvo, o projeto de transferência da capital do estado para um centro urbano teve sua consolidação em meio às elites mineiras entre os anos 1880 e 1890. Essa ação foi impulsionada pela estagnação econômica mineira e o atraso em relação ao

²⁴ Nesse sentido ver o artigo: *Dos que vão e dos que ficam: migrantes negros em Belo Horizonte (1897c – 1950c)*, de Josimeire Alves Pereira.

²⁵ A autorização para a transferência da capital veio com o art. 2º, do Decreto n. 7, em 20 de novembro de 1889. ARRUDA, Rogério Pereira. *Cidades-capitais imaginadas pela Fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 74.



centro econômico do país; ênfase na dissociação entre poder público e poder econômico e substituição do símbolo decadente – monarquismo, representado por Ouro Preto, por outro moderno.²⁶

Tendo como direção o cientificismo positivista do final do século XIX, inspirado no higienismo de Paris de Georges-Eugène Haussmann, conhecido como Barão Haussmann,²⁷ nos traços regulares de Washington D.C. de Pierre Charles L'Enfant²⁸ e da cidade de La Plata, na Argentina. O projeto refletia o temor à desordem urbana gerada pela imprevisibilidade, bem como pelos conflitos entre atores de diferentes segmentos sociais. Segundo o regulamento da CCNC, a cidade se organizaria do seguinte modo:

[...] a planta da futura cidade dispondendo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120x120 m, pelas ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar lhes beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar a população. Apenas a uma das avenidas, que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada a ligação dos bairros opostos, dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade, e assim forçar a população, quanto possível a ir se desenvolvendo do centro para a periferia como convém a economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida do contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803 m², em que os quarteirões irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 m de largura – circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez

²⁶ CALVO, Julia. *Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades*. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2013v14n21p71>>.

Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁷ Georges-Eugène Haussmann foi um advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III e foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade, durante 17 anos. Haussmann planejou uma nova cidade, modificando parques e criando outros, construindo vários edifícios públicos. Melhorou também o sistema de distribuição de água.

²⁸ Sua obra mais relevante foi a idealização do projeto capital federal dos Estados Unidos.



envolvida por uma terceira zona de 17.747.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.²⁹

O trecho reproduzido, de autoria do engenheiro responsável pelo projeto e pela construção da nova capital, indica que a cidade de Belo Horizonte deveria ser regida pelo signo do novo, do planejamento, do progresso, da técnica e da razão. Nesse projeto, a diversidade foi combatida em nome da normatização e da homogeneização que se impôs através da ordem. Belo Horizonte obedeceu a um projeto de modernização que promoveu a ruptura com a tradição colonial. Um modelo que pretendia abolir as diferenças, vistas como desarmônicas, mas não as desigualdades.

A Cidade de Minas, que posteriormente veio a se chamar Belo Horizonte foi definida pelo projeto da CCNC como uma cidade concêntrica, dividida em três zonas: urbana, suburbana e rural. Possuía a Avenida do Contorno, antes denominada “Avenida 17 de dezembro”, que delimitava não apenas de modo simbólico, mas geograficamente, a zona urbana e planejada das outras duas zonas, de planejamento precário ou inexistente. A área urbana foi planejada com um traçado que seguiu parâmetros geométricos onde se privilegiaram os ângulos retos para as vias principais e as diagonais para as vias secundárias, conformando um quadro de rigidez interna e uma clara delimitação das zonas, resultando no formato de um tabuleiro de xadrez.

²⁹ REIS, Aarão. Ofício n.26 Belo Horizonte, 23 de março de 1895. In: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.



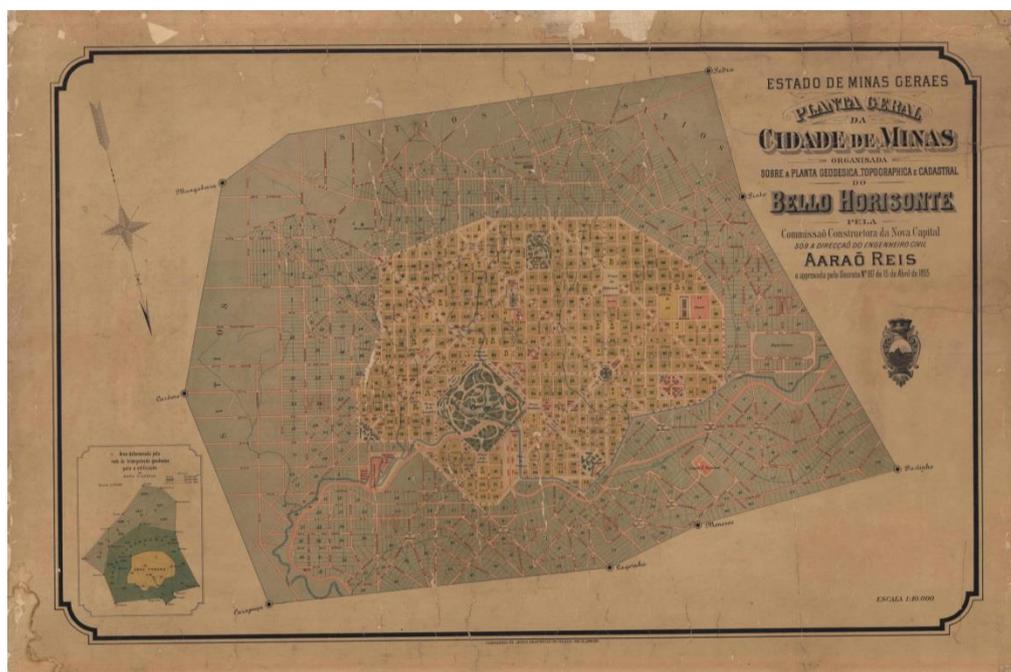


Figura 1: Planta Geral da Cidade de Minas.
Fonte: SIA APM – Arquivo Público Mineiro.

Na zona urbana, o plano estatal segregacionista se impôs, para além da expulsão dos antigos moradores, através de uma série de medidas complementares, dentre elas a demolição de todas as construções do século XVIII, restando apenas a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, que foi demolida em 1920 e reconstruída em 1932. Houve também a definição da toponímia das ruas, avenidas, praças e logradouros públicos que deveriam remeter aos fatos, personagens e cidadãos “com relevantes serviços prestados à pátria”, bem como aos rios, montanhas e cidades que eram marcos significativos para a República.

A ocupação segregada da zona planejada se constituiu também com a doação de mais de mil lotes vizinhos ao Palácio da Liberdade. Ou seja, lotes localizados na área mais nobre da cidade planejada foram concedidos às antigas elites. Essa política consistiu em um processo patrimonialista de privatização e concentração de terras, já que eram terras originalmente compradas e urbanizadas com verbas públicas, e que ao fim, acabaram por ficar nas mãos de uma pequena elite econômica e política.



Sob o ponto de vista divisório da cidade, destacamos aqui a zona leste, região onde está localizada a Comunidade. É válido ressaltar que essa área é conformada por bairros que estão intrinsecamente ligados à fundação de Belo Horizonte. De acordo com Marques, esta localidade abriga grande diversidade populacional, tendo sido habitada, primeiramente, por operários remanescentes da construção da nova capital, muitos deles negros recém-libertos da escravidão e imigrantes do interior do estado e, na sequência, pelos ferroviários e imigrantes estrangeiros.³⁰

O bairro da Floresta, por exemplo, um dos bairros suburbanos da cidade, serviu como residência de parte dos operários que trabalharam na construção da nova capital. Além deste, a região ainda é composta por outros bairros tradicionais, como Santa Tereza, Sagrada Família e Santa Efigênia, sendo este último, onde está localizado *Manzo*.

O bairro Santa Efigênia possui praticamente a mesma idade da cidade de Belo Horizonte. Marques afirma que a “em sua formação o Santa Efigênia foi dirigido às famílias de militares da força pública estadual, mas foi ocupado também por imigrantes europeus – principalmente os italianos – e por operários principalmente negros e mestiços em suas vilas”.³¹ Foi reservada para esta região a construção do Quartel, localizado à margem do perímetro urbano e, desse modo, o bairro ganhou uma dupla função, pois também foi reservada para esta localidade a construção das casas dos militares de baixa patente oriundos de Ouro Preto, o que acabou por nomear esta região de Bairro do Quartel.

Observa-se que dentro da cidade planejada, a ocupação se deu pelas novas e antigas elites, além da construção de equipamentos urbanos, militares e voltados para a área da saúde. Por outro lado, na região para além da Avenida do Contorno, nas franjas da cidade, a região suburbana foi ocupada por trabalhadores, operários e pessoas de menor poder aquisitivo.

Dentro dessa cidade planejada, o primeiro lugar que Mãe Efigênia morou foi em uma casa no bairro da Serra – localizado fora do perímetro da Avenida do Contorno –,

³⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 42.

³¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 43.



alugada pelo enteado de sua mãe, sendo lembrado como um período difícil no que se refere à adaptação à lógica urbana:

Nós viemos de Ouro Preto quando eu tinha nove anos. Fomos morar ali no bairro da Serra, na [avenida do] Contorno esquina com [rua] Bernardo Guimarães. [...] Foi o enteado da minha mãe que veio e alugou uma casa pra nós. Mas nós não tínhamos cama, não sabíamos andar, não conhecíamos Belo Horizonte. Essa Belo Horizonte, o ar daqui, era uma cidade colorida, era muito bonita.

Efigênia conta que após a morte do padrasto, o enteado se desligou da família e ela, sua mãe e seus irmãos, se mudaram para a zona leste, no bairro São Lucas e que, diante disso, a dona do barracão³² em que residiram no bairro da Serra, deixou que morassem lá em troca dos trabalhos de lavadeira e de faxineira.

E aí o enteado da minha mãe não quis pagar mais o aluguel, [pois] meu padrasto morreu. [...] [Então] nós arrumamos um barracãozinho lá no São Lucas [...]. Uma senhora deixou mãe morar lá, a gente era pequeno, [...] Então a mãe lavava roupa pra ela, fazia faxina e eu tomava conta dos meninos. [Morávamos] a troco de serviço. Então não era de graça, porque a gente trabalhava lá.³³

A esse respeito, de acordo com Carlos Marques, o “fato de prestar serviços a militares na antiga capital do estado pode ser um indício da escolha por residir, ao se chegar à cidade de Belo Horizonte, na região do antigo Bairro do Quartel, hoje Bairro Santa Efigênia”.³⁴ Esta hipótese foi confirmada por Cássia Cristina da Silva, filha de sangue de Mãe Efigênia, conhecida por Makota³⁵ Kidoiale, ao dizer que, à época da mudança Ouro Preto para Belo Horizonte, havia esta possibilidade de trabalho na cidade:

³² Nome dado a casas pequenas, com poucos cômodos e acabamentos singelos.

³³ Mamentu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

³⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 32.

³⁵ Dentre os cargos femininos na hierarquia do Candomblé, o mais conhecido é da Makota, elas não viram no Inquice, ou seja, não são possuídas por seu orixá de cabeça, pois precisam estar acordadas para atender as necessidades dos Inquices. A Makota na maioria das casas também é chamada de mãe, exerce a função de dama de honra do Inquice/ Orixá dono da casa. É dela a função de zelar, acompanhar, dançar, cuidar dos apetrechos do Orixá da casa, além dos demais Orixás, dos filhos e até mesmo dos visitantes. Também cuida dos objetos pessoais do Tateto ou Mamentu. Disponível em <<http://www.paninondeoyamatamba.com/makota-ekede4>>. Acesso em: 11 out. 2018.



Na época tava tendo uma grande oportunidade de lavadeiras aqui no Barro Preto, em Belo Horizonte, porque tinha vindo... tinha fundado primeiro quartel, né do BG [Batalhão Geral], e então começou a aparecer muitas oportunidades de lavadeira. E aí minha vó veio com essa proposta de trabalhar, porque minha vó era passadeira e engomava muito bem os colarinhos. Ela falava muito isso, então ela veio com essa referência pra poder trabalhar pra passar fardas. Então ela vinha pra trabalhar nas casas, com preferência nas casas de militar.³⁶

Dada as constantes dificuldades financeiras, Mãe Efigênia, ainda criança, acabou por se empregar em uma casa de família, na Rua Estevão Pinto. A família, que era baiana, logo retornou para sua terra natal, levando com eles Efigênia; no entanto, ela voltou à capital mineira acompanhando outra família da Bahia.³⁷

Esta família passou a residir em uma localidade próxima de onde hoje se localiza a comunidade de Manzo, na atual Avenida Mem de Sá. Segundo Mãe Efigênia, naquela época a localidade “era um mangueiral, muita mangueira, era um córrego que a gente lavava roupa o dia inteiro, era a fazenda dos Barone.”³⁸ Efigênia se recorda que onde hoje está a Avenida Mem de Sá “era tudo córrego, da Niquelina [se refere à hoje Rua Niquelina, importante via interna de tráfego do bairro Santa Efigênia] até o final da Mem de Sá, não tinha casa, não tinha nada.”³⁹

³⁶ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

³⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 33.

³⁸ Mамету Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 33.

³⁹ Mамету Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 33-34.





Figura 2: Mametu Muiandê.
Fonte: Acervo IEPHA-MG.

Desse modo, percebe-se que a migração de Efigênia e sua família para Belo Horizonte foi um marco importante na trajetória da matriarca, contudo o desenvolvimento da comunidade bem como a formação do território está atrelado ao desenvolvimento da espiritualidade de Mãe Efigênia. Esse assunto será discutido no tópico que segue.

2.2.1 Histórico da Comunidade e formação do território

Durante os primeiros anos em Belo Horizonte, Mãe Efigênia começou a apresentar os sinais de sua relação com a espiritualidade ancestral de matriz africana. Porém, ela conta que desde pequena já tinha desmaios e visões:

Eu tinha muitas visões dentro de casa, via sempre uma mulher, essa mulher parecia demais comigo, uma mulher suspensa do chão, mas eu não conseguia ver o rosto dela, de tão claro que era o foco de luz no rosto. Aí eu saía correndo, gritando e desmaiava, mas eu não desmaiava, eu bolava. Era minha Mãe lansã. Mas eu não sabia que era ela. Com onze anos, caí na rua. Minha mãe me levou



para a Igreja e me levou para o Pronto Socorro. Eu não falava, imobilizada, incorporada. Não comia. Minha mãe achava que eu estava epilética, que era epilepsia, pois não conhecíamos o espiritismo. Levaram-me para o Pronto Socorro duas vezes, na terceira vez a enfermeira disse assim: ‘esta menina não tem doença nenhuma, leva no Centro Espírita que esta menina esta é incorporada’. Minha mãe quase morreu, fez promessa para Nossa Senhora Aparecida. Mas ai ela obedeceu. Nós não conhecíamos o espiritismo e ela me levou com onze anos para o espiritismo, ai chegando lá eu incorporei um Preto Velho. Meu Paredão [Exu Catiço], depois veio Preto Velho, depois veio à cabocla Jurema. Voltei ao normal.⁴⁰

Mãe Efigênia conta que quando incorporou o Preto Velho Pai Benedito pela primeira vez, a entidade revelou para sua mãe que ela tinha uma missão:

O Pai Benedito chegou e falou com a minha mãe assim “- Olha, ela tem uma missão muito grande, mas muito grande [...], de ajudar, curar muita gente, estender a mão, criar um povo, ela veio plantar. E você, minha amiga, não pode cortar a missão dessa cabureca”. E aí eu comecei. Era parto amarrado, era menino doente, era gente queimada, era gente ferida. E minha mãe [dizia:] “- Nossa senhora, qualquer dia a polícia vai pegar a gente aqui que essa menina está fazendo muita coisa”. E não podia cobrar uma moeda, como até hoje ele [Pai Benedito] não deixa cobrar uma moeda.⁴¹

Mesmo depois de ter incorporado, a “vida no santo”⁴² não foi efetivada nesse período, pois Mãe Efigênia em meados da década de 1960 retornou para a Bahia mais uma

⁴⁰ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 64.

⁴¹ Mametu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁴² A vida no santo ou feitura no santo representa um renascimento, onde o iniciado, inclusive receberá um novo nome pelo qual será chamado dentro da comunidade do Candomblé. A feitura tem início no recolhimento. São vinte e um dias de reclusão, e neste prazo são realizados banhos, boris, oferendas, ebós, todo o aprendizado começa, as rezas, as dança, as cantigas. É feita a raspagem dos cabelos (orô) e o abiã recebe o oxu (representa o canal de comunicação entre o iniciado e seu orixá) o kelê, os delogun, o mokan, o xoorô, os ikan, o ikodidé. O filho de santo terá que passar agora por um ritual, onde terá seu corpo pintado com giz, denominado efun. Ele deverá passar por este ritual de pintura por sete dias seguidos. O abiã terá agora que assentar seu Orixá e ofertar-lhe sacrifícios de animais de acordo com as características de cada um. Feito isso ele passa a se chamar yàwó. A festa ritualística que marca o término deste período é denominada Saída de Yàwó, neste momento ele será apresentado à comunidade. Ele será acompanhado por uma autoridade à frente de todos para que lhe sejam rendidas homenagens. O momento mais aguardado do cerimonial é o orukó. Neste momento o Orixá dirá o nome de iniciação de seu filho perante todos e também é neste momento que se abre a sua idade cronológica dentro de sua vida no santo.



vez, permanecendo por lá cerca de quatro anos. Nessa época não houve desenvolvimento de sua mediunidade, quando as pessoas afirmavam que ela era “de santo”, ela acreditava que era por ter estudado em colégio de freira. Além disso, conta que seu patrão não permitia nenhum culto religioso.⁴³

Tempos depois, ao retornar da Bahia, com cerca quinze anos, continuou a trabalhar como doméstica, dessa vez no Bairro Funcionários, zona sul da capital belorizontina. Foi nesse período que sua espiritualidade começou a ser trabalhada e desenvolvida por meio da Umbanda. Desta feita, Pai Benedito, através de Mãe Efigênia, atendeu muitas pessoas que sofriam dos mais diversos males, físicos e/ou espirituais. E assim, a matriarca seguiu realizando curas e aconselhamentos com o Preto Velho e suas outras entidades, o Exu Paredão,⁴⁴ a Pombagira Cigana⁴⁵ e o Caboclo Ubirajara,⁴⁶ enquanto continuava sobrevivendo com seu trabalho.

Por volta do final dos anos 1960, Efigênia teve um desentendimento com sua família e foi obrigada a sair de casa. Nessa época já tinha dois filhos, Jorge Luís Pereira (com aproximadamente três anos) e Joana D’Arc da Silva (com idade próxima de um ano). Ela conta que esse foi um dos períodos mais críticos de sua vida, pois passou uma temporada vivendo na rua com duas crianças. Sua filha Joana, conhecida pela djíjina⁴⁷ Sessy Luanvy, hoje com 51 anos, fala sobre os momentos em que estiveram desabrigados:

Disponível em < <https://ocandomble.com/2008/04/29/o-ritual-de-iniciacao-no-candomble/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

⁴³ Mаметu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 65.

⁴⁴ Exus de Umbanda são espíritos de diversos níveis de luz que podem ou não incorporar nos médiuns.

⁴⁵ “A Pombagira Cigana é um dos vários tipos de pombagira. Pombagira são figuras femininas sensuais, que se vestem de vermelho e preto e são especialistas em relacionamentos e amor.” Disponível em < <https://www.astrocentro.com.br/blog/Umbanda/tipos-pombagira/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

⁴⁶ “Segundo o próprio Ubirajara, ele era um guerreiro da tribo dos Tupinambá, e nasceu aproximadamente em 1556 no território onde hoje é o estado da Bahia. Ele foi feito guerreiro muito jovem porque naquela época sua tribo estava em guerra com os homens brancos. Ubirajara morreu doente por volta de 1580.” Disponível em < <http://Umbandadefetudosobre.blogspot.com/2015/01/historia-de-caboclo-ubirajara.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

⁴⁷ Os iniciados no Candomblé após a feitura recebem uma djíjina (apelido) que a partir de então é conhecida por todos. Desse modo, o iniciado passa a ser chamado somente por este nome dentro do culto religioso.



Minha mãe morou comigo e com meu irmão na rua, ela tinha um caixotinho, sorte que eu era menor e eu dormia. Num local que chama Baronis, que era na Mem de Sá. [...] minha vó brigou com ela, colocou ela pra fora de casa. Eu tinha nove meses de vida, meu irmão tinha um ano e oito meses e a única coisa que ela teve direito a carregar foi um caixote de maçã e umas roupas, onde a gente se cobria.⁴⁸

Depois de um período morando na rua com os filhos, Efigênia ocupou um barraco de madeirite, que são placas de compensado de madeira, que estava abandonado em uma favela do bairro Paraíso, localizado também na zona Leste e, com a ajuda da comunidade local, passou a morar no que chamaram de “um pedacinho, um quartinho”.⁴⁹

Após conseguir essa moradia, Efigênia começou a trabalhar como lavadeira para a família Alípio de Melo, como vários de seus parentes, inclusive sua mãe. Na época, já no início dos anos 1970, Mãe Efigênia atendia com o Preto Velho Pai Benedito e um dos parentes de seus patrões a abordou solicitando ajuda para resolver um problema. Mãe Efigênia realizou o trabalho espiritual e a dificuldade foi do solicitante foi resolvida. Assim, o seu patrão quis, de alguma forma, retribuir o benefício alcançado por seu intermédio e a ofereceu uma quantia em dinheiro. Porém, o Preto Velho Pai Benedito não aceitou ser pago:

Pai Benedito [falou] que ele não ia receber nada, ele não cobraria nada. Aí ele [o patrão] pegou e falou comigo assim, “-E você Efigênia, quanto você vai cobrar?”. E eu falei assim: “-Não, senhor, eu não posso cobrar porque é o Preto Velho que fez e eu não tenho como cobrar”. De forma alguma Pai Benedito aceitava pagamento.⁵⁰

⁴⁸ Sessy Luanvy. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁴⁹ Mametu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁵⁰ Mametu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



Com a insistência do patrão em dar alguma ajuda em retribuição ao trabalho, o Preto Velho Pai Benedito disse que seria de grande ajuda se ele adquirisse um terreno onde pudesse realizar os seus trabalhos espirituais, curando ainda mais pessoas:

Ai ele pegou e comprou um Terreno no [bairro] Paraíso. Ele comprou e me deu, mas não pagou o valor todo. Já tinha resolvido o problema dele! Ai o dono do terreno, o Seu Joaquim, me chamou: “- oh Nega, deixa eu te falar uma coisa, você trabalha muito, é uma mulher muito esforçada, tem filho e tudo e não vou esconder de você. Seria sacanagem se eu fizesse isto com você. Olha só, deixa eu te falar: - esta casa que vocês moram é um barraco que era do meu pai e seu patrão não pagou tudo e eu vou ter que tomar o terreno. Mas eu não tenho coragem de lhe por na rua com seus filhos assim, então eu te devolvo os dois (2) mil cruzeiros que ele me deu. E você compra em outro lugar, este dinheiro deve dá para um barraquinho na favela.”

Quando eu vi aquele dinheiro na minha mão, eu nunca tinha visto dinheiro, ai eu fiquei louca e sem experiência paguei 1500 de entrada nesse terreno, e comprei um caminhão de painel compensado, um pé de cabra, um serrote, dois pacotes de prego, uma enxada e uma picareta e finquei o barraco ali. Fui à mata da baleia e cortei os paus, chegou o caminhão de compensado e fiz dois quartos e uma porta. Eu mesma que fiz o barraco. [...] buscava os paus e trazia na cabeça. E fincava o barraco de noite. Quando chovia e depois vinha o sol, o compensado estragava tudo. Eu tinha que correr e buscar mais compensado, para jogar o outro fora, queimava aquele e punha outro no lugar. [...] Não tinha luz, não tinha água, podia ter comprado tijolo né... Aí tentei furar uma cisterna, mas chegou numa altura eu fiquei com medo. [...] Aqui não tinha muita casa, enchíamos os baldes e tambores de água da mina, o córrego passava lá embaixo, usávamos o córrego para lavar roupa para fora.⁵¹

Mãe Efigênia conta sobre o momento em que entrou no terreno do quilombo pela primeira vez após a compra, este fato ocorreu em setembro de 1973 e, ali estava lançada a pedra fundamental da comunidade. Ela carregava uma imagem de Pai Benedito, uma de Nossa Senhora Aparecida e uma de São Jorge Guerreiro. Após ter passado um período vivendo na rua, a aquisição de um terreno próprio foi um momento marcante na sua vida e, certamente, na vida de sua família, que viria a se reconhecer como comunidade anos depois:

Foi 1973, 24 de setembro de 1973. No dia de Nossa Senhora das Mercês – protetora dos escravos. Eu, eu estava entrando naquele terreno com a imagem

⁵¹ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 67.



de Pai Benedito, e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e um São Jorge Guerreiro. Eu entrei capinando, coloquei-os em cima do tijolo e falei assim (chego a arrepiar): “- Olha minha N. Sra. Aparecida, eu morei na rua com meus filhos. É muito triste morar na rua. Porque o dia amanhece, e não sei para onde ir, anoitece e não sei onde repousar com meus filhos. Minha mãe eu consegui isto aqui e a Senhora não vai me deixar perder isto nunca. E o senhor meu Pai Benedito e São Jorge é muita batalha. É muita luta, é muita guerra, este terreno está entregue à Senhora. Em suas mãos! (lembrei-me disto agora, nesta conversa) Da Senhora, Pai Benedito e São Jorge! São vocês três que estão entrando junto comigo para a gente não perder nunca isso aqui!” Porque lavadeira, empregada doméstica e mãe solteira, tinha que ter alguém para proteger, lembro como se fosse hoje: “- Tá na mão da senhora!” Eles não vão me deixar perder aquilo ali mesmo não. E assim surgiu. Eu peguei um pedaço de tábua da A.D. Moreira [antiga loja de móveis no centro da cidade que possuía depósito no Bairro Santa Efigênia] e escrevi com tinta: Centro Espírita Umbandista A Senzala de Pai Benedito – chego a arrepiar quando lembro disso. Não posso mudar este nome não! A Senzala de Pai Benedito!!! E ali Pai Benedito fazia cura, Pai Benedito benzia.⁵²

Conforme afirma Marques, esse episódio possui diversas narrativas dentro da Comunidade, entretanto é ponto comum que este é o marco fundador da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, anteriormente chamada de Senzala de Pai Benedito.

O terreno foi comprado no bairro Santa Efigênia, em uma área íngreme de aproximadamente mil metros quadrados. A parte mais alta ficava na Rua São Tiago, já a parte mais baixa era limítrofe ao Córrego do Cardoso, que na década de 1980, foi canalizado para dar lugar à Avenida Mem de Sá. O principal acesso ao local era feito por uma trilha que ligava as casas ao córrego, já que a Rua São Tiago foi aberta pelos moradores do bairro algum tempo depois da família se mudar para o terreno.

No terreno acidentado, a matriarca começou a construir a primeira casa, com a ajuda dos filhos Joana e Jorge. Para a construção dos primeiros cômodos eles extraíram cascalho e areia do córrego e madeira na Mata da Baleia.⁵³ A Mata foi um lugar de

⁵² Mamentu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 70.

⁵³ “O Parque Estadual da Baleia é uma área de campos de altitude, cerrado, uma pequena mata de galeria e seis nascentes. O Parque é uma unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), importante ator na preservação ambiental de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. A reserva faz divisa com o Parque Municipal das Mangabeiras. Também está inserido na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e nos limites da Área de Proteção Ambiental Estadual Sul RMBH, compondo assim um corredor ecológico de expressivo valor ambiental na Grande BH.” Disponível em <<http://sindsemamg.com.br/parque-florestal-estadual-da-baleia-completa-86-anos/>>. Acesso em 28 ago. 2018.



referência cultural para o Quilombo de Manzo, que desde o início frequentava o local para extração de lenha, recolhimento de água para rituais, para coleta de folhas e execução de cerimoniais sagrados como a Macaia (uma gira da linha da Umbanda em locais de mata).

Jorge Luís Pereira, conhecido pela djina Kemboalá, tinha sete anos quando chegaram ao terreno onde se formou a comunidade de Manzo. Ele conta que a primeira edificação do local foi uma “casinha de madeira” construída a pedido de Pai Benedito para que Mãe Efigênia pudesse atender seus clientes espirituais. Esse também foi o primeiro local de moradia da família no terreno. Cássia, filha de sangue mais nova de dona Efigênia, conhecida como Makota Kidoiale relembra as dificuldades enfrentadas pela família no local:

[...] E a casa caía muito, porque era fincada de tábuas, então quando... Aqui ventava demais, porque era muito alto. Hoje a gente perde muito a noção de como que era isso aqui de tanto que mudou, mas era muito alto, era como se fosse um buraco, né? Era alto, mas tinha montanha, então o vento entrava e fazia um redemoinho. Então a casa sempre caía com a ventania. E aí a gente tinha que correr, nessa época minha vó mudou aqui pra perto, então quando acontecia isso a gente corria e ia pra casa da minha vó ou então minha mãe já tinha um buraco, ela pensava então no próprio barranco tinha um buraco, ela enfiava a gente ali até ela construir de novo a casa [...].⁵⁴

Foi ao redor dessa casa que construíram os outros cômodos que hoje compõem o quilombo. Nesse território Mãe Efigênia começou a atender pessoas que procuravam aconselhamentos e curas com o Preto Velho Pai Benedito. Entidades ligadas à Umbanda, os pretos velhos são tidos como guias ou protetores e assumem esta forma com o objetivo de manter uma perfeita comunicação com aqueles que os procuram em busca de ajuda.

A casa de trabalhos espirituais que se fundava, recebeu o nome Terreiro de Umbanda Senzala de Pai Benedito, a pedido e em homenagem à entidade mentora de Mãe Efigênia. Makota Kidoiale, afirma que quando foi para o território “o Pai Benedito falou que

⁵⁴ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



ele não importava quem morasse no terreno desde que respeitassem sempre o espaço dele. E foi aí que a gente começou com um terreiro de Umbanda.”⁵⁵

A Umbanda é definida como uma religião essencialmente brasileira. Estudiosos atrelam seu surgimento à anúncio feita pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, em 1908, através do médium Zélio de Moraes. A nova religião recebeu influências de diversas culturas e credos religiosos, especialmente do Catolicismo e do Kardecismo. De acordo com Renata Silva Bergo, a Umbanda fez convergir três culturas religiosas,

A do branco (através do Catolicismo e seus santos que foram “sincretizados” pelos negros escravizados no Brasil, e do espiritismo, que introduziu preceitos como a reencarnação, a lei do carma e a evolução espiritual); a do índio (que trouxe o valor do culto aos antepassados e elementos da natureza) e do negro (culto aos orixás e antepassados). Por apresentar mais clara e expressivamente traços que remetem a cultos oriundos da África, é considerada como uma religião afro-brasileira ou de matriz africana.⁵⁶

Entretanto, alguns estudos apontam o “calundu angola” de Luzia Pinta, ocorrido na Vila de Sabará, entre 1720 e 1740, como a primeira manifestação sincrética com elementos religiosos europeus, africanos e indígenas, voltada para o atendimento do público, acompanhada de danças, músicas percussivas e com a presença de diferentes entidades, tal como ocorre na Umbanda.⁵⁷ Desse modo, pode-se perceber que a origem da religião tem interpretações diferenciadas acerca do seu processo de constituição histórica, uma vez que os espaços físico, temporal e simbólico não permitem um entendimento claro do surgimento do fenômeno religioso considerado.

Mãe Efigênia seguiu tocando para a Umbanda, não apenas com a entidade de Pai Benedito, mas também com Exu Paredão, Caboclo Ubirajara e Pombagira Cigana, já

⁵⁵ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 63.

⁵⁶ BERGO, Renata Silva. *Quando o Santo Chama: terreiro de Umbanda como contexto de aprendizagem na prática*. Belo Horizonte, 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 81.

⁵⁷ Nesse sentido ver: ROHDE, Bruno Faria. *Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista*. Disponível em <https://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018. MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e cura: experiências da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. São Paulo 2015. 510 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.



citados. Diz Mãe Efigênia que, entre o intervalo do trabalho em casa de família e o cuidado com os filhos pequenos, o terreiro Senzala de Pai Benedito cresceu: “ai dava um tempinho para incorporar, ai eu atendia o pessoal, assim foi feita a Comunidade de Manzo, da Senzala.”⁵⁸

Nessa época Mãe Efigênia preferia a Umbanda, pois segundo ela, era a “macumba comendo ali”, para ajudar quem precisasse, enquanto que o Candomblé era muito “certinho e arrumadinho”. Contudo, ela já havia sentido o chamado de lansã para se iniciar no Candomblé. Desse modo, sua participação no Candomblé, a princípio, se deu de maneira tímida “resolvi ir, mas muito desconfiada”, já que ela foi apenas acompanhando seu futuro marido nos rituais públicos de obrigação dele. Mas, de acordo com ela, apesar de acompanhar os rituais do Candomblé, ela preferiu não passar pelo processo de iniciação naquele momento, pois a forma com que os convivas do ritual se comportavam lhe causava certo estranhamento: “todo mundo tomando cerveja, depois da festa, eu aquela coisa da Umbanda, eu não conformava com aquilo”.⁵⁹

A iniciação de Mãe Efigênia no Candomblé se deu de maneira semelhante a sua filiação à Umbanda, quando afirma que não escolheu, mas que foi escolhida para entrar na religião. Nesse sentido, de acordo com Marcio Goldman “ninguém se inicia no Candomblé ‘porque quer’, mas porque sua iniciação é exigida pelo seu orixá”.⁶⁰ Assim, após passar por uma sequência de desmaios e que possivelmente acarretaria consequências graves para sua saúde e, por conseguinte, para sua família, ela decidiu se “fazer no santo”:

Em abril daquele ano eu grávida de barrigão caí na rua. Com hemorragia interna, pressão alta, perda de placenta. Fui para o CTI e ai eu disse minha Mãe lansã não me deixa morrer ainda: - oh minha Mãe lansã são sete vidas que depende da minha. Deixa-me criar meus filhos que eu vou raspar minha cabeça, para a senhora este ano ainda. Na hora eu melhorei, fui melhorando, que dizer: melhorei assim entre aspas, sai do risco de vida. Ai quando foi no dia 25 de agosto eu entrei para raspar minha cabeça. Fiz meu santo, mas eu não conhecia nada de Candomblé se falasse assim: “- vou matar um periquito, um sabiá, um

⁵⁸ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 70.

⁵⁹ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 81.

⁶⁰ GOLDMAN, Marcio. O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n2/02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.



macaco na sua cabeça”, por mim, ficaria por isto mesmo, pois não conhecia nada.
⁶¹

Makota Kidoiale recorda do processo de feitura no santo de Mãe Efigênia:

Lembro-me que as pessoas falavam que ela devia fazer o Santo, pois lansã estava gritando na cabeça dela, que ela já era uma boa mãe de santo da Umbanda. [...] Nesta época a mãe adoeceu, sofreu um aborto natural, mas foi algo que ficou grave e a Mãe precisou ir para o hospital. Que eu me lembre, foi à primeira vez dela ser internada. Pois nós nascemos em casa. A mãe achava que estava na beira da morte e diziam a ela que o santo queria a feitura. Ela teve em termos médicos uma eclampse. Para minha mãe foi como um último aviso. [...] Ela foi procurar o terreiro deste companheiro dela. Lá o zelador de santo que era Jeje entregou a Mãe aos cuidados de um pai de santo amigo e de confiança, pois ele não poderia cuidar diretamente da minha mãe, pois é tabu, mas ficou supervisionando. O pessoal de Jeje não tem muita ligação com a Umbanda, ou pelo menos esta nossa Umbanda meio macumba. Então ele disse para a mãe que ela deveria confirmar logo o *Santo* e mudar para o Candomblé. Minha mãe foi fazer o *santo* assim; lembro-me que saíamos com balaio na cabeça esmolando para conseguir dinheiro e comprar coisas para o processo de iniciação, pois ela já estava recolhida na Camarinha.⁶²

Mãe Efigênia foi iniciada no Candomblé Jeje,⁶³ razão pela qual possui bastante conhecimento dos rituais desta Nação,⁶⁴ mas seu pai de santo era da Nação Angola.⁶⁵ Após a feitura no santo e sua iniciação no Candomblé de Angola pela Mametu Talanderê de Oxóssi, no bairro Nacional, Mãe Efigênia recebeu a díjina de Muiandê, e passou a ter todas as obrigações⁶⁶ necessárias para que pudesse abrir seu próprio terreiro de Candomblé. Nesse contexto, Mãe Efigênia recebeu a nomeação de Mametu Muiandê. O título de

⁶¹ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 81.

⁶² Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 82-83.

⁶³ É o Candomblé que cultua os Voduns do Reino do Daomé trazidos para o Brasil pelos africanos escravizados de várias regiões da África Ocidental e África Central.

⁶⁴ A palavra “nação” é usada no Candomblé para distinguir seus segmentos: existem, por exemplo, as nações Jeje, Ketu e Angola que se diferem principalmente pela língua, fundamentos e cantigas. Essa diferenciação indica ligação com os povos africanos ancestrais territorializados em cada uma das regiões africanas que correspondem a tais nações.

⁶⁵ O Candomblé Bantu ou Candomblé de Angola é uma das maiores nações do Candomblé. Desenvolveu-se entre escravos que falavam Kimbundo e Kikongo.

⁶⁶ Obrigações são as cerimônias sagradas basilares (de fundamento) do Candomblé que devem ser cumpridas antes e/ou depois de uma pessoa ser iniciada na religião. Em geral, são alimentos e agrados oferecidos às entidades, acompanhados, em alguns casos, de períodos de recolhimento e preceito. Para os filhos já iniciados as obrigações devem ser cumpridas periodicamente.



Mametu equivale a “Mãe de Santo”, o cargo mais alto na hierarquia religiosa e de representatividade fundamental concernente ao respeito e organização do terreiro. Mametu é quem zela pelo terreiro, por todos seus Inquices e quem conduz a iniciação dos novos membros. Inquices são as divindades às quais se dedica o Candomblé de Nação Angola. São muitas vezes interpretados como equivalentes aos Orixás da Nação de Ketu.

Desse modo, de acordo com Marques, a passagem da Umbanda para o Candomblé em Manzo funcionou como uma reordenação da trajetória religiosa em que as diferentes tradições religiosas estão em permanente processo de reinvenção e rearticulação.⁶⁷

Nesse contexto o terreiro de Umbanda denominado Senzala de Pai Benedito, se manteve em Manzo, ao passo que foi instalado o terreiro de Candomblé que recebeu o nome de Manzo Ngunzo Kaiango, nome que surgiu através de uma consulta ao jogo de búzios e que se tornou também a denominação da Comunidade. Sobre esse processo Mãe Efigênia relata:

A Senzala de Pai Benedito é o nome que se deu desde o início, quando a registrei como Casa de Umbanda. Éramos uma Casa de Umbanda e eu não tirei até hoje. Ai eu fiz o Santo, raspei minha cabeça no Santo, dentro do Candomblé e meu pai de santo me disse que não podia manter este nome, pois Senzala vem da Umbanda era preciso um nome em Banto. Ai nós olhamos no jogo e ficou Manzo Ngunzo Kaiango: A Casa da Força de Matamba, Manzo é Casa, Ngunzo é Força e Kaiango é a qualidade da minha Mãe Iansã. E ai ficou a Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango.⁶⁸

Observa-se que o caminho entre a Umbanda e o Candomblé é cruzado e não implica em exclusões e sim em arranjos variados. Nesta perspectiva, Mãe Efigênia, afirma que em Manzo a Umbanda e o Candomblé convivem, “é assim, eu amo a Umbanda, sou apaixonada com a Umbanda, eu me iniciei tudo na Umbanda, com meu Preto Velho,

⁶⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 77.

⁶⁸ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p.94.



Caboclo e o Exu Paredão. Então eu toco a Umbanda uma vez no mês e toco Candomblé uma vez no mês.”⁶⁹

Desta feita, Makota Kidoiale afirma que mesmo após a formação do Candomblé em Manzo, o terreiro de Umbanda Senzala de Pai Benedito nunca deixou de existir, sendo sempre cuidado e reverenciado.

Neste contexto, observa-se a coexistência da Umbanda e Candomblé na comunidade Manzo, pois ambas as religiões são coetâneas, subsistem e se entrecruzam nas práticas rituais da casa,

“[...] o Pai Benedito falou que ele não importava quem morasse no terreno desde que respeitassem sempre o espaço dele. E foi aí que a gente começou com um terreiro de Umbanda. E foi em 1986 que a gente virou terreiro de Candomblé e aí vem até hoje. Toca-se um terreiro de Candomblé, mas respeitando sempre os toques de Umbanda e sempre a Festa de Pai Benedito, em respeito até mesmo ao terreno, ao espaço dele que foi o primeiro que chegou aqui com a gente. Audiência e o Xirê modifica dependendo das Festas. [...] O Candomblé tem um monte de filhos, foi a Umbanda que transformou todos em filhos e membros do Candomblé. A Mãe levou os filhos da Umbanda para o Candomblé.”⁷⁰

No Candomblé os direitos ritualísticos são obtidos por etapas. O primeiro é obtido após os sete primeiros anos, período mínimo para se adquirir o direito de ser Mametu ou Tatetu (no caso masculino) e possuir uma Casa de Santo. Muiandê relembra o procedimento de aquisição dos direitos no Candomblé:

Com nove anos de santo recebi os meus direitos de mãe de santo. São sete anos que você estuda. É igual faculdade, são sete anos. Eu atrasei por falta de condição, na preparação, e também por falta de tempo, pois tem que parar, um mês, dois meses, tem que recolher na casa do zelador, tem a peneira de búzios, a faca que é o *pocó*, a tesoura que é *sunzango*, a navalha e aí sim você, recebe os seus direitos, que é seu diploma. Você joga os búzios na sala para todo mundo ver. É esse que é duro. Tem a reza em dialeto africano, você tem que rezar tudo em banto, tem uma festa com comes e bebes e aí você sai com a roupa de gala, é a sua libertação, entendeu? [...] Os fundamentos de cada Inquice, de cada orixá. Cada orixá tem seu *fundamento*. Não é tudo a mesma coisa. Cada orixá tem seu fundamento! Cada pessoa tem um *enredo* diferente. Porque, vamos supor, você

⁶⁹ Mametu Muiandê. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG

⁷⁰ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 74.



que é de Xangô, e ela digamos que também é de Xangô. Porque o *Nzaze* dela é a mesma qualidade do seu, mas ela tem um *enredo*, ela tem um ajunto diferente do seu. E se for o mesmo *ajuntó*, tem um enredo diferente. Aí tem um processo para fazer: ou na encruzilhada, ou na mata, ou na beira da água, tem os ebó de rua. Tem que se aprender tudo isto.⁷¹

A socióloga Rosamaria Barbara explica que no universo mítico do Candomblé o mundo é composto por duas partes, o *orum*, conhecido como céu dos orixás, e o *aiê*, a terra, mundo dos seres humanos. Nos primórdios dos tempos, os dois mundos estavam juntos, no entanto, por uma proibição não respeitada os dois mundos acabaram por se separar.⁷² Juana Santos explica a cosmogonia acerca da separação entre os dois mundos:

Em uma época antiga, quando o *orum* o “incognoscível”, limitava-se diretamente com o *aiyé*, o “mundo”, um ser humano tocou indevidamente o *orum* com as mãos sujas, o que provocou a irritação de Olorum, entidade suprema. Este soprou, interpondo seu òfurufu, hálito divino, que, transformando-se em atmosfera, constituiu o *sánmos*, ou céu.⁷³

De acordo com Reginaldo Prandi, após a violação, o *orum* se separou do *aiê*, desse modo, os seres humanos não tiveram mais a possibilidade de ir ao *orum* e as divindades ficaram impedidas de se encontrarem com os humanos, sofrendo de grande saudade por isso. Desse modo, por causa da saudade sentida, originou-se o Candomblé, que em festas regulares proporciona a comunicação entre os dois mundos.⁷⁴

A palavra Candomblé é de origem Bantu e se originou a partir da junção das palavras *candombe-mbele* que significa “pequena casa de iniciação dos negros”. Alessandra Nascimento afirma que Candomblé é uma modificação fonética de *candombé*, que é uma espécie de atabaque usado em Angola, ou ainda poderia ser uma corruptela de *candonbidé*, que é “ato de louvar, pedir por alguém ou por alguma coisa.” A autora destaca que a forma como o culto existe no Brasil não é da mesma forma como é praticado na

⁷¹ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p.137.

⁷² BARBARA, Rosamaria Susanna. *A dança das Aiabás: dança, corpo e cotidiano das mulheres no Candomblé*. São Paulo 2002. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002, p. 38.

⁷³ SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagôs e a morte*. Petrópolis. Vozes, 1977, p. 55.

⁷⁴ PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 526.



África. O que existe na África é o chamado culto do *orisá*, “portanto a palavra Candomblé foi uma forma de denominar as reuniões feitas pelos escravos para cultuar seus deuses, pois também era comum no Brasil chamar as festas ou reuniões de negros de Candomblé, devido seu significado em iorubá.”⁷⁵

A organização dos terreiros de Candomblé é estruturada com base na família de santo, a partir de uma hierarquia de cargos e funções, a adoção de um nome religioso africano quando ocorre a iniciação e o compromisso com seu pai ou mãe-de-santo. Esses fatos contribuíram para o restabelecimento dos vínculos de parentesco dos quais negros e afrodescendentes foram destituídos durante a escravidão. O historiador Alexandre Marcussi destaca o fato de a ancestralidade ser uma dimensão importante para os africanos em todos os territórios do império português. Tal valor é encontrado em Manzo e demais comunidades tradicionais. A importância da ancestralidade e o consequente culto aos ancestrais parecem atuar como um primeiro amarrador de outra noção familiar. A religiosidade afro-brasileira, tal como no período colonial, assume a função de dar identidade aos indivíduos aparentemente isolados, destituídos de suas famílias e carentes de um Estado que proporcione qualquer tipo de pertencimento.⁷⁶

A noção familiar em Manzo segue a lógica supracitada, em função tanto da chegada de outras pessoas, como de casamentos, nascimentos e da família de santo. Na comunidade Mãe Efigênia passou a receber e tratar como membros da sua família, muitas pessoas que por algum motivo precisavam de moradia. A maioria das pessoas acolhidas, e tornados parentes, compõem hoje a comunidade de Manzo.

Para Joana e Jorge a inclusão de membros não consanguíneos à família constitui um dos traços culturais dos quilombolas, conformando, assim, a constituição de novos núcleos familiares na comunidade. Mametu Muiandê recorda o estranhamento dos filhos com a

⁷⁵ NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. *Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/AlessandraArt.pdf>>. Acesso em 13 set. 2018, p. 13.

⁷⁶ MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e cura: experiências da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. São Paulo 2015. 510 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 148.



sua atitude de “adotar” pessoas que estavam passando por necessidade, “tanto que esse daqui [aponta para Renato que está sentado ao seu lado] brigava que eu achava menino na rua e levava pra casa: ‘A mãe é engraçada. A gente não tem roupa... A única roupa que eu tenho, mãe deu pro menino vestir’.”⁷⁷

Sessy Luanvy comentou sobre essa dinâmica de ocupação do terreno impulsionada pela formação de novos núcleos familiares ligados aos filhos de sangue e adotivos de Muiandê:

Os filhos foram crescendo, a família foi evoluindo, crescendo, e esses filhos dos moradores foram construindo [novas famílias] [...]. Quem não tinha onde morar, minha mãe foi dando um pedacinho pra cada um. Constrói um cômodo aqui, constrói um cômodo ali e foram morando. [...] E nisso eles foram crescendo e a população [do quilombo] foi crescendo também, os filhos, e foram se ambientando no espaço.⁷⁸

Ainda sobre a ocupação do território de Manzo, Makota Kidoiale afirma que,

Éramos cinco filhos e a minha mãe tinha o costume de pegar os filhos dos outros para criar. E a família foi crescendo, foi multiplicando e começou a necessidade de construir várias outras casas em volta do terreiro mesmo, chegando até o ponto de o terreiro ficar no meio das casas dos moradores. A família cresceu e ninguém quis ir embora, até mesmo por causa do terreiro. Nós começamos a ter uma ligação muito direta com o terreiro. E aí ficou, começamos a dividir as casas para que coubessem todas as famílias dentro. São onze famílias, no total de mais ou menos 42 pessoas.⁷⁹

Outra característica que marca a comunidade são as alterações físicas estruturais feitas no local, como mudança de portas e paredes para a reorganização e reativação de cômodos. De acordo com Marques, Manzo é formado por várias construções, variando em mais ou menos elementos construtivos:

⁷⁷ Mamentu Muiandê. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁷⁸ Sessy Luanvy. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁷⁹ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 123.



O mais comum é que os elementos construtivos sejam subdivididos ou acrescidos de novos cômodos independentes. Os números são variáveis e depende de dinâmicas organizativas bastante fluidas. Por exemplo, a chegada de um novo parente, um casamento, um retorno, um filho querendo maior liberdade e ou maior intimidade em relação aos pais, podem dar origem a um novo elemento construtivo, ou mesmo erigir uma nova divisão a partir de um elemento construtivo anterior.⁸⁰

Makota Kidoiale relata que Mаметu Muiandê morou em cada um dos cômodos de moradia que compõem o quilombo:

Na verdade, [minha mãe] mudava das casas quando constituíamos família. Ela saía da casa [que estivesse morando] e construía outra casa pra ela. [...] Todas as casas aqui do quilombo foram dela. Todas as casas foi ela quem construiu do jeito dela mesmo e aí quando encontrávamos um parceiro ela pegava o nosso quarto e abria uma porta pro lado de fora. Quando a gente tinha filhos, ela dava a casa e construía outra [pra ela]. [...] Todas as casas dela tinham esse mesmo jeito.⁸¹

Após o avanço da urbanização do bairro que invadiu parte do terreno comprado por Muiandê, o espaço da comunidade diminuiu drasticamente. Atualmente o território ocupado por Manzo se resume a uma área de aproximadamente 360 metros quadrados, concentrados na parcela mais alta do território original, cujo único acesso é feito pela Rua São Tiago. O território atual do quilombo é formado por um espaço comum, onde se concentram as principais atividades religiosas e culturais e além de seis residências.

Não existe um padrão para as moradias. Algumas possuem até cinco cômodos (sala, cozinha, banheiro e quartos) e outras apenas um cômodo. O quilombo está disposto em declive, sendo três residências no nível da rua e o restante dos espaços em um nível abaixo, acessados por escadas e corredores. Em um nicho na parede à direita da escada principal, encontram-se os assentamentos dos *Inquices Nkossi* e *Pambu Njila*. Ao fim da escada, seguindo em frente, tem-se acesso a algumas das residências. Também ao fim da escada, à esquerda, há um corredor que leva ao espaço de uso comum do quilombo.

⁸⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 121.

⁸¹ Makota Kidoiale. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



Sobre o terreno do quilombo e seu entorno, Sessy Luanvy comenta que não havia muitas ruas. Existia um córrego onde lavavam roupas e uma mina onde pegavam água. Havia mata em todo lugar, sendo os caminhos trilhados pelos próprios moradores, sem auxílio de ferramentas. “Então essa região toda era mato, muito mato, e o córrego lá em baixo, com muita pedra”.⁸²

Quanto à área do entorno da comunidade de Manzo, Makota afirma que era a vegetação que demarcava o território,

[...] o que dividia os terrenos nessa época era árvores ou cercas de bambu ou era a própria vegetação que demarcava o terreno, então, por exemplo, ate, tinha um mural de bambuzal, então até esse mural de bambuzal era o terreno do Pai Benedito, todo mundo pensava assim, aí é atrás do bambuzal era a referência que se dava pra chegar até aqui, porque o resto tudo da avenida era córrego, e também como era um área que era muito barranco, não tinha casas, era assim, me parece que nessa região quando a gente chegou, porque eu cheguei a nascer aqui, quando a gente chegou era poucas casas, tinha umas três, quatro casas e geralmente essas casas eram dos donos dessas fazendas que ainda estavam aqui tomando conta pra poder ser vendido o resto da fazenda. Aqui era uma área assim, considerada, a gente fala rural, porque não tinha rua nem nada, aqui era plantação de café, que dividia a plantação de café, com a chácara do, tinha a chácara do... Ai agora esqueci o nome do senhor que era daquela rua de lá. Então assim, a gente tinha uma casa lá que era a chácara do Sancre , mais pra cima, ali era a área da CEMIG, então ali era proibido ocupar e mais pra cima era a Fazenda do Cafezal. O que dividia aqui era a primeira água, segunda água e terceira água. Então quem morava, tinha uma família, uma comunidade da primeira água, uma outra comunidade da segunda água e uma outra comunidade da terceira água, era dividido assim.⁸³

Com relação às mudanças ocorridas no entorno de Manzo, as principais envolveram a transformação da paisagem e o uso do espaço, que hoje são tipicamente urbanos. No entanto, à época da formação do quilombo, essa paisagem era predominantemente rural, com córregos, matas, roças e árvores frutíferas. Elementos que

⁸² Sessy Luanvy. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁸³ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

foram essenciais para a subsistência da comunidade de *Manzo*. Sessy Luanvy explica como o local foi mudando com o decorrer do tempo,

Foram chegando pessoas, foram comprando as suas partes, a população evoluindo e foi matando o córrego aos poucos. E buscávamos lenha, apanhávamos lenha e às vezes a gente comia até as frutas [...]. Chegava no meio do mato você apanhava murici, na beirada do córrego tinha plantação de morango, você apanhava os morangos vermelhos na beirada do córrego, era uma coisa muito natural, eu me lembro como se fosse hoje, de tudo que passamos aqui. [...] E até hoje eu não entendo o porquê que mataram tantas árvores. [...] Hoje eu queria que a gente tivesse um local pra chamar de quilombo, com hortas e ervas, eu sinto saudade do que eu tinha aqui, eu tinha hortas, pés de cana, mamão, eu tinha tudo isso, e hoje não tem, não tem espaço pra você plantar.⁸⁴



Figura 3: Vista da parte do quilombo em direção à Avenida Mem de Sá.

Fonte: Acervo IEPHA/MG.

⁸⁴ Sessy Luanvy. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



Desse modo, percebe-se que a mudança urbanística do bairro onde está localizado o território de Manzo influenciou diretamente nos rituais religiosos e na vivência dos membros da comunidade, uma vez que, por extensão, o Candomblé é uma religião que busca fortalecer a “harmonia entre homem e natureza, entre o homem e o semelhante e a harmonia do homem consigo mesmo. Por isso, qualquer planta, qualquer pedra tem um sentido e uma ligação entre si.”⁸⁵

Visando esta integração entre homem e semelhante buscada pelo Candomblé, há o Projeto Kizomba, que em Bantu significa “festa do povo que resistiu à escravidão”, ligado à Associação Comunitária do Quilombo de Manzo, foi criado em 2002, a pedido de Pai Benedito. Segundo os entrevistados, o Preto Velho se preocupava com as crianças que cresciam no local em situação de vulnerabilidade social, sobretudo no entorno do quilombo. A partir desse pedido, a matriarca mobilizou seus filhos de sangue Mauro Ferreira, conhecido pela djina Mukumbi e Cássia Cristina, além de alguns filhos de santo para que dessem andamento ao projeto.

Nas palavras de Makota Kidoiale, o Projeto Kizomba pode ser definido como uma forma de manutenção das tradições:

Nós sabemos que o que a gente faz aqui é manter, e não resgatar. A gente mantém a nossa tradição, a nossa cultura e tentamos repassar isso para a população, para a comunidade do entorno, para todas as pessoas que visitam e frequentam o terreiro. Aqui no terreiro a gente trabalha com crianças da comunidade e do entorno. As atividades desenvolvidas são: capoeira, samba de roda, dança afro e percussão. A gente trabalha muito com os ritmos de tambor mesmo: maracatu, samba de crioula, maculelê. A ideia nossa é quebrar o tabu, o preconceito, conversando com as crianças e mostrando para elas que o espaço, além de religioso, é um espaço também social, que pode ser usado para atendê-las, tirando elas das ruas, acolhendo-as, numa forma de abrigo para elas. (...) O projeto Kizomba não recebe nenhum recurso ou ajuda do governo. É através da cultura mesmo.⁸⁶

⁸⁵ BARBARA, Rosamaria Susanna. *A dança das Aiabás: dança, corpo e cotidiano das mulheres no Candomblé...* p. 38.

⁸⁶ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 198.



O projeto, voluntário e sem qualquer tipo de financiamento privado ou apoio do poder público, demonstra seu lugar de responsabilidade social. O projeto oferece regularmente aulas de capoeira e percussão para jovens e crianças da comunidade e do entorno. Além disso, se articula de forma autônoma e ativa participando da cena cultural e política da cidade, realizando diversas intervenções e movimentações dentro e fora do quilombo, propondo oficinas, encontros e apresentações. De acordo com Mametu Muiandê, o Kizomba é uma forma de enaltecer a identidade da juventude negra e o pertencimento às tradições afro-brasileiras como meio de combate à intolerância e ao racismo, uma forma autônoma de resistir à estatística de genocídio da população negra:

É importante a gente ver que a população negra sofre muito preconceito. Então a nossa ideia com o Kizomba, é a cultura afro, é fazer com que as crianças sintam-se importantes e faça com que elas resgatem de onde vieram, até como elas chegaram aqui.⁸⁷

Entretanto, é importante ressaltar que devido a todo contexto supracitado, algumas festas ligadas à religiosidade afro-brasileira que ocorriam na comunidade deixaram de acontecer, como é o caso da Festa para Exu Paredão e Esmola pra Kavungo, que foram suprimidas do calendário festivo de Manzo devido à mudança do terreiro para Santa Luzia e também por questões de intolerância religiosa.

Historicamente, a Festa de Exu Paredão tem o objetivo de saudar e agradecer a proteção dessa entidade e de outros Exus, que acompanham e guiam a comunidade. Sessy Luanvy, explica o porquê da celebração, explicitando a estreita relação que a família tem com essa entidade. Ela conta que sua mãe começou “muito nova” a incorporar essa entidade, quando ainda não compreendia bem sua condição mediúnica, sendo o Exu Paredão um dos primeiros guias a ter contato com Muiandê.

A festa acontecia, desde os anos 1980, no último sábado do período da quaresma, Makota Kidoiale fala um pouco acerca do envolvimento da comunidade do entorno com a festividade de Exu quando era realizada por Manzo:

⁸⁷ Mametu Muiandê *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 200.



Tinha a festa do Paredão quando o terreiro ainda estava aqui, e aí fazia a festa do Paredão e cada festa tem um público diferente, um perfil diferente. A do Paredão era um momento muito engraçado porque descia o morro e descia o tráfico, e assim, eles tinham o maior respeito com Paredão, muito muito respeito mesmo. Então assim ficava um patrão aqui dentro conversando com Paredão e outro lá fora com a turma dele esperando aquele ir embora pra poder chegar, poder conversar e eles que mantinham, era eles que mantinham essa festa com bebidas, porque essa festa do Paredão, a comunidade fazia ela de uma forma que era a farofa do Exu e a cachaça, então a gente servia cachaça e servia farofa. E aí, as pessoas que eram, o nome tráfico é muito estranho, sabe? Eu não gosto de falar porque parece uma coisa pesada, as essas pessoas que eles falam que são os traficantes, dentro do morro eles tinham um tratamento, eles tem um tratamento com a comunidade diferente, então assim, eles dão o que o estado nos negam o tempo todo, e aí eles mantinham essa festa pra gente e eles respeitavam muito, né?⁸⁸

Devido a questões que envolvem o tráfico de drogas e o *boom* das igrejas evangélicas, a festa para o Paredão, como é chamada em Manzo passou a sofrer ameaças da comunidade do entorno, mas, Makota afirma que os habitantes do quilombo optaram por continuar realizando a festa e não se submeteram às ameaças:

[...] É, por exemplo, os meninos do terreiro eles não aceitavam o tráfico de jeito nenhum, de jeito nenhum mesmo, hoje não, a gente até percebe isso, depois que a minha mãe foi embora a gente perdeu menino pro tráfico, muito estranho, né? Não sei te explicar o porquê, mas hoje, e hoje o tráfico já não nos aceita, eu não sei se é porque também cresceu o número de igrejas, as festas hoje da igreja eram as nossas festas antes, porque a gente fazia as festas das crianças, a gente fazia, tinha esse apoio, proteção do tráfico, hoje a gente não tem, a gente é incomodo pra eles, eles não aceitam mais a gente subir de branco no morro, então a festa do Paredão ela acabou nesse sentido também, porque a gente já teve alguns, alguns anos atrás a gente teve ameaça de que se a gente fizesse a festa eles iam descer aqui, que eles não queriam festa de Exu aqui, mas aí a minha mãe fez, minha mãe fez a festa e eles não desceram, a gente continuou fazendo, nós falamos, nós não vamos entrar nessa chantagem, já num chega a sociedade nos impor, ainda vem agora tráfico querendo nos impor, nós não vamos permitir, aí minha mãe continuou mantendo [...].⁸⁹

⁸⁸ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁸⁹ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



No entanto, percebe-se que embora tenha havido um enfrentamento às intimidações sofridas, a festa não ocorre atualmente, pois a mudança do terreiro para Santa Luzia inviabilizou a continuidade da festa, “[...] a festa do Paredão só parou de acontecer porque nós tivemos que ir, porque o terreiro teve que ir pra Santa Luzia [...]”.⁹⁰ Outro fator determinante para a interrupção da festa, de acordo com *Makota Kidoiale*, foi a falta de diálogo com os traficantes da região, o que acabaria por coloca em risco os membros da comunidade, filhos de santo e participantes da festa:

[...] e também o diálogo já com o morro já não era mais a nosso favor e passou a ser mais ameaçador mesmo. Igual, tem filhos de santo eu moram do outro lado da serra, então eles tinham que atravessar pra chegar aqui, pra não ter que pegar ônibus, eles tinham que atravessar o morro, eles podem até atravessar, mas eles não podem atravessar com a conta no pescoço nem branco, e a gente fazia festa lá em cima na Mata da Baleia, da Baleia não, do Mangabeiras, a gente ia por aqui na cachoeira do Mangabeiras, fazer, levar comida de santo tranquilo, ia caminhando assim com a roupa, com as comidas na cabeça e agora já não podem mais, não é permitido.⁹¹

Já a Esmola para a divindade *Kavungo* era uma festividade que consistia em uma peregrinação realizada pelos quilombolas de Manzo e por filhos de santo de Mametu Muiandê. Essa prática começou nos anos 1970 e durou até o início dos anos 2010, ocorrendo sempre em agosto, mês dedicado aos ritos específicos dessa divindade, que representa a terra, a saúde e a cura das doenças. O grupo caminhava da comunidade quilombola Manzo, no bairro Santa Efigênia, passando por pontos importantes da cidade como o Mercado Central, Feira Hippie, na Avenida Afonso Pena e a Rodoviária, percorrendo o centro da cidade de Belo Horizonte. Todos andavam descalços, vestidos de branco e portando apenas balaios com pipoca. Durante o trajeto o grupo pedia, em nome do santo, esmola que podia ser em dinheiro ou não. Em troca, ofereciam um banho das

⁹⁰ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁹¹ SILVA, Cássia Cristina. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Paula Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



pipocas que carregavam consigo. A pipoca é a comida tradicionalmente oferecida a essa divindade, e é usada ritualmente em banhos para limpar o corpo de doenças espirituais e físicas, já que esse Inquice é ligado à cura e à saúde.

Ainda durante o mês de agosto, os filhos de santo do Candomblé de Muiandê passavam por um preceito para Kavungo que envolvia diversas restrições, alimentares, recolhimentos, entre outros. Uma das práticas desse preceito é só permitir a entrada no terreiro de pessoas descalças e vestidas com roupas brancas, motivo pelo qual a esmola era recolhida com essas vestimentas.

O fato impulsionador desta forma de expressar devoção ao Inquice foi a cura de uma doença de pele congênita que acometeu um dos filhos de Mametu, Renato da Silva, conhecido pela djina Lembogi. Muiandê já havia tentado vários recursos como tratamento para a doença do filho, sem encontrar a solução. Ela explica que se encontrou com uma desconhecida na rua que a abordou dizendo que lhe daria cinco pipocas. Esse alimento serviria para, caso houvesse alguém doente na família, preparar uma mistura com água e banhar a pessoa necessitada. Na época, Muiandê ainda não havia se iniciado no Candomblé, portanto não conhecia seus ritos, não sabendo sobre a utilidade da pipoca antes de ser abordada por essa senhora. Mesmo assim, ela deu o banho em Lembogi, e no quarto dia ele já estava curado.

Após esse episódio, a promessa foi feita por Mãe Efigênia a São Lázaro, santo católico associado à cura de doenças de pele, e sincretizado com a divindade da Nação Ketu, Obaluaê, correspondente a Kavungo na Nação Angola. Muiandê ressalta que a prática de tirar esmola para Kavungo começou a ser realizada também por outros terreiros da cidade:

E aí eu prometi a São Lázaro – não foi nem Obaluaê – que enquanto viva eu estivesse, até ele [Lembogi] fazer sete anos ele ia comigo, pedir a esmola. Depois de sete anos só Deus sabe, porque eles viram adolescente né. [...] Mas mesmo depois dos sete anos ele ainda foi conosco. [...] E foi indo, as pessoas [de outros



Candomblés] vendo. E aí começaram todos terreiros [da cidade] a tirar esmola. Isso é muito bonito. Isso aí faz falta.⁹²

Sessy Luanvy se lembra de quando saíam às ruas de Belo Horizonte pedindo esmolas para Obaluaê:

[...] saíamos para rua vestidos de branco, descalço, com balaio de pipoca. Se viessem dois ou três, íamos dois ou três, se tivessem trinta, íamos trinta. Mas se tivesse eu e meu irmão, íamos eu e meu irmão. Não podia deixar de ir. Meu irmão foi curado e [hoje] ele não tem nem ferida no rosto. [Antes] ele tinha ferida na cabeça, que saía aquele cascorão [sic], aquele mau cheiro. E minha mãe fez essa promessa, já que Obaluaê, Kavungo, São Lázaro, significam um Inquice só.⁹³ (Sessy Luanvy, jun. 2017)

Na volta da caminhada, o dinheiro recolhido era distribuído no Intoto, que é o assentamento central do terreiro, o elemento que concentra a energia da casa. A partir daí era contado, moeda por moeda, pelos filhos de santo. O dinheiro era então usado para a realização da festa para Kavungo, ainda no mês de agosto. Apesar de Mametu Muiandê ter prometido pedir a esmola e oferecer os banhos de cura até o fim de sua vida, ela precisou abandonar o ritual no início dos anos 2010 para proteger seus filhos de sangue, adotivos e de santo, de atos agressivos e da intolerância religiosa que ocorria ao longo do trajeto: “essa festa acabou pelo seguinte: os evangélicos hoje não nos deixam. Eu fico com medo de pôr meu povo na rua, [...] [porque] eles jogam pedra, puxam o balaio, correm atrás dos meninos. [...] [Era] um momento tradicional”.⁹⁴

Percebe-se que mesmo com algumas modificações referentes à estruturação da comunidade e realização de rituais, Manzo conforma um ambiente com diversos usos

⁹² Mametu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁹³ Sessy Luanvy. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

⁹⁴ Mametu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



práticos e simbólicos, caracterizados pelo espaço sagrado destinado à Umbanda e ao Candomblé, além da realização de práticas configuradas como socioeducativas, como é o caso do Projeto Kizomba, desse modo, compreende-se que em Manzo existe uma forma de viver própria caracterizada pelas especificidades de saberes, fazeres e formas de celebrações.

Dado a sua trajetória histórica, às suas relações territoriais específicas e à sua relação de ancestralidade negra vinculada à resistência à opressão histórica a comunidade de Manzo Ngunzo Kaiango passou pelo processo de autorreconhecimento como quilombola e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP),⁹⁵ em 2007, com a titulação de Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ).

O processo de autorreconhecimento como comunidade quilombola teve início a partir do momento em que a PBH estava inviabilizando a concessão de um alvará para que a reforma no terreiro fosse realizada, desse modo, o CENARAB, por meio de um abaixo-assinado entrou em contato com a Fundação Palmares afim de que esta obrigasse a Prefeitura a liberar o alvará. No entanto, até aquele momento os moradores de Manzo não sabiam o que constituía a identidade quilombola, como conta Makota Kidoiale:

Antes não sabíamos. Quilombo era apenas aquele quilombo de Zumbi dos Palmares, para nós não existia outro quilombo. Nós sabíamos que éramos descendentes de escravos, isto sabíamos, pois somos negros, mas sobre terra, direito, ninguém aqui sabia. Foi o CENARAB⁹⁶ que teve a ideia do abaixo-assinado, porque a prefeitura não estava autorizando o alvará para a reforma, então a gente achou que este documento para a Fundação Palmares iria ajudar. Para que a Fundação Palmares obrigasse a prefeitura liberar o alvará para a reforma. Nós achamos também que era o reconhecimento da história da Mãe. Mas de fato naquele momento não sabíamos muito sobre quilombo. [...] Um dia, fui à página da Palmares, para olhar outro assunto, no que abro por muita coincidência, acho que foi dia 26 de março, na primeira página estava escrito governo Lula certifica não sei quantas comunidades quilombolas, e tinha assim: clique aqui e veja as comunidades, eu fiquei curiosa e cliquei. Estava algumas comunidades, minto estava assim, uma não sei onde, tantas no Rio de Janeiro, nem sei quantas ali e

⁹⁵ É uma fundação do governo federal, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 7.668/88 e materializada pelo Decreto nº 148/ 92, com a finalidade de promover a cultura negra e suas várias expressões no seio da sociedade brasileira.

⁹⁶ Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira.



tinha lá, duas em Minas Gerais, Belo Horizonte ai eu cliquei e estava o nosso, ai eu dei um berro e falei mãe, mãe corre aqui!!! O governo Lula esta reconhecendo nossa casa como quilombo. Imediatamente peguei o telefone e liguei para o CENARAB, pois foi ele que entregou nossa carta com o histórico da casa e foram eles que nos orientaram. O reconhecimento foi senão me engano em 2006 ou começo de 2007.⁹⁷

Makota Kidoiale recorda que uma liderança do CENARAB em Minas Gerais sugeriu a realização de uma festa para comemorar a titulação, já que Manzo foi o um dos primeiros terreiros a receber a titulação de quilombola. De acordo com Marques, esse período inicial do autorreconhecimento se somou a um processo de politização da comunidade,⁹⁸ fato este que fez com que Makota Kidoiale procurasse maiores informações junto à FCP acerca da titulação, já que foram questionados quanto à sua legitimidade enquanto quilombo:

Então eu mandei um e-mail a Fundação Palmares. Ai o Maurício da Fundação me respondeu. Mandei um e-mail a eles questionando sobre a veracidade da certidão, pois estávamos sofrendo preconceito por não termos histórias direto com a escravidão. Ele então respondeu dizendo algo tipo: só o fato de vocês serem uma família, e preservarem uma cultura isto já quer dizer que podem ser quilombolas. E que nós é que havíamos nos autorreconhecido e que o governo estava de acordo. Ele explicou também que tínhamos o certificado, mas para a regularização e titulação, precisávamos fazer um levantamento histórico da nossa trajetória para poder vir uma titulação. Mas que éramos comunidade quilombola, pois tínhamos nos autorreconhecidos como quilombolas. [...]. Pouco depois o INCRA nos procurou, acho que a pedido do CENARAB, aquele homem, que estava na coordenação... [Carlos: o Antônio Carlos] Cássia: é o Antônio Carlos, o INCRA veio até nós, este senhor conversou com a Mãe e com alguns dos moradores e explicou que para o INCRA não tinha nenhuma dúvida que aqui era quilombola. Foi onde acalmou um pouco a mãe. [...] Depois me apresentaram o Pablo, naquela época o CEDEFES era aqui mesmo no Santa Efigênia, ali na Padre Marinho, ai o Pablo veio aqui. Me lembro que era para eu ir lá, mas fiquei com vergonha estava ainda insegura, tanto que eu falava para a Mãe “não fica falando que somos quilombolas não”. Eu tinha medo de as pessoas ficarem zombando da Mãe, falando que não era verdade. Até porque não tínhamos muito relação com os quilombolas, até o dia que os Mangueiras procurou a gente. Era o Seu Válter, isto ajudou muito, depois vocês, os meninos do NUQ: Pedro, a Ju, Amanda. [...] O Pedro era muito tranquilo, o Pedro conversava com a gente então era mais fácil, pois ele é mais tranquilo e sempre falava com calma, explicando para a gente, nos tranquilizando.⁹⁹

⁹⁷ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 175.

⁹⁸ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 176.

⁹⁹ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 177.



A comunidade também passou por um processo conscientização interna, já que de acordo com *Kidoiale*, “não sabíamos que a nossa história, essa cultura, essa nossa forma de viver era definida como de um povo quilombola”.¹⁰⁰

Atualmente, a Comunidade se organiza civilmente através da Associação de Resistência Religiosa e Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango e foi declarada como de utilidade Pública Municipal, em 24 de fevereiro de 2011, pela Lei Municipal nº 10.112/2011, e de utilidade Pública Estadual através da Lei Estadual nº 20343, de 03 de agosto de 2012, proveniente do Projeto de Lei nº 2.527/2011.

Entretanto, mesmo com esse reconhecimento formal nas esferas municipal, estadual e pela FCP, a Comunidade de Manzo foi alvo de uma intervenção estrutural realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Defesa Civil de Belo Horizonte e pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), o que fez com que as atividades religiosas fossem transferidas para a cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e o Projeto Kizomba também sofresse com a interferência do órgão municipal.

2.2.2 Desocupação e Violação de Direitos em Manzo

No ano de 2012 um evento marcou a ruptura e suspensão da comunidade de Manzo de forma abrupta em uma operação que pode ser compreendida como uma grave violação dos Direitos Humanos perpetrada pelo próprio Estado. O decurso disso se iniciou a partir da ação da Defesa Civil de Belo Horizonte, que levou à desapropriação dos quilombolas de Manzo da sua terra, compondo um processo longo e que envolveu uma série intervenções por parte desse órgão junto à comunidade. Dentre elas destacam-se: a) em 2006, o embargo da verba proveniente de uma emenda parlamentar estadual, que propiciaria a reforma de Manzo; b) comunicados da Defesa Civil, por meio de visitas e notificações, em 2011; c) desocupação de Manzo para realização de reforma de forma

¹⁰⁰ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 177.



compulsória e sem participação dos membros da comunidade; d) entrega do terreno pela Urbel aos quilombolas sem as reformas estruturais que, segundo as notificações da Defesa Civil, estavam em risco. Desse modo, a ação da Urbel descaracterizou o terreno destruindo essencialmente os elementos sagrados para o Candomblé.

Em 2006, por meio de uma emenda parlamentar foi autorizada a liberação de recursos para o projeto de *Reforma e Recuperação de Terreiros de Matriz Afro*, de nação Angola, entre eles o terreiro Manzo. Em função dos trâmites burocráticos para viabilização do projeto, os quilombolas descobriram que suas terras estão registradas em nome da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais (Seplag), e não em nome de Mãe Efigênia, que comprou o terreno nos anos 1970. Assim, apesar de constatado pelo poder público, de que o local precisava de uma reforma estrutural, o quilombo foi excluído do rol dos beneficiários do projeto que proporcionaria a reforma e a recuperação do Terreiro, uma vez que a área ocupada não estava registrada como propriedade particular. No ano de 2007 a comunidade entrou com processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).¹⁰¹ Assim, diante desse fato, o Instituto acompanhou o caso de Manzo sem, entretanto, ter tomado às providências cabíveis para a implementação do Decreto Federal nº4887/2003, que versa sobre a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.¹⁰²

Após esse acontecimento, a comunidade continuou a se movimentar para viabilizar a reforma, procurando, entre 2006 e 2011, órgãos públicos, inclusive a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), mas durante muito tempo não recebeu retorno.

¹⁰¹ Processo INCRA/MG 54170.006166/2007-91, aberto em 01/11/2007. Disponível no Laudo Antropológico-Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016.

¹⁰² Sobre o Decreto ver: DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 21 set. 2018.



A primeira visita efetuada pela Defesa Civil Municipal em Manzo aconteceu no dia 23 de março de 2011 com o objetivo de vistoriar o local e avaliar as possibilidades de resolução das demandas da comunidade. Esta visita gerou uma notificação que alegava “problemas de infiltrações e umidade causando danos nas ferragens das lajes e vigas” e concluía a necessidade de uma reforma que eliminasse essas infiltrações e recompusesse a proteção das casas.¹⁰³ A notificação confirmava, portanto, a demanda por reformas já solicitadas pelos moradores. Apesar de constatar esses problemas, a notificação afirmava que os imóveis vizinhos não estavam em risco, além das edificações não apresentarem risco de desabamento, deslizamento, tombamento de muro, inundação, alagamento, incêndio ou queda de árvore, ou seja, não apresentavam riscos letais para ocupantes dos imóveis do quilombo e do entorno.

Em 18 de outubro de 2011, uma nova visita foi feita ao quilombo pela Defesa Civil, resultando, dessa vez, em uma notificação que alegava: “o local das sete residências abaixo do nível da rua, apresenta trincas, infiltrações em todas as moradias, alguns fios expostos e pilar base sustentação com ferragens expostas e com queda de material”.¹⁰⁴ Na notificação ainda constava a necessidade da contratação de um profissional habilitado para intervir nas edificações e solicitava a desocupação das quatro residências dos fundos, além do monitoramento das outras residências, em especial aquelas ao nível da rua.

Esta segunda notificação trazia informações conflitantes. Por um lado, o documento apontava a possibilidade de perda de vida dos ocupantes dos imóveis, risco a vida de terceiros e danos aos bens públicos e de terceiros, mas por outro, assim como a primeira notificação, não indicou risco de deslizamento, inundação, alagamento ou queda de árvore. Além disso, em um trecho a notificação registrava que os moradores “não deveriam ocupar residências até a avaliação pormenorizada” e em sua terceira e última folha, no relatório

¹⁰³ Laudo Antropológico Arquitetônico, 2016, p. 20.

¹⁰⁴ Laudo Antropológico Arquitetônico, 2016, p. 20.



final, afirmava que “os moradores podem permanecer no local, mantidas as condições atuais”, evidenciando as condições arbitrárias do andamento do processo.¹⁰⁵

Essas movimentações levaram os moradores de Manzo a registrarem um ofício, no dia 24 de outubro do mesmo ano, encaminhado à presidência da Fundação Cultural Palmares que à época já havia emitido o certificado de autorreconhecimento para a comunidade. O documento alertava a instituição sobre a situação de Manzo, solicitando orientação, acompanhamento e pedindo alguma intervenção da FCP no processo:

Esta comunidade encontra-se sob a intervenção da Defesa Civil do Município de Belo Horizonte, que exige dos seus moradores a retirada do local por ser área de risco eminente, o que já era de conhecimento das autoridades locais, há pelo menos quatro anos atrás, sem que tenha havido alguma providência da Prefeitura de Belo Horizonte.¹⁰⁶

Como os quilombolas resistiram em seu território, em 06 de janeiro de 2012, outra notificação foi emitida pelo mesmo órgão, desta vez culminando no embargo do quilombo e expulsão dos moradores de suas casas, com a alegação de que o espaço oferecia risco iminente aos moradores e precisaria passar por reformas estruturais urgentes. A Defesa Civil determinou a retirada compulsória dos moradores desocupando forçosamente o imóvel, sem oferecer qualquer alternativa de abrigo às dez famílias habitantes de Manzo na época. O fato de não ter sido oferecido aos moradores uma opção de abrigo foi justificado pela prefeitura em função da localização da comunidade, que não se encontra em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), pois apenas moradores residentes em ZEIS, como os que vivem em vilas e favelas, poderiam ser encaminhados para abrigos.

Sem lugar para morar, as lideranças de Manzo se mobilizaram em defesa dos direitos do grupo como comunidade de santo e quilombola. Com o apoio do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte (COMPIR) e de uma assistente social da prefeitura, conseguiram acessar o direito às vagas no Abrigo Municipal

¹⁰⁵ Laudo Antropológico Arquetônico, 2016, p. 21.

¹⁰⁶ Laudo Antropológico Arquetônico, 2016, p. 16.



localizado no bairro Granja de Freitas, para onde se mudaram temporariamente trinta e duas pessoas entre adultos e crianças:

A princípio não tinha lugar para ir, depois sugeriram nos dividir, indo alguns para o abrigo São Paulo. Aí eu disse: nós somos comunidade, nascemos juntos e só vamos sair daqui se for juntos, vamos permanecer juntos. Foi aí que mandaram a assistência social, comuniquei a eles que só sairíamos juntos, e se pudéssemos levar nossa cultura, tradição e sagrado. E também com a promessa de respeito ao sagrado, pois sem ele não somos nada. A prefeitura então nos garantiu que teríamos espaço para a cultura e projetos no abrigo.¹⁰⁷

De todo modo, em função da distância entre o Abrigo Municipal Granja de Freitas em relação ao local de trabalho e de estudo de parte dos quilombolas, alguns residentes de Manzo precisaram contar com a solidariedade de parentes ou despendendo gastos com aluguel. No período em que viveu no abrigo, Makota Kidoiale falou ao pesquisador Carlos Marques acerca das dificuldades de viver em um local como este:

Morar aqui tem sido difícil. No primeiro mês é igual visita, tudo é novidade. Mas no segundo mês a história de cada um começa a incomodar. [...] Isto aqui é um presídio de portas abertas. Isto aqui é um verdadeiro presídio, pois você fica limitado dentro deste espaço, você não tem liberdade. Você não pode pensar que isto aqui é sua casa, pois não é; não é! Você, por exemplo, não pode pregar um armário, pendurar um quadro. Expor sua crença. Não pode de forma alguma, expor a crença; pois o abrigo não cuida da segurança da gente. Cuida da segurança do patrimônio público da prefeitura que é o abrigo. Briga aqui é de 05 em 05 minutos. As brigas aqui são dentro das famílias. Acho que ficam todos em um ambiente muito fechado, e aí não consegue limitar o respeito dentro do cômodo. Não tem horário, música cada um quer competir em altura [...] Um cômodo para cinco pessoas. [...] As pessoas aqui dentro são tratadas como nada. Quem trabalha no abrigo morre de medo dos abrigados. Falam que as pessoas chegam revoltadas. Mas é claro as pessoas chegam aqui por causa da perda do imóvel. A Prefeitura devia oferecer um pouco mais. [...] Ficamos inseguros, pois dependemos da nossa fé para viver, precisamos alimentar a fé e alimentamos a fé com as atividades religiosas. E aqui não podemos fazer e aí começa a complicar, pois começamos a jogar qualquer problema para o fato de não estarmos tendo nossa vida religiosa, não estarmos podendo, por exemplo, dar comida ao santo para abrir o caminho. E durante este período que estamos no abrigo nós nunca sentimos tanta falta de uma sessão e de um atabaque, de um defumador então. Eu tô aguada com cheiro de defumador.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Makota Kidoiale. In: Laudo Antropológico Arquitetônico, 2016, p.20.

¹⁰⁸ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 280.



A princípio, os moradores de Manzo ficariam afastados de suas casas por no máximo três meses, tempo necessário para finalizar as reformas apontadas pela Defesa Civil. Todavia, este prazo se estendeu por mais oito meses.

Os quilombolas iniciaram o ano de 2012 fora do seu território, entretanto, com a consciência de que o afastamento da comunidade era necessário para a manutenção da segurança de todos os envolvidos com Manzo. Contudo, dois problemas se apresentaram como cruciais nesse momento: a falta de posicionamento dos órgãos públicos para com as demandas da comunidade e a falta de recursos financeiros dos moradores da comunidade para sanar os problemas enfrentados. A comunidade não possuía os recursos necessários para arcar com as despesas da reforma, bem como não tinha posse dos documentos necessários para ter acesso às políticas públicas voltadas para a área da habitação, tais como *Minha Casa, Minha Vida* e *Vila Viva*. De acordo com Marques, as proposições supracitadas eram permeadas por dois obstáculos: um referente aos trâmites burocráticos para que a comunidade pudesse ter acesso aos benefícios e outro de ordem sociocultural, visto que os projetos propostos não respeitariam as peculiaridades culturais do grupo em questão.¹⁰⁹

Os poderes públicos não sabiam como lidar com as especificidades de uma comunidade quilombola e de terreiro. Alguns funcionários públicos e órgãos ligados a esta questão, se voluntariaram para pensar na demanda da comunidade, contudo, as ações acabavam por esbarrar em questões de "competência, tecnicidade e vontade política das estruturas de mando a que pertenciam."¹¹⁰

Durante o verão de 2012 foram realizadas diversas reuniões com o intuito de pensar os procedimentos a serem tomados referentes à desinterdição do quilombo. Marques afirma que as reuniões foram pouco proveitosas e com discussões muito fragmentadas. A primeira reunião centrou no reposicionamento da comunidade. A segunda reunião, de caráter pouco mais propositivo, foram apresentadas algumas

¹⁰⁹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 269.

¹¹⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 269.



sugestões como: recuperação, reforma e reestruturação das estruturas construtivas. Em fevereiro uma nova reunião foi realizada, mas poucas foram as sugestões acrescidas. De novidade ficou a participação de uma antropóloga do INCRA-MG, que constatou que a proposta de doação do terreno ocupado pela comunidade estava efetivamente em debate, mas que deveria ser precedida de consulta mais aprofundada com a comunidade, já que o conceito território quilombola poderia abranger áreas ocupadas ou de pretensa propriedade de não quilombolas.¹¹¹

Em 06 de fevereiro, o Ministério Público (MP) enviou a Manzo um engenheiro-perito que elaborou um laudo sobre a situação da comunidade. O laudo sugeria que seria mais viável a demolição das estruturas construídas e substituição por construções mais adequadas a topografia do local e em consonância com as normas construtivas. Recomendava-se ainda que a prefeitura eliminasse todas as possibilidades de risco antes de permitir o retorno da comunidade para o espaço.

Em março foi realizada uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para debater “a possível violação de direitos humanos da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango”. A mesa foi composta por funcionários de diversos órgãos públicos, por lideranças da comunidade, pelo pesquisador Carlos Eduardo Marques e por deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

As dificuldades enfrentadas pela comunidade foram endossadas pela então coordenadora da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) que apresentou medidas tomadas pela Coordenadoria para minimizar os danos da comunidade. Célia Gonçalves Souza, Coordenadora-Geral do CENARAB fez uma explanação na qual apontava que os problemas enfrentados por Manzo vinham na mesma esteira da situação do negro e do racismo no país. “Em sua fala, ressaltou que as mazelas que acompanhavam Manzo era fruto de um longo período de mentalidade escravocrata que não fora de toda rompida, como comprovariam as iniquidades vividas nos dias atuais por Manzo e pela população

¹¹¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 271.



negra.”¹¹² Helena Dolabela, representando o Ministério Público Federal (MPF) reforçou a necessidade de garantias dos direitos das comunidades, que em casos como o que estava em debate são piorados pela lentidão das ações do poder público, pela ausência de políticas específicas e pela omissão destes mesmos poderes públicos em relação a direitos existentes.¹¹³

Somente em novembro de 2012, aproximadamente onze meses após a desapropriação, o território de Manzo foi liberado para o retorno dos moradores. Contudo, além de não solucionar os problemas apontados pela Defesa Civil, como as infiltrações, as rachaduras e os problemas nas vigas, o processo de desapropriação e reforma produziu graves danos para a comunidade. As obras, executadas pela Urbel, criaram problemas de infraestrutura, como danos às redes elétrica, hidráulica e sanitária nas áreas coletivas e privadas, e que tiveram que ser solucionados pelos próprios moradores. Além disso, a ação de desapropriação desestabilizou a organização da comunidade e destruiu diversos elementos relacionados ao sagrado do terreiro de Mametu Muiandê.

O Candomblé conta com diversos elementos rituais e sagrados sem os quais é impossível seguir as tradições da religião, como as oferendas para os santos, as festividades, a iniciação de novos adeptos à religião. Todas essas práticas contam com uma base material indispensável. A ação da Urbel na comunidade destruiu diversos desses elementos, causando um grande impacto na dinâmica de Manzo, que tem seu *ngunzo* diretamente ligado à religião ancestral. Os elementos destruídos pela intervenção foram: a cozinha, a camarinha, os quartos e assentamentos de santo e de Preto Velho, os banheiros do espaço comum, usados nas atividades religiosas e projeto social, a comunheira e a bandeira de Tempo. Alguns desses elementos foram reconstruídos pela comunidade (banheiros, bandeira de tempo), ou são improvisados em momentos de atividades religiosas.

¹¹² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 273.

¹¹³ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 274.



Ainda como resultado da ação da Urbel, Mametu Muiandê e Makota Kidoiale destacam a derrubada de um pé de jatobá, planta que é usada como remédio empregado aos filhos recolhidos para obrigações de longo prazo, e que também está relacionada com o Inquice Nzazi-Loango, referente a Xangô no Candomblé Ketu.¹¹⁴ E de um bambuzal que ficava em um lote vizinho ao terreno de Manzo, atualmente, murado pela Urbel. É importante destacar que o bambuzal é tido pelo Candomblé Angola como um dos assentamentos da Inquice Matamba, sendo, portanto, uma planta sagrada para o Candomblé dessa nação.

As mudanças estruturais e simbólicas causadas pela ação da Defesa Civil, e executada pela Urbel, destruíram elementos sagrados essenciais para as atividades religiosas do local, tendo como principal consequência a mudança do Candomblé para um terreno localizado no município de Santa Luzia. Este terreno havia sido comprado no ano de 2007 por Muiandê, por providência e a pedido de seu Caboclo Ubirajara, primeiramente, sem intenção de levar as atividades do Candomblé e da Umbanda para esse lugar. A compra do espaço em Santa Luzia foi realizada para viabilizar a realização das festas do Caboclo que já não podiam acontecer no terreno do quilombo em Santa Efigênia, em função do intenso processo de urbanização da região, uma vez que estas festas para Caboclo, além de outras atividades da Umbanda e do Candomblé, precisam ser realizadas onde há mata e terra. Para elucidar essa questão, vale a longa citação:

Ele... Meu caboclo queria um lugar pra tocar. Meu caboclo, porque lá em Santa Efigênia... Ele queria um lugar de mato e terra pra ele pisar, fazer o batuque dele. Aí eu falei: "Ah, não tem... aqui não tem como não!". Não tinha... Ali não tem lugar de você plantar um pé de cebolinha. [...] Aí esse filho [de santo] meu virou pra mim e falou assim: "Oh, Mãe! Acha um lugar que eu vou ajudar a senhora a comprar pro Caboclo, mas que não seja caro." Eita, que eu rodei Belo Horizonte [inaudível], aqui não, lá não, eu já cansei, o Caboclo vai mostrar onde ele quer. Mãe a senhora já foi em Santa Luzia, não, não gosto não, que eu achava que Santa Luzia era só São Benedito, Palmital, Morro Alto, não achava que Santa Luzia

¹¹⁴ CARVALHO, Patrícia Marinho de. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagens e arqueologia em área remanescente de quilombo em Vila Bela/ MT*. São Paulo 2012. 271f. Dissertação (mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012, p. 252.



não tinha isso aqui, essa benção aqui, não tô falando mal de lá não, até porque pra mim chegar num lugar desse, começando a minha vida dentro do Santo, é muito difícil, que os evangélicos tão engolindo a gente, tomando nossos espaços, num é qualquer lugar que eles iam me aceitar. Ai eu falei assim: “Ah, Ubirajara, se você quiser você vai me mostrar onde que o Senhor quer mostrar onde é que o Senhor quer o seu batuque.” Ai ele, Mãe, vamos em Santa Luzia, eu não gosto dali não, aí um dia de manhã eu cismeí de vir pra cá, aí eu vim andando, andando, ah, vou voltar, ai eu vi uma placa na frente, na rua, é corretor de imóveis, ai eu passei na porta domingo de manhã, ai ele falou: ah! Eu tenho vários espaços, mas que é chácara, “ah! Então num vou querer não”, porque eu tinha 1.300 reais só, que eu tinha guardado pra comprar uma linha de telefone, porque linha de telefone naquela época era muito cara, e eu juntava e gastava, juntava e gastava [inaudível], ai quando eu vim, ele falou vou mostrar a senhora um, ai a senhora falou assim, vai mostrar a dona esse terreno? Terreno todo acidentado, tão ruim pra ela coitada, mas deixa eu ver, ele falou quando chegou aqui, eu vendo esse terreno por 12 mil reais, oh, moço, eu não tenho em dois pra te dar ainda mais doze. Aí ele falou comigo assim, e se eu fizer por seis mil? Falei não, não tenho condições. De doze pra seis eu assustei, se eu tivesse, eu fazia o negócio na hora, ai ele falou comigo assim, não, a senhora dá uma entrada, quanto a senhora tem? Eu tenho mil reais, num falei dos duzentos não. Então vamos fazer assim, a senhora dá os mil reais [inaudível] e eu fico sem a minha comissão e a senhora paga 250 reais por mês, ah! Então ai eu vou conversar com meu filho, vou falar com ele. Ai pegou e eu dei a entrada e meu filho foi pagando as prestações pra mim. Ai eu comecei... comprei... tem doze anos.¹¹⁵

A mudança do Candomblé para Santa Luzia alterou a dinâmica dos moradores, dos vínculos entre a Mametu e seus filhos de santo e o fluxo de pessoas que frequentavam o local, como frisa Makota Kidoiale. Ela disse que o terreiro em Santa Efigênia era muito mais frequentado, contribuindo assim com a criação de vínculos da comunidade com o entorno. Outro ponto levantado foi a mudança na dinâmica da convivência da comunidade com Mametu Muiandê, que para cuidar do Candomblé teve que se mudar definitivamente para Santa Luzia. Tradições familiares foram quebradas – como contam Kidoiale e Mauro Enio Ferreira, também filho biológico de Muiandê – todos os dias toda a comunidade ia tomar café da manhã na casa da matriarca, o que não acontece mais.

¹¹⁵ Mametu Muiandê. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.





Figura 4: Mametu Muiandê na entrada do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango em Santa Luzia.

Fonte: Acervo IEPHA-MG.

Makota Kidoiale também ressalta que foi o aspecto religioso o mais afetado pela realização da reforma. Após a ida para o abrigo, alguns quilombolas que, mesmo não seguindo o Candomblé, mantinham estreita relação com suas atividades, se distanciaram e acabaram buscando refúgio na religião cristã protestante cuja relação com a religião de matriz africana é de grande hostilidade.

O distanciamento da religião de matriz africana vem contribuindo, segundo Kidoiale, para o enfraquecimento dos laços comunitários dentro de Manzo. Porém, mesmo após passar por todo esse processo, ela ainda aponta a existência de situações que aglutinam toda a comunidade, como a Festa de Pai Benedito e as atividades do Projeto *Kizomba*:

[...] quando chegamos lá no abrigo, teve esse problema que lá nós não podíamos praticar nossa religião. Mas [no abrigo] tinham [pessoas da] religião protestante e eles pregavam muito lá. Então acreditamos que até mesmo como um refúgio pra conseguir suportar o que eles estavam suportando, por eles não fazerem parte tão direto do terreiro, eles migraram para outra religião, mas assim, eles



frequentam as atividades culturais que têm aqui no terreiro, só não frequentam mais as festas [...].¹¹⁶

Mãe Efigênia reforça o que foi dito a respeito do projeto social desenvolvido pelos moradores de Manzo:

O projeto social do quilombo, o *Kizomba*, também foi afetado por essa intervenção. À época, a iniciativa atendia cerca de setenta jovens e crianças, tanto do quilombo quanto do entorno. O projeto, que foi construído visando a levar alternativas para os jovens que vinham crescendo em um contexto violento, contava com oficinas de capoeira, artes, dança, percussão. Por conta da intervenção, teve de ser paralisado e, somente em 2016, pôde ser retomado. Acabou com o projeto [*Kizomba*], por quê? Hoje a maioria dos meninos do projeto estão no crime, está tirando foto mostrando metralhadora, cigarro de maconha na mão, o que que é isso? É isso que eles queriam? A gente ainda conseguiu salvar o sangue, a família, o pouco de vocês que é da família, que é de sangue. Mas e o projeto com 72 crianças, o que que aconteceu com esses meninos? Veja aí, os meninos estão postando foto com maconha, metralhadora, é isso que está acontecendo. É isso que o governo tem que olhar, é isso que a humanidade tem que olhar, tirou por quê? [...] Os outros na droga lá na Serra, um preso, e aí? A capoeira, o samba de roda, a gente inventando trem pros menino aprender, pra ocupar a cabeça deles.¹¹⁷

Devido aos problemas enfrentados por Manzo após a desocupação compulsória do quilombo, a relação da comunidade com o poder público se tornou bastante intensa a partir do final de 2011, dada a interdição do quilombo e transferência do grupo para um abrigo municipal. Neste contato mais estreito com o poder público se tornou mais frequente a participação das lideranças da comunidade em reuniões, debates, audiências com órgãos públicos como a Prefeitura, Urbel, Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Ministério Público Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Seplag, Defensoria Pública Estadual, dentre outros órgãos da esfera pública. Como afirma Marques, a relação com o poder público não surgiu por interesse destes, mas sim

¹¹⁶ Makota Kidoiale. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

¹¹⁷ Mamentu Muiandê. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



por uma *tomada da palavra política* das lideranças de Manzo, “brigamos muito com o poder público, que dizia: não saber que ali tinha um Quilombo”.¹¹⁸

Makota Kidoiale fala sobre o processo de aproximação com os órgãos públicos:

Fomos até eles [Estado] em busca de apoio e acabamos tendo que sair da nossa comunidade, ficar um ano no abrigo, perder o nosso sagrado que é o nosso Terreiro. Nossa identidade e o motivo de estarmos reunidos. Hoje não temos mais o Terreiro e a prefeitura não nos dá nenhuma resposta sobre isto e nem mesmo uma justificativa ou explicação, de porque tivemos que ficar no abrigo. Antes tínhamos a Mãe aqui por causa do Terreiro, e hoje por causa [da falta] do Terreiro tivemos que abrir mão da Mãe, porque ela teve que ir para Santa Luzia, para não deixar o nosso sagrado abandonado, por causa disto ela teve que ir para lá, para cuidar do santo.¹¹⁹

De acordo com Makota Kidoiale, a ação da Prefeitura, Defesa Civil e Urbel teve o intuito de extinguir o terreiro, uma vez que a destruição dos elementos sagrados que, por extensão, representam os elementos ligados à religiosidade do quilombo, impossibilitou a volta das atividades do terreiro para o local:

O que penso, posso até ser ignorante, mas é o que penso: a prefeitura queria era eliminar o Terreiro. Acho assim: - Nos falamos que está caindo. Tiramos eles de lá. Desmancha o Terreiro, os deixa sem condição de continuar as atividades e depois os voltamos. E de certo modo, é isto. Por lei nós não podemos fazer nada porque estamos interditados, estamos sem alvará. [...]. Para mim foi uma forma de eliminar o Terreiro. Pois tudo acontecia em volta do Terreiro. Daqui a pouco eu não vou querer ficar aqui. Pois o que me segura aqui é o Terreiro, a Comunidade vivia em volta do Terreiro. Porque tinha o Terreiro, mas se agora que não tem o Terreiro, cada um vai querer viver sua vida em outros lugares.¹²⁰

Somam-se a todos estes problemas supracitados, os danos causados na rede elétrica, hidráulica e sanitária de áreas de uso coletivo e privado das construções, e que, no entanto tiveram que ser solucionados pelos próprios moradores, como ressalta Rosimeire: “[...] nos deixaram sem água, luz, banheiro. Na verdade eu que estou providenciando estas

¹¹⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 253.

¹¹⁹ Makota Kidoiale. *In: Laudo Antropológico Arquitetônico*, 2016, p.29.

¹²⁰ Makota Kidoiale. *In: Laudo Antropológico Arquitetônico*, 2016, p.33.



melhorias pouco a pouco com meus ganhos. Não fui para o abrigo, pois meus patrões não aceitariam a distancia, então tive que morar de aluguel aqui perto.”¹²¹

Entretanto, os diversos riscos apontados nos laudos e notificações emitidos pela Defesa Civil e pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, por exemplo, e que foi o que motivou o desalojamento da comunidade do seu território original não foram sanados pela reforma dos órgãos municipais. Makota Kidoiale fala sobre esse processo:

A Defesa Civil foi clara que antes tinha riscos gravíssimos e mesmo agora que retornamos, a Defesa Civil nos disse que: a reforma foi totalmente insuficiente. Eu mesmo só aqui em casa já gastei mais de 06 mil reais, após voltarmos para arrumar encanação, fiação e outros reparos, além de aproveitarmos para trocarmos portas e janelas. O pessoal da Defesa Civil pelo que me avisaram não gostaram de nada. O meu irmão os ouviu comentando entre eles, que parecia não ter havido nenhuma reforma. Só sei que questionei isto com a Urbel, mas ela disse que teríamos que pedir um relatório para saber se continuava o risco ou não e, ela nem sabia se eles da Urbel faziam isto.¹²²

Mesmo tendo retornado para o quilombo em dezembro de 2012, Makota Kidoiale disse que os moradores da comunidade se encontravam em um estado de grande insegurança, pois não possuíam nenhuma documentação acerca da reforma e desse modo, não tinham como saber da real segurança dos imóveis, já que aparentemente todos os danos ocasionados pela reforma ainda estavam aparentes. Infiltrações, rachaduras, problemas nas vigas de sustentação e outros alertas presentes nas diversas notificações recebidas permaneciam nas estruturas do quilombo. "como corretamente afirmou Makota Cássia, os problemas construtivos continuavam: 'só que para piorar e como maior absurdo derrubou o sagrado do terreiro de Manzo, o que impede o retorno deste junto aos moradores'"¹²³.

Em 11 de dezembro de 2012, o pesquisador Carlos Marques, a pedido da Makota Kidoiale, encaminhou para o Ministério Público Federal uma carta expondo as questões

¹²¹ ROSIMEIRE. In: Laudo Antropológico Arquitetônico, 2016, p.37.

¹²² Makota Kidoiale. In: Laudo Antropológico Arquitetônico, 2016, p.39.

¹²³ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 285.



relatas pelos moradores do quilombo e as angústias enfrentadas por eles, recebendo do órgão a seguinte reposta:

O MPF vai mandar hoje um Ofício (você verá que eu utilizei bastante o seu relato) para o Presidente da URBEL informando os fatos passados e a atual situação, exigindo a justificativa do retorno e a resposta quanto à permanência do risco ou não. Além disso, informações sobre o projeto da obra. Ao final, em letras garrafais, adverte-se que se alguma ocorrência vier a ameaçar ou retirar a vida de algum membro da comunidade no local a PBH e os seus funcionários serão responsabilizados civil e criminalmente.¹²⁴

Ainda em dezembro, a comunidade recebeu visita de técnicos da Urbel e estes informaram à comunidade que as reformas realizadas pela Companhia eram suficientes e garantiriam a segurança do grupo. Descartou a hipótese de desabamento, entretanto a comunidade ainda deveria realizar as reformas necessárias nos espaços construtivos. Como afirma Marques, os técnicos da Urbel reconheceram como precipitada a retirada do grupo do local, uma vez que as construções da comunidade "jamais sofrera riscos de desabamento."¹²⁵ O autor afirma que ao solicitar tais informações por escrito, uma vez que tais declarações poderiam impedir a interdição do imóvel, os técnicos não poderiam relatar o teor da conversa por escrito, pois esta configurou apenas uma conversa para tranquilizar o grupo.

Na reunião realizada em 14 de janeiro de 2013 a CPIR-PBH convidou o Conselho Estadual de Políticas da Igualdade Racial (CONEPIR) para a reunião realizada na sede do quilombo, com o intuito de "realizar uma conversa para se apurar o que se realizou aqui pela prefeitura, o que se falta, e o Estado dizer como anda o processo de desafetação". Logo no começo da reunião Makota Cássia disse que a comunidade não poderia expor o que foi realizado pela Urbel, já que a reforma não era de conhecimento do grupo, "este é o ponto principal não foi apresentado a Comunidade o que a Urbel iria fazer."¹²⁶

¹²⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 285.

¹²⁵ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 286.

¹²⁶ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 286.

Obras que deveriam ter sido realizadas como: reforma das escadas, reforço das vigas e dos pilares de sustentação, não foram realizadas. O que ao fim da reunião Makota informou:

Nós voltamos, mas o Terreiro não pode voltar. O terreiro não pode voltar, pois foram desmanchados os quartos de santo, a cozinha, a camarinha. Então o que penso, posso até ser ignorante, mas é o que penso: a prefeitura queria era eliminar o Terreiro. Acho assim: - Nos falamos que está caindo. Tiramos eles de lá. Desmancha o Terreiro, os deixa sem condição de continuar as atividades e depois os voltamos. E de certo modo, é isto. Por lei nós não podemos fazer nada porque estamos interditados, estamos sem alvará. Que dizer tá interditado o Terreiro, mas as casas não, pois os moradores voltaram. Nos trouxeram de volta mas o Terreiro não pode voltar. Para mim foi uma forma de eliminar o Terreiro. Pois tudo acontecia em volta do Terreiro. Daqui a pouco eu não vou querer ficar aqui. Pois o que me segura aqui é o Terreiro, a Comunidade vivia em volta do Terreiro. Porque tinha o Terreiro, mas se agora que não tem o Terreiro, cada um vai querer viver sua vida em outros lugares. [...] Aqui tinha uma madeira que sustentava a Comunheira, que era madeira de lei, eles levaram. Hoje não temos condição de ter outra. Nós falamos para eles, que o Intoto esta aqui e a Comunheira tinha que ficar em cima na mesma direção [Cássia apontado o local, para os membros do CONEPIR e da CPIR relata que não foi respeitado o pedido para que uma das madeiras passasse exatamente em cima do Intoto, de modo a ser o suporte para a Comunheira], não tiveram cuidado nenhum, o tempo todo nos avisamos que algumas partes eram sagradas e eles fazendo massa em cima. Aí o meu irmão colocou uma grade encima do Intoto para mostrar que era um local sagrado. Mas nem podemos cobrar, pois eles são funcionários não sabiam que era um local sagrado. Eles não foram avisados. Um dia eles iriam usar os objetos da Comunheira no material. Aí meu irmão que disse não mexe nisto não!!! Ai o menino falou: "- ué né pedra não. Quase que as usamos no muro". Mas como mudava os pedreiros, todo dia era a mesma coisa, explicar a eles, mas mudava todo dia. Como que se tem Terreiro sem cozinha? Não tem como [...] ¹²⁷

Durante todo o ano de 2013 as consultas aos órgãos já mencionados foram repetidas, apresentando quase sempre resultados insatisfatórios. No final de maio, foi realizada mais uma reunião Secretária Adjunta da Regional Leste da PBH, responsável administrativo pela região onde se localiza a comunidade, nessa reunião foi prometido que a PBH providenciaria uma licença para o funcionamento do quilombo, além de cancelar uma nova notificação que afirmava que Manzo estaria invadido a via pública, conforme consta no termo abaixo:

¹²⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 286-287.



Termo de Notificação: 122713

Obrigado a Cumprir:

Desocupar e demolir a construção que invade logradouro público (local R. São Tiago) de acordo com a lei 8616/03 art. 318, decreto 14060/10, art. 176 C/C a lei 10406/02. O não atendimento no prazo de 30 dias acarretará a penalidade de uma multa de 3577,36 aplicada em dobro ou em triplo, em caso de reincidência a cada 30 dias. Demolição através de ação demolidora judicial proposta pelo poder executivo e apreensão cf. lei 8616/03.

Prazo de recurso 15 dias 29/04/2013 ¹²⁸

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos coletivos e socioambientais/DPDH, através do ofício nº 474/2013/DPDH, encaminhou para a Secretária da Regional Leste da PBH uma determinação obrigando o órgão efetuar:

- a) Cancelamento da notificação 1227113;
- b) Liberação do Alvará de funcionamento da Casa de práticas religiosas – O Candomblé da Comunidade Quilombola e a respectiva expedição de certidão negativa da Receita Municipal.
- c) Criação de um grupo de trabalho no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte envolvendo seus diversos órgãos que tenham atribuições correlatas às demandas da comunidade, para elaboração e regularização do território Quilombola de forma adequada às legislações urbanísticas em vigor no Município. ¹²⁹

Contudo, as recomendações não foram acatadas. e sobre a invasão da via pública, em 2014, Makota Kidoiale afirmou se tratar de mais um caso de racismo, dado que, somente Manzo recebeu tal notificação. E como lembrou Mãe Efigênia ao pesquisador Carlos Marques, “caso tivesse havido alguma invasão fora por parte da Rua ao Quilombo e não seu oposto, lembrando que tanto o Quilombo como alguns vizinhos são anteriores ao arruamento, portanto, este na verdade foi definido a posteriori das ocupações.” ¹³⁰

O ano de 2014 iniciou da mesma forma que foi encerrado 2013, com a comunidade lutando para ter acesso “aos processos que respondia, e menos ainda a respeito da obtenção de informações referentes ao processo de titularização territorial e de liberação

¹²⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 287.

¹²⁹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 288.

¹³⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 288.



municipal de suas atividades.”¹³¹ Diante da falta de resolução por parte dos órgãos públicos no final de 2014, após nova investida da comunidade, foi formada força tarefa entre Defensorias e Ministério Público para atuar de forma direta e urgente no caso, com o intuito de solucionar os riscos construtivos que a comunidade ainda enfrentava e, principalmente, a reconstrução do sagrado destruído pela intervenção da Urbel.

No ano de 2016, um Laudo Antropológico Arquitetônico foi produzido por uma equipe de profissionais voluntários composta por: antropólogo, engenheiro civil e arquitetos, que analisaram toda a situação ocorrida no quilombo. A fala de Makota Kidoiale que aparece no laudo aponta para a existência de um viés de cunho preconceituoso com as religiões de matriz afro-brasileiras nas ações da Defesa Civil:

De tempos em tempos passamos a ser vistoriados pela Defesa Civil que sempre nos indicava os riscos: de desabamento, muro descer, incêndio. Mas somente nós recebíamos notificações e alertas, os vizinhos não. Comecei a achar que poderia ser perseguição religiosa e não preocupação com vidas.¹³²

Desse modo, o laudo arquitetônico concluiu que as reformas realizadas na Comunidade de Manzo ocasionaram muito mais danos do que reparações no que se referente aos riscos iminentes apontados nas notificações da Defesa Civil. Os impactos gerados além de atingem a materialidade do território, atingiram fortemente os aspectos sagrados e simbólicos que circundam a comunidade. A intervenção significou a destruição do espaço sagrado de uma religião historicamente oprimida, impossibilitando inclusive a volta das atividades religiosas para o local, além do enfraquecimento do Projeto Kizomba que é grande importância para o entorno carente. Entretanto, os aspectos concernentes à destruição dos espaços sagrados da comunidade serão aprofundados no próximo capítulo.

No ano de 2017, a partir de solicitações das comunidades, Manzo Ngunzo Kaiango, Luízes, situado no bairro Grajaú, região sudoeste da capital e Mangueiras, localizado na região nordeste da cidade, às margens da rodovia para Santa Luzia, foi aberto estudo para

¹³¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 289.

¹³² Makota Kidoiale. *In: Laudo Antropológico Arquitetônico*, 2016, p.15.



reconhecimento dos Quilombos de Belo Horizonte como Patrimônio Cultural Imaterial do município. Com o intuito de descrever suas singularidades e principais instituições socioculturais a fim de argumentar sobre a importância dos quilombos na cidade como Patrimônio Cultural de fato. Pois suas trajetórias, seus modos, saberes, viveres e fazeres, notadamente de matriz afro-brasileira, são, de fato, experiências e instituições marcantes na cidade de Belo Horizonte.

A solicitação foi aprovada em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2017, na qual o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (CDPCM-BH) decidiu, por unanimidade, o reconhecimento dos Quilombos como Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte. O reconhecimento da Comunidade de Manzo pelo município significou a valorização da importância desse coletivo para uma cidadania mais diversificada em Belo Horizonte e, principalmente, o reconhecimento da resistência histórica e extraordinária dessa comunidade contra processos de desterritorialização, de violência racial, étnica, religiosa e cultural. Por outro lado reconhece como significativas as suas práticas religiosas e culturais, constituidoras da diversidade do país.

A trajetória histórica acerca de Manzo Ngunzo Kaiango aponta que o Quilombo se constituiu ao longo dos anos como lugar de resistência às graves violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado, e como espaço de referência para a construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade de outros grupos sociais, posicionando-o como referência para diversos outros agrupamentos de matriz africana.



3. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA COMUNIDADE E DOS SEUS LUGARES SAGRADOS

3.1 Espacialização da Comunidade no território originário – Belo Horizonte

Como visto anteriormente, a comunidade se estabeleceu no território localizado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, onde foi fundada a casa de Umbanda Senzala de Pai Benedito, e posteriormente, na década de 1980, o terreiro Manzo Ngunzo Kaiango, após a iniciação de Efigênia no Candomblé Angola e sua ascensão a Mаметu. Diante disso, o território precisou ser reordenado a fim de abrigar as edificações e os elementos materiais dessa religião. A partir de então, a comunidade passou a se organizar em torno do Candomblé, mantendo suas raízes umbandistas e as entidades do panteão dessa religião. Anos depois, no processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo, que contou com o apoio do Cenarab, a comunidade adotou o nome do terreiro de Candomblé, passando a se intitular como Manzo Ngunzo Kaiango.

A Comunidade é composta pela família sanguínea da matriarca, Mãe Efigênia, e seus agregados¹³³ e se assenta em um território que atualmente está estabelecido entre dois lugares – o território originário, no Santa Efigênia, e sua extensão, em Santa Luzia. Todo o território de Manzo é constituído social, cultural e religiosamente a partir da Umbanda e do Candomblé, o que faz com que o terreiro seja percebido e experienciado como o centro vital do grupo.

O terreiro, por sua vez, é composto por um amplo e complexo aparato material que possibilita seu funcionamento sagrado. A esse aparato material, chamamos aqui de *conjunto de edificações* associadas – as estruturas edificadas necessárias às atividades rituais religiosas do terreiro (quartos de santo, cozinha, camarinha, salão de gira ou

¹³³ A comunidade também é entendida como a família de santo do terreiro de Manzo, mas como, em sua grande maioria eles não moram efetivamente no território, mesmo que alguns filhos de santo estejam ali quase que cotidianamente, estamos designando aqui a comunidade como a família de Mãe Efigênia e seus agregados.



Abassá) – e os elementos materiais sagrados, como os assentamentos, que podem ser constituídos por pedras, objetos, plantas, dentre outros.

Em Santa Efigênia, o terreiro, o conjunto de edificações associadas e as moradias compõem o território originário do Quilombo Manzo. Chega-se ao local, pela Rua São Tiago, onde estão posicionadas duas placas, colocadas acima do portão de entrada. Na mais alta, lê-se Manzo Ngunzo Kaiango e, na segunda está escrito “Projeto Cultural Kizomba”. Na mesma altura da placa mais baixa, na parede ao lado esquerdo do portão, está afixada a placa de fundação do Quilombo com os seguintes dizeres: *Comunidade Remanescente de Quilombos Manzo Ngunzo Kaiango (Senzala de Pai Benedito) certificada pela Fundação Palmares, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do art. 2º e o parágrafo 4º do art. 3º do Decreto 4.887 de 20/11/2003.*



Figura 5: Placas na entrada do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango
Fonte: Acervo PBH

Passando pelo portão e descendo uma íngreme escada, avista-se um aglomerado de construções, dispostas em níveis distintos, posto que o terreno está em acentuado declive. Atualmente o território de Manzo abriga sete moradias de sete famílias, conformando um total de cerca de 30 pessoas. Essas casas não seguem um padrão – algumas possuem até cinco cômodos (sala, cozinha, banheiro e quartos) e outras apenas um cômodo. No entanto, o número de habitantes em Manzo é variável, bem como a quantidade de construções, sendo essa uma característica do ordenamento espacial próprio da comunidade:

O mais comum é que os elementos construtivos sejam subdivididos ou acrescidos



de novos cômodos independentes. Os números são variáveis e dependem de dinâmicas organizativas bastante fluidas. Por exemplo, a chegada de um novo parente, um casamento, um retorno, um filho querendo maior liberdade e ou maior intimidade em relação aos pais, podem dar origem a novas construções, ou à subdivisão de outras construções já existentes¹³⁴.

A escada que dá acesso ao Quilombo se transforma, em determinado ponto, em uma rampa que vai até o final do terreno. Três residências estão no nível da rua e o restante dos espaços está em um nível abaixo, sendo acessados por escadas e corredores. Na escada, à esquerda de quem a percorre no sentido do terreiro, encontra-se o assentamento para *Pambu Nijila* e à direita, o assentamento para *Giramavambo*¹³⁵, que são os guardiões do portão do terreiro.

¹³⁴ Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016, p.8.

¹³⁵ Qualidade do Inquice que faz a intermediação entre os seres humanos e os outros Inquices.



Figura 6: Escada que dá acesso ao Quilombo
Fonte: Acervo IEPHA/MG



Ao final da escada, à esquerda, há uma construção cujo corredor leva ao salão do terreiro, o Abassá¹³⁶. Nesse corredor, encontram-se três portas que dão acesso, cada uma, a cômodos distintos. Seguindo em frente após a escada, tem-se acesso às outras residências.

A partir do corredor, acessa-se o conjunto de edificações que conformam o terreiro Manzo Ngunzo Kaiango: Abassá (ou salão), camarinha, cozinha e quartos de santo. Esse conjunto será descrito de forma detalhada mais à frente, junto à descrição acerca da religiosidade da comunidade.

O croqui a seguir mostra os espaços que compõem o terreiro, em azul, e o conjunto de moradias, em amarelo.

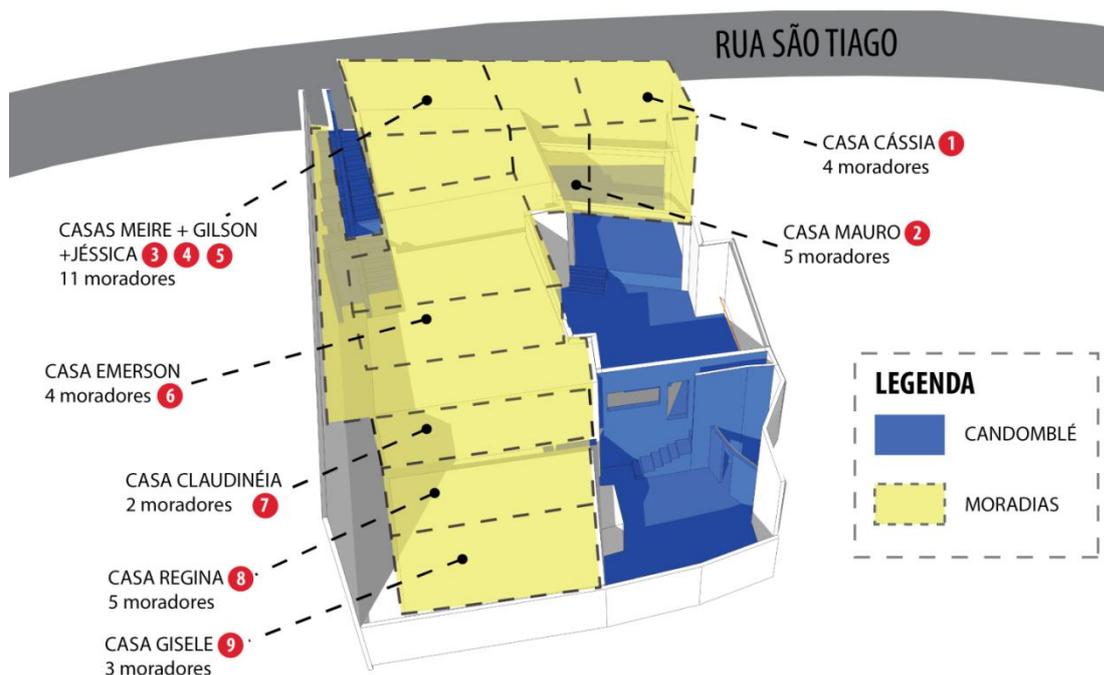


Figura 7: Croqui da planta do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.
Fonte: Laudo Antropológico Arquitetônico Quilombolé Manzo Ngunzo Kaiango

¹³⁶ Salão onde se realizam as cerimônias públicas do candomblé, também chamado de terreiro, roça de santo, barracão (MARQUES, 2015, p. 86).

3.2 O sagrado e o terreiro em Manzo Ngunzo Kaiango

Para entender o espaço físico de Manzo, é necessário relacioná-lo com a religiosidade que particularmente se desenvolve ali, onde os cruzamentos entre as tradições religiosas da Umbanda e do Candomblé dão significado e conformam esse espaço. Religião e território são dimensões indissociáveis no denominado “quilombé”¹³⁷ Manzo Ngunzo Kaiango.

A comunidade tem como mito fundador a solicitação de compra do terreno por Pai Benedito. O mito se consolida com a narrativa da entrada de Efigênia pela primeira vez no terreno, momento em que carregava as imagens do Preto Velho Pai Benedito, de Nossa Senhora Aparecida e de São Jorge, contexto que revela a importância vital da religiosidade na conformação de seu território.

Foi 1973; 24 de setembro de 1973. No dia de Nossa Senhora das Mercês – protetora dos escravos. Eu estava entrando naquele terreno com a imagem de Pai Benedito, e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e um São Jorge Guerreiro. [...] Eu peguei um pedaço de tábua da A. D. Moreira [antiga loja de móveis no centro da cidade que possuía depósito no Bairro Santa Efigênia] e escrevi com tinta: *Centro Espírita Umbandista A Senzala de Pai Benedito* – chego a arrepiar quando lembro disso. Não posso mudar este nome não! A Senzala de Pai Benedito!!! E ali Pai Benedito fazia cura, Pai Benedito benzia.¹³⁸

Embora haja variações nos relatos dos membros da comunidade a respeito do processo de compra do terreno¹³⁹, o episódio da entrada da matriarca no espaço é compreendido como marcador do surgimento da Comunidade e da casa de Umbanda à qual o Preto Velho pediu que batizassem como *A Senzala de Pai Benedito*. Esse novo lugar, onde Efigênia começou a tocar a Umbanda e fazer seus atendimentos espirituais,

¹³⁷ Neologismo utilizado por Marques (2015) para se referir à comunidade de Manzo, que é quilombola e de terreiro, ao mesmo tempo.

¹³⁸ MAMETU MUIANDÊ *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*, p. 83.

¹³⁹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*.



incorporada de seu guia, fundou o território de Manzo, que está totalmente ancorado no sagrado, na religiosidade. Esta compreensão se estabelece a partir da percepção da maneira como a Comunidade conformou seu espaço, na qual a primeira edificação era ao mesmo tempo a residência da família e a Casa de Umbanda. Ao redor dessa construção, que Kemboalá¹⁴⁰ informou ser uma “casinha de madeira”, foram construídos os outros cômodos.

A Umbanda, em sua origem, promove uma combinação entre pelo menos quatro matrizes: a Kardecista, muito praticada por uma classe média urbana branca; as religiões de matriz afro-brasileiras, o catolicismo popular e práticas ameríndias, produzindo uma religião brasileira em suas bases. Sobre essa combinação, o sociólogo Reginaldo Prandi afirma que, por juntar “o catolicismo branco, a tradição dos orixás da vertente negra, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena”, a Umbanda se inspirou nas “três fontes básicas do Brasil mestiço”¹⁴¹.

Em sua formação, a Umbanda se identificava como uma religião cristã, mas legitimava a possessão dos espíritos a partir de um viés racionalista, advindo do Kardecismo¹⁴², que emprestou também seu ideal cristão da caridade, impregnando profundamente a ética umbandista (NEGRÃO, 1993, p. 119). Deste amálgama, de acordo com Marques (2015), emerge um panteão de entidades fortemente influenciado pela Macumba e pelo Candomblé, mas que mantém uma cosmovisão cristã dicotômica, que divide o mundo entre o bem e o mal.

É muito importante, no entanto, entendermos que, desde a origem, a Umbanda não significa mera “limpeza”, ou “simplificação” do Candomblé, nem tampouco, a

¹⁴⁰ Jorge Luís Pereira, filho mais velho de Efigênia, conhecido por sua djina Kemboalá.

¹⁴¹ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé, 2004, p. 223.

¹⁴² Doutrina codificada por Allan Kardec, que consiste em um sistema de crenças “que tem nas noções de mediunidade, evolução e reencarnação sua pedra angular. Segundo o espiritismo, os hoens são espíritos encarnados ao longo de um processo evolutivo cósmico regido pela lei da evolução, da reencarnação e do carma, e espíritos e homens estão em permanente comunicação”. Parte de sua codificação chegou ao Brasil no final do século XIX, “e ganhou aqui feição peculiar, interagindo não só com as tradições religiosas afro-brasileiras como também com a religião católica” (Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira).



ritualização do Kardecismo com elementos do Candomblé. Estamos tratando, na verdade, de uma “enorme transformação”¹⁴³. Para Maria Helena Vilas Boas Concione, a Umbanda pode ser definida como um processo de sincretismo que nunca termina¹⁴⁴. Nesse sentido, Maria Laura Cavalcanti, também percebe que a Umbanda não seria uma religião em busca de uma forma, ou um modelo fechado, mas sim “uma religião com uma forma particular, na qual heterogeneidade e fluidez constituem características marcantes e compatíveis com a existência de um sistema simbólico estruturado”¹⁴⁵.

Tendo a heterogeneidade e a fluidez como características, a diversidade interna à Umbanda é reconhecida por inúmeros autores. Concione lembra que essa “*diversidade é tanto de classe (ou segmentos de classe) como diversidade entre terreiros*”¹⁴⁶. Essa fluidez culmina, também, em uma diversidade quase infinita do panteão de entidades ou guias¹⁴⁷, que estão distribuídas em sete linhas, cada uma comandada por um orixá, fortemente sincretizado com um santo católico. De acordo com Concione:

São numerosos, numerosíssimos mesmo os personagens possíveis no campo da Umbanda. O seu referencial inicial, a partir das sete linhas (“da direita”) que se desdobram em sete falanges, que por sua vez comportam [...] ‘entidades’ específicas e complementado pelas 5 linhas (“da esquerda”) que também se desdobram em falanges que alocam outras tantas entidades, dá ao panteão umbandista o caráter de abertura em leque. Se somarmos a esta estrutura os Guias/entidades pessoais, isto é, se considerarmos a possibilidade destes Guias/entidades quando incorporadas desenvolverem, através de um processo de objetivação/subjetivação, a sua própria identidade (pessoal; personalizada; e, aparentemente, intransferível no nível da prática), o nosso leque se amplia; sua abertura é contida nos limites de uma progressão geométrica e por isso mesmo humanamente infinita. Esta possibilidade infinita, contudo, encontra suas margens estabelecidas por alguns *tipos de personagens (ou categorias de personagens)*: Caboclos, Pretos-Velhos, Baianos, Boiadeiros, Ciganos, Zés-Pelintra, Cangaceiros, Pombas Giras, Exus, Crianças, além de outras menos correntes, mas que de uma forma ou de outra se ‘alocam’ em alguma das 7 linhas da direita, ou das 5 da esquerda.¹⁴⁸

¹⁴³ PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. 1990, p. 4.

¹⁴⁴ CONCIONE, Maria Helena Vilas Boas. Umbanda: uma religião brasileira. 1987.

¹⁴⁵ CAVALCANTI, Maria Laura *apud* DA SILVA, 2005, p. 68-69.

¹⁴⁶ CONCIONE, Maria Helena Villas Boas. O ator e seu personagem. 2006, p. 32.

¹⁴⁷ Panteão designa o conjunto de deuses cultuado por determinada religião.

¹⁴⁸ CONCIONE, Maria Helena Villas Boas. O ator e seu personagem. 2006, p. 5.



A Umbanda, diz Prandi, está “ritualmente muito próxima do candomblé dos ritos angola e caboclo, em que já estão esquecidos os inquices bantos, substituídos pelos orixás — os deuses nagôs”¹⁴⁹. Em seu panteão, portanto, a Umbanda tem à frente os orixás do candomblé, mas o lugar de destaque nessas religiões é ocupado pelas entidades desencarnadas, como no kardecismo e os encantados, dos cultos indígenas. A Umbanda cultua, assim, Caboclos, Boiadeiros, Pretos Velhos, Ciganas, Exus, Pombas Giras, Marinheiros e crianças, entidades que trabalham no sentido da cura, do acolhimento e do aconselhamento dos vivos¹⁵⁰. É o caso de Pai Benedito, o Preto Velho que acompanha Efigênia desde sua infância e que é referência para toda a comunidade de Manzo. Além dessa entidade, o Caboclo Ubirajara, o Exu Paredão e a Pomba Gira Cigana, são entidades incorporadas por Efigênia há muito tempo, que são cultuadas e que nos trabalhos espirituais desenvolvidos no Quilombo.

Diante do que foi apresentado entende-se que história da comunidade está intrinsecamente ligada à história de Efigênia e de seu guia espiritual, o Preto Velho Pai Benedito e, por consequência, à Umbanda. O fato de o terreno ter sido adquirido por meio de um trabalho espiritual realizado por Pai Benedito fez com que a entidade fosse percebida pela comunidade como dona do terreno de Manzo. No sentido conferido pelos quilombolas, o chão de Manzo pertence, então, a Pai Benedito porque ali está seu *Ngunzo*¹⁵¹, que é a energia sagrada¹⁵².

¹⁴⁹ PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. 1990, p. 6.

¹⁵⁰ PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. 1990.

¹⁵¹ *Ngunzo*, nos candomblés Angola, equivale ao Axé dos candomblés Ketu (GOLDMAN, 2012, p. 279). À se é comunicado através das palavras, dos fluídos (como o hálito, a saliva, o suor do Orixá repassado a pele de um filho) do alimento oferecido, do som, dentre outras formas, que veiculam potências e são compostos de intencionalidade (SANTOS, 1984 *apud* MARQUES, 2015, p. 174). Muiandê afirma “*Ngunzo é axé, a força da natureza...*” (MAMETU MUIANDÊ, [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

¹⁵² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*.



Kidoiale recorda que tanto sua mãe, como o próprio Pai Benedito, ao se referirem à área na qual a comunidade veio a se estabelecer, diziam:

‘As terras são de nego’. Pai Benedito sempre disse isto. Tanto é que minha avó respeitava Pai Benedito, a palavra dele era lei. Até hoje não consideramos isto aqui nosso. Isto aqui é do Pai Benedito, nós moramos de favor. Todo mundo mora aqui de favor. A mãe sempre falou isto: - *aqui não é de vocês não. É de Pai Benedito, então vocês não tem direito a nada.*¹⁵³

Conforme visto, a partir da década de 1980, o Candomblém também passou a fazer parte da comunidade. A implantação do terreiro de candomblé em Manzo se deu após a iniciação da matriarca na religião e, posteriormente, sua ascensão ao cargo de Mametu. Qualquer um que esteja disposto a passar pelas etapas do processo de iniciação, pode ser preparado para esse ofício, sejam ou que “vão com as próprias pernas” ou aqueles que o “santo chama”¹⁵⁴. Esse foi o caso de Efigênia que, como abordado anteriormente, fez seu santo após o grave problema de saúde sofrido, percebido por ela como um incontornável chamado do santo.

Para que uma pessoa possa se iniciar na religião, é necessário passar por um processo conhecido como “Feitura do Santo”, no caso do Candomblé de nação Angola, do Inquice que a acompanhará durante toda sua vida. É necessário frisar, que o Inquice não é criado nesse momento, posto que cada pessoa já nasce com a energia vital, o *Ngunzo*, que é o santo. O que acontece no processo de iniciação é o assentamento do santo na cabeça de seus filhos. Por essa razão, Kidoiale prefere falar em termos de “despertar o santo”. Essa explicação de Kidoiale vai ao encontro das proposições do antropólogo Márcio Goldman no estudo dos Candomblés da Bahia. Para esse autor

‘Fazer o santo’ ou ‘fazer a cabeça’ não é tanto fazer deuses, mas, neste caso, compor, com os orixás, uma outra pessoa. Neste caso, porque não são apenas as pessoas que estão divididas entre os orixás, mas tudo o que existe e pode existir no universo: grupos sociais, animais, plantas, flores, comida, pedras, lugares, dias, anos, cores, sabores, odores... Todos os seres “são” de determinado orixá e, ao

¹⁵³ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 71.

¹⁵⁴ Conforme explicação de Clarice dos Santos, conhecida pela Dijina Symbelecyc.



mesmo tempo, alguns devem ou podem ser consagrados, preparados ou feitos para ele.¹⁵⁵

Essa diferenciação é exemplificadora de um elemento constituinte e constitutivo de uma cosmológica candomblecista que, diferentemente das religiões cristãs, não concebe uma criação feita a partir de um “vazio” (*ex nihilo*). Nesse sentido, nas palavras de Goldman:

Nas religiões de matriz africana no Brasil o processo de criação não é pensado nem segundo a lógica judaico-cristã da criação *ex nihilo*, nem segundo o modelo hilemórfico grego clássico (no qual uma forma criadora é aplicada a uma matéria inerte), talvez possamos levantar a hipótese de que a “confirmação” seja um modelo mais adequado do que a “feitura” para pensarmos o processo de iniciação em geral. Isto porque, como tentei demonstrar em outro lugar (Goldman 1984, 2005), nessas religiões todos os seres já existem de alguma forma, mesmo antes de serem feitos.¹⁵⁶

Para Vagner Gonçalves da Silva, a flexibilidade de ritos e do panteão da Umbanda, é percebida também no Candomblé, como a marca dessa religiosidade, que faz constituir “uma maneira específica de pensar suas representações simbólicas em novos contextos sociais”¹⁵⁷. Trata-se, aqui, de religiões cujos princípios e fundamentos são estabelecidos e transmitidos de maneira predominantemente oral e, ainda, ao contrário das religiões católicas, nas quais há uma hierarquia centralizada na figura do Papa, os terreiros são autônomos, e cada pai ou mãe de santo são as autoridades máximas em suas comunidades, em suas famílias¹⁵⁸.

Por não haver uma organização institucional que unifique ou promova uma ordenação capaz de estabelecer normas ou diretrizes para os terreiros como um todo, a Umbanda (assim como o Candomblé) é uma religião de pequenos grupos, que se formam

¹⁵⁵ GOLDMAN *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 146-147.

¹⁵⁶ GOLDMAN, Marcio. O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil, 2009, p. 281.

¹⁵⁷ DA SILVA, Vagner Gonçalves. O terreiro e a cidade nas etnografias afro-brasileiras. 1993, p. 69.

¹⁵⁸ DA SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda – caminhos da devoção brasileira, 1994.



em torno da autoridade do pai ou mãe de santo¹⁵⁹. Cada comunidade é, portanto, autônoma e autossuficiente, sendo a autoridade da casa que define, em negociação com as entidades, os princípios e fundamentos daquela casa. Essa autossuficiência dos terreiros faz com que cada um deles assuma configurações distintas, que devem ser analisadas especificamente.

Quando Efigênia atingiu o cargo de Mametu, há 36 anos, a comunidade da Senzala de Pai Benedito passou a abrigar também o terreiro de Manzo Ngunzo Kaiango. A Senzala, no entanto, segundo os quilombolas de Manzo, nunca deixou de existir, sendo cuidado e reverenciado pela comunidade.

A Senzala de Pai Benedito é o nome que se deu desde o início, quando a registrei como Casa de Umbanda. *Éramos uma Casa de Umbanda e eu não tirei até hoje.* Ai eu fiz o Santo, raspei minha cabeça no *Santo*, dentro do Candomblé e meu *pai de santo* me disse que não podia manter este nome, pois Senzala vem da Umbanda era preciso um nome em Banto. Ai nós olhamos no jogo e ficou *Manzo Ngunzo Kaiango: A Casa da Força de Matamba*, Manzo é Casa, Ngunzo é Força e Kaiango é a qualidade da minha Mãe Iansã. *E aí ficou a Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango.*¹⁶⁰

Makota Kidoiale assim disse, a respeito da adoção do nome banto para designar o grupo:

A mudança de nome tem a ver com a cantiga da Casa. Matamba precisava trazer uma cantiga. Mas é aquela coisa não adianta querer sair da Senzala de São Benedito e chegar em Manzo, eu acho que Manzo caminha atrás da Senzala, pois se criou e trocou o nome para ter a cantiga, mas até hoje a cantiga não chegou. Então assim, fez o jogo e confirmou que teria que ter um nome *Banto* para a cantiga. [...] Mas me lembro de que fomos a Pai Benedito e ele disse: coloque o nome que quiserem, mas para nego nunca vai deixar de ser a Senzala de Pai Benedito. Então o nome é para a Cantiga da Casa e de boas vindas, e é um nome do Candomblé [...].

Manzo é o nome que está no registro. Penso que nós invertemos. A comunidade devia ser Senzala de Pai Benedito e o Terreiro de Candomblé ser Manzo Ngunzo

¹⁵⁹ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé, 2004.

¹⁶⁰ MAMETU MUIANDÊ *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 93-94, grifos acrescidos.



Kaiango. Mas hoje como a Comunidade é *Manzo* podemos dizer que a Senzala de Pai Benedito é o Terreiro que existe dentro da Comunidade¹⁶¹.

Como se observa a partir das narrativas, o nome do terreiro surgiu através de uma consulta ao jogo de búzios. Para a Nação Angola, portanto, *Manzo* significa Casa, *Ngunzo* significa Força, e *Kaiango* é a qualidade da Inquice Matamba, divindade regente da casa e da própria sacerdotisa, Mometu Muiandê. Traduzido do banto para o português, significa “A Casa da Força de Matamba”¹⁶². Efigênia sintetiza esse contexto afirmando: “então surgiu a Senzala de Pai Benedito assim, e a Comunidade de *Manzo Ngunzo Kaiango* surgiu quando teve que mudar o nome por ser um Candomblé”¹⁶³. Através da fala da matriarca, podemos compreender que a fundação da Senzala de Pai Benedito materializou a comunidade que, posteriormente, se autorreconheceu enquanto quilombola, adotando o nome do terreiro de Candomblé. Kidoiale afirma que “a Umbanda se transformou em Candomblé” dizendo que para a comunidade, o Quilombo Manzo ainda “se mantém como Senzala”, pois “Pai Benedito é que nos liga aqui, se fosse só Candomblé não sei se resistiríamos tanto”¹⁶⁴.

Kidoiale conta que, no momento seguinte ao retorno de sua mãe da camarinha¹⁶⁵, a relação com Pai Benedito chegou a ser momentaneamente abalada, não sem consequências:

Eu me lembro de que quando a mãe chegou da Camarinha, tivemos que preparar a casa [...]. Durante o primeiro ano, a Mãe não podia virar no Santo, só no Erê. Com isto Pai Benedito, começou a perder espaço. Isto foi um choque porque a *família* estava acostumada com Pai Benedito, ele vivia aqui de costume. Esta foi uma época de muita dificuldade, lembro que passamos até fome. Quando a Mãe fez 03 anos de santo, a Mãe achou que a vida estava péssima, sem luz, sem comida direito, enfim as coisas estavam ruins [...]. Aí nesse momento o que a

¹⁶¹ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 94.

¹⁶² Matamba, a ‘dona da cabeça’ de Muiandê e de sua casa corresponde, no candomblé Ketu, a Iansã, Orixá de frente de Mãe Efigênia.

¹⁶³ MAMETU MUIANDÊ *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*, p. 71.

¹⁶⁴ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 72.

¹⁶⁵ Cômmodo presente nas casas de Candomblé, no qual o neófito ou iniciado se instala por um período de dias determinados, a fim de realizar os preceitos e cumprir as obrigações para despertar ou atender seu santo.



Mãe fez foi montar o altar de novo. Ela chegou a cogitar a sair do Candomblé e ficar só com a Umbanda, mas ao mesmo tempo sabemos que a *feitura do santo* é algo bem sério, pois somos nós que *despertamos* o santo né. Então a ligação com o Santo é grande, é como se ele estivesse dentro da veia correndo no sangue. Então a Mãe ao mesmo tempo tinha esse compromisso, mas queria continuar com a Umbanda. [...] Aí minha mãe foi em um Pai de Santo e ele disse, que ela poderia continuar com os dois, me lembro, que na época chamavam de Nagô-Voducê, Nagô porque era a Senzala, e Voduce por que era os Orixás, os Santos, e ai ficou uma Casa com sessão de Umbanda e Candomblé.¹⁶⁶

O espaço de Pai Benedito, portanto, teve de ser retomado. Esse espaço pode ser entendido de duas formas: por um lado, o próprio terreno é percebido como propriedade do Preto Velho e, por outro, diz-se também de um espaço de culto, cuidado e respeito. Tanto a Umbanda como suas entidades mantém, assim, seus *espaços* em Manzo, no sentido de que também organizam o território e os rituais.

foi em 1986 que viramos Terreiro de Candomblé e aí vem até hoje. Toca-se um Terreiro de Candomblé, mas respeitando sempre Pai Benedito, em respeito até mesmo ao terreno, ao espaço dele que foi o primeiro que chegou aqui com a gente.¹⁶⁷

Mametu Muiandê se define como uma “angoleira de raiz”, mas que começou na Umbanda, religião que mantém ainda hoje e que, como visto, é um dos alicerces da existência da comunidade e do seu reconhecimento como Quilombo¹⁶⁸. Assim, mesmo com essa passagem, a Umbanda nunca deixou de fazer parte da sua vida e da comunidade:

Eu amo a umbanda, sou apaixonada com a umbanda, porque eu me iniciei tudo na Umbanda, com o meu Preto Velho, Caboclo e o Exu Paredão, então eu toco a Umbanda uma vez no mês e toco Candomblé uma vez no mês [...]

Então, é... A umbanda eu toco ela aqui uma vez no mês, aí passa 15 dias e eu toco candomblé. E lá na Santa Efigênia eu toco mais umbanda do que candomblé,

¹⁶⁶ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 75.

¹⁶⁷ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 93.

¹⁶⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 95.



porque lá o terreiro é do pai Benedito, mas eu toco candomblé uma vez por mês também lá¹⁶⁹.

Em Manzo, a Umbanda e o Candomblé, são cultos coetâneos e estão inter-relacionados. Essa relação estabelecida entre as duas religiões, já foi percebida por pesquisadores em muitos terreiros no Brasil¹⁷⁰ que percebem que há um movimento muito comum na Umbanda, que é a iniciação de seus seguidores no Candomblé¹⁷¹. O antropólogo Vagner Gonçalves fala sobre a passagem da Umbanda ao Candomblé, como uma reordenação da trajetória religiosa, na qual as diferentes tradições religiosas estão em permanente processo de reinvenção e rearticulação¹⁷².

Já Patrícia Birman utiliza a expressão “Umbanda traçada” para descrever, no contexto do Rio de Janeiro, um fenômeno que se assemelha ao de Manzo, onde se pode encontrar a coexistência entre as duas religiões¹⁷³. Sobre essa inter-relação, no contexto do batuque gaúcho, Edgar Barbosa Neto afirma que vai além da convivência, já que as duas religiões por vezes concordam, por vezes discordam,

mas nunca se ignoram. O “sincretismo”, a “linha cruzada”, são tentativas de descrever um complicadíssimo sistema de operações, máquinas, ao mesmo tempo, rituais, cosmológicas e corporais atravessadas por maneiras heterogêneas de cortar e conectar¹⁷⁴.

No Candomblé de Nação Angola, diferentemente de alguns terreiros de Candomblé da Nação Ketu, os Caboclos, Pretos Velhos e Exus Catiços, são cultuados coetaneamente aos Inquices, sendo essa “linha cruzada” instituída pela própria religião.

¹⁶⁹ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

¹⁷⁰ BIRMAN, 1985; BARBOSA NETO, 2008; DA SILVA, 1994.

¹⁷¹ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé, 2004.

¹⁷² DA SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda – caminhos da devoção brasileira, 1994.

¹⁷³ BIRMAN, Patrícia. O que é umbanda?, 1985.

¹⁷⁴ BARBOSA NETO, 2008 *apud* MARQUES, 2015, p. 78.



Para definir as relações estabelecidas entre as duas religiões em Manzo, Marques utiliza-se do conceito de “transversalidade”, recuperando as falas dos próprios quilombolas/candomblecistas de Manzo e de alguns autores como José Carlos dos Anjos:

A religiosidade afro-brasileira em lugar de dissolver as diferenças conecta o diferente ao diferente deixando as diferenças subsistirem enquanto tal. Um caboclo permanece diferenciado de um orixá mesmo se cultuados no mesmo terreiro e sob o mesmo nome próprio.¹⁷⁵

Em Manzo, as linhas divisórias e fronteiriças entre os dois cultos só podem ser entendidas a partir dos sentidos que assumem na vivência e na experiência da comunidade de Manzo¹⁷⁶, composta pela família estendida, a sanguínea e a de santo.

A Umbanda formou e o Candomblé conformou a comunidade, movimentos que acontecem ainda hoje, posto que sua configuração está longe de ser estanque, especialmente quando se considera todas as transformações que ocorreram no lugar ao longo do tempo. Ambas as religiões inscreveram e inscrevem no território seus signos, e os seus usos são ditados a partir dos fundamentos religiosos e das negociações com o sagrado, principalmente com a figura de Pai Benedito. Assim, as cosmologias do Candomblé e da Umbanda adquirem, em Manzo, seus contornos próprios, provendo a convivência de “tempos, cosmoespaços e cosmologias do Candomblé e da Umbanda”¹⁷⁷.

Os terreiros, como descreve Goldman, são “enormes máquinas” de captação, distribuição e circulação da força, única e múltipla, – o *Ngunzo*, no caso dos Candomblés Angola, “constitui tudo o que existe e pode existir no universo”, através de processos de diferenciação e individuação¹⁷⁸. É por isso, também, que o espaço sagrado, seja a Casa de Umbanda Senzala de Pai Benedito ou o terreiro Manzo Ngunzo Kaiango, pode ser

¹⁷⁵ DOS ANJOS, 2008 *apud* MARQUES, 2015, p. 78.

¹⁷⁶ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*.

¹⁷⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 78.

¹⁷⁸ GOLDMAN, Marcio. O dom e a iniciação revisitados, 2012, p. 279.



considerado como o centro dessa comunidade quilombola. O centro porque é o “local em que as concepções cosmológicas pronunciam seus *modos, saberes, fazeres e viveres*”¹⁷⁹.

O que torna o terreiro um local sagrado é o *Ngunzo* que ali se assenta e que possibilita as trocas da energia vital, organizando a vida comunitária que se forma em torno dele. Esse assentamento, no entanto, se dá enquanto *potência*, indicando que o terreiro não é uma fonte que emana *Ngunzo*, independentemente das trocas que são feitas com ele¹⁸⁰. É justamente por ser fonte potencial dessa energia, que o terreiro é considerado como *espaço vital*, com o qual os filhos de santo e a comunidade como um todo, precisam manter vínculos de trocas constantes. Essa energia, portanto, precisa circular, ser constantemente trocada entre o terreiro e a comunidade.

É no Terreiro que se assentam os Santos - *Inquices* de cada um dos filhos, os *Inquices* da Casa, do Pai de Santo, *Inquices* de segurança, os Pambu-Njilas¹⁸¹ da Casa, dos filhos, os Pambu-Njilas que acompanham cada um dos Santos pessoais assentados, os elementos sagrados, a casa dos eguns. O Terreiro, portanto, organiza uma comunidade, em que os seus membros podem ou não residir permanentemente¹⁸².

É no terreiro que está assentado e é reassentado o *Ngunzo*, garantindo a “existência dinâmica, permitindo a troca entre a ancestralidade, o presente e o devir, em suas múltiplas formas”¹⁸³. Assentado e reassentado, porque sempre deve haver movimento. Na visão dos quilombecistas de Manzo, de acordo com Marques, o “Candomblé [...] é um constante movimento – [é] necessário *girar em torno do intoto*, como definiu Makota Cássia, a respeito da ideia de circular a vida nos termos de Manzo”¹⁸⁴.

Os assentamentos, para o Candomblé, guardam aspectos dos *inquices* e dos filhos de santo. Junto a eles, devem ser colocadas as oferendas para os santos, que precisam

¹⁷⁹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 118.

¹⁸⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*.

¹⁸¹ *Pambu Njila* é o *Inquice* das encruzilhadas e dos caminhos. Ele é responsável pela comunicação entre as divindades e os homens.

¹⁸² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*... p. 120-121.

¹⁸³ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*... p. 110

¹⁸⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*... p. 111.



“comer”. A comida e o comer produzem trocas de energia vital: a “comida preparada e trocada com o Inquice e com as pessoas contém uma prestação e contraprestação de renovação do *Ngunzo*”¹⁸⁵. Assim, os alimentos votivos – sempre os melhores – são ofertados aos Inquices e retornam aos fiéis em forma de *Ngunzo*.

Por isso, também em Manzo o terreiro é o local mais “vivo” da Comunidade:

Aqui [no terreiro] tem atividade o tempo todo. O local que reunimos todo mundo para conversar, discutir, é o Terreiro. O Terreiro é o coração da família. Aqui as crianças vêm brincar, fazer exercício de casa, recebemos visitas aqui. O terreiro é o quintal e o local que reúne todo mundo. Tem-se um respeito com o sagrado do espaço, mas se vive muito aqui [...] O terreiro é como se fosse a sala de encontro, é onde tudo acontece.¹⁸⁶

Posto que o centro vital da comunidade é o terreiro, e que as edificações do quilombo se adaptam aos fundamentos religiosos e às negociações com os Inquices, é válido afirmar que os fundamentos, ou os “preceitos mais profundos”¹⁸⁷ do candomblé ordenam o território: há uma configuração que deve ser seguida. A necessidade de uma configuração espacial própria do Candomblé é ressaltada quando Kidoiale conta a respeito do retorno de sua mãe após a iniciação da mesma e das mudanças que precisaram ser feitas no território:

Eu me lembro de que *quando a mãe chegou da Camarinha, tivemos que preparar a casa*. Tivemos que criar quarto de santo, aqui não tinha quartos de santos, tinha altar. Mas nem conhecíamos os quartos. A casa toda enfeitada. Mas até a Mãe se assustou.¹⁸⁸

Em Manzo, portanto, são os fundamentos do Candomblé e as negociações com as entidades da Umbanda que ordenam o território, traçando uma configuração própria.

Um terreiro de Candomblé conta com diversos elementos construtivos sagrados, um conjunto de edificações sem o qual é impossível desenvolver as atividades tradicionais

¹⁸⁵ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 152.

¹⁸⁶ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*, p. 127.

¹⁸⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte*. p. 111.

¹⁸⁸ Makota Kidoiale *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 75.



da religião, tais como as oferendas para os santos, as festividades e a iniciação de novos adeptos. Todas essas práticas precisam de uma base material indispensável para que possam ser realizadas. Tais elementos compuseram essa nova conformação do terreiro em Manzo que, posteriormente, com a ação da Defesa Civil e da Urbel, foi alterada.

As estruturas construtivas e elementos sagrados serão apresentadas a seguir. No entanto, serão abordadas duas configurações de Manzo, sendo a primeira, anterior à ação da Urbel, e a outra, posterior a essa ação (seção 3.3.1). Isso porque, apesar das alterações drásticas no território que culminaram em processos de reterritorialização por parte da comunidade de Manzo, os elementos descritos aqui ainda permanecem na memória do grupo e são improvisados e/ou reivindicados por seus moradores, filhos de santo de Muiandê e apoiadores do quilombo.

O terreiro é constituído por diversos elementos. O **Salão** ou *Abassá* É considerado pela comunidade como seu “centro vital” e se localiza ao final do corredor-escada. No local acontece grande parte da *Festa de Pai Benedito*, os treinos e rodas de capoeira, os ensaios e oficinas do *Projeto Kizomba*, as reuniões e outras atividades. No seu espaço interno também existem elementos importantes para a religião, como o **assentamento dos atabaques**, que são três tambores utilizados nos toques aos santos durante os rituais. Ainda dentro do salão existem outros dois componentes essenciais do candomblé, o intoto e a comunheira.

O **intoto** encontra-se enterrado no chão, no centro do terreiro, sendo formado por um conjunto de pedras, chamadas de *otás*. Cada pedra possui significações específicas de cada divindade relacionada ao terreiro. Esse assentamento concentra a energia vital da casa. A **comunheira** é uma espécie de lustre redondo, que fica posicionada no teto, também ao centro, logo acima do intoto. Ambos são elementos complementares sendo simetricamente sobrepostos um ao outro.

A Comunheira é o assentamento para o protetor da Casa e é definida no jogo de búzios, no caso de Manzo, a Comunheira é um assentamento para o Inquice – Kabile Mutalambo. Abaixo deste, enterrado, encontra-se o Intoto dedicado sempre a uma das Qualidades do Inquice Kavungo. Dentro do Intoto, está assentado como dito, o Otá (pedra) que deve ser trocado a cada sete anos para

reenergizar a casa¹⁸⁹.

Em Manzo, o intoto e a comunheira estão em posição central, na parte inferior do salão.



Figura 8: Candomblecista de Manzo faz saudação ao Intoto
Fonte: MARQUES, Carlos. *Bandeira branca em pau forte...* 2015.

¹⁸⁹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 125.



A **cozinha** se localizava ao fundo, na parte mais baixa do terreno. Essa parte aberta é chamada de quintal. Nesse cômodo eram preparados todos os alimentos utilizados nas atividades religiosas de Manzo, como as iniciações e as festas. A cozinha era um local de atividades diárias, como a preparação de chás, banhos, ebós¹⁹⁰, dentre outras. Como visto anteriormente, os alimentos e sua preparação ritual são fontes de *Ngunzo* e de relação com os santos. Por essa razão, a cozinha, como afirmam os membros de Manzo, é lugar central em um terreiro, “um espaço da *transversalidade* e de troca de *Ngunzo*, ponto de *caminhos e encruzilhadas*”¹⁹¹. Espaço também de conversas de diversas naturezas entre a comunidade e os filhos e filhas de santo. Makota Kidoiale, por exemplo, cita como um dos significados do Candomblé, os cheiros e a fumaça saindo do **fogão à lenha**.

Kemboalá, conta que foi ao redor do fogão que aprendeu, junto aos membros da comunidade, sobre os fundamentos do Candomblé, a história de sua mãe e de suas tradições. Kidoiale ressalta que Pai Benedito havia pedido que se mantivesse o fogão a lenha, pois o cheiro da fumaça das brasas queimadas é um fundamento que anuncia o início de sua festa. Portanto, a fumaça do fogão a lenha, que se espalhava pelo Quilombo e pela vizinhança, é também um marco no bairro, já que sua fumaça podia ser avistada de longe.

Também no quintal encontrava-se outra importante referência para os Candomblés de Nação Angola, a **bandeira de Tempo**. Esse é mais um dos assentamentos, no caso, do *Inquice* Tempo, e é constituído por uma grande vara de bambu com um tecido branco hasteado na ponta, situada em um nível superior ao telhado do terreiro. Ele está presente em todos os terreiros da Nação Angola, por ser o Rei dessa nação. Nesse assentamento são realizados os banhos dos iniciados. Para os netos sanguíneos de Muiandê, Pedro Henrique Balbino Sousa e Vitória Luísa Santos Cardoso e para sua filha Kidoiale, essa bandeira carrega com densidade a identidade ao local, pois assim como a fumaça, pode ser avistada

¹⁹⁰ Comida propiciatória. Alimentos sagrados necessários aos diversos rituais e às obrigações para os inquices.

¹⁹¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 152.



de longe, avisando que ali é um território sagrado.

Compunham ainda o terreiro dois **quartos de santo**, cômodos muito importantes para o Candomblé. Em Manzo se localizavam no corredor que liga a escada ao terreiro, na parte superior do salão. Esses cômodos não possuem mobiliário, mas guardam os assentamentos de cada Inquice, dispostos em “pequenas ‘arquibancadas’ com dois ou três lances de degraus, que começavam a 30 cm do chão e chegam a aproximadamente 1 metro de altura”¹⁹². Os assentamentos equivalem a representações características de cada divindade com uma rica cultura material constituída por ferramentas, vasos e recipientes com os símbolos dos Inquices.

Os recolhimentos para iniciação no Candomblé e o cumprimento das obrigações são realizados em um cômodo específico, chamado **camarinha**:

Camarinha neste caso refere-se a um quarto fechado, onde se encontram distribuídas as *decisas* – esteiras – também chamado de quarto de recolhimento, no qual o neófito é resguardado e confiado aos cuidados da mãe ou pai de santo, de seu pai-pequeno ou pai-criador que os auxiliará e ensinarão alguns dos preceitos e fundamentos da religião, este momento é denominado período de iniciação, momento de grande importância no despertar do santo e para as coisas do santo.¹⁹³

Em Manzo a camarinha também foi destacada como um de seus elementos primordiais no conjunto de edificações que compõe o terreiro. Ela se localizava no canto esquerdo da parte inferior do salão.

Diante das intervenções no território originário de Manzo o espaço conformado atualmente não é considerado o ideal pela comunidade. Além da restrição de tamanho, a falta de acesso aos elementos da natureza, que são essenciais aos cultos da Umbanda e do Candomblé, bem como a ausência de um quintal apropriado, é sentida dentre os membros

¹⁹² MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 124.

¹⁹³ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 123.



de Manzo. No entanto, mesmo com tais restrições a existência da Comunidade e suas sociocsmologias não foram inviabilizadas¹⁹⁴.

Apesar de os terreiros de Candomblé não seguirem um único modelo, há alguns fundamentos ordenadores importantes para a organização dos mesmos. Marques ressalta o ponto de vista de Kidoiale a esse respeito:

Para Cássia, em um Terreiro Ideal, o salão da *gira* deveria ser rodeado pelo lado de fora, por 05 *quartos de santos* do mesmo tamanho. Um quarto para o *Santo da Casa*, um quarto para os *Santos Frios: Oxalá, Iemanjá e Luango, que são santos que vestem branco*. Uma *casa* para as Inquissianas: *onde moram Iansã e Oxum*. Um quarto para os *Santos de ferramenta* e um quarto para os *santos da Terra*. E uma camarinha de chão de terra. Os Inquices da natureza como *Nkosse e Tempo*, deviam ser assentados ao ar livre, de preferência em seus elementos sagrados, como árvores específicas ou outro elemento pertencente à *ferramenta do santo*, e não em quartos.¹⁹⁵

Mesmo com esse território entendido pela Comunidade de Manzo como 'não ideal', o grupo e seus agregados adaptaram suas práticas culturais e religiosas ao espaço existente. No candomblé, por exemplo, é possível que os fundamentos sejam negociados com os santos, em relação ao espaço disponível e as casas que ali estão¹⁹⁶. É possível, portanto, substituir elementos necessários aos afazeres religiosos, desde que haja a devida autorização dos Inquices¹⁹⁷.

Os fundamentos religiosos são conformadores do território de Manzo, no entanto eles não são os únicos aspectos a influenciarem na forma de ocupação do espaço. O regime de propriedade que se constitui ali, os vínculos afetivos que são construídos em relação ao território, a história da ocupação do lugar e os usos sociais que se desenvolvem ali também produzem uma forma singular de se estabelecer no território, conformando a espacialização específica da Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango¹⁹⁸.

¹⁹⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 125.

¹⁹⁵ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 123-124.

¹⁹⁶ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...*

¹⁹⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 125.

¹⁹⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte.*



3.3 Transformações no território e reterritorializações

À comunidade de Manzo foram imputadas grandes transformações, desde sua fundação até os dias atuais, que resultaram, inclusive, na quebra de algumas tradições¹⁹⁹. Mesmo assim, a comunidade, em sua dinâmica de resistência, deu continuidade às práticas culturais que conformam sua identidade quilombola e de terreiro.

Conforme mencionado anteriormente, quando a comunidade de Manzo se estabeleceu no bairro Santa Efigênia na década de 1970, a região apresentava uma configuração muito diferente da atual, a começar pela densidade de povoamento. Diante desse processo histórico de adensamento populacional da cidade de Belo Horizonte, o território de Manzo foi sendo expropriado ao longo de anos, fazendo com que a área que anteriormente tinha cerca de 1000 m² fosse reduzida a 360 m².

Conforme apontado na trajetória histórica da comunidade, após todas essas transformações, como a redução da área ocupada pela comunidade, o território de Manzo sofreu outra grande alteração espacial, a partir de uma intervenção da Defesa Civil do Município, no início do ano de 2012. Essa intervenção consistiu na interdição dos quilombolas a seu território e na realização de obras emergenciais pela Urbel, sem a discussão com a comunidade, ação que pode ser compreendida como uma grave violação de direitos humanos perpetrada pelo próprio Estado.

Como abordado anteriormente, essa intervenção foi o ápice de um processo iniciado em 2006, ano em que uma verba auferida para realizar reformas em Manzo, através do projeto “Recuperação de Terreiros de Nação Angola” foi embargada. A justificativa do poder público para a não autorização da reforma consistiu no fato de o território de Manzo não estar regularizado. Por ser remanescente de uma gleba de terra indivisa, a Gerência de Licenciamento de Parcelamento de Solo - GELPS da PBH, exigiu a

¹⁹⁹ Por exemplo, as festas de Exu Paredão e Esmola para Kavungo, que deixaram de existir, conforme citado anteriormente.



comprovação da regularização do imóvel através de uma série de documentos”²⁰⁰, dentre eles o registro e a matrícula do imóvel, para a liberação da obra solicitada pelos quilombecistas.

Em 2009, o Cenarab, enviou ao prefeito e ao ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), uma carta na qual argumentava que essas exigências não faziam sentido, posto que se tratava de um “um paradoxo, quando nos é exigido documentos que sabidamente não existem, no caso escritura do imóvel, registro ou matrícula do imóvel e certidão negativa de ônus”²⁰¹. Dessa forma, os entraves colocados pela própria Prefeitura para autorizar a reforma, impediram que a mesma acontecesse. No entanto, a necessidade das obras se tornou razão das vistorias da Defesa Civil Municipal no Quilombo, e consequentes notificações que culminaram na interdição dos quilombolas a seu território, em 2012.

Os quilombolas de Manzo, pesquisadores e os movimentos sociais, consideram que a forma como se deu a ação da Defesa Civil, desconsiderou as especificidades culturais da comunidade, que já havia sido reconhecida pela FCP em 2007²⁰², e que já possuía processo de regularização aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MG) desde novembro de 2007²⁰³. Por outro lado, a morosidade no cumprimento da legislação atinente à regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, a exemplo do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o Artigo 68º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê a titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos, fez com que mesmo passados cinco anos (à época) o território ainda não estivesse regularizado. O Laudo Antropológico Arquitetônico,

²⁰⁰ Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016, p.18.

²⁰¹ Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016, p.18.

²⁰² A certificação da Fundação Cultural Palmares se deu no dia 13 de março de 2007, e foi registrada no Livro de Cadastro Geral nº 10, Registro nº 942, fl.07 e publicação no DOU do dia 16/04/2007.

²⁰³ A comunidade possui processo aberto de regularização fundiária (Nº 54170.006166/2007-91) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MG) desde novembro de 2007).



produzido em 2016 analisou toda a situação ocorrida no quilombo e constatou:

Manzo [...] sofre com isso, uma série de violências por parte do Estado, em termos de um racismo institucional e ambiental, que tem como consequência a supressão e o desaparecimento – inclusive físico - da Comunidade do Candomblé e Quilombola, em uma atitude que viola a Constituição Federal. Cite-se como exemplo o não cumprimento ou violação dos: art. 215; art.216, art. 68 do ADCT da CF, a legislação específica de defesa e promoção da liberdade e diversidade religiosa, de proteção e promoção da diversidade cultural, legislações de proteção e promoção dos culturais materiais e imateriais formadores da identidade nacional, legislações de defesa e promoção dos Povos Tradicionais, a lei 4883/2003 de proteção das comunidades quilombolas dentre muitas outras legislações nacionais e tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT.²⁰⁴

A interdição dos quilombolas a seu território em 2012, que se estendeu por cerca de onze meses, foi justificada pela Defesa Civil, que afirmou que o terreno corria risco de desabamento. A comunidade se considera violada pois, nas últimas notificações recebidas, a Defesa Civil Municipal afirmou que havia risco de desabamento, mas nenhum dos vizinhos, no entanto, recebeu a mesma notificação²⁰⁵. Na visão de Kidoiale, que é compartilhada por muitos membros da comunidade, esse fato é interpretado como uma violação à diversidade racial e religiosa:

Em Manzo o problema não é com fazendeiros como nos rurais. Aqui nós temos um documento de compra desta área, minha mãe comprou este terreno. Comprou e pagou. O problema é o reconhecimento pelos poderes públicos. Porque será que vizinhos regularizam e nós não. Será que é porque somos negros? Somos de Terreiro? Somos do Candomblé? Mas esta é nossa religião, somos assim, vivemos assim, vamos morrer assim. E queremos respostas nestes termos. O reconhecimento para Manzo na opinião do governo serve para que? Para sermos mais um na luta²⁰⁶.

Após o ocorrido, a comunidade foi levada para o Abrigo Granja de Freitas, sem informações sobre o que aconteceria no território. No período em que estiveram no abrigo, além das articulações feitas pelos quilombolas, a prefeitura de Belo Horizonte foi

²⁰⁴ Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016, p. 07.

²⁰⁵ Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016, p. 15.

²⁰⁶ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 161.



pressionada também pela administração do Abrigo, “uma vez que a comunidade se encontrava nessa instituição por um tempo maior do que o previsto e sem previsão de saída”²⁰⁷. Assim, a PBH decidiu realizar uma obra de recuperação emergencial do Quilombo de Manzo. A obra foi realizada a cargo da Urbel.

Nesse momento, o acesso às informações solicitadas pela comunidade, a respeito das intervenções que seriam realizadas pelas obras foram negadas:

Durante o processo da realização das obras, a Comunidade solicitou acesso ao projeto arquitetônico, executivo, estrutural, elétrico e hidráulico da reforma que estava ocorrendo na Comunidade. As lideranças também pediram acesso aos valores que estavam sendo aplicados na obra e o prazo de execução da mesma, bem como uma participação informada dos rumos da obra.

Apesar dos pedidos, a comunidade não obteve nenhuma das informações requeridas na administração municipal. Foi negada à comunidade até mesmo acesso aos procedimentos que seriam adotados durante a execução das obras²⁰⁸

Dessa forma, a falta de acesso à informação sobre as intervenções que seriam feitas em um território conformado pelas práticas culturais coletivas dos quilombecistas, também se configurou como uma violação de direitos, posto que foram alijados de um processo que afetou profundamente seus modos de vida. Por esses motivos, entende-se que a comunidade sofreu uma violação de direitos, devido à atuação da Defesa Civil e da Urbel, posto que a legislação específica de defesa das comunidades quilombolas e do princípio da diversidade religiosa, de proteção e promoção da diversidade cultural, foi ignorada.

Quando a Defesa Civil exigiu a desocupação imediata e completa de Manzo, os mais de 200 *santos*/assentamentos de Inquice (constituídos por uma sofisticada materialidade que inclui louças, bacias, otás/pedras, entre outros) que estavam nos quartos de santo precisaram ser retirados. No Candomblé, os assentamentos de Inquice são elementos

²⁰⁷ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 282.

²⁰⁸ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 283.



sagrados, que devem tratados com todo o respeito. No entanto, nesta ocasião esses elementos sagrados tiveram que ser transportados de repente, sem os devidos preparativos e licenças obrigatórios, sendo guardados precariamente, em lugares desvinculados da religião. Nas palavras da matriarca: “eles entraram lá e tiram meus quartos de santo, minha camarinha... os santos, os filhos de santo, é uma responsabilidade minha! É como fosse um bebê que eu peguei e adotei! Eu não podia deixar na rua!”²⁰⁹.

Onze meses depois, quando os membros da comunidade retornaram ao seu território originário, em Santa Efigênia, encontraram o lugar descaracterizado pelas obras realizadas pela Urbel. Muitos elementos necessários à realização do Candomblé estavam alterados, impossibilitando a realização das atividades religiosas. De acordo com Marques, sem nenhum tipo de discussão com a comunidade, a cozinha do Candomblé foi derrubada o antigo telhamento e o madeiramento de sustentação do mesmo, aonde se encontrava assentada a Comunheira foi trocado²¹⁰. Hoje, esse assentamento fica em uma prateleira, portanto, em um local distinto do que manda o fundamento religioso.

Houve alterações, também, na elevação do pé direito de parte do Salão, o que culminou no desmanche de estruturas associadas ao terreiro, como os quartos de santo e a camarinha. Os banheiros do espaço comum, que eram utilizados para atividades religiosas e para o projeto social, também foram destruídos pela intervenção. Além disso, com a justificativa de reforço das estruturas, o acesso que os quilombolas tinham a uma parte no fundo do terreno foi fechado, o que levou a eliminação de dois locais de assentamentos de santo.

O croqui a seguir destaca, em vermelho, as edificações que foram descaracterizadas pelas obras realizadas pela Urbel:

²⁰⁹ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

²¹⁰ A comunheira, como abordado anteriormente, é um assentamento que deve ficar pendurado no teto, simetricamente oposta ao *Intoto*.



ELEMENTOS DESTRUÍDOS PELA INTERVENÇÃO DA URBEL COM IMPACTO NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS

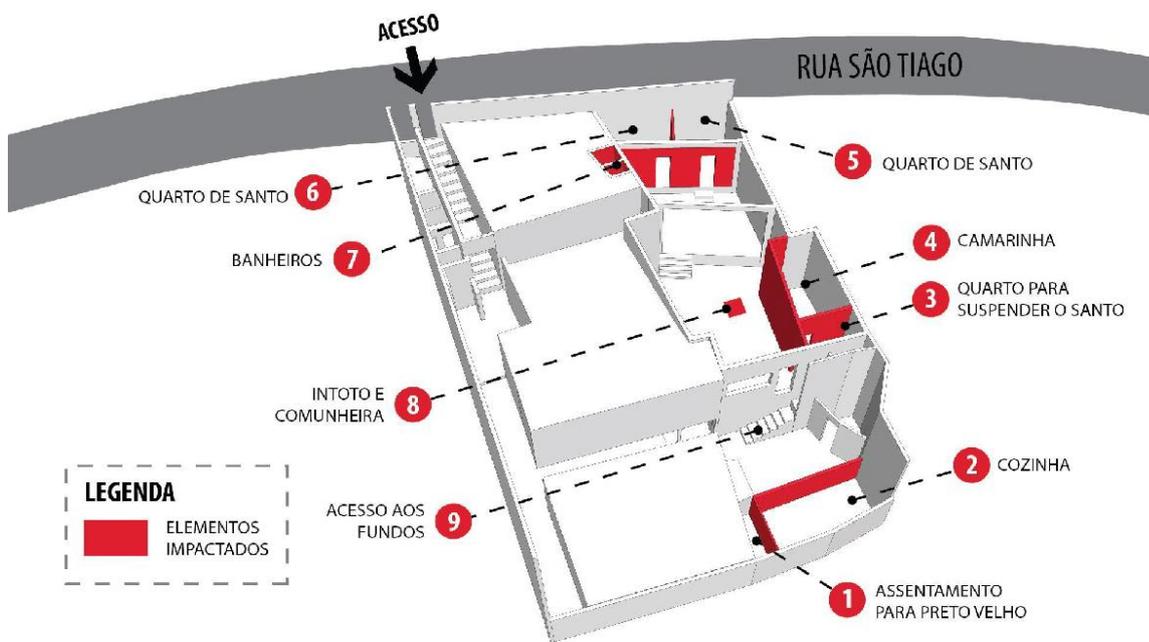


Figura 9: Elementos destruídos pela intervenção da Urbel, com impacto nas atividades religiosas
Fonte: Laudo Antropológico Arquitetônico , 2016, p. 25.

Assim sendo, os elementos destruídos pela intervenção foram: cozinha, camarinha, quartos e assentamentos de santo, banheiros do espaço comum e comunheira. Alguns desses elementos foram reconstruídos pela própria comunidade, como os banheiros e alguns assentamentos, ou passaram a ser improvisados em momentos de atividades religiosas, tais como a cozinha.

Ao retornar ao território, a comunidade percebeu que “as infiltrações, as rachaduras, os problemas nas vigas, dentre várias outras notificações constantes nas autuações da Defesa Civil não foram contempladas pela reforma”²¹¹. Devido ao fato de as obras não terem solucionado os problemas identificados nas notificações da Defesa Civil,

²¹¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 285.



mas de terem alterado estruturas construtivas associadas ao terreiro, a comunidade entende esse processo como uma violação, à qual eles se referem como “destruição do sagrado”.

Os elementos sagrados, muitas vezes materializados no território (como os assentamentos e os quartos que os protegem) e as estruturas associadas que possibilitavam o funcionamento do terreiro (cozinha, camarinha), são extremamente importantes porque, como visto, a vivência da religião coincide com a formação da comunidade e possibilita sua continuidade. Essa importância fica clara no depoimento de Kidoiale:

É o que falo para a mãe: *“se não tiver candomblé não vale a pena ser Manzo. Não vale a pena ser comunidade, não vale a pena ser nada”*. Para mim tudo começou pela religião. Inclusive até a nossa vinda para cá. Nossa moradia aqui, a casa que a mãe conseguiu foi tudo por causa da religião. [...] se tiver o Candomblé vale a luta. Por isto que se me perguntam hoje o que é o Manzo, eu digo é o Candomblé e tudo que se envolve dentro dele. Isto é o que penso²¹².

Por imputar aos quilombecistas de Manzo o afastamento temporário do terreiro e a devolução do mesmo de forma descaracterizada, a ação da Defesa Civil violou direitos da comunidade. Um diálogo entre Makota Kidoiale e Carlos Marques, registrado na tese desse autor é muito esclarecedor no sentido de mostrar a dimensão e o sentido da violação imputada sobre os quilombolas. Quando Marques pergunta se devido a tamanha alteração no território, Kidoiale ainda considerava que estariam em Manzo, a mesma responde:

Estamos em Manzo sim, mas em um lugar onde está tudo dormindo. É esta é a sensação que tenho. Tudo aqui está dormindo, só tem pessoas aqui. O que realmente é o Manzo, só vou ver voltando e só vou sentir quando eu vê funcionando, aquela fumaça do fogão de lenha subindo, aquele monte de roupa branca no varal. Então isto nós temos consciência que não está acontecendo. Às vezes dizem assim: *“- vocês voltaram!”* Mas só voltou a gente. E dizem: *“- mas só tinham vocês mesmos para voltarem.”* Porém sabemos que tem mais, e este mais alguém para vir é o Candomblé [...] então é aquela coisa, nós não estamos em Manzo, mas estamos em Manzo [...]. Estamos em Manzo por causa do *Intoto*, mas ele está dormindo. O *Intoto e a Comunheira* estão, mas sem o essencial para

²¹² MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 166-167.



movimentá-los é como se eles estivessem adormecidos. Falta o círculo de pessoas rodando em torno, não tem a fumaça do fogão de lenha, o fogo²¹³.

As mudanças estruturais causadas pela ação da Defesa Civil descaracterizaram de maneira incontornável alguns dos elementos sagrados essenciais para as atividades religiosas do local, levando à mudança do Candomblé para o terreno de Santa Luzia. A partir do momento em que os quilombolas foram expulsos de seu território, Mametu Muiandê teve que se transferir para o terreno de Santa Luzia juntamente com seus santos, para que pudesse cuidar do terreiro, de seus Inquices e dos de seus filhos, ou seja, intuito de poder “cuidar do candomblé”.

Com isso, durante os meses em que ficaram interditados do acesso ao território, as relações cotidianas entre os quilombolas foram interrompidas, já que uma parte da comunidade foi para o abrigo, outra parte para a casa de parentes e outros, ainda, para Santa Luzia. Além disso, o projeto Kizomba também precisou ser paralisado, afastando diversos jovens das oficinas culturais.

Mesmo após a entrega do território aos quilombolas, alguns prejuízos sobre o cotidiano e as práticas religiosas não puderam ser revertidos. Além dos impactos causados na dinâmica diária da comunidade, a destruição de muitos dos elementos sagrados do terreiro inviabilizou inicialmente a retomada das práticas religiosas em Manzo. Por esses motivos, Marques afirma que os quilombecistas de Manzo

encontram-se indignados com a suspensão, acarretada pela interferência desastrosa do poder público sobre o espaço físico-cosmológico da comunidade. Makota Cássia, ao afirmar a necessidade de se girar o Intoto – algo impossível desde a interferência estatal sobre a territorialidade de Manzo – expressa o momento vivido pela comunidade, desde fins do ano de 2011. Período que eles chamam de retirada do Candomblé, ou seja, um ciclo em que os impedimentos, causados pela interferência do poder público na vida do grupo, acarreta danos

²¹³ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia, UNICAMP, 2015, p. 181-182.



gravíssimos para os filhos de santo, colocando em risco a existência dos mesmos: individual e como comunidade.²¹⁴

A transferência do candomblé para Santa Luzia, em função da destruição dos elementos sagrados pela Defesa Civil, impactou diretamente a manutenção de vínculos da comunidade e, em especial, a convivência com a matriarca Mametu Muiandê que, como visto, precisou se mudar definitivamente para Santa Luzia. Por isso, a desagregação da família também é percebida como uma consequência da ação da Defesa Civil já que, quando falamos em Manzo, tudo e todos orbitam em torno da matriarca. Quando o quilombo se concentrava unicamente em seu território originário, era natural a união da família sanguínea e de santo ao redor da matriarca.

o que muda muito no nosso comportamento é esse, porque ele distancia do que a gente achava que era muito natural. E aí a gente começou a entender que a gente precisava preparar outras pessoas também pra tá junto com a gente. Porque por exemplo a minha mãe, na hora de tocar, qualquer hora que ela quisesse tocar ela podia tocar, porque os meninos que tocam tavam aqui e eu como makota tava aqui. Então o tempo todo ela podia fazer qualquer coisa aqui. Já lá em Santa Luzia não, tem que marcar, tem que ver a disponibilidade de todo mundo, nem sempre está todo mundo. A família mesmo toda reunida a gente não conseguiu nunca mais e era uma coisa muito normal, a gente tomava café aqui todo dia, ninguém aqui saía pra lugar nenhum sem passar aqui na casa da minha mãe e tocar o café com ela de manhã. E a gente não dormia também sem dar boa noite, ela ficava no sofá até o último chegar e mandar ele ir pra cama.²¹⁵

Diante dessa interdição ao território da Comunidade e da intervenção realizada sobre as estruturas construtivas, principalmente sobre as que afetaram os elementos sagrados do terreiro de Manzo, a matriarca transferiu os assentamentos para o terreno adquirido anos antes e localizado em Santa Luzia. Posteriormente, como se verá a seguir, esse terreno veio a se consolidar como uma extensão do território Manzo Ngunzo Kaiango e de sua Comunidade.

²¹⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. Bandeira Branca em Pau Forte... p. 119.

²¹⁵ MAKOTA KIDOIALE. [julho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



3.4 Espacialização da Comunidade no território estendido – Santa Luzia

A aquisição da área em Santa Luzia se deu, em 2007, como um suporte para as atividades da comunidade, já que havia ali condições adequadas para o cultivo de plantas e de criação de animais, elementos fundamentais para a plena atividade do Candomblé²¹⁶, inexistentes no terreno do Santa Efigênia. Contudo, nesse período, a maioria das práticas religiosas ainda continuou sendo realizada no Quilombo de Manzo.

Sobre a compra do terreno em Santa Luzia, Mãe Efigênia relata que seu Caboclo Ubirajara vinha solicitando um local para a realização de seus toques, que são as festas públicas para as entidades da Umbanda ou para os *Inquices* do Candomblé: “meu Caboclo [...], ele queria um lugar de mato e terra pra ele pisar, fazer o batuque dele”²¹⁷. Como todo o terreno de Manzo estava ocupado com moradias ou com o terreiro e suas estruturas associadas e devido ao processo de urbanização intensa da região do quilombo, um de seus filhos de santo disse a Mãe Efigênia que ele a ajudaria a comprar um terreno onde os toques para Caboclo Ubirajara pudessem acontecer. Essas festas, dentre muitas outras atividades da Umbanda e do Candomblé, precisam ser realizadas onde há mata.

No ano de 2007, após muito procurar, Mãe Efigênia, decidiu aguardar que o próprio Caboclo apontasse o terreno. Até que uma manhã, Mãe Efigênia “cismou” em ir até o bairro Bonanza. Nesse dia, ela encontrou o terreno e deu a entrada para sua aquisição. Muiandê relembra esse processo, contando a conversa que teve com seu filho de santo, já depois de muito procurar:

²¹⁶ QUEIROZ, Ana Maria Martins. Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango. 2012, p. 151..

²¹⁷ Mаметu Muiandê. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



‘Porque a senhora não olha no São Benedito?’, ‘Ah, lá eu não gosto não’ [...]. É porque, pra mim chegar num lugar desse, começando a minha vida, dentro do Candomblé, é muito difícil, que os evangélicos estão engolindo a gente, tomando nossos espaços. Não é em qualquer lugar que eles vão me aceitar. Aí eu falei: ‘meu caboclo Ubiraja vai me mostrar o que é que o senhor quer me mostrar [inaudível] pro seu batuque.’ [...]. Aí um dia de manhã eu cismeí de vir pra cá. Aí eu vim andando, andando, andando[inaudível]. Aí eu vi uma placa ali na frente ali na rua, é... Corretor de imóveis. Aí eu bati na porta, domingo de manhã, bati na porta. Ele falou: ‘ah, eu tenho vários espaços, tenho um terreno, tenho vários espaços, vários lotes eu tenho. Mas aqui é chácara, aqui não é lote’. Eu falei: ‘ah não, então não vou querer não’, porque eu sabia que eu não ia dar conta, eu tinha 1300 reais só [...]. E aí quando eu vi, ele falou assim: ‘Eu vou mostrar a senhora um’ [...]. Ele falou quando ele chegou aqui: ‘Olha tô querendo vender esse terreno por 12 mil reais’. Eu falei: ‘oh moço, eu não tenho nem 2 se precisar quando mais 12’. Aí ele falou comigo assim: ‘E se eu for, se a senhora... 6 mil’. Eu falei: ‘Não, não tenho, eu não tenho condição de dar 6 mil reais’. De doze pra seis eu assustei, se eu tivesse eu fazia negócio na hora. Aí ele falou comigo assim: ‘Não, a senhora dá uma entrada... Quanto a senhora tem?’. Eu falei: ‘eu tenho mil reais’, não falei mil e duzentos não. Aí ele pegou e falou comigo assim ‘a senhora dá os mil reais e [inaudível]’, ele tava doido pra vender: ‘a senhora dá os mil reais, eu fico sem ganhar a comissão e a senhora dá 250 reais por mês’. Aí eu falei: ‘ah, então aí eu vou conversar com os meus filhos e vou falar com ele’. Aí eu dei a entrada e aí meu filho foi pagando as prestações. Aí eu comecei, aí eu compreí...

Assim Muindê adquiriu o terreno que viria a se tornar uma extensão do território de Manzo. Nessa época, não havia, por parte da matriarca, nem da comunidade, a intenção de transferir as atividades do Candomblé para Santa Luzia, situação que só aconteceu devido à ação da Defesa Civil de interdição do Quilombo, que inviabilizou a permanência do “sagrado”²¹⁸ no território originário. Assim, com a ajuda da rede de apoio ao Quilombo, Muindê transferiu os assentamentos para o terreno de Santa Luzia, remontando ali os quartos de santos, os assentamentos e o próprio terreiro, de forma que ela pudesse cuidar e alimentar os santos. A de transferência do “sagrado” de Manzo para Santa Luzia figurou um processo de extensão do território quilombola, posto que quando se assentou ali o Ngunzo, foi fundado o “Manzo II, a filial de Manzo”. Nas palavras de Mãe Efigênia, “quando eu assentei aquele fundamento ali [o intoto], meu pai disse: ‘Hoje está nascendo a filial de

²¹⁸ Expressão êmica para os elementos que remetem à Umbanda e ao Candomblé.



Manzo Nguzo Kaiango'. É, Manzo Ngunzo Kaingo. É a filial. É o Manzo dois"²¹⁹. Por essa fala de Muiandê pode-se perceber que, apesar de o terreno ser propriedade da matriarca desde 2007, mais uma vez o assentamento do Candomblé foi o que determinou a transformação daquele espaço em um território quilombola de Manzo Ngunzo Kaiango.

Além do sagrado, o terreno de Santa Luzia abrigou Mametu Muiandê e mais duas famílias agregadas que se instalaram ali e que ainda hoje residem no local. Além das residências, foram construídas também as estruturas necessárias ao funcionamento do Candomblé, como a cozinha e os quartos de santo que guardam os assentamentos de cada *Inquice*. Contudo, a comunidade ainda está em processo de estruturação, já que a mudança para Santa Luzia foi feita às pressas e sem preparação devida.

O terreno de Santa Luzia está localizado em uma região de chácaras, o que permite também a criação de animais como galinhas e, num passado recente, cabritos, assim como o cultivo de algumas plantações para consumo próprio e para uso ritual e medicinal. Da mesma forma que em Santa Efigênia, a área do Quilombo no bairro Bonanza também está em um forte declive, contudo, diferentemente daquela, a entrada é feita pela parte mais baixa do terreno²²⁰.

De acordo com Lucas Liberato de Moura, candomblecista e morador de Manzo em Santa Luzia, a disposição das edificações segue o padrão das casas de Candomblé Angola, mesmo com algumas variações. Assim que se adentra a comunidade, do lado esquerdo da porteira, encontra-se uma estátua de madeira de cerca de 45 centímetros de altura com uma figura humana entalhada. A estátua é um fundamento da nação Jeje, definido como o assentamento mais antigo da casa, com mais de quarenta anos de existência, e que antigamente ficava assentada no território originário.

²¹⁹ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

²²⁰ A explicação dos elementos que compõe o terreiro de Manzo em Santa Luzia nos foi feita por Lucas, candomblecista de Manzo, que vive em Santa Luzia.



Figura 10: Estátua de madeira na entrada do Quilombo em Santa Luzia

Fonte: Acervo IEPHA/MG

Ainda da porteira observa-se duas pequenas edificações construídas para abrigar os quartos de santos. À esquerda o quarto é de *Nkossi*²²¹, deus do trabalho braçal e da guerra, tendo como um de seus elementos simbólicos o metal. Dentro desse quarto de santo, há um dendezeiro²²², que é consagrado a *Nkossi*. Já à direita, está o quarto de *Njila*²²³, divindade da comunicação, das trocas e da virilidade. *Njila* é o mensageiro. Em Angola, *Njila* e *Nkossi* são os responsáveis pela segurança do terreiro. Esses *Inquices* são primeiros a serem reverenciados nos cultos do Candomblé.

²²¹ Em Ketu, *Nkossi* é Ogum.

²²² É uma palmeira originária da costa ocidental da África e do seu fruto é extraído o azeite de dendê.

²²³ Em Ketu, *Njila* é Exu.





Figura 11: Quartos de santo da entrada. Ao fundo está o salão do terreiro.
Fonte: Acervo IEPHA/MG

Atrás dos quartos de santo, encontra-se o salão, ou o Abassá, no qual há duas janelas frontais e um vão de porta. Ao lado da porta há um tronco de coqueiro. O salão tem seus fundamentos próprios. Em seu centro, há o intoto, enterrado no chão, e a comunheira, pendurada no teto



Figura 12: Salão do terreiro
Fonte: Acervo IEPHA/MG

Ladeando a edificação, à direita, há um banheiro que é utilizado pelos frequentadores do terreiro, e outros pequenos cômodos, sendo o primeiro deles, a camarinha, onde são feitos os rituais de iniciação. Os demais são quartos de santo: da *Inquice Matamba*, senhora da casa e divindade à qual *Muiandê* foi consagrada; da *Dandalunda*, deusa do ouro, da beleza, da maternidade, das águas doces; da *Kaiaia*, que é a mãe de todos; e de *Oxalá*, que é o pai de todos. A maioria das paredes dos quartos de santo é feita de barro e as portas permanecem fechadas, pois o acesso a eles é restrita. Ao lado desses quartos, há uma cozinha, com as paredes abertas e um fogão à lenha, onde são feitos os trabalhos da casa e dos filhos de santo, e onde são preparadas as comidas oferecidas nas festas.



No lado esquerdo, externamente ao salão existe um pequeno quarto onde Mãe Efigênia faz os jogos de búzios. Subindo as escadas laterais, encontramos um cômodo utilizado para a troca de roupas para os rituais e duas moradias, a primeira, de um filho sanguíneo de Mаметu e a segunda é a casa da matriarca, localizada no topo do terreno.



Figura 13: Muiandê no quarto de búzios, que fica na lateral esquerda do Salão
Fonte: Acervo IEPHA/MG

Na comunidade de Santa Luzia, está fincada a bandeira de Tempo, que está na parte mais alta, nos fundos do terreno. Aos pés da bandeira estão colocados os assentamentos para esse *Inquice*. Ao lado dela, há uma árvore ainda pequena de gameleira, planta consagrada ao Rei Tempo. De acordo com Lucas, os assentamentos desse *Inquice* ficam no espaço do quintal, pois “é impossível prender o tempo”²²⁴. Ao longo do quintal há mais

²²⁴ LUCAS LIBERATO. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

quartos de santo, dedicados a outros *Inquices* com alguns quartos sendo destinados a mais de um *Inquice*.

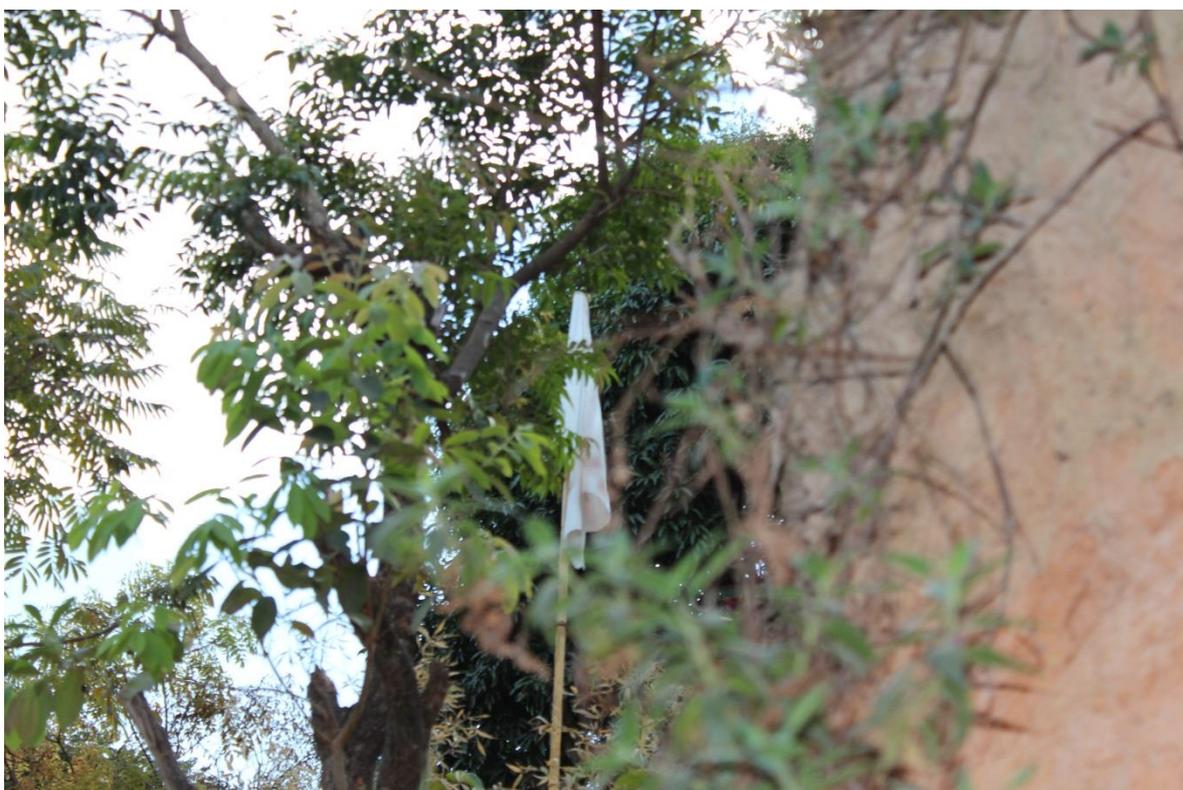


Figura 14: Bandeira de tempo em Santa Luzia
Fonte: Acervo IEPHA/MG

Há também um pequeno quarto de santo, feito em estrutura de madeira com cobertura de telhas de fibrocimento e fechamento com peças de madeira dispostas horizontalmente e espaçadas. É ornamentado internamente com uma bandeira do Brasil e tecidos verdes e amarelos amarrados à estrutura, e na parte externa com varas de bambu dispostas verticalmente, sendo destinada aos caboclos. No caso do Candomblé de Nação Angola, os caboclos brasileiros também são cultuados, o que não é típico das outras Nações, segundo Lucas:

O povo africano tem o costume de... Quando você chega numa terra alheia, você respeita os ancestrais daquela terra. Todo o nosso culto é ligado ao respeito ao



mais velho, ao caminho que ele andou. Inclusive as bênçãos que a gente pede, a forma que a gente usa, de certa forma é em respeito sempre aos mais velhos²²⁵.

Na parte mais elevada há um quarto de santo em construção com paredes em pau-a-pique e telhado de fibrocimento. Como informa Mãe Efigênia, o território está sendo construído e organizado aos poucos, e é considerado pela comunidade como território de Manzo.

Na visão da matriarca da Comunidade sua transferência para Santa Luzia implicou em muitas transformações para a comunidade quilombola. Por isso, embora Manzo em Santa Efigênia seja a “cabeça” da comunidade, o local onde hoje está o terreiro é considerado como a filial de Manzo e espaço de resistência:

Manzo em Santa Luzia é uma forma de... É a resistência, e é um sagrado. Ali [em Santa Efigênia] eu peguei uma vez, e trouxe pra cá [Santa Luzia]. Mas lá, *ali é a pedra fundamental do Manzo, e aqui é filial do Manzo. Você entendeu? A cabeça é o Manzo e Santa Luzia é um braço*²²⁶.

A extensão do território de Manzo se dá quando é assentado o *intoto* no *Abassá* em Santa Luzia. Desde então, ali passaram a acontecer (também, pois não deixam de acontecer em Santa Efigênia quando do retorno da comunidade), toques, atendimentos, festas e outras atividades do candomblé. Ali permanecem assentamentos de segurança do terreiro, como a comunheira²²⁷ e o intoto e assentamentos da entrada.

²²⁵ LUCAS. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

²²⁶ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG. Grifos acrescidos.

²²⁷ A comunheira, que apesar de não estar no lugar exato onde deveria estar (a cima do Intoto), permanece no território originário)



Sobre a manutenção do terreiro no território originário, Kidoiale conta a Marques que é também uma decisão tomada por Pai Benedito:

Quando nos perguntam: vocês vão deixar o Intoto lá [no Santa Efigênia]? Respondemos: - não recebemos nenhuma ordem do próprio Pai Benedito para retirar o Intoto. Só vamos retirar quando ele falar: - tem que retirar [...]. Mas o que ele vem nos orientado até agora é para termos calma e paciência que tudo vai se ajeitar. Em momento algum ele disse vão se preparando e começa todo mundo a comprar terreno em Santa Luzia. A orientação que temos: - vamos continuar que tudo vai se ajeitar²²⁸.

Sobre a decisão de Pai Benedito, Kidoiale comenta:

Se levássemos o *Intoto* para Santa Luzia seria uma mudança definitiva. Nós não queremos. Até mesmo porque é o nosso território, nosso espaço, onde nós vamos morar juntos. Aí teríamos que formar um Quilombo lá¹¹⁸. Teria que ir várias famílias para lá. (...) quando nos perguntam: Vocês vão deixar o *Intoto* lá? Nós não recebemos nenhuma ordem do próprio Pai Benedito para retirar o *Intoto*²²⁹.

Entre os dois territórios há um constante fluxo de pessoas, seja para visitar Mãe Efigênia, seja por motivos de reuniões familiares ou do candomblé. Os atendimentos e as benzeções, que acontecem semanalmente nos dois lugares, também continuam a atrair muitas pessoas, mesmo que não tenham uma relação com a religião de matriz africana. Toda terça, Muiandê atende no território originário e, sexta-feira, atende em Santa Luzia. As festas também se revezam entre os dois territórios, a de Pai Benedito, por exemplo, considerada a festa mais importante pela comunidade, acontece em Santa Efigênia, a de Caboclo Ubirajara, em Santa Luzia.

No entanto, no território originário, atualmente, não acontecem mais as iniciações no Candomblé, pois a camarinha foi afetada pelas obras realizadas pela Urbel. Hoje, esse cômodo se encontra em Santa Luzia, o que faz com que haja, também, esse fluxo de iniciados ou neófitos para cumprirem suas obrigações. Já o Projeto Kizomba, por sua vez,

²²⁸ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 72.

²²⁹ MAKOTA KIDOIALE *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...* p. 132.



após a interrupção acarretada pela ação da Defesa Civil, está se reestruturando novamente no território originário de Manzo.

Quando questionada sobre a forma pela qual as pessoas se referem ao território de Santa Luzia, Muiandê responde: “‘Nós estamos indo pro Manzo’, aí eu pergunto: ‘Qual Manzo?’, Santa Luzia ou Santa Efigênia, aí eles falam: ‘estamos indo pra Santa Luzia’, aí alguém que tem carro traz meus filhos”²³⁰.

4. DIMENSÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE

4.1 Festas Religiosas

No interior de cada comunidade de terreiro se elabora um rico repertório de formas de expressão, saberes, memórias, e lugares, cada qual com suas singularidades. Descrever alguns dos principais componentes desse repertório sociocultural favorece a evidência da complexidade da cultura aqui tratada, em especial por se tratar de uma comunidade quilombola.

Na Comunidade de Manzo se vive uma relação irrestrita com o sagrado. De acordo com Marques, neste Quilombo, o Candomblé funciona como substantivo e adjetivo da comunidade. A trajetória Manzo é marcada pela contínua manutenção das suas tradições festivas e ritualísticas que por sua vez compõem e fortalecem a sua existência. Ao longo dos anos, reuniu rituais e festas que marcam a vivência coletiva, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social dos sujeitos que vivem e frequentam a Comunidade. Todos esses elementos, vinculados ao seu lugar de ocasião, são considerados

²³⁰ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



importantes para a sua cultura, memória e identidade de Manzo, organizando a vida cotidiana e o calendário de seus detentores.

Configuram-se, portanto, como ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias, com distintas responsabilidades, formas de preparação e consumo de comidas e bebidas, de produção de vestuário e indumentárias, entre outras que conformam a cultura e a identidade de Manzo, e que serão descritas a seguir.

4.1.1 Festa de Pai Benedito

Devido a grande importância que o Preto Velho Pai Benedito possui para a constituição dessa comunidade quilombola, a sua celebração é classificada como a mais importante festa de Manzo Ngunzo Kaiango. A Festa de Preto Velho ocorre todo último domingo do mês de maio, que é o mês dedicado às celebrações da abolição da escravidão no Brasil.

Entidade que compõe o panteão de devoção da Umbanda, o Preto Velho é representado como um negro idoso e sábio, marcando a ancestralidade africana e o passado escravista do Brasil²³¹. Apesar deste arquétipo, a entidade pode ser incorporada tanto por homens, jovens, e velhos, quanto por mulheres, como foi o caso de Mametu Muiandê. Como visto anteriormente, ela começou a incorporar o Preto Velho, ainda na infância, entidade que a acompanha ao longo da vida. Pai Benedito é, inclusive, considerado o elo com o território do quilombo, mesmo após o estabelecimento do Candomblé.

Na cosmologia da Umbanda, os Pretos Velhos trabalham na linha da direita, ou seja, “para o bem”, utilizando as funções mágico-religiosas em prol da caridade. A festa é uma

²³¹ PRANDI, 1996; VELHO, 2009.



forma de homenagear essa entidade, tão importante na história do Quilombo e para as inúmeras pessoas que receberam suas bênçãos:

Ele conquistou isso devido a ele ter curado muita gente, curou muito menino, muito adulto. Você falou de gratidão, toda vez que toca pra ele as pessoas que ele curou, que ele benzeu, que ele cuidou, não deixam de ir. Você pode não ver a pessoa há não sei quantos anos, aí você chega na festa de Pai Benedito está todo mundo lá ²³².

Symbelecy, filha de santo de Mametu Muiandê, acrescenta que a festa acontece como uma celebração à abolição da escravidão, visto que os Pretos Velhos são espíritos ancestrais dos afro-brasileiros escravizados no Período Colonial.

[Com] os Pretos Velhos a gente lembra do passado da escravidão. Essa celebração é como se a gente tivesse comemorando a libertação dos escravos, eu levo pra esse lado. [...] É fundamental poder falar sobre os negros, escravidão, inclusive tem cantigas de Preto Velho que falam isso ²³³.

A celebração ao Preto Velho é realizada desde que a umbanda foi fundada na comunidade de Manzo, na década de 1970. A festa, propriamente dita, se dá no período vespertino, se estendendo até o início da noite de domingo. Atualmente, participam desta celebração, moradores do quilombo, filhos carnais e de santo de Mametu Muiandê, clientes espirituais de Pai Benedito (muitos que o acompanham desde que começou a atender), vizinhos, entre outras pessoas que têm proximidade com o Quilombo.

Do modo como a festa atualmente se estrutura, os preparativos se iniciam com no mínimo trinta dias de antecedência, e envolvem diversas etapas, sendo que uma das

²³² LEMBOGI. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG. Lembogi é a *djina* de Renato da Silva, filho de Mametu Muiande, que atualmente tem 46 anos.

²³³ SYBELECY. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



primeiras e mais importantes, é a consulta feita a Pai Benedito, que irá fornecer importantes direcionamentos a respeito da condução da festa como, por exemplo, as comidas que serão ofertadas no dia público.

Outra etapa que antecede o festejo é o recolhimento de doações que irão garantir a realização do evento, e que são provenientes de diversas fontes, dentre elas, a própria comunidade e o poder público. Makota Kidoiale aponta que as doações são sempre incertas, sendo necessário um trabalho de mobilização ano a ano para garantir que a festa seja realizada. Por fim, os preparativos também envolvem a confecção da decoração e a aquisição de estrutura de som para as apresentações dos alunos do Projeto Kizomba.

Nos dias mais próximos à festa, as cozinhas das casas do Quilombo começam a apresentar um maior movimento devido à preparação dos alimentos que serão servidos. As filhas de santo do Candomblé são, no geral, as responsáveis pela condução da cozinha, preparando os pratos típicos dos Pretos Velhos tais como canjiquinha, costelinha com ora-pro-nobis, feijoada, dobradinha, entre outros. Em face da destruição da cozinha pela ação da Defesa Civil,, as *kifumbeiras*²³⁴ precisam improvisar um espaço no quintal do terreiro para a preparação dessas comidas. Nos dias anteriores, há também a preparação dos doces para a mesa de Pai Benedito, para a qual são produzidas rapaduras, pés de moleque, dentre outros.

Um ponto importante, destacado pelo próprio Pai Benedito e por quilombolas de Manzo, é a presença da fumaça do fogão a lenha, também improvisado devido à ação mencionada acima. A fumaça do fogão a lenha, que se espalha pelo Quilombo e pela vizinhança, é uma forma de simbolizar o início das celebrações.

A decoração do local no dia da festa consiste, principalmente, em peças de chita, flores e folhas, e é feita pelos quilombolas de dentro ou de fora da religião e pelos filhos de

²³⁴ No candomblé de Nação Angola, “kifumbeira” é o cargo feminino atribuído àquelas que são responsáveis por preparar as comidas que servirão de oferenda para as divindades.



santo. Makota Kidoiale é a principal responsável por todas as etapas, distribuindo tarefas entre filhos de santo, membros da comunidade e pessoas que se voluntariam para ajudar.

No dia em que é aberta ao público, a festa se inicia com a apresentação do Bloco Kizomba, grupo de percussão do projeto de mesmo nome, que é realizada na Rua São Tiago, em frente à entrada do quilombo, por volta das 15 horas. Kidoiale explica que desde 2002, quando o Projeto Kizomba foi idealizado, Pai Benedito abriu espaço para apresentações das crianças em suas festas. Isso porque, ele foi um dos principais incentivadores do Kizomba, e pedia para que as crianças mostrassem a ele o que estavam aprendendo.



Figura 15: Apresentação dos alunos das oficinas de percussão durante a Festa de Pai Benedito.
Fonte: Acervo PBH.

Após a apresentação, que tem a duração aproximada de 40 minutos, os presentes são convidados a adentrar ao Quilombo para assistirem à apresentação da capoeira, outra das atividades que acontece no âmbito do Kizomba. É comum que essa última apresentação conte com a presença de algum outro grupo convidado. No espaço externo,



além das apresentações de percussão dos alunos do Projeto, acontece a montagem da mesa de doces e lanches.

O início do ritual religioso ocorre por volta das 17 horas, com a feitura, pelos filhos de santo, de uma oferenda destinada a *Pambu Njila*, que é o *Inquice* da comunicação, dos caminhos e das encruzilhadas e, portanto, protetor dos terreiros. Chamada de Padê, esta oferenda feita de pimenta, azeite de dendê e farinha, é colocada no assentamento deste *Inquice*, que fica ao lado da escada de entrada do Quilombo, fazendo a ligação entre o mundo de fora (a rua) e o de dentro (o terreiro).

Já no terreiro, após esse ritual, iniciam-se os cantos para Preto Velho, que giram em torno de narrativas ligadas a experiência da escravidão, a exemplo dos versos transcritos a seguir:

*No tempo da escravidão
Quando o senhor me batia
Eu gritava por Nossa Senhora
Ai meu Deus
Quando a pancada doía*

*No dia 13 de maio
A assembleia trabalhou
Trabalhou, trabalhou, trabalhou
Em nosso louvor*

À medida que os pontos são cantados, as entidades “descem” ao terreiro por intermédio da mediunidade de alguns filhos de santo, que se vestem com roupas na cor branca e com ojás (panos amarrados à cabeça). Neste momento, Mametu Muiandê incorpora o Preto Velho Pai Benedito.

Seguindo a celebração, o terreiro recebe a visita da Guarda de Moçambique de São Benedito, que participa da festa desde 2016, mediante um pedido de Pai Benedito, que disse querer todo seu povo festejando os Pretos Velhos, incluindo as guardas de Congado,



que são uma tradição afro-brasileira cultivada desde o Período Colonial por negros escravizados. Este pedido foi então, prontamente atendido por Makota Kidoiale, que soube que um assíduo participante da festa era capitão de Moçambique desta guarda. O convite para participar da festa foi aceito com satisfação. A guarda chega pela Rua São Tiago, tocando os seus tambores, e é recebida por Mametu Muiandê, realizando um pequeno cortejo pela rua e descendo as escadas da entrada do Quilombo, até chegar ao terreiro.



Figura 16: Guarda de Congado São Benetido na Festa do Preto Velho.
Fonte: Acervo PBH.

Ao toque da guarda e dos atabaques, os Pretos Velhos, incluindo Pai Benedito, dão passes e benzem as pessoas que participam da festa. Muitas dessas pessoas são clientes espirituais do terreiro há muitos anos e comparecem à festa, principalmente, para agradecer pelas graças alcançadas através de Pai Benedito. Neste momento, a entidade de Mametu Muiandê batiza as crianças nascidas durante o ano no Quilombo e também crianças de outros lugares. No fim da tarde é servido um jantar com as comidas típicas da entidade. Por volta das 20 horas, tem-se a “subida” dos Pretos Velhos, quando os médiuns desincorporam as entidades, marcando o encerramento da festa.



Figura 17: Pai Benedito batiza as crianças, incorporado em Muiandê durante a festa.
Fonte: Acervo PBH.

Em 2017, o Instituto *Undió* – uma organização parceira do Quilombo, que realiza projetos voluntários, levando oficinas de artes a jovens moradores de periferia, incluindo o Projeto Kizomba – ofereceu uma grande mesa de café da tarde, com doces, bolos, café, chás e biscoitos, servidos do lado de fora do Quilombo. A mesa foi montada na rua, enquanto acontecia a apresentação do grupo de percussão.

Os sentidos da festa passaram por transformações, desde que Pai Benedito pediu pela criação do Projeto Kizomba. Desde então, segundo Makota Kidoiale, a festa que era indistintamente dos Pretos Velhos passou a ser a Festa de Pai Benedito, já que, por ser o grande incentivador do Projeto, o espaço do sagrado tornou-se também o espaço cultural para as apresentações do Kizomba. Essa transformação fez com que houvesse uma ampliação da festa ao longo dos anos, crescendo e diversificando o seu público para além da vizinhança mais imediata do entorno do Quilombo.



Anteriormente, o evento consistia em um toque²³⁵ para os Pretos Velhos, contando com a presença principalmente dos filhos de santo. Havia o batizado, as benzeções e cantigas, porém não havia as outras atividades culturais. Houve, portanto, um crescimento do público que participa da festa que, atualmente, conta não somente com filhos de santo de Muiandê, mas com pessoas de fora do Quilombo. Um dos motivos é o crescimento da família de santo da matriarca, que atualmente já tem filhos de santo que são zeladores de suas próprias casas de Candomblé, tendo assim uma grande presença de netos de santo de Muiande.

A festa é também o único grande momento de reunião da família de Mametu Muiandê, desde que ocorreu o conflito com a Defesa Civil de Belo Horizonte, que culminou com a descaracterização do território. O episódio, que se deu no ano de 2012, foi profundamente desagregador para a comunidade, que perdeu importantes referências culturais, inclusive, para a festa de Pai Benedito, tais como o fogão a lenha.

A celebração de Pai Benedito é, portanto, um momento que passa a agregar pessoas com as mais diferentes afinidades com o local e com o Preto Velho. Segundo Lembogi, filho de sangue de Muiandê, a festa que antigamente era restrita apenas aos filhos de santo, passa a ser aberta a toda a cidade:

Ela deixou de ser festa de Pai Benedito pra ser uma festa mais popular da cidade. [...] se tornou a festa mais importante. Só que ela deixou de ser nossa, agora ela virou uma festa de todo mundo, um patrimônio, igual vocês estão fazendo aí. Aí vem congado, capoeira, percussão, tambor de crioula, virou uma festa tradicional

²³⁶

Kidoiale também ressalta esse aspecto que torna a Festa de Pai Benedito uma celebração que agrega e dá espaço para as mais diversas manifestações de matriz africana e afro-brasileira.

²³⁵ As festas para os *Inquices* são, geralmente, chamadas de 'toques'.

²³⁶ LEMBOGI. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG



Eu acho muito bonito a festa do Pai Benedito porque é um encontro de todos os povos. É como se Manzo abrisse as portas e se mostrasse por inteiro. Toda a família participa e se envolve com interesse da festa acontecer. É uma festa que não é apenas um toque para Pai Benedito. Hoje não, hoje a festa do Pai Benedito é o espaço para mostrar que tudo que nos foi arrancado ainda tem força aqui ²³⁷.

As falas de muitas pessoas da comunidade, nesse sentido, demonstram que a festa de Pai Benedito é um momento de agregação e celebração dessa entidade, que está profundamente imbricada à origem e continuidade dessa comunidade quilombola.

4.1.2 Festa de Caboclo

Assim como as outras entidades do panteão da Umbanda, Muiandê começou a incorporar seu guia, Caboclo Ubirajara, desde nova. Por essa razão, assim como Pai Benedito, essa entidade também participou ativamente da criação de seus filhos.

Todas as entidades dela [Muiande] manifestaram com ela muito nova, muito cedo, então eles têm uma importância na nossa vida, e tem uma importância na vida da minha mãe, mais do que na nossa. Então se os filhos de santo dela do candomblé não quiserem realizar essa festa, nós, os filhos dela, somos obrigados a realizar essa celebração ²³⁸.

A Festa de Caboclo é citada por Makota Kidoiale, como “uma das mais tradicionais” do candomblé de Nação Angola. Além de ser uma celebração às entidades espirituais ligadas aos povos indígenas, é também o momento ritual em que a Nação Angola expressa alguns de seus principais traços culturais e tradições. Em Manzo, a Festa de Caboclo é realizada desde os anos 1980, geralmente no mês de novembro, e mobiliza toda a comunidade do terreiro. A data é determinada ano a ano, de acordo com consulta ao

²³⁷ MAKOTA KIDOIALE. [julho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG

²³⁸ SESSY LUANVY. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG



Caboclo Ubirajara, uma das entidades mentoras de Muiandê.

Joana D’Arc da Silva, filha de sangue de Mametu Muiandê, explica que a Festa de Caboclo “é como uma festa indígena”, a decoração é feita no salão do terreiro com folhas, peças de chita e bandeiras do Brasil, já que essas entidades representam a ancestralidade dessa terra. Um bolo é oferecido pelas entidades aos convidados, além de bebidas feitas de ervas e raízes, muitas frutas, cereais e sementes. Os alimentos servidos são tanto comidas típicas das culturas indígenas brasileiras, quanto comidas tradicionais do candomblé da Nação Angola: farofa de carne seca, tapioca, banana da terra frita, mandioca, milho assado, peixes, broas, cubu de fubá, entre outras.

Durante a festa, uma mesa é organizada com essas comidas, que são oferecidas aos convidados. Diferentemente do usual entre as festas das religiões afro-brasileiras, nas quais os filhos de santo e visitantes oferecem comidas às entidades, são as entidades que oferecem a comida ao público presente. No interior do terreiro, um toque para todos os Inquices dá início à festa. Após essa cerimônia, na parte exterior ao terreiro, tem-se um samba de caboclo, momento no qual as entidades dançam ao som dos atabaques.

O samba de caboclo precisa de bastante espaço para acontecer e, atualmente, acontece no terreiro localizado em Santa Luzia. Essa foi, inclusive, uma exigência feita pela própria entidade a Muiandê, que adquiriu o terreno no qual a festa acontece hoje. Até meados de 2007, a festa ainda acontecia em Santa Efigênia.

Para realização dessa festa também são recolhidas doações, geralmente de terreiros parceiros, de comerciantes locais, filhos de santo e amigos da comunidade. Ainda que em alguns momentos encontrem dificuldades financeiras para a realização das festas, foi ressaltado que elas nunca deixam de acontecer, pois há intervenções das entidades.

Sessy Luanvy explica que uma das motivações da realização dessa e das outras festas é homenagear e agradecer todas as graças alcançadas através das entidades.

A festa de caboclo acontece porque, quando você se inicia [na religião], você precisa dar um agrado para sua entidade, porque ela te dá tudo o ano inteiro. Então não custa você tirar um dia da sua vida pra agradecer essa entidade²³⁹.

Não só a Festa de Ubirajara, como todas as festas de celebração das entidades são percebidas como um momento para agradecer às benfeitorias realizadas por eles nas vidas de seus membros e da própria comunidade.

4.1.3 Outras festas

O cotidiano do candomblé envolve uma série de preceitos a serem seguidos em função do sagrado que rege o terreiro. São reuniões públicas, os chamados toques, as atividades ritualísticas ordinárias, que compreende a preparação e oferta de alimentos para os *Inquices*, os banhos, além dos atendimentos ao público e os jogos de búzios²⁴⁰. Além dessas ocupações de rotina, o candomblé possui também um intenso calendário de festividades a ser seguido ao longo do ano. Em Manzo, este calendário é composto das festas para os Inquisses, referidas como toques, sendo comum o povo do terreiro se referir a elas da seguinte maneira: “vamos tocar para Kavungo” ou “vamos tocar para Matamba”²⁴¹.

Como anteriormente pontuado, esse calendário sofreu uma série de alterações ao longo do tempo, com algumas festas deixando de existir antes da mudança territorial, ao passo que outras, após essa intervenção. As celebrações que ainda permanecem,

²³⁹ SESSY LUANVY. [junho de 2017]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida à equipe que elaborou o Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG

²⁴⁰ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 150.

²⁴¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte...*



continuam acontecendo, ou no território originário, ou no território de Santa Luzia.

Mametu Muiandê conta a respeito do calendário festivo de Manzo:

A festa de Pai Benedito é o ultimo sábado, ultimo domingo de maio, todo mundo... Essa já virou patrimônio da cidade, festa de Pai Benedito, junta gente demais. De Obaluaê eu faço aqui, ela vai, ela aqui tem de 10 até 25 de agosto, a de Cosme é agora mês que vem, faço no início de outubro. Iansã [*Matamba*] em novembro. Dezembro é as Inquissianas, as festas das Inquissianas da casa, todas as santas mulheres, as inquissianas, eu tô falando pra vocês [inaudível]. Todas as inquissianas são: Iansã, Oxum, Iemanjá, Eoá, Eoá não, Eoá é do ketu... ,é Nzinga Lumbondo as santas mulheres da casa, Nzumba, todas as santas mulheres da região. E, janeiro é abertura, aí eu faço as águas de Oxalá, em janeiro, início de janeiro eu faço as águas de oxalá, é muito bonita...²⁴².

A festa de *Wunji*, Cosme e Damião ou também erês, citado pela matriarca acontece em duas etapas, de acordo com Marques (2015). No período da manhã, consiste em uma celebração do Projeto Kizomba e, à tarde, participam as entidades, os *wunji*. No dia dessa festa, é promovida uma Caminhada pela Paz, que tem como bandeira o respeito à diversidade religiosa e que conta com a participação da comunidade de Manzo:

A gente fala festa, mas eu não falo festa, eu falo uma homenagem, um agradecimento, porque a gente pede eles tanto, e eles te atendem e é tão pouco que a gente tem pra oferecer, é muito pouco. E eu falo pros meus filhos de santo: “ah mas...não, nós temos tão pouco pra doar, e nós recebemos tanto deles”. E eu acho que nós temos mais é que agradecer.²⁴³

²⁴² MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

²⁴³ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



4.2 Manzo Ngunzo Kaiango: Uma casa de portas abertas

Mametu Muiandê costuma definir Manzo como uma “casa de portas abertas”²⁴⁴. Os significados dessa afirmação são amplos, mas existem algumas dinâmicas no quilombo que ajudam a entender essa definição. Em primeiro lugar, há um forte sentido de caridade advinda dos trabalhos de Pai Benedito. Após adquirir a área que viria a se tornar o quilombo Manzo, Muiandê prometeu que todos que precisassem de “um cantinho” seriam acolhidos, uma vez que ela mesma viveu a experiência de morar nas ruas:

Criei aqui mais de 18 filhos dos outros e sei lá mais quantos. Se aparecia na minha porta eu pegava. Sabe, é muito difícil morar na rua, eu morei na rua com dois filhos. Então eu pedi e prometi ao *Santo*: que se não perdesse minha casa, todos que aparecessem na minha porta precisando, eu daria um cantinho para eles morarem. Porque, meu filho, a pior e a melhor experiência que eu tive na minha vida foi esta: amanhecer e anoitecer sem saber para onde ir. Mas para mim não foi sofrimento e sim experiência [fala emocionada]. (...) alguns dizem: “*Mãe! A senhora é doída. Quem é que você colocou em casa*”. Eu digo: “- *sei lá gente. Não sei da onde veio. Apareceu ai na porta.*” [...] Nossa missão é essa: abrir as portas para quem precisa. É o meio que nós temos para agradecer e agradar a Deus, os Inquices e as humanidades²⁴⁵.

Mesmo com o exíguo território de Manzo em Santa Efigênia, a chegada de novas pessoas com necessidade de moradia, seja da família ou não, é prontamente acolhida. Como apresentado anteriormente, são frequentes as alterações construtivas nas casas do território, que ocorrem em função dos constantes fluxos no quilombo. Essa dinâmica, diz Muiandê, tende a se constituir também no território de Santa Luzia:

Então eu fiz uma promessa, pra Nossa Senhora [inaudível], que se ela arrumasse um canto pra mim morar com os meus filhos que quem precisassem eu ia dividir o espaço com ele. É o que aconteceu lá no Manzo [no bairro Santa Efigênia] e tá

²⁴⁴ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 296.

²⁴⁵ MAMETU MUIANDÊ *apud* MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 156.



começando aqui [em Santa Luzia]. Aqui eu já tenho duas pessoas morando aqui comigo. E pretendo fazer aqui, encher aqui, precisou vem, vem morar ²⁴⁶.

Em segundo lugar, além de ser um espaço que promove a segurança habitacional para o grupo, “a casa de portas abertas”, se abre também para qualquer pessoa que necessite de atendimentos medicinais e espirituais, nas ocasiões das festas públicas e para os alunos do Projeto Kizomba. Essas ocasiões serão abordadas a seguir.

4.2.1 Curas (atendimento/benzeção/curas) – função terapêutica e de acolhimento

Antes de sua iniciação no Candomblé, quando a vida de Efigênia era voltada inteiramente à Umbanda, sua subsistência também foi garantida pelos trabalhos espirituais com suas entidades Exu Paredão, Caboclo Ubirajara e Pai Benedito, através das doações que conseguia intermediada por eles. Isso se reforçou a partir do momento em que Efigênia se tornou Mametu Muiandê, exercendo as atividades cotidianas do terreiro, como atender clientes para jogos de búzios, consultas e trabalhos espirituais. Esse é um movimento muito comum entre pais e mães de santo do Candomblé, “além do sacerdócio religioso, a magia é quase que uma atividade profissional paralela de pais e mães-de-santo, voltada para uma clientela sem compromisso religioso”²⁴⁷.

O Candomblé, diz Prandi (2004), assim como a umbanda, é também, uma “agência de serviços mágicos”, que

oferece ao não-devoto a possibilidade de encontrar solução para problema não resolvido por outros meios, sem maiores envolvimento com a religião. Sua magia passou a atender a uma larga clientela, o jogo de búzios e os ebós do candomblé rapidamente se popularizaram, concorrendo com a consulta a

²⁴⁶ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

²⁴⁷ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé, 2004, p. 228.



caboclos e pretos-velhos da umbanda²⁴⁸.

Desde o início da Senzala de Pai Benedito, um grande número de pessoas procuravam Efigênia, em busca de aconselhamento espiritual e de cura para os problemas, muitas vezes considerados sem solução pela medicina tradicional. Com o início do candomblé, esse movimento aumentou, segundo a matriarca:

Eu tocava só umbanda pra Pai Benedito, ali naquele local ali, eu, eu incorporava meu Preto Velho. Eu falo que ele é o médico da comunidade ali. Ele fazia cura, chegava gente queimada, chegava gente com problema sério de saúde... menino engolia alfinete aberto, punha pra fora fechado... Eu falo que as... nós, espíritas, deveríamos ter oportunidade de também dar o testemunho. Porque, tanta coisa, que eu já vi nessa minha vida, que já foi realizada dentro daquele terreninho de Manzo ali... que eu vou te falar... é coisas muito séria, é coisa muita sagrada, dentro do sagrado...²⁴⁹.

Assim, seja no âmbito da umbanda ou do candomblé, Mametu Muiandê possui um amplo domínio sobre os fundamentos mágico-religiosos, um vasto repertório de saberes sobre o uso das plantas, das rezas e benzeções, bem como o domínio dos rituais de ambas as religiões.

O ofício da benzeção faz parte do extenso repertório de saberes de Mametu Muiandê e sempre esteve ligado à sua família. Sua mãe, dona Pingo, era benzedeira e ensinou os netos, Jorge (*Kemboalá*), e Joana (*Sessy Luanvy*). Já Muiandê aprendeu observando as benzedadeiras do vilarejo onde morava na cidade de Ouro Preto, quando ainda era criança.

A transmissão desse ofício acontece no cotidiano, através da observação e da interação entre mestre e aprendiz. Não há uma iniciação formal, mas é necessário atenção para aprender as rezas, a utilização das plantas e os procedimentos específicos para benzer e curar os mais variados males, físicos e espirituais. “Todas as rezas são diferentes”, diz

²⁴⁸ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé, 2004, p. 224.

²⁴⁹ MAMETU MUIANDÊ. [10 de setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida a Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Laura Moura Martins e Mariana Rabêlo de Farias. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



Sessy Luanvy. Ela também revela a importância de “passar pra frente” os saberes ligados a este ofício. Segundo a benzedeira, todos aqueles que detêm esse conhecimento devem ensinar para, ao menos, uma pessoa. Contudo, Kemboalá explicou que ainda não transmitiu esse ofício a ninguém.

Alguns dos elementos materiais usados nas benzeções são: uma trouxinha de pano e uma linha com agulha, para cozer torções; um copo com água ou uma rodilha e uma panela de pedra, para curar dor de cabeça; um pedaço do caule do assa-peixe, para mordida de cobra; uma vara de assa-peixe ou uma vara de mamona, para curar cobreiro.

Muitas das plantas usadas nas benzeções podem ser cultivadas em casa, nos quintais. Quando precisam de alguma planta que é encontrada apenas em matas, os benzedores de Manzo recorrem, principalmente, ao entorno do quilombo, em Santa Luzia, que se encontra em uma região de mata.

Kemboalá disse que não é necessário um lugar específico para realizar a benzeção, porém, costuma benzer sempre em sua casa, no bairro Taquaril. Diferentemente de Sessy Luanvy, moradora do bairro Minas Novas que, de um modo geral, é procurada por pessoas de diversas idades, Kemboalá disse benzer crianças, especialmente. Segundo sua companheira Maria das Graças de Souza Silva, 68 anos, ele é uma referência como benzedor na região onde moram.

Em Manzo, seja em Santa Luzia, seja em Santa Efigênia e, para além dessas localidades, seja no bairro Taquaril e ou Bairro Minas Novas, muitas pessoas são atendidas em busca de soluções para seus males espirituais, de saúde, psicológicos ou afetivos.

Outra forma de atendimento prestado são os aconselhamentos espirituais, feitos pelas entidades, através do transe de incorporação na Mametu e nos outros médiuns que dão passes e prestam consultas a quem procura o terreiro.



4.2.2 Projeto Kizomba (enfocar cidadania)

O Projeto Kizomba é sempre referenciado pela comunidade com muito orgulho, por ser mais um dos resultados da vontade de Pai Benedito. Com o intuito de realizar aulas e oficinas para as crianças e adolescentes da comunidade de Manzo e de seu entorno, esse projeto surgiu como forma de ocupar o tempo livre desse público com práticas educativas e culturais. As aulas do projeto ocorrem no Salão do terreiro, que foi cedido por Muiandê e por Pai Benedito para a realização das atividades.

Apesar de não estar diretamente vinculado ao candomblé, o Kizomba possibilita a aproximação dos alunos das diversas manifestações culturais negras, inclusive a própria religiosidade, e muitos deles participam dos momentos festivos do terreiro, mesmo que não sejam adeptos da religião²⁵⁰. De acordo com Marques,

O Projeto Kizomba é visto pelas lideranças do Quilomblé, como uma forma de comunicação dos seus modos, saberes, fazeres e viveres aos moradores do entorno e ao poder público e também como um processo de legitimação das cobranças por direitos junto a estes poderes, visto que a Comunidade assenta no projeto uma forma de contribuir - nos moldes da forma-Estado, ainda que com conteúdos de sua própria sociocosmológica – com a perseguição de uma melhoria na vida dos jovens da região onde se localiza o Terreiro²⁵¹.

Dessa forma, o projeto adquire uma importante dimensão de cidadania, em função trabalho socioeducativo gratuito oferecido por Manzo à comunidade mais ampla. Em uma região da cidade que possui escassas opções de lazer e de educação para além da escola formal, o projeto é fundamental para que os jovens possam conhecer e conviver com a diversidade cultural e religiosa, bem como valorizar a cultura afro-brasileira, posto que muitos dos alunos atendidos são negros. Para os quilombecistas de Manzo, o Kizomba é considerado um

²⁵⁰ QUEIROZ, Ana Maria Martins. Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango. 2012, p. 164-165.

²⁵¹ MARQUES, Carlos Eduardo. *Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango...* p. 199.



significativo trabalho por eles desenvolvido. Muitas das buscas pela melhoria das condições da comunidade têm como elemento propulsor, as ações do Kizomba. Um dos grandes interesses de Manzo é a ampliação do projeto, a fim de obter meios para oferecer outras atividades para os alunos. No entanto, a disponibilidade de espaço no quilombo é restrita e a escassez de recursos financeiros tornam maiores as dificuldades para que as atividades se expandam²⁵².

Na época em que a Defesa Civil interditou o acesso dos quilombolas ao território de Manzo, mais de 70 crianças participavam das atividades artísticas e culturais que o Kizomba oferecia. O Projeto, que visa ser uma alternativa para a realidade das crianças e jovens de periferia, teve que ser paralisado. Sobre essa interrupção e as consequências para seus alunos, Muiandê questiona:

Eu quero encontrar esse povo [do Estado] e perguntar, por quê? Por quê que nos tiraram daqui e nos levaram pro abrigo? Acabou com o projeto [Kizomba], por quê? Hoje a maioria dos meninos [que participavam] do projeto estão no crime, tirando foto mostrando metralhadora, cigarro de maconha [...]. É isso que eles queriam? Ainda conseguimos salvar o sangue, a família, o pouco de vocês que são da família. Mas e o projeto com 72 crianças? O que que aconteceu com esses meninos? Veja aí, os meninos estão postando foto com maconha, metralhadora, é isso que está acontecendo. É isso que o governo tem que olhar, é isso que a humanidade tem que olhar. [...] Os outros na droga lá na Serra, um preso, e aí? A capoeira, o samba de roda, a gente inventando coisas pros meninos aprenderem, para ocupar a cabeça deles. Eu quero uma explicação pra isso²⁵³.

Somente em 2016, ele foi retomado, e até hoje está se reestruturando, com aulas de capoeira e percussão, através da autogestão da comunidade e de apoiadores. A comunidade afirma que diversos recursos são desejáveis para uma melhor manutenção do projeto, sendo um dos pontos a serem trabalhados nas ações de salvaguarda.

²⁵² QUEIROZ, Ana Maria Martins. Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango. 2012, p. 164-165.

²⁵³ MAMETU MUIANDÊ. [junho de 2017]. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.



5. MOTIVAÇÃO PARA O REGISTRO

Após a caracterização e análise histórico-cultural de *Manzo Ngunzo Kaiango* em seus múltiplos aspectos, torna-se de fundamental importância apontar os valores que atribuem a este bem a “significância cultural” que justifica sua proteção por meio do Registro Imaterial, que irá orientar as Ações de Salvaguarda.

A expressão “significância cultural” vem assumindo, nas últimas décadas, um lugar de destaque nos debates em torno da preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, a Carta de Burra foi o instrumento responsável por consolidar este conceito, compreendido enquanto “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual, para as gerações passadas, presentes e futuras”²⁵⁴. Assim, pensado de uma perspectiva qualitativa, um sistema valorativo é estabelecido visando a proteção dos bens culturais; processo que se dá a partir da participação dos diversos atores sociais envolvidos na produção e reprodução do bem cultural. Cabe pontuar, contudo, que tais valores não são inerentes aos bens culturais, podendo, inclusive, mudar ao longo do tempo ou, ainda, coexistirem valores contraditórios e antagônicos.

A determinação da significação cultural é, portanto, uma etapa fundamental do processo de gestão dos bens culturais, servindo de diretriz para a conservação e salvaguarda dos atributos valorados para as futuras gerações. Em síntese, a declaração de significância funciona como uma ferramenta que auxilia no monitoramento, permitindo identificar as continuidades e transformações dos atributos dos bens, norteando as estratégias de salvaguarda.

A compreensão de valor de significância como algo atribuído e não inerente ao bem cultural e da intrínseca dinamicidade que lhe é conferido reforçam o entendimento de que

²⁵⁴ Art. 1, carta de Burra. ICOMOS, Austrália, 1999.



a determinação da significância deve ser revista de tempos em tempos. Essa revisão mostra-se particularmente necessária quando estamos tratando do patrimônio imaterial, que tende a ser mais dinâmico em seus processos de transformação e ressignificação do que o patrimônio tangível, cuja preservação pressupõe senão a imutabilidade, a pouca alteração em seu aspecto material. Afinal, as práticas coletivas estão em constante transformação, modificando também os sentimentos, as memórias e as ideologias comuns. Os valores que geram os significados ou a significância dos bens são, inevitavelmente, transformados ou substituídos no horizonte temporal.

Esse entendimento, por sua vez, vai ao encontro do Decreto estadual 42505 de 15 de abril de 2002 que “*Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais*”. Segundo o artigo 8º do Decreto: “O IEPHA/MG fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Curador, que decidirá sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural de Minas Gerais”. Por meio da revalidação, é possível analisar a ocorrência ou não de alteração nos valores de significância e, por conseguinte, rever ou readequar o plano de salvaguarda, compatibilizando-o com a nova realidade do bem cultural.

A ação de identificação do valor de significância, bem como a construção e revisão do plano de salvaguarda a partir de tais valores deve ocorrer sempre em conjunto com os detentores e a coletividade em geral. Posto isto, os valores identificados ao longo do processo e agora atribuídos a *Manzo Ngunzo Kaiango* são: valores **históricos, culturais, de existência e de memória sensível**.

A Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango Manzo expressa, de modo incontornável, um **valor de existência**, que é “[...] dado a bens ou a seres vivos pelo simples fato de existirem ou viverem”. Nesse sentido, “existir inquestionavelmente significa ter



existência concreta”²⁵⁵. Mesmo que a trajetória como comunidade negra e de terreiro, tenha sido historicamente atravessada por distintas situações de preconceito, vulnerabilidade, conflitos e violações de diversas naturezas, a firme manutenção do seu modo de vida tradicional é o maior indicativo da concretude da experiência de ser e estar em comunidade. Assim, para Manzo existir é, sobretudo, um ato de resistência.

Além disso, destaca-se que em Manzo, há diversas especificidades nas visões de mundo, nos modos de viver e em seus conjuntos de saberes, que consolidam sua importância no conjunto cultural do estado e que justificam seu reconhecimento e salvaguarda como Patrimônio Cultural Imaterial.

Do ponto de vista do patrimônio, entende-se que em seu valor de existência, é possível reconhecer as outras formas de habitar a cidade e de com ela se relacionar, distintas das lógicas hegemônicas do modelo de planejamento urbano pensado e executado para a cidade de Belo Horizonte desde sua fundação como capital do estado. Nessa perspectiva,

trata-se de considerar o próprio habitat como ato cultural por compreender uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios, de ações e de representações dos seus habitantes enquanto membros de uma determinada comunidade²⁵⁶.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, Minas Gerais possui em torno de 328 Comunidades Remanescentes de Quilombos autorreconhecidas²⁵⁷, sendo que a grande maioria se encontra no contexto rural. A territorialidade dessas comunidades está ancorada, sobretudo, na subsistência proveniente das atividades extrativistas, agrícolas e de criação.

²⁵⁵ LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. Lacerda, Norma; Zancheti, Silvio Mendes (org.). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

²⁵⁶ LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais... 2012.

²⁵⁷ Cf. <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/QUADRO-GERAL-29-01-2018.pdf>> acesso em 04/10/2018.



De maneira distinta, os quilombos em contextos urbanos, mobilizam outras relações com o território, que não aquele do “trabalho e da produção econômica como fator de subsistência e agregação da comunidade”²⁵⁸. De acordo com Frank Marcon,

São outros os fatores das referências cognitivas no espaço urbano quilombola, onde as moradias, os prédios, as calçadas, as ruas, as praças, os monumentos, as relações sociais e tudo que possa haver sobre esta ampla paisagem, tornam-se parte das referências possíveis implicadas pelo movimento dinâmico das pessoas na cidade²⁵⁹.

No caso particular de Manzo, definido como um quilombo urbano, a ligação estabelecida com o território e o seu senso de comunidade se dão pela via das religiosidades praticadas. Isto pode ser observado pela forma como a comunidade se materializou, manteve e ampliou, sempre a partir da determinação do sagrado, primeiro através da entidade Preto Velho Pai Benedito, com a escolha do terreno do bairro Santa Efigênia e, em seguida, do Caboclo Ubirajara, em Santa Luzia.

Diante da identificação de que Manzo, enquanto uma comunidade umbandista e candomblecista vive suas múltiplas experiências espaciais a partir do sagrado, é possível lhes atribuir também **valores culturais**. Esses valores se ancoram no fato de Manzo Ngunzo Kaiango ser uma comunidade negra e de terreiro, sendo que as religiosidades afro-brasileiras são as referências culturais fundantes que organizam a vida comunitária do Quilombo em seu território. De acordo com a visão de mundo dos quilombolas de Manzo, o Candomblé, e também a Umbanda, é o que os fazem “caminhar juntos”, ou seja, viverem em comunidade e se reconhecerem dentro de um sistema de valores tradicionais baseados no sagrado. Makota Kidoiale reafirma esta noção ao pontuar:

[...] “- se não tiver candomblé não vale a pena ser Manzo. Não vale a pena ser comunidade, não vale a pena ser nada.” Para mim tudo começou pela religião. Inclusive até a nossa vinda para cá [bairro Santa Efigênia]. Nossa moradia aqui, a casa que a mãe conseguiu foi tudo por causa da religião. Então se não houver

²⁵⁸ MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE. In: LEITE, Rogério Proença (Org). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 85/106.

²⁵⁹ MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca... 2008.



candomblé não vale a pena querer nada do governo. Não acho direito meu ir atrás de governo se não for ter o candomblé, que cada um tenha sua vida normal. E aí vou entender que fazemos mesmo parte da cidade formal que eles falam. Mas se tiver o candomblé não. Pois se tiver o Candomblé vale a luta. Por isto que se me perguntam hoje o que é o Manzo, eu digo é o Candomblé e tudo que se envolve dentro dele. Isto é o que penso²⁶⁰.

A comunidade de Manzo exprime sua identidade coletiva, por meio de saberes, celebrações e ritos ancestrais que envolvem a relação com o sagrado, o uso das plantas, a medicina tradicional, a ocupação do espaço e a relação com a memória. Neste ponto, é importante pontuar a centralidade da figura de Mаметu Muiandê na qualidade de mestra detentora e transmissora desses valores para toda a comunidade. Seja no âmbito da Umbanda ou do Candomblé, a matriarca da comunidade possui um amplo domínio sobre os fundamentos mágico-religiosos, um vasto repertório de conhecimento sobre o uso das plantas, das rezas e das benzeções, bem como o domínio dos rituais de ambas as religiões.

Analisando os embates territoriais ocorridos em Manzo, chegou-se ao entendimento de que as ações desenvolvidas pelo Estado se configuraram como violentas e violadoras dos Direitos Humanos e das legislações pertinentes. Esse passado recente, que culminou na fragmentação da territorialidade de Manzo e no deslocamento dos espaços sagrados e de sua matriarca, ganhou centralidade nas discussões internas e externas à comunidade se tornando bandeira de luta e resistência. A experiência traumática experimentada pela comunidade insere Manzo como um espaço de referência para se discutir o racismo, a intolerância religiosa e a marginalização das comunidades negras no Brasil.

Para além desse ponto, as ações perpetradas pelo Estado deixaram na territorialidade e nos sujeitos de Manzo uma memória sensível e dolorosa. A memória é um campo de batalha onde o presente debate o passado como forma de construir o futuro, e é nesse sentido, que se atribui a comunidade um valor de **memória sensível**, porque a sua (re)sistência através do uso contínuo de seu espaço negam o silêncio e o

²⁶⁰ Makota Kidoiale *apud*. MARQUES, Carlos E. *Bandeira branca em pau forte...* p. 167.



esquecimento oficial, valorizando, ao mesmo tempo, a permanência de sua religiosidade e cultura.

Por fim, pode-se atribuir a essa comunidade quilombola e de terreiro um importante **valor histórico** no sentido de que seu percurso, lança luz sob outra perspectiva para se pensar as tramas da constituição da nova capital de Minas Gerais. Em seus múltiplos aspectos – social, cultural, religioso, urbano, etc. – apresenta a trajetória de migração de grupos historicamente “sem voz” e, portanto, invisibilizados da narrativa oficial.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que a Comunidade Quilombola *Manzo Ngunzo Kaiango* possui todos os elementos para o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais, sendo indicada sua inscrição no Livro de Registro dos Lugares.



6. SALVAGUARDA PARA MANZO NGUNZO KAIANGO

A *Salvaguarda* é um dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro previsto, tanto na legislação federal, quanto estadual²⁶¹ e de alguns municípios. Em linhas gerais, trata-se do conjunto de ações promovidas por diversos agentes no sentido de reconhecer, valorizar, estimular, fomentar, divulgar e promover o bem cultural protegido. Como ponto de partida, as ações de salvaguarda devem ser construídas pelo poder público, prioritariamente, em conjunto com coletivos culturais responsáveis pela existência do bem, já que a manutenção dessas práticas está intrinsecamente relacionada aos agentes promotores desse patrimônio e, sem eles, não há razão de ser.

As medidas de salvaguarda que serão propostas nesta seção se referem ao patrimônio cultural imaterial que, assim como a própria dinâmica da cultura, não possui limites físicos que o delimite, nem que o separe de suas vertentes materiais e/ou da sociedade e dos grupos que o produzem. Tal patrimônio é caracterizado por ser intrinsecamente difuso²⁶², fato que deve ser levado em consideração na proposição das diversas ações de políticas públicas para a valorização desse patrimônio, assegurando aos executores dessas práticas, a possibilidade de continuidade das mesmas. Nesse tocante, existe a necessidade, já constatada em outros processos de salvaguarda de bens culturais imateriais reconhecidos, de que tal política seja ampliada, apoiando as práticas e garantindo, efetivamente, a valorização de seus executores.

No que tange à salvaguarda do patrimônio imaterial, o Iepha/MG aponta algumas diretrizes que norteiam sua construção. Essas diretrizes estão listadas a seguir:

²⁶¹ Referimo-nos aqui aos artigos nº 215 e nº 216, da Constituição Federal do Brasil, e aos artigos nº 207, nº 208 e nº 209, da Constituição Estadual de Minas Gerais. Também ao Decreto Federal, nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 ao Decreto Estadual nº 42.505, de 15 de abril de 2002, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Minas Gerais.

²⁶² Em linhas gerais os *direitos difusos* constituem direitos transindividuais, ou seja, que ultrapassam a esfera de um único indivíduo. Para maiores informações ver: CASTILHO, Ricardo dos Santos. *Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos*. Campinas: LZN editora, 2004. p. 35 e 36.



- *Promoção da inclusão social e melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial;*
- *Ampliação da participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio;*
- *Promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação;*
- *Implementação de mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco;*
- *Respeito e proteção aos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.*

Um critério essencial para se pensar a salvaguarda de bens imateriais e elaborar ações de salvaguarda para os mesmos é o critério da *Sustentabilidade* do bem cultural registrado. Nesse sentido, o Iepha/MG aponta alguns caminhos, que podem colaborar para a continuidade do bem que se pretende salvaguardar:

- a) Formulação e implementação de planos de salvaguarda de bens culturais inventariados ou registrados;*
- b) Estímulo e apoio à transmissão de conhecimento entre produtores de bens e de manifestações de natureza imaterial;*
- c) Incentivo a ações de reconhecimento e valorização de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais, e apoio às condições sociais e materiais para a continuidade destes conhecimentos;*
- d) Apoio a ações que visem à organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;*
- e) Apoio a ações de melhoria das condições de produção e circulação de bens culturais imateriais, numa perspectiva de preservação do meio ambiente e de proteção de contextos culturais específicos;*
- f) Apoio a programas de desenvolvimento social e econômico que incluam e valorizem o patrimônio cultural imaterial das comunidades envolvidas;*
- g) Elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.*

Outro critério importante a ser levado em consideração na elaboração de políticas de salvaguarda diz respeito às necessidades referentes à *Promoção* do bem cultural protegido. Nesse sentido, o IEPHA propõe as seguintes orientações:

- a) Divulgação de ações exemplares de identificação, registro e salvaguarda, visando à promoção do entendimento da população dos objetivos e do sentido das diretrizes para salvaguarda do patrimônio imaterial do estado;*
- b) Desenvolvimento de programas educativos com vistas à democratização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural mineiro, em especial o de natureza imaterial;*
- c) Ações de sensibilização da população para a importância do patrimônio cultural imaterial na formação da sociedade brasileira;*
- d) Ações de divulgação e promoção de bens culturais imateriais registrados ou inventariados.*

Assim, é possível apreender quatro grandes eixos que englobam as diretrizes e estratégias pensadas e aplicadas pelo IEPHA/MG, ao longo dos anos, nos processos de registro e salvaguarda dos bens culturais protegidos em âmbito estadual. São eles:



Figura 18: Eixos para salvaguarda de bens culturais imateriais do estado de Minas Gerais.



A proposição das ações de salvaguarda elaboradas para o contexto de *Manzo Ngunzo Kaiango* foi norteada pelas diretrizes e orientações supracitadas, sintetizadas em torno dos quatro eixos listados na figura 18, e tendo como base primeira, as necessidades específicas relacionadas ao bem e a seus produtores e produtoras, que foram identificadas durante a realização da pesquisa para elaboração do Dossiê de Registro.

6.1 Propostas de Ações de Salvaguarda

A proposição inicial das ações de salvaguarda direcionadas a *Manzo Ngunzo Kaiango* descritas abaixo, se apoiou, portanto, nas demandas levantadas a partir dos encontros com as lideranças da comunidade, durante as reflexões técnicas desenvolvidas para a realização do trabalho de pesquisa efetuado, bem como nas análises que dele decorreram.

As ações inicialmente propostas para a salvaguarda *Manzo Ngunzo Kaiango* deverão ser ratificadas durante a elaboração do *Plano de Salvaguarda*²⁶³, no encontro com os produtores do bem cultural. Para tanto, o Iepha/MG propõe a articulação de uma rede de Comitês para a salvaguarda do bem cultural imaterial em questão. O Plano deverá ser consolidado e atualizado periodicamente a partir dos Comitês e dos fóruns, se e após o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP) deliberar pelo registro do bem cultural imaterial em tela.

Dessa forma, a proposta inicial das ações de salvaguarda deverá ser apresentada e convalidada pelos membros do *Manzo Ngunzo Kaiango*, e a ela poderão ser acrescentadas novas ações, que emergem nesses encontros. A seguir, apresentamos as estratégias pensadas para os quatro grandes eixos citados na seção anterior, que se traduzirão em

²⁶³ O Plano de Salvaguarda é um instrumento de gestão que visa, por meio da relação entre Estado e Sociedade, alcançar a autonomia e sustentabilidade da salvaguarda de um bem cultural a curto, médio e longo prazo. Ele está previsto no Decreto Estadual nº 42.505 de 2002, sob a forma do Programa Estadual de Patrimônio Imaterial; na portaria 47 de 2009, é tratado na seção do Dossiê Técnico, no item VI - *Plano de Salvaguarda*, que prevê o diagnóstico e a proposição de diretrizes e ações para a salvaguarda do bem protegido.



ações, na tabela *Propostas para o Plano de Salvaguarda de Manzo Ngunzo Kaiango* (Quadro 1).

Com relação ao eixo *Transmissão da tradição e valorização*, busca-se elaborar e implementar ações que estimulem a transmissão dos saberes relativos à experiência entre os próprios integrantes de Manzo, e entre elas e outras comunidades quilombolas e de terreiro do estado, de modo a fortalecer os conhecimentos tradicionais. Isso pode ser pensado também entre Manzo e espaços de saber formal, tais como as universidades e informais, como museus, centros de cultura e outros. Busca-se, também, apoiar as condições materiais de (re)produção do bem cultural registrado.

No que tange à *Gestão participativa e sustentabilidade* do bem cultural, pretende-se criar ações que garantam a ampla participação dos detentores, da sociedade civil e do Estado na política de salvaguarda do bem cultural, através da mobilização e articulação de coletivos para a salvaguarda de *Manzo Ngunzo Kaiango*. Essa ação pode ser potencializada com a formação de um *Comitê Gestor de Salvaguarda*.

No que diz respeito ao eixo de *Apoio e fomento*, entende-se a necessidade de realizar a formação de agentes locais dentro da comunidade sobre o tema da Salvaguarda e de oferecer suporte e estrutura física e logística para auxiliar a comunidade na gestão do bem cultural. Pretende-se também, incentivar a capacitação dos detentores para a captação de recursos que possibilitem a manutenção e valorização de *Manzo Ngunzo Kaiango*. Necessita-se, ainda, a promoção de parcerias para a sua gestão e salvaguarda.

Na perspectiva da *Promoção e Difusão* de *Manzo Ngunzo Kaiango*, propomos ações que visem divulgar e despertar para a importância do universo cultural do quilombo, visando a valorização de todos os seus aspectos e o esclarecimento acerca da necessidade de preservação do bem cultural para fora da comunidade.

Neste item são apresentadas possibilidades de ações, no entanto é necessária a construção coletiva e participativa do Plano de Salvaguarda. Após a convalidação do plano junto aos membros de *Manzo Ngunzo Kaiango*, as ações previstas deverão ser organizadas



em uma perspectiva temporal, a partir da definição de prioridades e estratégias de atuação, definindo para cada uma delas horizontes de curto, médio e longo prazo.



A partir das demandas de salvaguarda surgidas durante o processo de Registro e de escuta dos detentores do bem cultural, foi elaborada uma tabela de ações relativas às demandas identificadas. Essas ações estão sistematizadas no Quadro 1: Propostas para o Plano de Salvaguarda, divididas entre propostas gerais e específicas.

Conforme colocado anteriormente, o Plano de Salvaguarda deverá ser convalidado e acrescido de novas demandas.

Quadro 1: PROPOSTAS PARA O PLANO DE SALVAGUARDA

PROPOSTAS GERAIS

- Criar Comitê Gestor de Salvaguarda para *Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Construir e validar periodicamente, junto aos detentores do bem cultural, o Plano de Salvaguarda do *Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Apoiar e fortalecer as redes de articulação do Quilombo;
- Articular formação por meio de oficinas e cursos sobre a elaboração de projetos em editais de incentivo;
- Articular pontuação extra aos projetos apresentados ao Fundo Estadual de Cultura – FEC e à Lei de Incentivo à Cultura – LEIC, que estejam vinculados à salvaguarda de *Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Criar editais específicos que contemplem as necessidades de *Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Estimular as políticas públicas locais para a salvaguarda de *Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Elaborar uma edição dos *Cadernos do Patrimônio Cultural* sobre *Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Difundir o documentário audiovisual do *Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango* nas redes sociais e canais vinculados ao estado de Minas Gerais;
- Incentivar a participação de novas gerações nas práticas e estudos relacionados ao do *Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango*;
- Promover a formação de professores para abordagem das temáticas relativas às



Comunidades Tradicionais em sala de aula e nos espaços não formais de educação;
• Apoiar as condições materiais de (re)produção das referências culturais de <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> ;
• Incentivar as ações educativas para diferentes públicos;
• Estimular a constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre Manzo;
• Fomentar a elaboração de medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ou dano ao bem cultural registrado;
• Elaborar um plano de Educação para o patrimônio, a fim de divulgar e valorizar as ações relacionadas à <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> ;
• Distribuir os <i>Cadernos do Patrimônio</i> na Rede Pública de Ensino;
• Elaborar um Plano de Comunicação para divulgar e valorizar as ações relacionadas ao <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> ;
• Implementar o Plano de Comunicação;
• Construir editais para pesquisas acerca das comunidades tradicionais junto à FAPEMIG;
• Publicar o Dossiê de Registro de <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> ;
• Promover parcerias para a disponibilização de recursos para ações de salvaguarda;
• Articular esforços para a efetuação de uma educação das relações étnico-raciais, da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

Territórios do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango em Santa Efigênia e Santa Luzia

• Efetivar a titulação do terreno da Comunidade situado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte;
• Demarcar o terreno da Comunidade situado no bairro Bonanza, em Santa Luzia;
• Apoiar na reconstrução dos espaços sagrados destruídos pela ação da Defesa Civil/ Urbel;
• Apoiar a revisão do Plano Diretor municipal para que a existência de territórios tradicionais, como os quilombolas, mas não somente (haja vista a quantidade de terreiros de umbanda, candomblé e reinados; acampamentos ciganos, etc.) seja considerada nos tópicos e componentes em que as questões de uso e ocupação do solo, no município, e respeitada em suas singularidades;
• Criar mecanismos para a valorização da Mestre Mãe Efigênia;
• Promover ações de valorização do sagrado e da identidade quilombola da comunidade.
• Identificar, conhecer, mapear e documentar as atividades oferecidas pelo projeto, como a capoeira e as danças;
• Promover a viabilização de verba para a manutenção e desenvolvimento do projeto;
• Garantir o acesso aos materiais necessários para a produção das oficinas realizadas pelo Projeto Kizomba;
• Viabilizar a formação de público para as atividades oferecidas pelo Projeto Kizomba por meio da difusão do projeto;
• Apoiar a estruturação de espaços físicos para a realização das atividades oferecidas pelo Projeto Kizomba.
• Incentivar a pesquisa, a documentação e a difusão sobre as festividades da Comunidade;
• Articular a criação e publicação de material informativo e educativo sobre as festas;
• Promover a garantia da manutenção dos espaços necessários para a realização das festas;



- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Promover a elaboração de programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos professores de ensino fundamental e secundarista, considerando a competência e o notório saber dos próprios mestres e mestras quilombolas, lideranças históricas e políticas das comunidades, como professores desses cursos; |
| <ul style="list-style-type: none">• Sugerir para as Secretarias de Educação municipal e estadual o uso didático do livro 'Manzo: ventos Fortes de um Kilombo', de autoria de Mаметu Muiandê e Makota Kidoiale; |
| <ul style="list-style-type: none">• Promover articulações que multipliquem a visibilidade do Quilombo no município e no estado, promovendo seminários, cursos, formações e programações continuadas para os órgãos institucionais; |
| <ul style="list-style-type: none">• Apoiar a comunidade em suas iniciativas culturais, e também sociais; |

6.2 Estratégias para construção/ implementação do Plano de Salvaguarda

Visando a construção do Plano de Salvaguarda de maneira participativa e descentralizada, de forma a abarcar as necessidades dos membros de Manzo Ngunzo Kaiango, o Iepha/MG propõe a criação de uma coordenação, dentro da Gerência de Patrimônio Imaterial, para trabalhar com a salvaguarda de Manzo Ngunzo Kaiango. Para tanto, propõe-se a criação de um Comitê Gestor de Salvaguarda, para a construção e implementação do Plano de Salvaguarda.

À comissão a ser criada no Iepha, cabem as seguintes funções:

- *Mobilizar e articular as redes para criação do comitê;*
- *Estabelecerá diálogo direto com os detentores do bem cultural;*
- *Auxiliar e orientar o comitê na elaboração do Plano de Salvaguarda;*
- *Promover apoio institucional logístico e administrativo para o comitê;*
- *Acompanhar o cronograma de editais e auxiliar o comitê na elaboração de projetos culturais;*
- *Articular ações de Salvaguarda com as Secretarias de Cultura;*
- *Concluir o Plano de Salvaguarda;*
- *Implementar o Plano de Salvaguarda de acordo com cronograma estabelecido.*



Sugere-se que Comitê Gestor de Salvaguarda seja composto por membros da comunidade, lideranças locais, coletivos de cultura, instituições de ensino e pesquisa, associações e outros; além de representantes do Iepha (DPM e DPR), do IPHAN e da SEC.

A esse Comitê de Salvaguarda para Manzo Ngunzo Kaiango, caberá:

- *Planejar e executar ações que viabilizem a promoção e valorização do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, por meio do diálogo constante entre Estado e Sociedade;*
- *Mobilizar redes locais;*
- *Realizar fóruns permanentes de escuta e reuniões internas periodicamente;*
- *Buscar parcerias e mecanismos de fomento;*
- *Avaliar, sugerir e implementar os projetos e ações para a salvaguarda.*

O Comitê Gestor de Salvaguarda deverá definir seus estatutos e regimentos internos, a periodicidade dos encontros, suas competências, a rotatividade dos integrantes e das sedes, além de projetos prioritários e estratégias de atuação.

Assim, espera-se que a articulação do Comitê Gestor de Salvaguarda, alcance os seguintes resultados:

- *Plano de Salvaguarda elaborado;*
- *Efetivação de uma política sistemática de salvaguarda por parte do Iepha/MG;*
- *Aumento da autonomia dos detentores;*
- *Técnicos, agentes e gestores capacitados para desenvolver e gerir políticas participativas para o patrimônio;*
- *Políticas para o patrimônio implementadas, integradas territorialmente e geridas de forma participativa;*
- *Gestão compartilhada de salvaguarda por meio de um Comitê instituído, em funcionamento e fortalecido.*

Por fim, espera-se que com o Registro e a implantação do Plano de Salvaguarda de Manzo Ngunzo Kaiango, principalmente através da articulação do Comitê Gestor para Salvaguarda do bem cultural, possam garantir as condições de manutenção desse importante bem cultural de Minas Gerais.



7. TERMINOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

É constituído dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

São os chamados bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e edifícios isolados - e bens móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, acervos documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos, cinematográfico, mobiliário, obras de arte e demais objetos. Esses bens são assegurados por legislação própria, visando à manutenção e preservação dos mesmos.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

São as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio de natureza imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O “patrimônio cultural imaterial” se manifesta em particular:

- a) nas tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) nas expressões artísticas;
- c) nas práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) nos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) nas técnicas artesanais tradicionais.

IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS

É a seleção dos diversos elementos do patrimônio cultural com a participação das comunidades, grupos e organizações



não governamentais pertinentes e por meio de trabalho técnico especializado. Para assegurar a identificação, com fins de preservação, é necessária a realização de um ou mais inventários do patrimônio cultural, que serão atualizados regularmente. O inventário compreende as etapas de pesquisa, identificação, cadastro e acesso à informação sobre bens culturais necessárias às medidas subsequentes.

INVENTÁRIO

Corresponde à medida administrativa indicativa de outras formas de proteção ou acautelamento, significando importante instrumento de identificação e acesso à informação sobre os bens culturais de interesse de preservação.

VIGILÂNCIA

É o zelo permanente do bem cultural, por meio de ação continuada e integrada, entre os responsáveis as administrações federal, estadual e municipal.

TOMBAMENTO

É o instituto jurídico de proteção especial aplicado a bens culturais de natureza material de excepcional valor no que diz respeito à identidade cultural e à memória coletiva dos diversos grupos que constituem a sociedade.

LIVROS DO TOMBO

I - Livro Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico;

II - Livro de Belas Artes;

III - Livro Histórico;

IV - Livro das Artes Aplicadas.

CONSERVAÇÃO

É o conjunto de medidas que visa assegurar a preservação integral e material dos bens culturais, mediante a adoção de técnicas próprias ou a execução de intervenções, bem como a proposição destinada às administrações municipais de legislação urbanística específica para a preservação do sítio de valor cultural e da sua vizinhança.

REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

É a medida administrativa cujo processo de reconhecimento visa à inscrição do patrimônio cultural em um dos Livros de Registro (dos Saberes, das Celebrações das Formas de Expressão, dos Lugares, ou outro), tendo sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

LIVROS DE REGISTRO

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;



III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

DESAPROPRIAÇÃO

É um instrumento de acautelamento e de ordenamento do território previsto pelo estatuto da Cidade de 2002 que incide sobre bem cultural de notória relevância e que apresente risco comprovado de irreparável destruição ou descaracterização.

PLANO DE PROTEÇÃO

É o conjunto de medidas administrativas de natureza jurídica, técnica ou conceitual que visam à preservação dos suportes materiais que proporcionam a fruição dos valores culturais identificados do patrimônio de natureza material ou imaterial e que está relacionado a programas, planos, projetos e ações de tombamento, conservação e restauro e difusão.

SALVAGUARDA

É o conjunto de medidas administrativas de natureza jurídica, técnica ou conceitual que visa a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e a revitalização desse patrimônio nos seus diversos aspectos.



8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rogério Pereira. **Cidades-capitais imaginadas pela Fotografia**: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues. **O batuque e a linha cruzada**: variações sobre os sistemas etnolíticos afro-brasileiros. In: 36 Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindoia. Anais do 36 Encontro Anual da Anpocs, 2012.

BERGO, Renata Silva. **Quando o Santo Chama**: terreiro de Umbanda como contexto de aprendizagem na prática. Belo Horizonte, 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. **Etapas da regularização quilombola**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 08/10/2018.

CALVO, Julia. **Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX**: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2013v14n21p71>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. **A travessia atlântica de árvores sagradas**: estudos de paisagens e arqueologia em área remanescente de quilombo em Vila Bela/ MT. São Paulo 2012. 271f. Dissertação (mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. 1986 "Origens, para que as quero? Questões para uma investigação sobre a umbanda". In: Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. CER/ISER, 12/2:84-101

CONCONE, Maria Helena Vilas Boas. O ator e seu personagem. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**. ISSN 1981-156X, [S.l.], n. 04, out. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7196/5199>>. Acesso em: 01 out. 2018.

_____. **Umbanda: uma religião brasileira**. Col. Religião e Sociedade Brasileira. São Paulo, CER-FFLCH da USP, 1987.

DA SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda** - caminhos da devoção brasileira. 1. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. O terreiro e a cidade nas etnografias afro-brasileiras. **Revista De Antropologia**, 36, 33-79. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1993.111383>

_____. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais**: uma análise simbólica, 2005.

GOLDMAN, Marcio. **O dom e a iniciação revisitados**: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n2/02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.



LIMA, Kleverson Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales; LOPES, Myriam Bahia Lopes (coord.). **Morro da Queimada: século XVIII.** Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018 A.

_____. **Morro da Queimada: século XIX.** Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XIX.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018 B.

_____. **Morro da Queimada: século XX.** Disponível em <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XX.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018 C.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. **Cativeiro e cura: experiências da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII.** São Paulo 2015. 510 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MARQUES, Carlos Eduardo. **Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia, UNICAMP, 2015.

MARQUES, Carlos; PIRES, Felipe; OLIVEIRA, Lais *et al.* **Laudo Antropológico Arquitetônico – Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango,** 2016.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. **Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil.** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/AlessandraArt.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 113-122, 1993.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. **O Parque Arqueológico do Morro da Queimada.** Disponível em <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/6_O%20Parque%20Arqueologico%20do%20Morro%20da%20Queimada.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018, A.

OLIVEIRA, Pablo Menezes. **A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais.** Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-forma%C3%A7%C3%A3o-de-vilas-no-final-do-s%C3%A9culo-XVIII-na-Capitania-de-Minas-Gerais-Pablo-Menezes-e-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018 B.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(1): 49-74, 1.sem. 1990.

_____. O Brasil com axé. **Estudos Avançados**, vol.18, no.52 . São Paulo Sept./Dec. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>

_____. Pombagira e as faces inconfessas do Brasil. In: **Herdeiras do axé.** São Paulo: Hucitec, 1996.



PREFEITUA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. **Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango – Belo Horizonte/Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REIS, Aarão. Ofício n.26 Belo Horizonte, 23 de março de 1895. In: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte: um espaço para a república**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte: *padé, asèsè* e o culto Egun na Bahia**. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. **Os nagôs e a morte**. Petrópolis. Vozes, 1977, p. 55.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.



Documentação Fotográfica da **Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango**

Localizada na Rua São Tiago, 216, Bairro Santa Efigênia,
no município de Belo Horizonte e na Rua Rio Grande do
Sul, 330, Bairro Bonanza, no município de Santa Luzia

Belo Horizonte

2018



Fig. 1: Vista aérea do território originário de Manzo
Acervo: Iepha/MG



Fig. 2: Vista aérea do território originário de Manzo
Acervo: Iepha/MG



Fig. 4: Placas de identificação no portão de entrada, em Santa Efigênia - Acervo: Iepha/MG



Fig. 3: Corredor de acesso às dependências do quilombo
Acervo: Iepha/MG



Fig. 5: Pintura de Pai Benedito, no terreiro em Santa Efigênia - Acervo: Iepha/MG





Fig. 6: Corredor de acesso às residências na parte inferior
Acervo: lepha/MG

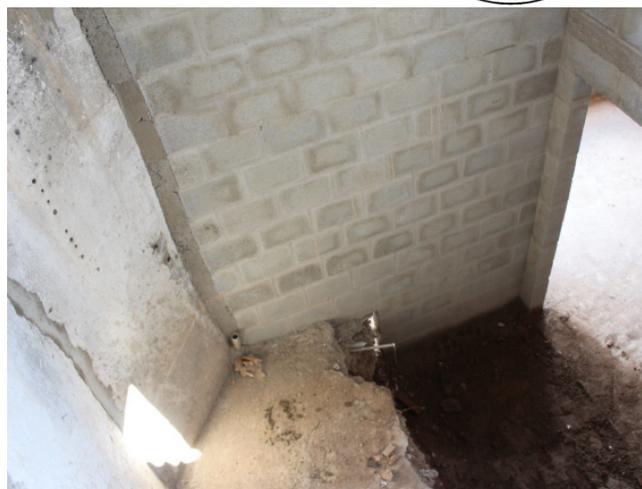


Fig. 7: Vista para o local onde ficava a antiga cozinha de Manzo em Santa Efigênia - Acervo: lepha/MG



Fig. 8: Parte do terreno do quilombo que foi interdito pela Urbel, após ação da Defesa Civil - Acervo: lepha/MG



Fig. 9: Detalhe de identificação na porta do terreiro
Acervo: lepha/MG

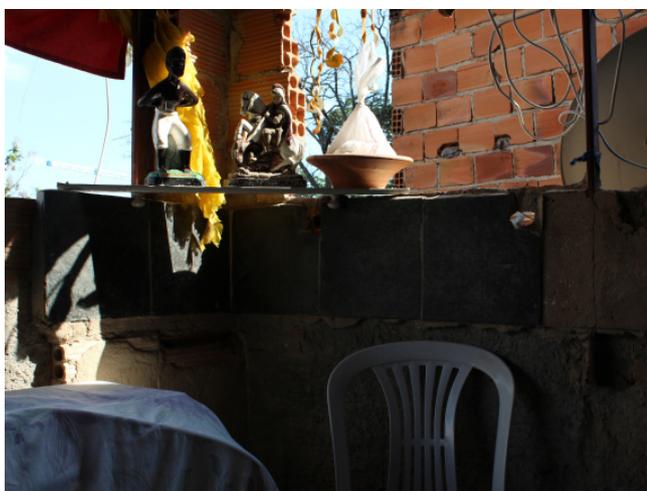


Fig. 10: Varanda localizada na parte inferior do território
Acervo: lepha/MG



Fig. 11: Detalhe em parede em referência ao Projeto Kizomba - Acervo: lepha/MG



Fig. 12: Preparação para Festa de Pai Benedito
Acervo: Iepha/MG



Fig. 13: Altar preparado para Festa de Pai Benedito
Acervo: Iepha/MG



Fig. 14: Mesa posta para Festa de Pai Benedito
Acervo: Iepha/MG



Fig. 15: Apresentação dos alunos do Projeto Kizomba durante Festa de Pai Benedito - Acervo: Iepha/MG



Fig. 16: Movimentação na cozinha durante a Festa de Pai Benedito - Acervo: Iepha/MG



Fig. 17: Mametu Muiandê e Makota Kidoialê na celebração - Acervo: Iepha/MG





Fig. 18: Chegada da Guarda de Congado São Benedito
Acervo: Iepha/MG



Fig. 19: Recepção da Gurada por Mamentu Muiandê
Acervo: Iepha/MG



Fig. 20: Toque para Pai Benedito durante sua Festa
Acervo: Iepha/MG



Fig. 21: Roda de Capoeira do Projeto Kizomba e convidados
Acervo: Iepha/MG



Fig. 22: Batismo das crianças durante Festa de Pai Benedito
Acervo: Iepha/MG



Fig. 23: Guarda de Congado no terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 24: Guarda de Congado no terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 26: Distribuição de doces durante Festa
Acervo: Iepha/MG



Fig. 25: Guarda de Congado no terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 27: Distribuição de doces durante Festa
Acervo: Iepha/MG





Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango em Santa Luzia



Fig. 28: Vista para entrada do território Manzo em Santa Luzia - Acervo: Iepha/MG



Fig. 29: Vista para entrada do território Manzo em Santa Luzia - Acervo: Iepha/MG



Fig. 30: Quarto de santo de Pambu Njila
Acervo: Iepha/MG



Fig. 31: Quarto de santo de Nkossi
Acervo: Iepha/MG



Fig. 32: Quarto de santo de Pambu Njila
Acervo: Iepha/MG



Fig. 33: Vista da porta de entrada do terreiro
Acervo: Iepha/MG





Fig. 34: Entrada do terreiro em Santa Luzia
Acervo: Iepha/MG



Fig. 35: Adornos no teto do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 36: Vista interna do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 37: Detalhe de dentro do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 38: Inquice na parede interna do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 39: Detalhe no interior do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 40: Mametu Muiandê no terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 41: Mametu Muiandê no terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 42: Entrada para quarto de búzios
Acervo: Iepha/MG



Fig. 43: Mametu Muiandê no quarto de búzios
Acervo: Iepha/MG



Fig. 44: Bandeira de Tempo em Santa Luzia
Acervo: Iepha/MG





Fig. 45: Vista para quarto de Santo
Acervo: Iepha/MG

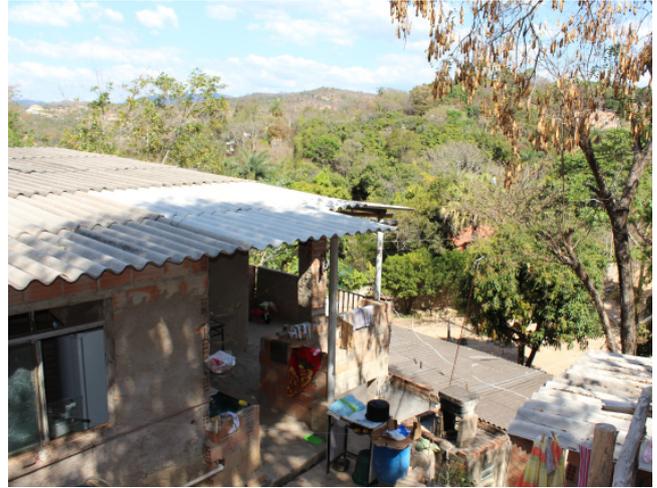


Fig. 46: Vista parcial das residência da comunidade
Acervo: Iepha/MG



Fig. 47: Construção de quarto de Santo
Acervo: Iepha/MG



Fig. 48: Cozinha do terreiro
Acervo: Iepha/MG



Fig. 49: Vista para rua Rio Grande do Sul
Acervo: Iepha/MG



Fig. 50: Detalhe do muro lateral do território Manzo
Acervo: Iepha/MG

Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas
Gerais – IPAC/MG referente a
Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo kaiango

Apêndice B

Belo Horizonte
2018



INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA-MG/MG. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG referente a Comunidade Quilobola Manzo Ngunzo Kaiango*. Belo Horizonte: 2018. 44 p.



GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fernando Damata Pimentel

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

João Batista Miguel

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE

Michele Abreu Arroyo

DIRETOR DE PROMOÇÃO

Fernando Pimenta Marques

DIRETORA DE PROTEÇÃO E MEMÓRIA

Françoise Jean de Oliveira Souza

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Luiz Guilherme Melo Brandão

DIRETORA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Soraia Aparecida Martins Farias

GERENTE DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Débora Raiza Carolina Rocha Silva



FICHA TÉCNICA – IEPHA/MG

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Françoise Jean de Oliveira Souza

COORDENAÇÃO DO IPAC/MG

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

PESQUISADORES

Ana Paula Lessa Belone

Laura Moura Martins

Mariana Rabêlo Farias

ESTAGIÁRIOS

André Vitor de Oliveira Batista

Erika Caroline Damasceno Costa



Sumário

Manzo Ngunzo Kaiango.....	171
Festa de Pai Benedito.....	193
Efigênia Maria da Conceição.....	203

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES	
01 IDENTIFICAÇÃO			
Denominação	Manzo Ngunzo Kaiango	IPAC/MG	
Categoria	Lugares		
			
<p>Figura 1: Entrada do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango no bairro Santa Efigênia Fonte: Acervo Iepha/MG</p>			
DESCRIÇÃO DAS DENOMINAÇÕES			
Comumente chamado somente de Manzo ou Quilombo Manzo. A localidade é conhecida também como Quilomblé Manzo, Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango e Senzala de Pai Benedito.			
DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO			
<p>Historicamente, a comunidade de Manzo ocupa, desde o início da década de 1970, um terreno na Rua São Tiago, nº 216, nos limites entre os bairros Santa Efigênia e Paraíso, na regional Leste de Belo Horizonte/MG.</p> <p>No ano de 2012, após uma ação da Defesa Civil do município de Belo Horizonte, que interditou o acesso dos membros do quilombo ao terreno por onze meses, a matriarca da comunidade, Maria Efigênia da Conceição, foi levada a se transferir para um terreno no município de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse terreno se localiza na Rua Rio Grande do Sul, nº 330, no Bairro Bonanza, uma região de chácaras do município.</p> <p>A comunidade, então se divide entre o bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte e o bairro Bonanza, em Santa Luzia. O fluxo, portanto, entre os dois lugares é intenso.</p>			
GPS	-	Longitude UTM	614296.74 m E
		Latitude UTM	779607.14 m S



Mapas

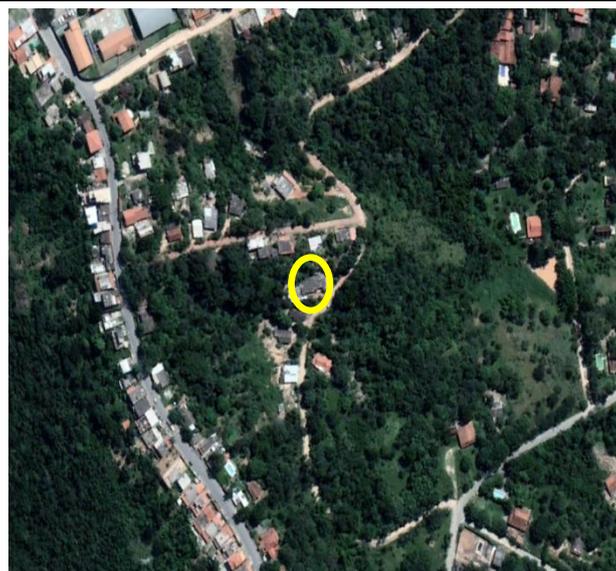
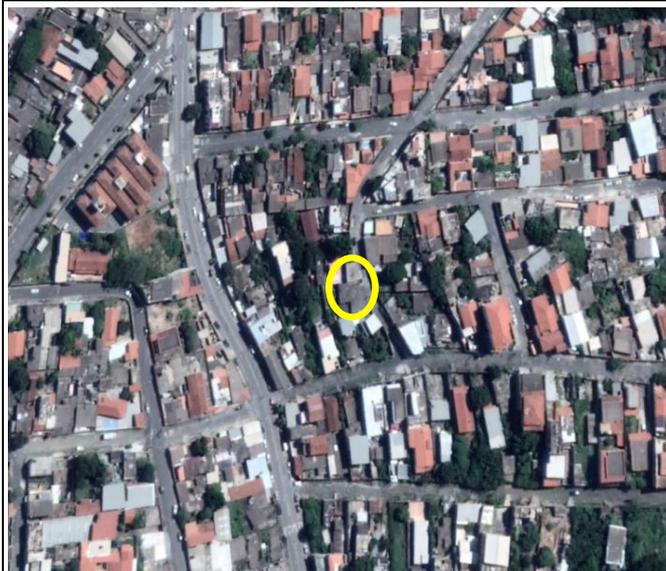


Figura 2: À esquerda, localização do Quilombo no Bairro Paraíso/Santa Efigênia – BH. Na rua paralela, à esquerda da Rua São Tiago está a Avenida Mem de Sá. À direita, localização do Quilombo no Bairro Bonanza – Santa Luzia

Fonte: Google Earth

02 Origens Documentadas ou Atribuídas

A fundação da Comunidade Quilombola *Manzo Ngunzo Kaiango* se liga inexoravelmente à figura de Efigênia Maria da Conceição (mais conhecida como Mãe Efigênia ou *Mametu Muiandê*), a matriarca da Comunidade. Nascida em 02 de janeiro de 1946, na localidade do Engenho, no Morro da Queimada, em Ouro Preto. A Serra de Ouro Preto, onde se localiza o Morro da Queimada, se tornou no século XVIII, uma das principais regiões de exploração aurífera (LIMA *et al.*, 2018), entrando em declínio no final desse século.

Descendente de africanos que foram escravizados em Minas Gerais e também de indígenas, Mametu Muiandê viveu grande parte da sua infância no Engenho, um vilarejo no Morro da Queimada, “lá no riozinho que chamava Engenho, onde meu povo tirava ouro, fazia os caburé, plantava café, torrava café, fazia farinha de mandioca”(MUIANDÊ *apud* PBH, 2018). De acordo com ela, sua bisavó foi escravizada e morou nessa localidade, onde nasceram e viveram sua avó e sua mãe. Marques (2015), afirma que o Morro da Queimada foi um local historicamente habitado por negros. Documentos do período colonial comprovam que além de ser local de comércio independente realizado por eles, também foi local de resistência e acolhimento de pessoas escravizadas que fugiam em busca de sua liberdade (MARQUES, 2015, p. 30).

Em 1955, aos 9 anos de idade, Efigênia se mudou com a mãe, Maria de Lourdes Santos Gomes, o padrasto, a avó e os irmãos para Belo Horizonte, e se instalaram no Bairro Paraíso. Na década de 1950, o bairro era ainda uma área com características rurais, a chamada “zona suburbana”, de acordo com as classificações do projeto para a cidade planejada de Belo Horizonte. Localizado no entorno da chamada zona urbana (planejada), conformada pela Avenida do Contorno, os bairros da zona suburbana passaram a abrigar uma grande diversidade populacional, sendo habitada por operários remanescentes da construção da nova capital, muitos deles negros, recém-libertos da

escravidão. À zona urbana, contida dentro dos limites da Avenida do Contorno, ficaram destinados os funcionários públicos e famílias da elite branca ouropretana.

Recém chegadas a Belo Horizonte, Efigênia e sua mãe começaram a trabalhar na capital, prestando serviços domésticos – mesma ocupação que possuíam em Ouro Preto e que Efigênia manteve até sua mudança forçada para Santa Luzia. Simultaneamente, em seus anos iniciais em Belo Horizonte, Efigênia começou a apresentar os primeiros sinais de sua relação com a espiritualidade ancestral de matriz-africana. Desde pequena já havia tido desmaios e visões e, aos onze anos, depois de várias tentativas de encontrar um diagnóstico médico para as perdas de consciência, sua mãe a levou em um terreiro de Umbanda. Nesse terreiro, no bairro Paraíso, Efigênia incorporou pela primeira vez o Preto Velho Pai Benedito, entidade que a acompanha desde então. Nas religiões de matriz-africana, os Pretos Velhos são entidades espirituais ligadas aos ancestrais africanos que foram escravizados no Brasil. Com Pai Benedito, Efigênia passou a prestar atendimentos espirituais a muitas pessoas.

Em Belo Horizonte, Efigênia morou em diversos bairros da cidade com sua família. No final da década de 1960, após um desentendimento com seus parentes, Efigênia foi obrigada a sair de casa, com seus dois filhos ainda muito pequenos. Após viver na rua por um tempo, ela conseguiu se instalar em uma favela, no bairro Paraíso, e começou a trabalhar como lavadeira para uma família abastada da cidade. No início da década de 1970, um familiar de seu patrão ficou doente e Efigênia foi solicitada por ele a realizar um trabalho espiritual, intermediado pelo Preto Velho Pai Benedito.

Como retribuição ao trabalho bem-sucedido, o patrão de Efigênia adquiriu um terreno para que Pai Benedito pudesse trabalhar curando as pessoas necessitadas. A indicação do terreno a ser adquirido, foi feita pela entidade a Mãe Efigênia, bem como o nome do pequeno cômodo a ser construído para a realização dos atendimentos: *A Senzala de Pai Benedito*, que viria a ser erguido pelas mãos da própria Efigênia e de seus filhos mais velhos. Jorge, o filho mais velho, conta que a primeira edificação do local foi uma “casinha de madeira”, construída a pedido do Preto Velho, para que Mãe Efigênia pudesse atender seus clientes espirituais. Esse também foi o primeiro local de moradia da família no terreno (PBH, 2018). Foi ao redor dessa casa que foram construídos os outros cômodos que hoje compõem o quilombo.

A comunidade considera que o terreno é de propriedade de Pai Benedito, que é visto como o primeiro a chegar no local que viria se tornar Manzo. O Preto Velho é referência do grupo para decisões e participa ativamente, incorporado em Mãe Efigênia, da educação das crianças e jovens na comunidade. *Manzo Ngunzo Kaiango* foi o nome dado à *Senzala*, após Efigênia, até então zeladora de Umbanda, ter se iniciado no Candomblé de Nação Angola, tornando-se *Mametu*, que nessa religião é o título que equivale a ‘Mãe de Santo’, o cargo mais alto na hierarquia. *Manzo* significa Casa, *Ngunzo* significa Força, e *Kaiango* é a qualidade da *Inquisse Matamba*, divindade regente da casa e da própria sacerdotisa, Muiandê. Os *inquisses* são as divindades do Candomblé



Angola, e equivalem aos Orixás no Candomblé de nação de Ketu.

O fato de pertencerem a uma família que mantém as tradições de matriz afro-brasileira e reverência a uma ancestralidade ligada à resistência dos povos africanos em diáspora, levou a família extensa da Senzala de Pai Benedito a se identificar como ‘remanescente de quilombo’ e a solicitar certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), que emitiu a certidão no ano de 2007. A comunidade adotou o nome do terreiro de Candomblé, *Manzo Ngunzo Kaiango*. O terreiro de Umbanda, *A Senzala de Pai Benedito*, mesmo após a constituição do Candomblé de *Manzo*, nunca deixou de existir – de ser cuidado e reverenciado, bem como a presença de Pai Benedito não deixou de ser constante e de realizar seus atendimentos.

Atualmente, Manzo está dividido entre o terreno localizado no bairro Santa Efigênia, e um terreno em Santa Luzia, que foi adquirido em 2007 para atender aos pedidos do Cabloco de Mãe Efigênia, o Caboclo Ubirajara. Assim como os Pretos-Velhos, os caboclos são eguns, entidades que, diferentemente dos *inquisses* (divindades que não possuem forma), já estiveram encarnados na terra. No Candomblé Angola, assim como se vê em Manzo, os caboclos, pretos velhos e exus catiços, são cultuados coetaneamente ao culto dos *Inquisses*. Em Manzo, Umbanda e Candomblé coexistem e se entrecruzam nas práticas rituais da casa.

Sobre a compra do terreno em Santa Luzia, Mãe Efigênia relata que seu Caboclo vinha solicitando um local para a realização de seus toques, que são as festas públicas para as entidades da Umbanda ou para os *Inquisses* do Candomblé: “meu caboclo [...], ele queria um lugar de mato e terra pra ele pisar, fazer o batuque dele” (MUIANDÊ, 2018). Como todo o terreno de Manzo estava ocupado com moradias ou com o terreiro e suas estruturas associadas e devido ao processo de urbanização intensa da região do quilombo, um de seus filhos de santo disse a Mãe Efigênia que ele a ajudaria a comprar um terreno onde os toques para Caboclo Ubirajara pudessem acontecer. Essas festas, dentre muitas outras atividades da Umbanda e do Candomblé, precisam ser realizadas onde há mata. No ano de 2007, após muito procurar, Mãe Efigênia, decidiu aguardar que o próprio Caboclo apontasse o terreno. Até que uma manhã, Mãe Efigênia “cismou” em ir até o bairro Bonanza. Nesse dia, ela encontrou o terreno e deu a entrada para sua aquisição.

Mesmo após a aquisição desse terreno, a maioria das práticas religiosas continuou sendo realizada no Santa Efigênia, sendo o primeiro considerado apenas como um suporte para o terreiro, já que em Santa Luzia há condições adequadas para o cultivo de plantas e de criação de animais, elementos fundamentais para as práticas candomblecistas (QUEIROZ, 2012, p. 151). À época, Mãe Efigênia não tinha intenção de transferir as atividades do terreiro de Candomblé para Santa Luzia. No entanto, em 2012, uma ação da Defesa Civil de Belo Horizonte, interditou o quilombo, o que inviabilizou a permanência do “sagrado” (expressão êmica para os elementos que remetem à Umbanda e ao Candomblé) em Santa Efigênia. Assim, com a ajuda de muitos apoiadores, Muiandê transferiu os assentamentos para o terreno que possuía em Santa Luzia, remontando ali os quartos de santos, os assentamentos e o próprio terreiro, de forma que ela pudesse cuidar e *alimentar* os santos de seus

filhos, seus e do terreiro.

03	DESCRIÇÃO
	Caracterização do lugar
	<p>O terreno originário da comunidade de Manzo Ngunzo Kaiango está localizado nos limite entre os bairros Santa Efigênia e Paraíso, na regional administrativa Leste da cidade de Belo Horizonte. Essa região é formada por bairros que estão ligados à fundação da capital. De acordo com Marques (2015), a localidade abrigou e abriga grande diversidade populacional, sendo habitada primeiramente por operários remanescentes da construção da nova capital, muitos deles negros recém-libertos da escravidão e imigrantes do interior do estado. O bairro Santa Efigênia, onde se localiza o quilombo, possui praticamente a mesma idade da cidade de Belo Horizonte.</p> <p>Segundo os quilombolas, após passar por invasões sequenciais de vizinhos, o terreno de Manzo sofreu drástica redução, medindo hoje cerca de 360m² de extensão, em uma porção de terra de declive acentuado e irregular. A entrada de Manzo se localiza na parte mais alta, na rua São Tiago e a parte de baixo do terreno faz fronteira com outros dois lotes, até chegar na Avenida Mem de Sá. Nesse terreno, se distribuem 32 pessoas, de 7 famílias (PBH, 2018). No entanto, é muito comum que esse número sofra variações, já que existe no quilombo uma característica arquitetônica própria, que se adapta às transformações necessárias: as casas e seus cômodos são alterados, subtraídos ou acrescidos conforme a necessidade – casamentos, nascimentos de filhos, desejo de mais autonomia por algum jovem, a necessidade de realização dos rituais e do projeto Kizomba.</p> <p>Além das casas, o terreiro de Candomblé é um espaço extremamente importante para a comunidade. O terreiro necessita das estruturas adjacentes que estão associadas a seu funcionamento: os quartos de santo, a camarinha e a cozinha. Esses elementos são fundamentais para que o Candomblé exista e, por extensão, para que o território de Manzo exista, já que é o centro do ordenamento do mundo, da cosmologia de Manzo. O terreiro, como espaço físico, é o espaço comum onde se concentram as principais atividades religiosas, culturais, políticas e familiares.</p> <p>A vivência da religião em Manzo está inscrita no território – primeiro a Umbanda, e depois o Candomblé, conformam o terreno e os usos feitos por seus moradores, mesmo dos que não são adeptos da religião, pois participam e ajudam nas festas que são importantes para a comunidade. O Candomblé se materializa no território de várias formas. Os fundamentos do Candomblé ordenam o território: há uma configuração que deve ser seguida. Por exemplo, logo na entrada, ao lado esquerdo, devem estar colocados os assentamentos para Exu. A atual configuração do terreno e de suas construções, mais especificamente, a supressão de alguns cômodos e elementos físicos de suma importância para a comunidade e para a prática da religião, e a construção de um outro terreiro em Santa Luzia, está diretamente ligada à ação da Defesa Civil, executada posteriormente</p>



pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), no terreno durante os anos de 2011 e 2012 e seus desdobramentos.

Quando a Defesa Civil interditou o acesso dos moradores ao quilombo, devido a suas responsabilidades para com o Candomblé e seus filhos de Santo, Muiandê foi obrigada a se mudar para o terreno que possuía no bairro Bonanza, em Santa Luzia. Por se tratar de uma região de chácaras, os lotes no bairro são maiores do que na parte urbana do município. Ali, é comum que as pessoas tenham criações de galinhas e pequenas plantações. As estradas de chão levam ao terreno de Manzo que, em Santa Luzia, como no Santa Efigênia, é muito acidentado.

Além de Mametu Muiandê, se instalaram ali mais duas famílias agregadas. Além das casas, devido às necessidades para manter os rituais e para *alimentar* os santos, foi construído um novo terreiro em Santa Luzia, uma cozinha e vários quartos de santo, que guardam os assentamentos de cada inquisse.

Dados Fundiários

A compra do terreno de Manzo por Mametu Muiandê está relacionada à Umbanda e, particularmente, ao seu guia espiritual, o Preto Velho Pai Benedito. Na década de 1970, Efigênia realizou um trabalho espiritual por intermédio da entidade, para seu patrão à época. Após a realização e devido ao sucesso do trabalho, o patrão insistiu em retribuir financeiramente a ajuda recebida. O Preto Velho, no entanto, se manifestou dizendo que não aceitaria dinheiro, mas que aceitaria a aquisição de um terreno onde ele pudesse realizar seus trabalhos espirituais.

Foi assim que Mametu Muiandê adquiriu um terreno, comprado por seu patrão, no bairro Paraíso. No entanto, esse ainda não era o local onde seria assentada a comunidade quilombola. O antigo proprietário do terreno comprado alertou Mãe Efigênia de que haviam irregularidades na documentação e devolveu-lhe o dinheiro da compra, indicando que procurasse outra área para aquisição. Em 1973, Mametu Muiandê encontrou e comprou o terreno onde hoje está instalada a comunidade de Manzo.

Esse terreno foi comprado no bairro Santa Efigênia, em uma área íngreme, de aproximadamente mil metros quadrados. A parte mais alta fica na Rua São Tiago, já a parte mais baixa era limítrofe a um córrego – o Córrego do Cardoso –, que na década de 1980 foi canalizado para dar lugar à Avenida Mem de Sá. O principal acesso ao quilombo era feito por uma trilha que ligava as casas ao córrego, já que a Rua São Tiago foi aberta pelos moradores do bairro algum tempo depois da família se mudar para o terreno onde se formou a Senzala de Pai Benedito.

Após o avanço da urbanização no bairro, seguida pela especulação imobiliária, que fez com que parte do terreno comprado por Muiandê fosse invadida, e a área do terreno que ocupavam originalmente diminuiu consideravelmente. Atualmente, o território ocupado pelo Manzo se resume a uma área de aproximadamente 360m², concentrados na parcela mais alta do território original, cujo único acesso se dá pela Rua São Tiago. Devido à redução do terreno, e à urbanização da região, bem como a pouca disponibilidade de água e de plantas para os rituais do Candomblé e

da Umbanda, em 2007, Mãe Efigênia adquiriu um terreno no município de Santa Luzia. Essa aquisição também foi mediada pela religiosidade, já que foi um pedido de seu Caboclo Ubirajara, que vinha solicitando um local com mato e terra para fazer seu batuque. Com a ajuda financeira de um de seus filhos de santo, Mametu Muiandê comprou um terreno com aproximadamente 2000m² de extensão, localizado em uma região na qual há mata preservada.

No ano de 2006, após uma negativa da Prefeitura Municipal em conceder autorização para uma reforma o terreno de Santa Luzia, que seria realizada por meio de um projeto desenvolvido pelo Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), os moradores de Manzo foram surpreendidos com a afirmativa da Prefeitura de que o terreno adquirido por Mametu Muiandê não estava regularizado. Desde então, a comunidade e seus apoiadores (pesquisadores, frequentadores do terreiro e movimentos sociais) vem tendo embates constantes com o poder público municipal e estadual para a regularização do terreno. Durante esse processo, descobriu-se que o território originário de Manzo é parte de um lote colonial não-parcelado, da antiga Fazenda das Olarias, estando atualmente em propriedade Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

Em 2012, a ação da Defesa Civil interditou por 11 meses o acesso da comunidade ao terreno do bairro Santa Efigênia, sob justificativa de que o terreno corria risco de desabamento. Nesse momento, Mametu Muiandê acabou se transferindo para Santa Luzia, no intuito de poder “cuidar do Candomblé”. É nesse terreno que hoje vive a sacerdotisa e também matriarca da comunidade, o que implicou em muitas transformações para a comunidade quilombola. Os dois terrenos são considerados pela comunidade como Manzo. Nas palavras de Mãe Efigênia, “quando eu assentei aquela, aquele fundamento ali, meu pai disse: ‘Hoje está nascendo a filial de *Manzo Nguzo Kaiango*’. É, *Manzo Nguzo Kaiango*. É a filial. É o Manzo dois, né?” (MUIANDÊ, 2018).

Ainda hoje, a situação fundiária de Manzo é incerta. Desde 2007, há um processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), solicitando a titulação do território. Apesar de já terem se passado mais de dez anos desde o autorreconhecimento e da certificação da Fundação Cultural Palmares, os quilombolas de Manzo aguardam um posicionamento do Incra e o início dos procedimentos administrativos e jurídicos necessários para a viabilização da titulação.

Marcos Naturais E/ Ou Edificados

Entre os marcos naturais importantes para a comunidade de Manzo, podemos destacar alguns elementos, que ainda existem, seja na memória de seus moradores ou atualmente na região do Santa Efigênia e no próprio terreno da comunidade, seja em Belo Horizonte ou em Santa Luzia.

Os marcos naturais memoriais são referenciados pela comunidade com frequência ainda hoje, apesar de sua extinção física ou simbólica. Antigamente havia um bambuzal em um lote que anteriormente fazia parte do terreno da comunidade, mas que posteriormente foi cercado por um



vizinho. O bambuzal é tido pelo Candomblé Angola como um dos assentamentos da *Inquisse Matamba*, a dona da cabeça de Muiandê. O bambuzal é uma planta sagrada para o Candomblé Angola.

O córrego do Cardoso era também um elemento natural que fazia parte do cotidiano da comunidade. Suas águas eram utilizadas para lavar roupa (da comunidade e ‘para fora’, em seu trabalho como diarista), para lazer e para uso ritual. Hoje canalizado o córrego e devido à poluição na qual se encontra, o acesso às suas águas está impossibilitado.

A Mata da Baleia, como é conhecido popularmente o Parque da Baleia, localizado na regional centro-sul, é um lugar que figura nas narrativas de várias pessoas do quilombo. Hoje, o Parque constitui Área de Preservação Ambiental, a APA-Sul, criada em 1994. Lugar frequentado, seja para extração de lenha e de madeira para a construção de casas, seja para recolha de águas (quando ainda não estavam poluídas) para uso em rituais da Umbanda e do Candomblé, para coleta de folhas ou para a execução de rituais sagrados como a Macaia (uma gira da linha da Umbanda), nos dias atuais, sua entrada está interdita. Tendo em vista que o Candomblé é uma religião que está intrinsecamente relacionada à natureza (às águas, às plantas, às pedras), a interdição à Mata da Baleia, significa perdas importantes para a comunidade.

Sobre os marcos edificadas, é muito esclarecedora uma fala de Makota Kidoiale, em entrevista a Marques (2015):

O que realmente é o Manzo, [...] [é] aquela fumaça do fogão de lenha subindo, aquele monte de roupa branca no varal [...]. Estamos em Manzo por causa do Intoto, mas ele está dormindo. O Intoto e a Comunheira estão aqui, mas sem o essencial para movimentá-los é como se eles estivessem adormecidos. Falta o círculo de pessoas rodando entorno, não tem a fumaça do fogão de lenha, o fogo. Na camarinha começamos a dar valor a tudo, tudo, tudo Carlos, pois lá você come com a mão (MAKOTA KIDOIALE *apud* Marques, 2015, p. 167).

Dessa fala de Kidoiale, podemos compreender a importância de certos marcos edificadas: o fogão à lenha, o terreiro, os assentamentos, principalmente o intoto e a comunheira, a Bandeira de Tempo, a cozinha, os quartos de santo, a camarinha. É muito importante notar, no entanto, que esses elementos, por si só, não garantem a existência e a permanência de Manzo. Esses elementos devem estar funcionando, ou seja, tem que estar em uso. Assim, a existência desses elementos, todos eles associados ao Candomblé, e que em Manzo adquirem seus significados próprios dentro dessa matriz abrangente que é o Candomblé de nação Angola, não garantem seus significados e nem sua eficácia ritual. É importante que o fogão a lenha, por exemplo, esteja funcionando (simbolizado pela fumaça), para produzir alimentos para a comunidade, para os visitantes e, principalmente, para os *inquisses* e entidades.

O terreiro se sobrepõe à área comum do terreno em Santa Efigênia (Figura 5). Ali, além das atividades rituais do Candomblé e da Umbanda e de algumas festas, acontecem também as atividades sociais e educativas do projeto Kizomba. Em Santa Luzia, há outro terreiro, no qual

também acontecem atividades do Candomblé e da Umbanda (Figura 6).

Em ambos os terrenos pode-se encontrar assentamentos, locais dedicado aos *inquisses*. Os assentamentos são representações características de cada divindade através de ferramentas, vasos, recipientes com os símbolos de cada uma delas, onde são colocadas as oferendas e os sacrifícios realizados para as divindades.

A *Bandeira de Tempo* é uma das especificidades dos terreiros de candomblé de nação Angola, e consiste em um assentamento do inquise Tempo, o rei dessa nação. Constituído pelo hasteamento de uma bandeira branca, em uma vara de bambu, de altura superior ao telhado do terreiro, esse assentamento está presente tanto em Santa Luzia (Figura 3) quanto no Santa Efigênia (Figura 4). Ao pé da bandeira são realizados os banhos dos iniciados.

O intoto é um assentamento de chão, que fica enterrado no centro do terreiro – também está presente nos dois terreiros de Manzo. Esse assentamento consiste em um conjunto de pedras com significações específicas para o *Inquise* dono do chão do Terreiro – nos terreiros de Angola o intoto é sempre dedicado a uma das qualidades do inquise *Kavungo*. Posicionada em relação ao intoto, está a comunheira, uma espécie de lustre, redondo, e que também deve ficar no centro do terreiro, acima do intoto. É o assentamento para o protetor da Casa, definido no jogo de búzios. Em Manzo, a Comunheira é um assentamento para o inquise *Kabile Mutalambo*.

A cozinha é uma estrutura associada ao terreiro, sem a qual o mesmo não pode funcionar. É nela que são preparadas as comidas para os *inquisses*, para os filhos de santo e para todos os visitantes do terreiro, nas festas. Hoje, a cozinha do terreiro está em reforma no Santa Efigênia, pois foi demolida pela Urbel, após a interdição da Defesa Civil (Figura 7).

Os quartos de santo são também importantes estruturas associadas ao Candomblé. Tratam-se de pequenos cômodos, sem mobiliário, nos quais existem arquibancadas com dois ou três lances de degraus, e que são utilizados para guardar os assentamentos de cada Inquise. A camarinha, outro pequeno cômodo destinado aos filhos de santo em condição de iniciação. Se necessário, em dias de festa, também pode ser utilizada como um local para que os adeptos possam se vestir com as roupas e acessórios de seus *inquisses* (QUEIROZ, 2012).

De acordo com Bastide (2001), “o Candomblé não se torna lugar de culto senão depois de consagrado, e a consagração consiste em enterrar os *axés*” (BASTIDE, 2001, p. 77). Assim, a relação entre o sagrado, a religiosidade e o espaço dos terreiros, e aqui, não nos referimos somente ao terreiro/território de Manzo, é completamente imbricada, justamente, porque esses elementos são o que fundam, ou instauram a energia (o *Ngunzo*), a força vital.



04	DESCRIÇÃO DOS USOS DO LUGAR
04	Práticas culturais coletivas
<p>Manzo é um lugar de referência cultural que abriga diversas práticas, saberes, cerimônias e festas ligadas às devoções de fé da Umbanda e do Candomblé.</p> <p>A principal festa de Manzo tem lugar no terreiro do bairro Santa Efigênia, e acontece no mês de maio, desde a década de 1970: a festa de Pai Benedito. Essa celebração envolve todos os membros da comunidade, mesmo os que não são adeptos do Candomblé, em sua organização e no dia da celebração, bem como a família de santo e os apoiadores de Manzo. A festa é um momento de celebração a Pai Benedito, fundador da comunidade junto a Mametu Muiandê. Segundo Lembogi, filho de Muiandê, a festa que antigamente era restrita aos filhos de santo, passou a ser aberta a toda a cidade, e para ele já um patrimônio cultural:</p> <p style="text-align: center;">Ela deixou de ser festa de Pai Benedito pra ser uma festa mais popular da cidade. [...] se tornou a festa mais importante. Só que ela deixou de ser nossa, agora ela virou uma festa de todo mundo, um patrimônio, igual vocês estão fazendo aí. Aí vem congado, capoeira, percussão, tambor de crioula, virou uma festa tradicional. (Lembogi, <i>apud</i> PBH, 2018, p. 175).</p> <p>Outras festas também tem, ou tinham até recentemente, lugar na comunidade. São elas: Festa de Exu Paredão, Festa do Caboclo Ubirajara, Esmola para Kavungo, festa de Cosme e Damião, entre outras.</p>	
Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)	
<p>A comunidade de Manzo e seu lugar, mantêm-se como comunidade culturalmente diferenciada da sociedade englobante, constituindo seus significados próprios do lugar, da família, da religião, etc., mas também não deixa de constituir relações que se estendem para além de seu território. São várias as relações construídas pelos moradores de Manzo e por seus frequentadores com o lugar – tanto em Santa Efigênia entre/quanto em Santa Luzia.</p> <p>A trajetória da família de Muiandê, a vinda para Belo Horizonte e a posterior instalação de Mãe Efigênia no bairro Santa Efigênia, durante a década de 1960, se dá em meio a um contexto de relações raciais, econômicas e urbanísticas de ocupação da cidade planejada de Belo Horizonte, como exposto anteriormente. Se constituindo então, como um quilombo urbano que tem como especificidade em relação aos outros quilombos da capital, o fato de terem sido fundados já em um contexto urbano. Manzo contém em si essa marca das relações sociais e raciais de uma época da cidade de Belo Horizonte e da mudança da capital de Ouro Preto, um movimento que se insere em um contexto mais amplo, da vinda de trabalhadores, em sua maioria negros, para a capital, que já tinha seu centro planejado ocupado pelas elites brancas.</p> <p>Primeiro na Senzala de Pai Benedito e, posteriormente em Manzo, vemos um compartilhamento do Candomblé e da Umbanda por toda a comunidade, em maior ou menor grau, mesmo dos que são adeptos de outras religiões. A própria disposição e os usos feitos do espaço, seguem os princípios religiosos do Candomblé Angola e as orientações das entidades e <i>inquisses</i>. Nesse sentido, eles</p>	

próprios fazem uso do território, também nos momentos em que se incorporam em Mamaetu Muiandê e em seus filhos e filhas.

Assim, o território de Manzo é indissociável de seus significados sagrados, simbolizados e materializados nos dois terrenos. A religião é a razão da existência de Manzo e de sua comunidade. De acordo com Queiroz (2012), “o Candomblé está presente no cotidiano dos/as residentes de Manzo, não somente pela sua materialidade, mas também por sua representação simbólica” (p. 127). Cássia Cristina, filha biológica de Muiandê, conhecida como Makota Kidoiale (Makotas, no Candomblé são as Mães que cuidam do santo), em entrevista a Marques (2015), deixa clara a relação de interdependência da religião para a existência da comunidade:

É o que falo para a mãe: *se não tiver Candomblé não vale a pena ser Manzo. Não vale a pena ser comunidade, não vale a pena ser nada.* Para mim tudo começou pela religião. Inclusive até a nossa vinda para cá. Nossa moradia aqui, a casa que a mãe conseguiu foi tudo por causa da religião. [...] se tiver o Candomblé vale a luta. Por isto que **se me perguntam hoje o que é o Manzo, eu digo é o Candomblé e tudo que se envolve dentro dele.** Isto é o que penso (p. 166-167, grifos acrescentados).

Em um contexto de intolerância para com as religiões de matriz africana, Manzo é um lugar que não só acolhe a religião, mas que a produz constantemente, através do terreiro e de sua própria história. Kidoiale e Mameetu Muiandê contam que depois de terem passado um longo período no qual eram discriminadas por sua cor e religião, hoje na região de Manzo, já são respeitadas por todo o bairro, tanto em Santa Luzia quanto em Santa Efigênia. Sobre este último bairro, Kidoiale afirma:

Hoje, neste bairro, eu posso andar ele inteiro vestida de baiana que o pessoal me cumprimenta: “- *Oi Cássia, tudo bem e sua mãe está bem.*” Ninguém fala olha lá: lá vai a macumbeira. Aqui nas festas para *Erê*, os filhos dos evangélicos vêm escondidos para comer os doces, balas, e as comidas. Os pais sabem, mas fingem que não estão vendo. (KIDOIALE *apud* MARQUES, 2015, p. 210).

O espaço comum de Manzo se sobrepõe ao terreiro, e é uma das principais referências culturais do quilombo. Nos terreiros, acontecem as festas, os treinos e rodas de capoeira, os ensaios e oficinas do Projeto Kizomba (percussão), as reuniões e outras atividades comunitárias. Os terreiros de Manzo (tanto em Santa Efigênia quanto em Santa Luzia) e todas as suas estruturas e elementos associados são o centro da distribuição do axé, do *Ngunzo*, a força vital, que assegura a existência, sempre dinâmica. *Ngunzo*, é a “força sagrada que impulsiona, as coisas, os objetos, as pessoas, que cada filho de santo carrega consigo” (Marques, 2015, p. 85), que mantém vivos os santos, os Inquisses. Essa energia deve ser constantemente cuidada e cultivada.

Manzo significa também, a presença constante de Pai Benedito. Marques (2015), afirma que essa presença é a de um “amigo, pai, educador, conselheiro, presença sempre respeitada, ainda que às vezes desobedecida” (p. 72). A figura de Pai Benedito está muito relacionada à educação dos quilombolas de Manzo. Conforme afirma Kidoiale:



Então nós fomos iniciados muito cedo, meu irmão foi iniciado com 09 anos de idade, e um dia, nós chegamos e meu irmão não queria tocar de jeito nenhum e me lembro da minha mãe chorando. Ai o Preto Velho veio na minha mãe e falou com ele que tudo que nós éramos até aquele momento se devia ao Terreiro. Então, durante toda nossa vida, e enquanto vida nós tivéssemos, nós tínhamos esta dívida com o Terreiro. (KIDOIALE, *apud* MARQUES, 2015, p. 72-73).

Não só Pai Benedito, como Mãe Efigênia, são fontes de aprendizados éticos e morais em Manzo, para além dos aprendizados religiosos. Manzo é também o lugar do convívio familiar (família entendida aqui de maneira estendida, como grupo sanguíneo e de santo), e da família com os frequentadores do terreiro e apoiadores de Manzo. Os momentos de festa e dos toques, são os momentos nos quais essas relações são mais numerosas, pois os são abertos a todos que quiserem frequentá-lo.

No terreno localizado no bairro Santa Efigênia, funciona também o projeto Kizomba, que oferece aulas gratuitas a crianças, adolescentes e jovens de Manzo e de fora dele. Atualmente, o projeto oferece aulas de capoeira, ministradas por um dos filhos biológicos de Mametu. Dependendo da oferta de voluntários, são ofertados cursos diversos, a fim de oferecer possibilidades para que as crianças e jovens ocupem seu tempo livre com práticas culturais. Mesmo sem assistência financeira de nenhum órgão governamental ou entidade privada, o projeto atende hoje mais de 50 crianças e adolescentes de Manzo e da região. Para o público atendido, de acordo com Mametu Muiandê, o Projeto significa a possibilidade de inserção em atividades culturais, muitas delas relacionadas à valorização da negritude (samba de terreiro, capoeira, dança afro, etc.).

Denominado por Mametu como um “Casa de portas abertas” (Marques, 2015), além do desenvolvimento do projeto Kizomba, faz parte dessa dimensão da cidadania de Manzo, o acolhimento de pessoas necessitadas. Como afirma Makota Kidoiale:

Têm as famílias que frequentam o Terreiro: grupo religioso em busca de afeto. Tem a família nossa: de criação, parentes que chegam à cidade do interior sem recurso e vai acomodando e cria-se um vínculo e essa família passa fazer parte da nossa família. [...] E muitas mantêm o vínculo e a ligação com o Quilombo, só o Candomblé poderia fazer isto. [...] Esta é a preocupação, de manter este espaço, pois não é somente nós que temos a perder, mas a cidade também. (KIDOIALE, *apud* Marques, 2015, p. 155-156).

Nesse sentido, o significado de família em Manzo é ampliado: vivem ali não somente pessoas que mantem laços de parentesco consanguíneo, como pessoas que possuam laços de afinidade com Mãe Efigênia, que possui seis filhos carnais e muitos filhos adotivos. Em entrevista a Marques, a matriarca relata:

Criei aqui mais de 18 filhos dos outros e sei lá mais quantos. Se aparecia na minha porta eu pegava. Sabe, é muito difícil morar na rua, eu morei na rua com dois filhos. Então eu pedi e prometi ao *Santo*: que se não perdesse minha casa, todos que aparecessem na minha porta precisando, eu daria um cantinho para eles morarem. Porque, meu filho a pior e a melhor experiência que eu tive na minha vida foi esta: amanhecer e anoitecer sem saber para onde ir. Mas para mim não foi sofrimento e sim experiência [fala emocionada]. [...] alguns dizem: “*Mãe! A senhora é doida. Quem é que você colocou em casa*”. Eu digo: “- *sei lá gente. Não sei da onde veio.*”

*Apareceu ai na porta.” [...] Nossa missão é essa: abrir as portas para quem precisa. É o meio que nós temos para agradecer e agradecer a Deus, os *Inquisses* e as humanidades. (MUIANDÊ, *apud* MARQUES, 2015, p. 156).*

Os filhos de Santo de Mametu, frequentam Manzo em busca de aconselhamento, de tratamentos medicinais e espirituais, para a feitura das obrigações, para as festas e suas preparações e para auxiliar nas atividades cotidianas dos terreiros. Em Manzo, são realizados trabalhos espirituais e medicinais, tais como, benzeção, banhos, chás e atendimentos feitos pelas entidades e *inquisses*.

Manzo é também significado de resistência de um grupo negro, quilombola e ‘de terreiro’, que conformam uma cosmovisão única mas, também, marginalizada em vários aspectos. A história de Manzo contém uma série de violações a seus direitos culturais e humanos, mas também é uma história de resistência de e através das práticas culturais, morais, religiosas, enfim, de uma vida comunitária contrastante com os padrões da sociedade englobante e homegeneizante. De acordo com Queiroz (2012):

É por contrapor esses padrões que considero Manzo como um território de resistência. As manifestações religiosas conjugadas com as atividades desenvolvidas pelo projeto Kizomba revelam as diferenças desta comunidade, estabelecendo, assim, identidades negras bem demarcadas. Identidades que se constituem através do contato com o outro, ou seja, com a sociedade envolvente. Mas que também se estabelecem a partir do encontro com seus pares. Manzo possui uma série de parcerias que contribuem para o reforço e a consolidação das identidades dos/as moradores/as do quilombo (QUEIROZ, 2012, p. 128).

Foram estes aspectos e a busca pela manutenção de suas práticas culturais, que fizeram com que a Fundação Cultural Palmares reconhecesse a comunidade como quilombo em 2007, movimento que foi apoiado pelo Cenarab. (QUEIROZ, 2012). Além do Cenarab outras instituições se ligam a Manzo no sentido de apoiar e colaborar com as lutas do quilombo, como SEPPIR, UFMG, PUC Minas, Fundação Palmares, Incra, Ministério Público, entre outras. Essas parcerias, sejam com grupos governamentais ou não, constituem uma rede de apoio para que a comunidade e seus territórios possam se reproduzir e recriar enquanto uma comunidade étnico-religiosa singular (QUEIROZ, 2012). Manzo é também, então, um local de articulação. De acordo com Makota Kidoiale, esse aspecto é reconhecido por todos da comunidade:

É muito engraçado porque cria-se vários outros grupos, outros vínculos com grupo também, que acaba é se legitimando em... essas famílias, dentro de Manzo. Elas não reconhecem um outro território de vivência mesmo, de convivência para além de Manzo. Então, por exemplo, se elas fazem, se elas produzem alguma coisa, elas querem que o Manzo dê... elas querem que saia pelas portas de Manzo. Pra elas é essa segurança que elas tem, de que Manzo é um espaço também de resistência, de articulação. Então elas utilizam muito essas famílias do terreiro, que vão para Santa Luzia, elas voltam pra Manzo, justamente, nesses momentos de diálogo, de articulação, de mostrar que elas são para além do terreiro. Aí elas vem pra Manzo. (KIDOIALE, abr. 2018)

Por esses motivos, Manzo não é apenas área de moradia. As vidas individuais, familiar e coletiva



estão imbricadas ao lugar de forma inseparável. De acordo com Queiroz (2012), a perda do território para uma comunidade candomblecista e, aqui acrescentamos, quilombola, pode representar, a “dissolução de práticas que estruturam as experiências cotidianas de seus adeptos” (p. 144). Assim é que Manzo pode ser percebido como um lugar de segurança, seja de moradia, seja de liberdade de poder exercer religiosidades negras, por pessoas negras. Manzo é um refúgio à intolerância e ao racismo. É segurança física e espiritual para seus frequentadores. É segurança também para os alunos do projeto Kizomba, que se mantém afastados do tráfico, realizando atividades de valorização de aspectos culturais afro-brasileiros. Ao fim e ao cabo, Manzo é local de segurança de existência para um grupo culturalmente diferenciado.

Descrição do Público Externo

Desde a Senzala de Pai Benedito, Manzo já era muito frequentado por pessoas que vinham buscar suas bênçãos e seus tratamentos espirituais. Para além das imediações do bairro Santa Efigênia, pessoas de outras regiões vinham buscar atendimento junto a Pai Benedito e aos Inquisses. Os filhos de santo de Mametu Muiandê são presenças constantes em Manzo, tanto no Santa Efigênia quanto em Santa Luzia, ajudando nas atividades cotidianas e eventuais, buscando cura e aconselhamento junto a Mametu Muiandê e participando das celebrações. Nos toques, bem como nos atendimentos, pessoas iniciadas ou não e, até mesmo de outras religiões, visitam Manzo pelos mais diversos motivos.

Além disso, Manzo é muito frequentado por pesquisadores e estudantes, não só do estado de Minas Gerais, mas também de instituições internacionais. Pela especificidade comentada acima, em relação ao fato de ser quilombo urbano desde sua fundação, Manzo é frequentemente visitado por estudiosos. Manzo tem como público frequente, também, os alunos do Kizomba, em sua maioria da região do Santa Efigênia e do entorno, e os voluntários que oferecem aulas no projeto.

Participação turística

Entende-se por atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico capaz de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Nesse sentido, Manzo não é um atrativo turístico consolidado, uma vez que não há bens e serviços que promovam o deslocamento e a permanência de viajantes na localidade.

Descrição da abrangência do lugar e de seus usos

A trajetória da comunidade e manutenção de suas ancestralidades religiosas, bem como a especificidade de serem um quilombo instalado em território urbano, fazem de Manzo um lugar de reconhecida referência cultural, que mantém e recria uma herança cultural profundamente imbricada à religião de Matriz Africana. Muitos pesquisadores de universidades brasileiras e até estrangeiras reconhecem a importância desse território negro, e muitas são as produções que tem Manzo como fonte de conhecimento. Mametu Muiandê e sua filha, Makota Kidoiale ministraram disciplinas nos cursos de Formação Transversal em Saberes Tradicionais e em Relações Étnico-raciais, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Além disso, Mametu Muiandê tem filhos de santo em várias cidades de Minas Gerais, de outros

estados e até do mundo. Mametu Muiandê cita alguns desses lugares:

Nossa senhora! Eu tenho filho em Divinópolis, tenho filho em Montes Claros, tenho filho em na Suíça, tenho filho em Vitória, tenho filho em... Coronel Fabriciano, tenho filho em João Monlevade, Salvador, é... Porto Seguro... Belo Horizonte, em Juatuba, Contagem... ah, tenho filho lá em Manaus... (MUIANDÊ, 2018).

Dessa forma, a abrangência de Manzo se estende, também, à medida em que os filhos de santo de Mametu Muiandê se espalham, já que uma parte muito importante da vida dos adeptos do Candomblé diz respeito ao terreiro no qual foram “feitos no santo”.

Manzo também desenvolveu também relações, sejam de parceria ou de antagonismo, com o estado, a prefeitura, o Cenarab, a SEPIIR, Universidades e pesquisadores, mestres de capoeira, a Fundação Palmares, o Incra e o Ministério Público.

Tranformações e Permanências

A comunidade de Manzo sofreu grandes tranformações desde sua fundação até os dias atuais sem, contudo, perder suas tradições. Ao contrário, mesmo com muitas transformações drásticas contextuais, históricas ou aquelas imputadas pelo poder público, a dinâmica da cultura se reinventa.

A principal tranformação se deu nas características da região onde o quilombo está inserido e no próprio território de Manzo. Quando de sua fundação, o entorno do terreno era predominantemente rural – se localizava na zona suburbana da nova capital, ladeado por grandes fazendas, matas, e pelo córrego do Cardoso. Com o passar do tempo, a especulação imobiliária foi transformando o cenário, antes mais próximo do rural, em urbano – canalização do córrego, supressão das matas, divisão dos lotes. Com isso, uma grande pressão sobre o território de Manzo – localizado próximo ao centro da capital – fez com que a maior parte do terreno fosse tomada, passando de 1000 m² para apenas 360 m².

A ocupação e urbanização do bairro Santa Efigênia impõe ao terreiro algumas restrições. A falta de um local destinado ao cultivo de plantas, que constitui aspecto fundamental para as práticas do Candomblé: “a manipulação das plantas está presente em uma série de rituais que as sacralizam e as tornam adequadas para práticas diversas, tais como banhos preparados à base de ervas variadas” (QUEIROZ, 2012, p. 150). Além disso, a poluição das águas – antes do Córrego do Cardoso, posteriormente da Mata da Baleia – fez com que houvesse dificuldade em conseguir água, importante para muitos rituais.

Por esse motivo, solicitada por seu Caboclo Ubirajara, Muiandê adquiriu o lote de Santa Luzia. Essa área viria a ser um suporte essencial, num momento de grande dificuldade para a comunidade. No início de 2012, Manzo teve seu território interditado pela Defesa Civil do município, sob a justificativa de que suas moradias e o barracão apresentavam risco construtivo. Na decisão do órgão não foram levadas em consideração as especificidades culturais do grupo, previamente reconhecido como quilombola pelo Governo Federal, através da Fundação Cultural Palmares. A comunidade foi



deslocada para um abrigo da prefeitura, e os elementos sagrados do Candomblé também precisaram ser deslocados. Todavia, estes não poderiam ser realocados em um local qualquer. Nesta ocasião, Mametu Muiandê foi obrigada a se mudar para o terreno adquirido, anos antes, em Santa Luzia, levando consigo os elementos sagrados e alguns familiares.

Após o período de 11 meses de interdição dos moradores a seu território, sob justificativa de que seriam realizadas reformas no local, os moradores retornaram, encontrando os principais elementos sagrados do terreiro destruídos. Entre eles a cozinha, a camarinha, quartos de santo, banheiros e alguns assentamentos (Figura 10). Assim, a comunidade afirma que os moradores voltaram, mas o Candomblé não:

Precisamos da cozinha e camarinha. Não tem como fazer Candomblé sem Cozinha e Camarinha. Não tem! Precisamos dar os *fundamentos*. Temos que fazer isto antes que a Comunidade desapareça. (...) O problema é a prefeitura que não deu condições para o Candomblé voltar. Porque se ela dê condições de voltar. (...) Outra forma de ver: para mim foi uma forma de eliminar o Candomblé, não tem outra explicação (KIDOIALE *apud* MARQUES, 2015).

A *destruição do sagrado*, como se referem Muiandê e Kidoiale, e a conseqüente mudança do terreiro de Candomblé para Santa Luzia alteraram a dinâmica dos moradores, dos vínculos entre a Mametu e seus filhos de santo e o fluxo de pessoas que frequentavam o local, que antes era muitomaior, contribuindo assim com a criação de vínculos da comunidade com o entorno. Outro ponto levantado foi a mudança na dinâmica da convivência da comunidade com Mametu Muiandê, que para cuidar do Candomblé teve que se mudar definitivamente para Santa Luzia. Tradições familiares foram quebradas – como contam Kidoiale e Mauro Enio Ferreira, também filho biológico de Muiandê – todos os dias toda a comunidade tomava café da manhã na casa da matriarca, o que não acontece mais.

Os antigos quartos de santo de Manzo, no Santa Efigênia, foram ocupados após o retorno da comunidade após a interdição do território. Antes destinados aos Inquisses, agora servem de moradia para pessoas de Manzo. Outra transformação ocorrida durante a intervenção foi o fechamento de parte do terreno de Manzo no bairro Santa Efigênia, à qual os moradores tinham acesso anteriormente (Figura 8).

Kidoiale também ressalta que foi o aspecto religioso o mais afetado pela intervenção da Urbel. Após a ida para o abrigo, alguns quilombolas que, mesmo não seguindo o Candomblé, mantinham estreita relação com suas atividades, se distanciaram e acabaram buscando refúgio na religião cristã protestante, cuja relação com a religião de matriz africana tem sido de grave hostilidade. O distanciamento da religião de matriz africana vem contribuindo, segundo Kidoiale, para o enfraquecimento dos laços comunitários dentro de Manzo. Porém, mesmo após passar por todo esse processo, ela ainda aponta a existência de situações que, mesmo timidamente, aglutinam toda a comunidade, como a Festa de Pai Benedito e as atividades do Projeto Kizomba.

Outra transformação ao longo do tempo, foi a impossibilidade de realização de algumas festas, devido à intolerância religiosa, que têm sua abrangência física para além do terreno de Manzo, como a Esmola para Kavungo. Para a preparação dessa festa, os candomblecistas saíam às ruas da capital, com balaios de pipoca na cabeça, pedindo esmolas para a realização do evento.

Apesar de todas as violações ocorridas, a comunidade continua a praticar e exercer sua religião. Os atendimentos permanecem, os filhos de santo de Mаметu se dividem entre as atividades e atendimentos em Santa Luzia e no Santa Efigênia. As festas e eventos continuam a acontecer tanto em um terreiro como no outro. Os moradores de Santa Efigênia ainda resistem em seu território e as ações do projeto Kizomba, ainda que reduzidas, acontecem ainda hoje e atendem às crianças e jovens interessados.

05	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO						
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	X	Outros	
Denominação	Associação de Resistência Religiosa e Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango						
Descrição	Seus antecedentes podem ser traçados a partir da fundação da Casa de Umbanda Senzala de Pai Benedito, posteriormente transformada em terreiro de Candomblé de Nação Angola, quando passou a se chamar <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> . Autorreconhecida como comunidade quilombola, Manzo foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo no ano de 2007. A Associação de Resistência Religiosa e Cultural é a organização civil da comunidade, e se impõe como uma referência, tanto para o povo de Manzo, quanto para a comunidade do entorno, devido aos vários projetos socioculturais ali desenvolvidos. Por essa razão foi declarada como de utilidade pública para o município de Belo Horizonte e para o estado de Minas Gerais no ano de 2012.						
Organizadores	Quilombolas de <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> .						
Financiadores	Não há financiamento de instituições para as atividades em Manzo, sejam culturais, religiosas ou do Projeto Kizomba. Há a contribuição de filhos de santo, para as atividades do Candomblé e há a colaboração de apoiadores e voluntários para as atividades sociais do Projeto Kizomba.						
Produção de atividades e eventos	O Quilombo promove uma série de atividades sociais e religiosas. Além das festas, o Projeto Kizomba promove oficinas e aulas gratuitas de capoeira, percussão, entre outras. A Festa de Pai Benedito é a principal celebração da comunidade, que acontece no território de Manzo, que reúne a família carnal de Mãe Efigênia, a família de santo, os apoiadores de manzo e pesquisadores. Antigamente, existiam muitas festas no território, mas a intolerância religiosa e a transferência de Mãe Efigênia para Santa Luzia dificultaram sua recriação. Em Manzo acontecem ainda encontros de formação política e educacional.						
Meios de	A Comunidade de Manzo conta, até o momento, com uma página no Facebook.						



Comunicação e Divulgação	https://www.facebook.com/comunidadeManzoKaiango/ O Projeto Kizomba também conta com uma página no mesmo site: https://www.facebook.com/BlocoKizomba1/
--------------------------	--

06	COMENTÁRIOS
	Comentários dos detentores/relacionados
	<p>Makota Kidoiale: “É o que falo para a mãe: <i>se não tiver Candomblé não vale a pena ser Manzo. Não vale a pena ser comunidade, não vale a pena ser nada.</i> Para mim tudo começou pela religião. Inclusive até a nossa vinda para cá. Nossa moradia aqui, a casa que a mãe conseguiu foi tudo por causa da religião. [...] se tiver o Candomblé vale a luta. Por isto que se me perguntam hoje o que é o Manzo, eu digo é o Candomblé e tudo que se envolve dentro dele. Isto é o que penso” (KIDOIALE <i>apud</i> MARQUES, 2015, p. 166-167).</p>
	Comentários do elaborador
	-
	Observações
	Não há mais observações a serem feitas.

07	SALVAGUARDA
	Necessidades
Instalações	Terreiro, Cozinha, Camarinha, Quartos de Santo
Instrumentos	<i>Ngomas</i> (tambores sagrados)
Matéria-Prima	Folhas, águas, pedras – elementos naturais
Pessoal	Mestres detentores dos saberes religiosos do Candomblé, da Umbanda e da banzeção
Formação	A transmissão dos saberes é dada no dia-a-dia e nas preparações das atividades religiosas
	Ameaças à continuidade da lugar e de seus usos
	<p>Algumas são as ameaças à continuidade de Manzo. Acreditamos que o principal delas seja a falta de regularização do terreno em Santa Efigênia. A necessidade de um território que possa manter a comunidade reunida, bem como as atividades religiosas do Candomblé e da Umbanda, considerando a projeção futura de reprodução da comunidade é uma necessidade primordial que ainda não foi atendida pelo Estado, apesar do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.</p> <p>Outra ameaça é a desagregação da família, que se deu devido à ação da Defesa Civil em 2012 e que se dá, ainda hoje, devido aos limites do reduzido território de Santa Luzian, no qual se encontra a maior parte da comunidade atualmente.</p> <p>A continuidade de Manzo está ameaçada, ainda, pela intolerância religiosa e pelo rascimo presente na sociedade como um todo e, por conseguinte, nas instituições públicas. Por mais que os moradores de Manzo tenham conseguido o respeito de seus vizinhos, tanto em Santa Luzia quanto em Belo Horizonte, algumas festas que eram realizadas para além dos bairros, não são realizadas hoje em dia, devido ao medo que os candomblecistas tem de serem violentados de alguma forma.</p>
	Elementos relacionados com necessidade de proteção
	- Assentamentos

- Cozinha
- Camarinha
- Projeto Kizomba
- Mametu Muiandê
- Festas
- Território

Possibilidades de continuidade

A possibilidade de continuidade de Manzo é indissociável da regularização de seus terrenos – considerando seus territórios em Santa Luzia e Santa Efigênia. Para além da regularização dos terrenos já ocupados pela comunidade, é necessário que seja produzido o Relatório o Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, no intuito de delimitar, para além da área ocupada, a área necessária à projeção futura para a reprodução da comunidade quilombola de Manzo.

Outra questão fundamental para a continuidade é a aplicação e implementação de ações contra o racismo e a intolerância religiosa, que coloca em risco não somente o território e a comunidade, como também as vidas individuais de seus membros, praticantes das religiões de matriz afro-brasileiras.

Indicações de ações de salvaguarda

- Incentivar a difusão das produções sobre Manzo e as religiões de matriz africana, principalmente pela própria comunidade;
- Facilitar a regularização fundiária dos terrenos de Manzo;
- Valorizar e registrar os saberes de Mametu Muiande;
- Fomentar a criação de um Comitê gestor de salvaguarda, de forma que as ações possam ser pensadas e revistas ao longo do tempo;
- Promover a valorização, difusão dos quilombos e da religião de matriz africana;
- Valorizar a diversidade cultural e religiosa;
- Articular os estudos para o RTID.

08 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	COD.IPAC
Culinária religiosa			
Mametu Muiandê			
Benzeção			
Festas			
Projeto Kizomba			
Conhecimento das Plantas			
Festa de Pai Benedito			

09 ENTREVISTADOS

01	Nome	Cássia Cristina da Silva				Função	Makota	
	Nascimento	13/12/1969	Sexo	F	Idade	48	Registro Sonoro Visual	X



<i>Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).</i>							
<i>Cargo de Makota na hierarquia do Candomblé Angola. Veste-se de branco, com saia rodada e adereços coloridos, turbante na cabeça.</i>							
Contato		Manzo Ngunzo Kaiango					
02	Nome	Efigênia Maria da Conceição				Função	Mametu
Nascimento	02/01/1946	Sexo	F	Idade	72	Registro Sonoro Visual	X
<i>Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).</i>							
<i>Mametu, no Candomblé de Nação Angola. Veste-se de branco, com saia rodada e adereços coloridos, turbante na cabeça. Nos momentos de gira, pode vestir-se de acordo com o Inquisse a ser incorporado.</i>							
Contato		Manzo Ngunzo Kaiango					

10 IMAGENS



Figura 3: Bandeira de Tempo em Manzo – Santa Luzia
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 4: Bandeira de Tempo em Manzo – Santa Efigênia
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 5: Espaço do terreiro de Candomblé em Santa Efigênia, com representação de Pai Benedito em uma das paredes
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 6: Terreiro de Candomblé em Santa Luzia
Fonte: Acervo Iepha/MG

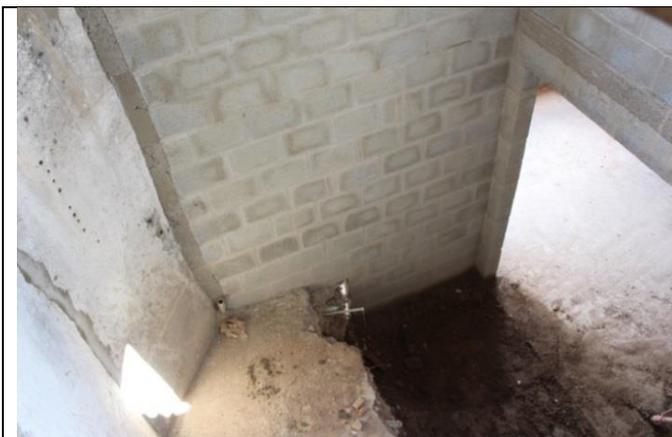


Figura 7: Vista para o local onde ficava a antiga cozinha de Manzo em Santa Efigênia
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 8: Parte do terreno do quilombo que foi interditado pela Urbel, após ação da Defesa Civil.
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 9: Interior do Quilombo em Santa Efigênia, com vista para uma das residências
Fonte: Acervo Iepha/MG



Figura 10: Croqui do terreno de Manzo, representando em vermelho os elementos destruídos pela atuação da Urbel
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango

11 REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KIDOIALE, Makota. [abril de 2018]. Belo Horizonte. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Reuião com equipe da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

LIMA, Kleverson Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales; LOPES, Myriam Bahia Lopes (coord.). Morro da Queimada: século XVIII. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>>. Acesso em: 21 ago. s/d.

MARQUES, Carlos. *Bandeira Branca em pau forte: a Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé urbano de Manzo Ngunzo Kaiango*. Campinas, 2015.



MUIANDÊ, Mometu. [setembro de 2018]. Santa Luzia. Projeto Povos e Comunidades Tradicionais. Entrevista concedida Laura Moura Martins, Débora Raíza e Mariana Rabelo. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

PREFEITUA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. *Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango* – Belo Horizonte/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2012.

10 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	PPovos_Manzo_BH_Croqui_DossiePBH PPovos_Manzo_BH_Entrada_ABelone_05jul18 PPovos_Manzo_SLuzia_Terreiro_ABatista_11set18 PPovps_Manzo_BH_BandeiraTempo_DossiePBH PPovos_Manzo_BH_AntigaCozinha_ABatista_05jul18 PPovos_Manzo_BH_InterdiçãoUrbel_ABatista_05jul18 PPovos_Manzo_BH_Interior_ABatista_05jul18 PPovos_Manzo_SLuzia_BandeiraTempo_ABatista_11set18
Vídeos	Colocar nome do Arquivo (cd/DVD) mesmo da ficha
Áudios	Entre_Manzo_MKidoiale_05jul18 Reun_PPovos_lepha_Cassia_BH_GPI_27abr18 Entre_PPovos_Manzo_Efigênia_SLuzia_LMoura_11set18
Mapas	PPovos_Manzo_BH_Mapa_GoogleEarth PPovos_Manzo_SLuzia_Mapa_GoogleEarth
Transcrições	Trans_PComunidadesT_Manzo_Cassia_BH_ABatista_05jul18 Trans_PComunidadesT_Manzo_Efigênia_StaLuzia_EDamasceno_11set18 Trans_PComunidadesT_lepha_Cassia_BH_GPI_27abr18

12 FICHA TÉCNICA

Levantamento	Ana Paula Belone; André Batista; Débora Raíza; Érika Damasceno; Laura Martins; Mariana Rabêlo
Elaboração	Laura Martins
Revisão	Mariana Rabêlo de Farias
Data de elaboração	25/09/2018

01 IDENTIFICAÇÃO			
Denominação	Festa de Pai Benedito	IPAC/MG	-
Categoria	Celebração		



Figura 1: Mametu Muiande na Festa de Pai Benedito

Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.

DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE
A Festa de Pai Benedito ocorre de ano em ano, geralmente no último domingo de maio, que é o mês dedicado às celebrações da abolição da escravidão no Brasil. Os preparativos da festa começam aproximadamente um mês, ou mais, antes do dia público da festa. A celebração propriamente dita se dá no período vespertino, se estendendo até o início da noite de domingo.

02 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A Festa em homenagem a Pai Benedito, entidade da umbanda ligada à matriarca Efigênia Maria da Conceição (Mametu Muiande), só pode ser compreendida a partir da própria história do território, uma vez que foi por intermédio dos trabalhos do Preto Velho Pai Benedito que se deu a aquisição do terreno, como a própria Mametu enfatiza em seus relatos.

Ao se estabelecer no território do quilombo, no início da década de 1970, Mametu Muiande principiou o culto à umbanda naquele lugar, através da fundação do Centro Espírita Umbandista A Senzala de Pai Benedito, construído e nomeado a pedido da própria entidade. A respeito da intrínseca relação de Pai Benedito com o terreno do quilombo, Cássia Cristina da Silva, assim disse em depoimento dado ao antropólogo Carlos Eduardo Marques:

As terras são de nego. Pai Benedito sempre disse isto. Tanto é que minha avó respeitava Pai Benedito, a palavra dele era lei. Até hoje não consideramos isso aqui nosso. Isto aqui é do Pai Benedito, Nós moramos aqui de favor. Todo mundo mora aqui de favor. A mãe sempre falou isto: - aqui não é de vocês. É de Pai Benedito, então vocês não têm direito a nada (Makota Cássia, 2013 apud. MARQUES, 2015, p. 71).

Nascida no início do século XX, a umbanda é considerada uma religião brasileira, por excelência, baseada na



associação entre elementos do candomblé, do espiritismo kardecista, do catolicismo popular e de práticas ameríndias (PRANDI, 2004; SILVA, 1994). O panteão de devoção dessa religião se assenta em uma diversidade de entidades que se apresentam por meio do transe de incorporação: Caboclos, Pretos-Velhos, Ciganos, Boiadeiros, Pombagiras, Marinheiros, Guias de Luz, Encantados, além de Orixás e Voduns (PRANDI, 1996).

Sendo, portanto, umas das entidades cultuadas na umbanda, o Preto Velho é, em sua base, representado como um negro idoso e sábio, marcando a ancestralidade africana e o passado escravista do Brasil (PRANDI, 1996; VELHO, 2009). Na cosmologia da umbanda, os pretos velhos trabalham na linha da direita, ou seja, “para o bem”, utilizando as funções mágico-religiosas em prol da caridade (MENEZES, 2007 p. 184).

Apesar deste arquétipo tradicional, a entidade pode ser incorporada tanto por homens, jovens, e velhos, quanto por mulheres, como foi o caso de Mametu Muiande. As incorporações de Pai Bendito se deram, em Mametu Muiande, ainda na infância acompanhando-a ao longo da vida, inclusive, sendo considerado o elo com o território do quilombo, mesmo após o estabelecimento do candomblé: “A Umbanda se transformou em Candomblé. Mas pra nós ao mesmo tempo aqui se mantém como Senzala. E eu acho que Pai Benedito é que nos liga aqui, se fosse só Candomblé não sei se resistiríamos tanto” (Makota Cássia, 2013 *apud*. MARQUES, 2015, p. 72). No sentido conferido pelos quilombolas, o chão de Manzo pertence, então, a Pai Benedito porque ali está seu *Ngunzo* (a energia sagrada) (MARQUES, 2015).

A celebração ao Preto Velho é realizada desde que a umbanda foi fundada no território de Manzo, na década de 1970. Entretanto, segundo Makota Cássia, a festa de antigamente se mostrava como uma festa típica dessa entidade. Ademais, a celebração era restrita aos moradores do quilombo e, no máximo, à comunidade do entorno e dos clientes espirituais de Mametu Muiande.

Entretanto, desde que o Projeto Kizomba foi instituído, no ano de 2002, a festa tomou outro sentido. Idealizado por Pai Benedito, o Kizomba é uma ação social que agrega crianças e jovens da comunidade e a localidade no espaço do quilombo, por meio de uma série de atividades culturais como a capoeira, o samba de roda, dança afro e percussão. De acordo com a vontade expressa pela própria entidade, a festa de preto velho tornou-se o momento para esses jovens mostrarem seus aprendizados para Pai Benedito, o maior entusiasta desse projeto. Desse modo, a festa deixou de ser somente uma festa padrão de Pretos Velhos e passou a ser uma festa dedicada somente à entidade de Mametu Muiande, ou seja, a Festa de Pai Benedito.

03	DESCRIÇÃO
	Preparativos
<p>Do modo como a festa atualmente se estrutura, os preparativos se iniciam com até trinta dias de antecedência, e envolvem diversas etapas, sendo que uma das primeiras e mais importantes, é a consulta feita a Pai Benedito, que irá fornecer importantes direcionamentos a respeito da condução da festa como, por exemplo, as comidas que serão ofertadas no dia público.</p> <p>Outra etapa que antecede este dia é o recolhimento de doações que irão garantir a festa, e que são provenientes de diversas fontes, dentre elas, a própria comunidade, o poder público, entre outras. Makota Cássia aponta que as doações são sempre incertas, sendo necessário um trabalho de mobilização ano a ano para garantir que a festa seja realizada. Por fim, os preparativos também envolvem a confecção da decoração e a aquisição de estrutura de som para, dentre outras atividades, as apresentações do Grupo Kizomba e das demais apresentações que são fruto das oficinas do projeto social de mesmo nome.</p> <p>Nos dias mais próximos à festa, as cozinhas das casas do quilombo começam a apresentar um maior movimento devido à preparação dos alimentos que serão servidos. As filhas de santo do candomblé são, no geral, as responsáveis pela condução da cozinha, preparando os pratos típicos dos pretos velhos tais como canjiquinha, costelinha com ora-pro-nobis, feijoada, dobradinha, entre outras. Entretanto, Makota Cássia pontua que a ajuda é generalizada, inclusive de pessoas da comunidade que são adeptas de outras religiões. Por fim, os dias que antecedem a festa envolve a preparação dos doces para a mesa de Pai Benedito, de</p>	

modo que são produzidas rapaduras, pés de moleque, dentre outros.

A responsabilidade por todo este processo preparatório fica a cargo de Makota Cássia, filha sanguínea de Mametu Muiande, a qual é responsável por distribuir as tarefas entre os filhos de santos, os demais membros da comunidade e até mesmo entre a vizinhança do quilombo.

Desenvolvimento

A festa tem por costume ocorrer no período da tarde do último domingo do mês de maio de cada ano, e se inicia com a apresentação do grupo de percussão do Projeto Kizomba, que é realizada na rua, em frente à entrada do quilombo. Após esta apresentação que tem a duração aproximada de 40 minutos, os presentes são convidados a adentrar ao quilombo para assistir à apresentação da capoeira, outra das atividades que acontece no âmbito do Kizomba, sendo comum contar com a presença de algum outro grupo convidado.

O início do ritual religioso ocorre por volta das 17 horas, com a feitura, pelos filhos de santo, de uma oferenda destinada a Pambu Njila, que é o inquite da comunicação, dos caminhos e das encruzilhadas e, portanto, protetor dos terreiros. Chamada de Padê, esta oferenda feita de pimenta, azeite de dendê e farinha, é colocada no assentamento deste inquisse, que fica ao lado da escada de entrada do quilombo, fazendo a ligação entre o mundo de fora (a rua) e o de dentro (o terreiro).

Após esse ritual, no terreiro, iniciam-se os cantos para Preto Velho, que giram em torno de narrativas ligadas a experiência da escravidão, a exemplo dos versos transcritos a seguir:

*No tempo da escravidão
Quando o senhor me batia
Eu gritava por Nossa Senhora
Ai meu Deus
Quando a pancada doía*

*No dia 13 de maio
A assembleia trabalhou
Trabalhou, trabalhou, trabalhou
Em nosso louvor*

À medida que os pontos são cantados, as entidades “descem” ao terreiro por intermédio da mediunidade de alguns filhos de santo, que estão vestidos com roupas na cor branca e com ojas (panos amarrados à cabeça). Neste momento, Mameto Muiandê incorpora o Preto Velho Pai Benedito.

Seguindo a celebração, o terreiro recebe a visita da Guarda de Moçambique de São Benedito, que participa da festa desde 2016, mediante um pedido de Pai Benedito, que disse querer todo seu povo festejando os pretos velhos, incluindo o congado. Este pedido foi então, prontamente atendido por Makota Cássia, que soube que um assíduo participante da festa era capitão de Moçambique desta guarda, que aceitou com satisfação participar da festa.

Ao som dos tambores da Guarda de Moçambique e dos atabaques da Umbanda, os Pretos Velhos dão passes e benzem as pessoas que estão presentes na festa. Ademais, Pai Benedito cumpre a tradição de batizar as crianças nascidas no último ano, tanto as do quilombo, como de fora dele.

O jantar é servido no fim da tarde e, por volta das 20 horas, os médiuns iniciam a desincorporação e as entidades “sobem”, marcando o encerramento da festa.



Transformações e permanências

De acordo com Makota Cássia, a Festa de Pai Benedito é a principal celebração do quilombo. Desde seus primórdios, a cerimônia consistia nos toques para os Pretos Velhos, as benzeções, as comidas e o batizado, envolvendo a participação primordialmente dos filhos de santo e clientes espirituais de Mametu Muiande.

Entretanto, os sentidos da festa passaram por uma transformação desde que Pai Benedito pediu pela criação do Projeto Kizomba. Desde então, segundo Makota Cássia, a festa que era indistintamente dos Pretos Velhos passou a ser a Festa de Pai Benedito, já que, por ser o grande incentivador do Projeto, o espaço do sagrado tornou-se também o espaço cultural do Kizomba, momento dos jovens apresentarem para Pai Benedito o que estão aprendendo.

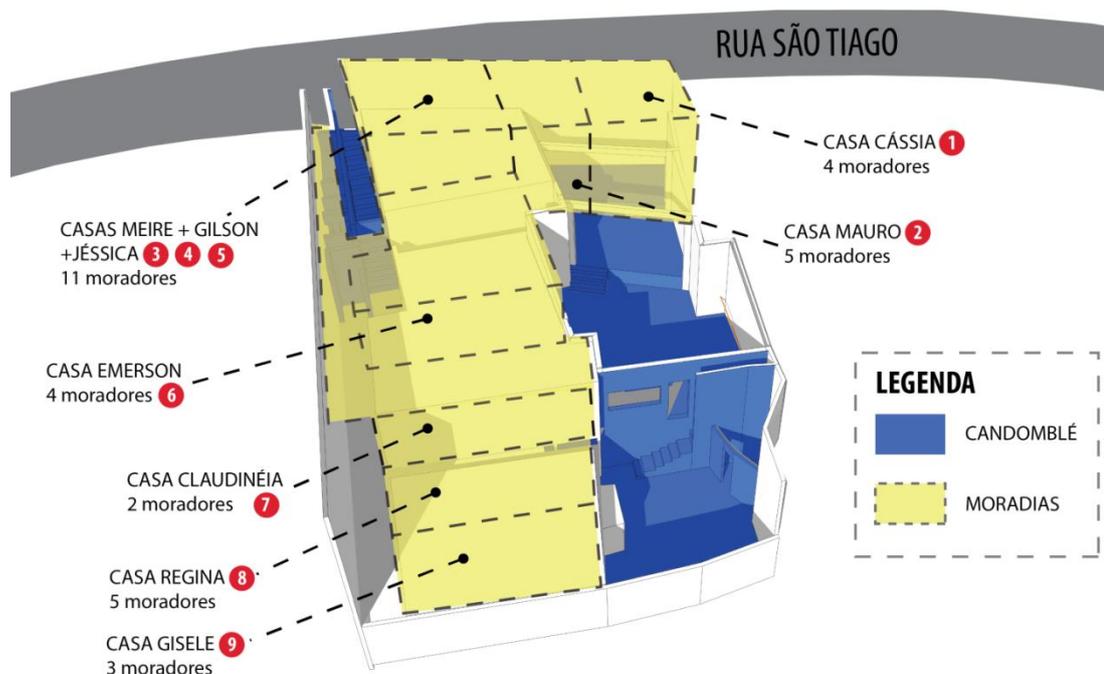
Isso fez com que houvesse uma ampliação da festa ao longo dos anos, crescendo e diversificando o seu público para além da vizinhança mais imediata do entorno do quilombo. Outros dois fatores que ajudaram para a consolidação deste cenário foi o próprio crescimento da família de santo da matriarca Mametu Muiandê e também as articulações do quilombo com a comunidade acadêmica, com grupos de capoeira e com os movimentos sociais.

A festa atualmente é o único grande momento de reunião da família de Mametu Muiandê desde que ocorreu o conflito com a Defesa Civil de Belo Horizonte, cujo processo de desalojamento dos moradores devido à narrativa de risco de desabamento dos imóveis, culminou com a destruição do terreiro. O episódio se deu no ano de 2012 e foi profundamente desagregador para a comunidade, que perdeu importantes referências culturais, inclusive, para a festa de Pai Benedito, tais como o fogão a lenha, de onde saía a fumaça que simbolizava um início das celebrações. Com a destruição da cozinha, desde então a comunidade improvisa um lugar onde são feitos os alimentos da festa.

A maior transformação, contudo, foi a mudança do candomblé e a consequente ida de Mametu Muiandê para Santa Luzia, local onde o terreiro foi estabelecido. Este fato gerou um afrouxamento dos laços comunitários, já que a figura da Mametu era aquela que agregava a todos. Como consequência, a família se separou e começou a constituir outros pequenos núcleos fora do quilombo. Portanto, a Festa de Pai Benedito se tornou o espaço/tempo do encontro da comunidade em toda a sua potência.

Mapa

O croqui abaixo foi extraído do “Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango” e, mostra a configuração de como era o quilombo antes do conflito com o poder público. Contudo, a imagem fornece uma visão geral dos espaços utilizados na festa de Pai Benedito: a Rua São Tiago, a escada, o espaço da capoeira e do ritual religioso e, abaixo dele, onde era a cozinha (estes últimos marcados de azul).



Croqui 1: Planta do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.

Fonte: Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango, 2016.

04 ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO

Descrição do espaço da celebração

A festa de Pai Benedito ocorre no interior do terreno onde se encontra o quilombo de Manzo, se espalhando para a Rua São Tiago, no trecho de frente para a entrada do terreno. Neste espaço externo ocorrem as apresentações da percussão do Projeto Kizomba, bem como a montagem da mesa de doces e lanches.

Adentra-se o quilombo descendo uma íngreme escada onde, do lado direito, observam-se dois assentamentos de inquisses, dentre os quais o de Pambu Njila, para quem é entregue uma oferenda no dia da festa. Descendo até o fim do terreno, a comunidade improvisa uma cozinha para a produção dos alimentos que serão servidos na festa, já que a antiga cozinha foi destruída pela Defesa Civil. É necessário pontuar, contudo, que o quilombo vem passando por uma reforma para reestruturar algumas das áreas atingidas, dentre elas, a cozinha.

Do lado esquerdo, logo após o fim das escadas da entrada, há um corredor que leva ao espaço onde acontecem as apresentações de capoeira e o ritual religioso aos Pretos Velhos. Assim como a cozinha, este espaço foi também completamente descaracterizado pela intervenção da Defesa Civil e também vem passando por reforma para voltar a abrigar a umbanda, segundo Makota Cássia.



05 ÁREA DE ABRANGÊNCIA									
Comunidade	x	Município	x	Região	x	Estado	x	Nacional	
Observação	<p>A Festa de Pai Benedito mobiliza tanto a própria comunidade de Manzo, quanto a comunidade de seu entorno, além de pessoas de diferentes regiões do município de Belo Horizonte, que se relacionam com a festa na qualidade de público.</p> <p>Como parte da comunidade se deslocou para Santa Luzia, especialmente Mametu Muiandê, pode-se afirmar que a abrangência da festa acaba também por se expandir regionalmente. Além disso, alguns filhos de Santo de Muiandê de outros estados e até mesmo de outros países, podem vir ao quilombo para participar da celebração.</p>								
Participação turística									
A Festa de Pai Benedito não possui um forte apelo turístico, sendo frequentado principalmente por pessoas da comunidade do entorno do quilombo, por clientes espirituais de Mametu Muiande, por movimentos sociais e por atores de outros espaços, tais como a universidade, por exemplo.									

06 ELEMENTOS RELACIONADOS				
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango	EUA	Comunidade tradicional	Arquitetura sociorreligiosa	
Efigênia Maria da Conceição (Mametu Muiande)	Mestres e ofícios	Mestre		

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO						
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	X	Outros
Denominação	Associação de Resistência Religiosa e Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango					
Descrição	<p>Seus antecedentes podem ser traçados a partir da fundação da Casa de Umbanda Senzala de Pai Benedito, posteriormente transformada em terreiro de candomblé da Nação Angola, denominado Manzo Ngunzo Kaiango. Autorreconhecida como uma Comunidade Quilombola, Manzo foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo no ano de 2007.</p> <p>A Associação de Resistência Religiosa e Cultural é organização civil da comunidade, e se impõe como uma referência, tanto para o povo de Manzo, quanto para a comunidade do entorno, devido aos vários projetos socioculturais ali desenvolvidos. Por essa razão foi declarada como de utilidade pública para o município de Belo Horizonte, em 24 de fevereiro de 2011, pela lei 10.112/2011, e de utilidade Pública Estadual através do Projeto de Lei nº 2.527/2011, aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (MARQUES, 2015, p. 05)</p>					
Organizadores e Financiadores						
Tipo	Público e privado					
Organizadores	Membros do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango					
Financiadores	Os próprios moradores do quilombo, a comunidade e o poder público.					

08	COMENTÁRIOS
	Comentários dos entrevistados
	<p>Makota Kidoiale: “Eu acho muito bonito a festa do Pai Benedito porque é um encontro de todos os povos. É como se Manzo abrisse as portas e se mostrasse por inteiro. Toda a família participa e se envolve com interesse da festa acontecer. É uma festa que não é apenas um toque para Pai Benedito. Hoje não, hoje a festa do Pai Benedito é o espaço para mostrar que tudo que nos foi arrancado ainda tem força aqui” (KIDOIALE, jul. 2017 <i>apud</i> PBH, 2018).</p>
	Comentários do elaborador
	<p>A centralidade que Pai Benedito tem na própria formação do quilombo faz com a celebração dedicada a essa entidade da umbanda se configure como a mais fundamental para a comunidade, especialmente após seu desalojamento pela Defesa Civil. Este episódio promoveu uma inegável desagregação comunitária, com a mudança do terreiro de candomblé e, conseqüentemente, de Mametu Muiande para Santa Luzia, além da mudança de seus filhos para outros bairros. Isso faz com que a festa seja a única ocasião em que há, de fato, o reencontro entre todos os membros da comunidade.</p>
	Elementos significativos relacionados
	<p>O primeiro e mais significativo elemento relacionado a esta festa é a própria figura de Pai Benedito que, além de ser o homenageado, tem ativa participação na estruturação desta. Como foi pontuado, é somente após uma consulta a entidade que a festa pode, de fato, ser organizada. É através de Pai Benedito que há a escolha das comidas típicas, a tradição do batizado das crianças nascidas no ano anterior e a apresentação dos jovens do Projeto Kizomba.</p>
	Crenças Associadas
	<p>A Festa de Pai Benedito está diretamente associada à umbanda, já que os pretos velhos são entidades que integram o panteão dessa religião. Assim que se estabeleceu no terreno do quilombo, Mametu Muiande fundou o centro umbandista Senzala de Pai Benedito. Em 1986, o quilombo virou um terreiro de candomblé da Nação Angola, passando à denominação Manzo Ngunzo Kaiango. Desde então, os dois cultos passaram a coexistir no espaço do quilombo, com toques específicos para os Santos (os inquisses) e outros para as entidades. Essa coexistência formou uma linha divisória bastante tênue entre ambos, conformando um espaço de trocas, mais do que de diferenciação ou de exclusão.</p>
	Identidades construídas em torno da atividade
	<p>Talvez a identidade mais fortemente associada à Festa de Pai Benedito seja a de quilombola, já que foi através dos trabalhos dessa entidade que Mametu Muiande adquiriu o terreno. Posteriormente, com a transformação da Senzala de Pai Benedito em Manzo Ngunzo Kaiango, outra identidade que emergiu foi a de povo de santo. Entretanto, mesmo com a instituição do candomblé, o quilombo tem a percepção de que Pai Benedito tem precedência, pois foi quem primeiro chegou. Assim a festa é um momento importante de celebração desta entidade, porque reforça os laços da comunidade que foram parcialmente desfeitos na ocasião do desalojamento.</p>
	Significados socioeconômicos
	<p>Por se relacionar intimamente com o âmbito devocional do quilombo, a Festa de Pai Benedito não possui significados socioeconômicos. O trabalho desta entidade é, inclusive, inteiramente baseado na caridade, e Pai Benedito não aceita pagamento por seus serviços espirituais.</p>
	Significados Simbólicos
	<p>Em um âmbito mais geral, esta festa se liga às celebrações dos pretos velhos, que são entidades que representam a figura de escravizados anciãos portadores de grande sabedoria. Com relação a Pai Benedito não é diferente, já que ele foi o responsável, dentre outras questões, pela própria criação dos filhos carnaís</p>



de Mametu Muiande, o que desvela a importância que ele tem para a constituição dos valores dessa família. O fato dos festejos serem no mês de maio também não é por acaso, uma vez que este é o mês em que se comemora a abolição da escravidão.

No âmbito mais particular, a Festa é especificamente de Pai Benedito por conta da fundação do Projeto Kizomba, um pedido da própria entidade que gostaria de ver os jovens de sua comunidade envolvidos com a cultura do seu povo.

Possibilidade de Continuação

Mesmo após o episódio do desalojamento do quilombo e da mudança de Mametu Muiande para Santa Luzia, a Festa de Pai Benedito não deixou de ser feita, o que revela um grande esforço de continuidade da celebração, devido à importância dessa entidade para a própria existência do quilombo, bem como da festa para o reforço dos laços comunitários. Contudo, a desagregação da família pode levar ao risco de continuidade da festa, já que outros núcleos sociais veem se formando fora do quilombo. Outra questão a ser levada em consideração diz respeito à centralidade da figura de Mametu Muiande na relação com Pai Benedito, uma vez que é ela quem o incorpora. Portanto, pode ocorrer algum grau de transformação na festa no momento em que a matriarca não estiver mais viva.

Plano de ação

A principal demanda que o quilombo possui e que está diretamente envolvida com o espaço físico e simbólico da festa refere-se à titulação da terra de Manzo Ngunzo Kaiango, o que poderá garantir a manutenção da tradição festiva.

A continuidade do Projeto Kizomba é outro fator que deve ser levado em consideração na preservação dessa festa. De acordo com relatos dos moradores do quilombo, este projeto foi largamente prejudicado com a desocupação do terreno e, mesmo após o retorno, o quilombo vem encontrando dificuldades para manter este projeto.

09 ENTREVISTADOS

01	Nome	Cássia Cristina da Silva				Tipo	Makota	
	Nascimento	02/01/1969	Sexo	F	Idade	49	Registro Sonoro Visual	S

Descrição

Cássia Cristina é filha biológica de Mametu Muiande e, no candomblé, possui o cargo de Makota, uma espécie de governanta da casa que não incorpora. Cássia está presente em Manzo desde a sua formação e é ela a principal organizadora da Festa de Pai Benedito, distribuindo as tarefas entre as pessoas envolvidas com os preparativos.

10 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:



Figura 2: Mametu Muiande incorporando Pai Benedito.
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



Figura 3: Batizado realizado por Pai Benedito
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



Figura 3: Apresentação da Percussão do Projeto Kizomba
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



Figura 4: Apresentação da Capoeira do Projeto Kizomba
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



Figura 5: Visita da Guarda de Moçambique São Benedito
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



Figura 6: Gira na Festa de Pai Benedito
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango.



11 DOCUMENTOS ANEXOS:	
Fotografias	PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (1) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (2) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (3) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (4) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (5) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (6) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (7) PPovos_Manzo_BH_DossiePBH (8)
Vídeos	-
Áudio	-

12 REFERÊNCIAS	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. <i>Laudo Antropológico Arquitetônico Quilomblé Manzo Ngunzo Kaiango</i> , 2011.	
MARQUES, Carlos Eduardo. <i>Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilomblé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango</i> . 345p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2015.	
MENEZES, Eufrázia Cristina. A construção simbólica de um personagem religioso: o Preto Velho. Tomo, n. 11, 2007.	
PRANDI, Reginaldo. O Brasil do axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. <i>Estudos Avançados</i> , 18 (2), 2004.	
PRANDI, Reginaldo. Pombagira e as faces inconfessas do Brasil. In: <i>Herdeiras do axé</i> . São Paulo: Hucitec, 1996.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. <i>Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Imaterial de Belo Horizonte</i> . Belo Horizonte, 2017.	
VELHO, Gilberto. <i>Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.	

13 FICHA TÉCNICA		
Fotos	Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte	-
Vídeos	-	-
Áudio	-	-
Transcrição	-	-
Levantamento	Ana Paula Lessa Belone, Laura Moura Martins	01/06/2018
Elaboração	Ana Paula Lessa Belone	16/07/2018
Revisão	Laura Moura Martins	25/09/2018
Observações		
-		

IPAC/MG – PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		MESTRE
01	IDENTIFICAÇÃO	
Nome	Efigênia Maria da Conceição	IPAC/MG
Categoria	Saberes	
Âmbito/Tema	Comunidades tradicionais	
		
<p>Figura 1: Efigênia Maria da Conceição, matriarca do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango Fonte: Acervo IEPHA-MG</p>		

02		INFORMAÇÕES SOBRE O MESTRE	
Como é conhecido(a)	Mametu Muiandê, Mãe Efigênia	Data de nascimento	02/01/1946
Local de nascimento	Ouro Preto		
Local atual de residência	Rua Rio Grande do Sul, nº 330, bairro Bonanza - Santa Luzia		
<p>Efigênia aponta que sua formação primária é católica e ocorreu em um colégio de freiras de Ouro Preto, o Asilo Santo Antônio. Já sua iniciação no Candomblé se deu no terreiro Bakise Bantu Kasanje, pelas mãos de Mametu Talanderê de Oxossi.</p>			
Ocupação			
<p>Mametu Muiandê trabalhou desde muito nova como doméstica em diversas casas de famílias em Belo Horizonte, especialmente lavando e passando roupas. Ela exerceu a profissão de empregada doméstica até um tempo após a mudança de Manzo para o terreno Santa Luzia, após a violação de direitos da Defesa Civil, em 2012. Atualmente ela se dedica a maior parte dos dias ao terreiro em Santa Luzia, mas mantém seus atendimentos fixos, uma vez por semana, no território originário do quilombo, em Belo Horizonte.</p>			
Trajétória como Mestre			
<p>Nascida no município de Ouro Preto em 02 de janeiro de 1946, Efigênia Maria da Conceição, cujo nome de santo é Mametu Muiandê, é a matriarca do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango. Passou parte da infância no Morro da Queimada, em Ouro Preto, e se mudou com cerca de oito anos de idade para Belo Horizonte com a família, estabelecendo residência na região leste da capital. Por volta dos onze anos de idade, Mametu Muiandê começou a manifestar os primeiros sinais de sua espiritualidade através de constantes visões e desmaios, o que fez com que sua mãe a levasse em hospitais e, em seguida, em um centro espírita. Lá</p>			



incorporou o Preto Velho Pai Benedito, sua principal entidade. Além do preto velho, dona Efigênia também incorporou o Exu Paredão e o Caboclo Ubirajara. Contudo, a dedicação à vida no santo através da umbanda, só se deu um pouco mais tarde, dos quinze para os dezesseis anos. A partir desse período, Pai Benedito passou a fazer um intenso trabalho de caridade com a comunidade e, em paralelo, dona Efigênia continuava seus trabalhos como empregada doméstica.

Certa vez, como consequência de um exitoso trabalho espiritual que Pai Benedito fez para seu patrão na época, dona Efigênia ganhou, como forma de gratidão, um terreno. Devido a um problema com a aquisição deste imóvel, o antigo proprietário devolveu a quantia da compra em dinheiro para dona Efigênia, que comprou outro terreno, onde hoje é o quilombo.

Assim que adquiriu o terreno, a primeira providência de dona Efigênia foi construir um barracão para os trabalhos de Pai Benedito. Foi nesse momento que surgiu a Senzala de Pai Benedito, o cerne da existência da comunidade quilombola. Neste território, dona Efigênia intensificou os cultos da umbanda, acolhendo quem precisasse de ajuda, seguindo as premissas do trabalho de caridade feitos pelo preto velho. Segundo Cássia Cristina da Silva, Makota Kidoiale, que é uma das filhas sanguíneas de dona Efigênia, Pai Benedito foi mais do que somente uma entidade espiritual, mas também atuou como um pai, um conselheiro e um educador da família.

Quando Pai Benedito vem de novo aqui, ele reúne a gente e fala que isso aqui é senzala dele, e que a partir daí todas as pessoas que passassem e não tivessem um lugar pra morar, é que minha mãe tinha por obrigação de acolher e dar não só comida, mas tinha que dar respeito, coragem pra essas pessoas. E isso aconteceu muito aqui, minha mãe, tinha época que aqui tinha umas 23 pessoas morando dentro da casa e era um cômodo (Cássia Cristina da Silva, julho de 2018).

Em 1986 dona Efigênia foi iniciada no candomblé e recebeu seu nome de santo, Mametu Muiandê. Assim como ocorreu com a umbanda, Mametu Muiandê diz que não escolheu o candomblé, mas que foi escolhida por ele, após vivenciar uma série de indícios que colocou sua própria vida em risco. O processo de iniciação foi em uma casa da nação Jeje, mas o seu pai de santo é da nação Angola, portanto, a matriarca possui grande conhecimento dos rituais de ambas vertentes.

Após completar a iniciação, a Senzala de Pai Benedito passou a se chamar Manzo Ngunzo Kaiango, onde Mametu Muiandê formou uma grande família de santo. Devido à noção familiar ampla do candomblé, os seus filhos de santo constituíram novos núcleos familiares neste território, tendo a matriarca como referência espiritual máxima. Nesta dinâmica, o terreiro cresceu e outros espaços sagrados foram criados, como a cozinha, os quartos de santos e a camarinha, dentre outros.

Sendo um terreiro de matriz Angola, Manzo possui uma organização hierárquica na qual Mametu Muiandê ocupa o posto da mais alta importância e responsabilidade. Ademais, o princípio da senioridade também é determinante para o candomblé, sendo que o tempo de iniciação no santo corresponde ao amadurecimento tanto espiritual, quanto de conhecimento acumulado sobre a cosmologia do terreiro. De acordo Mametu Muiandê:

Para ter casa tem que ter qualificação e a pessoa já nasceu para ser líder de uma casa. Gerar uma casa, porque o Terreiro, querendo ou não, é uma Comunidade, você tem que liderar uma casa. Eu tenho filho de Santo antigo que não tem casa, pois não tem capacidade de tocar uma casa. Aprende tudo, mas nasceu para acompanhar o Pai de Santo, ou seja, nasceu para fundo de roça, para morar com o pai de santo e é seu auxiliar (...) Zeladora do santo é matriarca, a pessoa que coordena tudo. A líder da casa. Eu raspo filho de santo, eu faço os fundamentos com a ajuda dos kambonos e makotas, mas a linha de frente de tudo da casa sou eu, esta é a função da zeladora. Eu sou zeladora, do tipo que faço tudo: limpo casa, lavo, preparo ebó, dou ebó, faço defumação, banho, chás (Mãe Efigênia, junho de 2012 apud. MARQUES, 2015, p. 148).

Assim, seja no âmbito da umbanda ou do candomblé, Mametu Muiandê possui um amplo domínio sobre os fundamentos mágico-religiosos, um vasto repertório de saberes sobre o uso das plantas, das rezas e das benzeções, bem como o domínio dos rituais de ambas religiões.

Tudo e todos orbitam em torno de Mametu Muiandê. Especialmente quando o quilombo se concentrava unicamente no território originário em Belo Horizonte, era natural a união da família sanguínea e de santo ao redor da matriarca.

Era uma coisa muito normal, a gente tomava café aqui todo dia, ninguém aqui saía pra lugar nenhum sem passar aqui na casa da minha mãe tomar um café com ela de manhã. A gente não dormia também se de noite, ela ficava no sofá até o último chegar e mandar ele pra cama (...) E o pior, porque a gente também não conhece folhas, a gente não conhece, é minha mãe que conhecia, eu tenho um irmão que também conhece, a gente nunca preocupou de aprender sobre folhas porque a gente sempre achava o chá pronto (Cássia Cristina da Silva, julho de 2018).

De acordo com Mametu Muiandê, as religiões de matriz africana têm por princípio a atividade com a natureza, modo pelo qual ela possui grande entendimento sobre as ervas, as raízes e os demais elementos no desenvolvimento de benzeções, banhos e demais trabalhos próprios à umbanda e ao candomblé. A respeito desse conhecimento, Mametu diz:

Eu sou bisneta de escravo, então na minha família a gente mexe com as ervas. Eu dei um curso lá na UFMG sobre religião de matriz africana, mas eu falei muito sobre as ervas, sobre folhas, porque eu benzo, sou benzedeira, eu benzo e eu preciso das minhas folhas (...) tem as rezas, pra cada caso é um caso. Tem pra mau olhado, vento virado, cobreiro, espinhela caída, dor de dente, dor de cabeça (...) eu gosto de desafio (...). Eu aprendi com minha vó, lá em Ouro Preto. Eu era menina, ficava agarrada com a minha avó pra ela me ensinar a benzer. Minha avó chamava Efigênia também (Efigênia Maria da Conceição, setembro de 2018).

03 | RELAÇÃO COM MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Como se observa, Mametu Muiandê é a referência espiritual e autoridade máxima de Manzo Ngunzo Kaiango. Por incorporar Pai Benedito, a principal entidade da umbanda deste terreiro, Mametu Muiandê é a via pela qual o preto velho emana seus conhecimentos ancestrais. Devido a importância que esta entidade tem para a vida da comunidade, há uma festa dedicada somente a ela no último domingo de maio. A Festa de Pai Benedito é a principal celebração do quilombo, tornando-se o momento de reunião do povo de Manzo, especialmente após a mudança forçada do território originário para Santa Luzia.

Dentre uma série de rituais e apresentações, se destaca o batizado das crianças nascidas no último ano, muitas das quais tiveram a gestação acompanhada de perto por Pai Benedito. A este respeito, Cássia Cristina assim conta:

[A festa] é do Pai Benedito mesmo, porque ela é uma festa do povo de Manzo que a gente pensa, porque ela começa com a apresentação das crianças que nasceram porque a gente tem esse processo aqui também de pré-natal, a gente faz ainda com esse preto velho. Então, a gente vai ao posto, por exemplo, porque a gente precisa de garantir o hospital pra poder ganhar o filho, porque também não é permitido a gente ganhar aqui (...) Então a gente não vai muito ao posto de saúde, a gente vai muito no Pai Benedito mesmo, a gente confia é nele. Tanto é que às vezes o médico fala, 'olha, se o neném não virar a gente vai fazer cesárea', e aí Pai Benedito vem, vira o menino e manda a gente voltar pra lá e o médico fala, 'ele virou'. Mais o médico acha que isso é uma coisa da medicina e não é, é o preto velho mesmo que veio, pôs a mão e foi mexendo até o menino virar. Então ele não só fala, como também faz pra gente poder perceber e entender que existe esse processo (...) E aí quando os meninos nascem, a gente quer mostrar pra ele (Cássia Cristina da Silva, julho de 2018).



Já do ponto de vista do candomblé, o terreiro possui uma rotina religiosa bastante complexa, sendo que todas as atividades desenvolvidas são atravessadas pela centralidade da matriarca de Manzo. Este cotidiano sagrado é marcado “pelos reuniões públicas, pelas atividades ritualísticas ordinárias, como o preparo e o oferecimento de alimentos para os *Inquisses* (...), os *Ebó*, *Obi* e *Bori*, os banhos, atendimento ao público, jogos de búzios” (MARQUES, 2015, p. 150). Já as atividades extraordinárias envolvem as iniciações de novos filhos de santo, as obrigações dos filhos já iniciados, dentre outros rituais.

04 TRANSMISSÃO

Formas de transmissão

Os conhecimentos, saberes e fundamentos que envolvem as religiões afro-brasileiras são transmitidos basicamente de forma oral, sendo que a relação direta e cotidiana entre o mestre e seus iniciados é muito importante para o processo de instrução. É na vida em comunidade, em estreito contato com a mãe de santo, que se aprende os preceitos do candomblé, o manejo das plantas e as atividades rituais.

Na dinâmica do terreiro, a precedência dos mais velhos no “despertamento do santo” é estruturante nas relações hierárquicas estabelecidas, de modo que Mametu Muiandê ocupa este lugar de referência na transmissão dos conhecimentos.

Na lógica do terreiro e, conseqüentemente, do quilombo Manzo, são vários os espaços importantes do ponto de vista da transmissão de saberes, com destaque para a cozinha, que é um lugar central para o povo de santo. A cozinha é um espaço sagrado, pois nela são preparados os alimentos, chás, banhos e ebós, que fazem parte dos rituais do candomblé. Assim, muitos conhecimentos são repassados nessas ocasiões.

Transformações nas formas de transmissão

Após a violação de direitos humanos ocorrida em 2012, com a desocupação do território originário do quilombo, houve a transferência do terreiro e a conseqüente expansão do território quilombola para Santa Luzia. Esse movimento forçado fragmentou o quilombo, desagregando muitas pessoas que antes moravam juntas no território originário, especialmente com a ida de Mametu Muiandê para Santa Luzia.

A ausência física de Mãe Efigênia do território originário provocou algumas mudanças nas dinâmicas cotidianas, onde se dá grande parte da transmissão, especialmente dentre aqueles que passaram a morar distantes da mãe de santo. Sobre essa mudança, Cássia Cristina da Silva tem a seguinte percepção:

O que muda muito aqui no nosso comportamento é esse, porque nos distancia daquilo que a gente achava que era muito natural, e aí a gente começa a entender que a gente precisava preparar outras pessoas também pra tar junto com a gente. Porque, por exemplo, minha mãe, na hora de tocar, qualquer hora que ela quisesse tocar ela podia tocar, porque os meninos que tocam estavam aqui. E eu como Makota estava aqui. O tempo todo ela podia fazer qualquer coisa. Já em Santa Luzia não, tem que marcar, tem que ver a disponibilidade de todo mundo, nem sempre está todo mundo (Cássia Cristina da Silva, julho de 2018).

A mudança de Mametu Muiandê para Santa Luzia também impactou em outras dimensões cotidianas dos saberes ancestrais, como o manejo das plantas, tal como aponta Cássia Cristina:

E o pior, porque também a gente não conhece folhas, é minha mãe que conhecia e aí eu tenho um irmão que conhece também as folhas. A gente nunca preocupou de aprender sobre folhas porque a gente sempre achava o chá pronto. E aí agora quando ela fala assim ‘ah, vai lá no mato’, “mãe aonde aqui que tem mato? Pelo amor de Deus não inventa não, eu vou levar no médico”, e ela “não leva no médico não, dá o chá antes de você ir pro médico”. E aí a gente não acha folha assim. Igual eu, agora eu sei o que é alfavaca e o que que é o... eu fazia muita confusão da alfavaca com a erva cidreira, hoje eu sei (...) Hoje eu sei, por

exemplo, a banha de galinha amarela, da galinha caipira, ela tem uma função, a da galinha branca é doente, não pode, entendeu. Mas é coisa que a gente, pra nós já estava pronto. (Cássia Cristina da Silva, julho de 2018).

Formas e possibilidades de continuidade

A melhor garantia para a plena continuidade da transmissão dos conhecimentos e saberes da matriarca é assegurar o direito ao terra e fortalecer os sentidos de comunidade de Manzo, que foram enfraquecidos na ocasião do desalojamento do território originário, em 2012.

05 ENTREVISTADOS

01	Nome	Cássia Cristina da Silva				
	Data de Nascimento	1970	Gênero	F	Registro Sonoro/Visual	Sim
	Descrição	Cássia Cristina da Sila, cujo nome de santo é Makota Kidoiale, é filha carnal de Mametu Muiandê. Na hierarquia de Manzo, é uma espécie de governanta do terreiro, além de lidar com todas as questões burocráticas da associação.				
02	Nome	Efigênia Mariada Conceição				
	Data de Nascimento	02/01/1946	Gênero	F	Registro Sonoro/Visual	Sim
	Descrição	Matriarca do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango				

06 IMAGENS



Figura 1: Mametu Muiandê na entrada do terreiro em Santa Luzia
Fonte: Acervo IEPHA.

Figura 2: Mametu Muiandê incorporada Pai Benedito fazendo batizando um recém nascido durante a Festa de Pai Benedito
Fonte: Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango



07	REFERÊNCIAS - Referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento do conteúdo das fichas
<p>MARQUES, Carlos Eduardo. <i>Bandeira Branca em Pau Forte: A Senzala de Pai Benedito e o Quilombé Urbano de Manzo Ngunzo Kaiango</i>. 345p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2015.</p> <p>PREFEITUA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, PBH. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.</p>	

08	DOCUMENTOS ANEXOS
Fotografias	PComunidadesT_Manzo_Efigênia_StaLuzia_ABatista_11set18 (43) PComunidadesT_Manzo_Efigênia_StaLuzia_ABatista_11set18 (66) PComunidadesT_Manzo_BH_FestaPBenedito_DossiePBH
Vídeos	-
Áudio	Entre_Manzo_MKidoiale_05jul18 Entre_Manzo_MMuiandê_10set18
Mapas	-
Transcrições	Trans_PComunidadesT_Manzo_Cassia_BH_ABatista_05jul2018 Trans_PComunidadesT_Efigenia_SantaLuzia_EDamasceno_11set2018

09	FICHA TÉCNICA
Levantamento	Laura Moura, Martins, Ana Paula Lessa Belone, Mariana Rabêlo
Elaboração	Ana Paula Lessa Belone
Revisão	Laura Moura
Data da elaboração	25/09/2018



Entrevistas concedidas ao Projeto Povos e Comunidades
tradicionais referente a
Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo kaiango

Apêndice C

Belo Horizonte
2018



FICHA TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS	
Entrevista:	Projeto Povos e Comunidades Tradicionais
Entrevistado(s):	Cássia Cristina da Silva
Apelido(s):	
Cargo(s)/Função(s)	Makota Kidoiale
Local da entrevista:	Belo Horizonte
Data da entrevista:	05/07/2018
Duração:	1°38'04"
Entrevistador(es):	Laura Moura Martins e Ana Belone
Mídia:	DVD/Áudio, Video. Arquivo: Trans(1)_PComunidadesT_Cassia_BeloHorizonte_ABatista05jul2018
Transcrição:	André Batista
Arquivamento:	Entre_Manzo_MKidoiale_05jul18
Citação:	Silva, Cássia Cristina. Povos e Comunidades tradicionais: Manzo Ngunzo kaiango. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte . Entrevista concedida a Laura Moura Martins e Ana Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG.

L.M.: Você pode começar falando o nome todo e a idade por favor?

C.S.: Meu nome é Cássia Cristina da Silva e eu tenho 48 anos.

L.M.: Então, a gente tá elaborando um dossiê da comunidade como patrimônio imaterial do estado. Aí tem algumas questões, mesmo a gente usando como base o dossiê da prefeitura e mais uns outros textos do Carlos, que a gente tá usando a tese dele também, tem algumas coisas que a gente queria conversar pra gente também ter isso registrado, né? Pra gente poder desenvolver os estudos. Aí, começando do começo, eu não sei se você vai ter essa lembrança, mas, bom você não era nem nascida, mas de lembrança da sua mãe falar e etc. um pouco sobre o Morro da Queimada e a vinda pra BH, você tem alguma informação?

C.S.: O que a gente lembra ouve e ouvia muita da minha vó, é que quando elas vieram, porque lá em Ouro Preto elas moravam, a gente não tem muita essas informações do território onde elas moravam, mas a família dela toda é de lá, de Ouro Preto. Minha vó trabalhou na mineradora, ela foi.. trabalhava na mina de Ouro preto. E a minha mãe nessa fase ainda era muito criança, então eu lembro que minha vó conta muitas histórias dos irmãos dela, ela tinha mais irmãos e que um dos irmãos dela tinha problema mental e que inclusive ele veio com ela pra cá e ele tinha uma filha também. Lá ela aprendeu a benzer, lá em Ouro preto, minha vó que era referência de benzedeira aqui do bairro, benzia várias pessoas aqui. Minha mãe chegou até ganhar uma bolsa pra estudar no colégio de freira... aí eu não sei o nome do colégio, minha mãe já tem essa referencia. É muito vago.. eu sei que a minha mãe também é filha dos Pereira, lá de Ouro Preto, que são nome de referência, porém ele chegou até a registrar minha mãe, mas não assumiu a paternidade. Então essa é a

referência que a gente tem de lá, de Ouro Preto.. muito vaga. Muito pouca mesmo. Minha mãe que tem mais influência.

L.M.: E aí eles vêm pra BH, você sabe o motivo?

C.S.: Sim, na época tava tendo uma grande oportunidade de lavadeiras aqui no Barro Preto, em belo Horizonte, porque tinha vindo... tinha fundado primeiro quartel, né do BG, e então começou a aparecer muitas oportunidades de lavadeira. E aí minha vó veio com essa proposta de trabalhar, porque minha vó era passadeira e engomava muito bem os colarinhos. Ela falava muito isso, então ela veio com essa referência pra poder trabalhar pra passar fardas. Então ela vinha pra trabalhar nas casas, com preferência nas casas de militar.

L.M.: E eles se instalaram primeiro...

C.S.: Aí vieram morar de aluguel, no bairro Paraíso. No bairro paraíso é que... a minha mãe era ainda muito criança.. acho que tinha 8 anos de idade quando elas vieram. E veio minha mãe mais três irmãos. E aí quando elas vieram pro bairro Paraíso, elas moraram... minha mãe, acho que na rua Maria Macaferri, eu não lembro bem o nome da rua, que é aqui perto também. E ali passou uma grande fase da minha mãe que foi até... do Paraíso que veio pra cá. E foi no bairro Paraíso que minha mãe começou a desenvolver a mediunidade.

L.M.: Lá em Ouro Preto não..

C.S.: Não, não. Me parece que alguém da família da minha vó contava, não era tão estranho pra minha vó, porque da família parece que alguém já tinha essa referência.

L.M.: Ah sim! Então aí eles vêm pra B, se instalam aqui no Paraíso, né?

C.S.: No Paraíso. Aí do Paraíso que a partir da fase de espiritualidade da minha mãe que vem pra cá pro Santa Efigênia,

L.M.: E aí como é que foi assim.. você tem alguma informação maior sobre essa instalação aqui no Santa Efigênia? Parece que eles vão primeiro pra um outro terreno..

C.S.: Sim, é isso. Aí o que que acontece.. Quando minha mãe começa a desenvolver, aí ela começa a ter várias relações com a cidade, né? Porque começa vir procurar minha mãe outras pessoas com outros níveis de condições sociais muito altos e nessa, minha mãe trabalhava na casa de um senhor e esse senhor, o Preto Velho dela fez algum tipo de trabalho pra esse senhor e esse senhor querendo recompensar, minha mãe não aceitou o dinheiro e aí ele falou, então eu vou dar um lugar pra morar, porque né? Porque teve uma época que minha mãe entrou em conflito com minha vó e a minha vó pôs ela pra fora, então ela tava morando na rua e trabalhava na casa dos outros. E aí.. morou na rua assim, em barraca. E aí esse senhor quis recompensar, então ele deu pra ela um dinheiro pra ela poder dar entrada num terreno. Ela chegou a comprar esse terreno. Só que o preto Velho dela não quis esse terreno, e aí fez ela desfazer do negócio e comprar outro terreno.



L.M.: E esse outro terreno é aqui também no Santa Efigênia.

C.S.: Que é esse aqui. Se eu não me engano era no bairro São Lucas, mas era nessa região aqui mesmo.

L.M.: Então ela vende o terreno..

C.S.: Desfaz a compra pra poder comprar esse aqui.

L.M.: Compra esse.. E aí compra esse mais ou menos em que época, cê...

C.S.: Em 70, acho que foi em 1970.

L.M.: E aí pelo que a gente leu, parece que o terreno foi...

C.S.: Então na verdade, então o que que acontece. Na verdade, na compra e venda da minha mãe, ela tinha metragem. Só que era uma coisa que a gente nunca imaginou que terras era vendida por metros, porque não era assim que minha mãe pensava em Ouro Preto. Eu acho que lá em Ouro Preto o terreno pedia-se de vista. E aí quando minha mãe comprou aqui, ela pensava que era até aonde pudesse ocupar. E aí, o terreno que não tinha água, lógico que a fonte de água pertencia, ia até a área de pertencimento dele. E aí nós nunca olhamos pra questão do que estava escrito no papel, no documento. A gente olhava pelo espaço que a gente ocupava e tinha nele como nosso. O que dividia os terrenos nessa época era árvores ou cercas de bambu, era a própria vegetação que denominava, que demarcava o terreno. Então por exemplo, tinha um mural de bambuzal... até esse mural de bambuzal era o terreiro do Pai Benedito. Então todo mundo pensava assim 'ah, é atrás do bambuzal', era a referência que se dava pra chegar até aqui, porque o resto da avenida era córrego. E também como era uma área que era muito barranco, não tinha casas, me parece que nessa região aqui quando a gente chegou.. porque eu cheguei a nascer aqui.. quando a gente chegou era poucas casas, tinha umas três, quatro casas. E geralmente essas casas eram dos donos dessas fazendas que ainda tava aqui tomando conta pra poder ser vendido a fazenda.

L.M.: Que aqui era uma...

C.S.: Aqui era uma área, assim... A gente fala rural, porque não tinha rua, nem nada. Aqui era plantação de café que dividia. Plantação de café com a chácara do... agora eu esqueci o nome do senhor que era do lado de lá. Então assim, tinha uma casa lá que era a chácara do Sancré, mais pra cima ali era área da CEMIG, então era proibido ocupar e mais pra cima era a fazenda do Cafezal, e o que dividia aqui era primeira água, segunda água e terceira água. Então quem morava tinha uma família, uma comunidade da primeira água, uma outra comunidade da segunda água e outra comunidade da terceira água. Era dividido assim.

L.M.: E aí cê falou que essa compra foi feita, foi papel e esse papel ainda existe?

C.S.: Foi um contrato de compra e venda do terreno, porém no contrato a gente percebe que também houve um erro mesmo, porque no contrato vem falando que o terreno são 360 metros quadrados, com frente pra rua Mem de Sá com fundo pra... Fundo pra Mem de Sá e fundo pra São

Tiago, então era a parte que a gente realmente ocupava. Era a parte que a gente achava que o pertencimento era até o bambuzal. E do lado morava o dono do terreno. Que tinha vendido. O dono do terreno que tinha cedido essa parte pra minha mãe.

L.M.: E aí como que vai sendo esse processo de diminuição, né?

C.S.: Então, ele vem primeiro com a questão da água. Primeiro, eu acho que foi muito isso. A água sempre foi uma dificuldade pra manutenção dessas famílias, porque a partir do momento que a água começa a ser poluída, a gente percebe que começa a ocupar mais famílias nessa região. E a partir da ocupação dessas famílias, muitos aqui, as famílias são militar, então eles tem uma articulação com o estado muito mais favorável a eles do que nós, né? Então aí eles começam a se organizar pra começar abrir ruas e demarcar ações de terreno nessa região e a partir daí a água começa a ser um grande problema pra gente, porque a gente já não consegue mais usar a água com manutenção mesmo. E aí a gente começa a ter que pensar numa outra organização e passa-se também a buscar esses recursos via estado. E quando você faz essas demandas pro estado, a gente percebe que também o estado vem com uma troca, então começa com a questão da pavimentação dos córregos, encanação dos esgotos e aí começa essas estruturas básicas que o governo oferece, mas que ao mesmo tempo a gente perde a natural que a gente utilizava. Então não vem um processo que seria de recuperação do córrego e sim de tampar o córrego e tampar os esgotos. E aí nessa fase de pavimentação, pavimenta a avenida, o córrego vira uma avenida, as minas secam e aí o bairro começa a valorizar e começa a valorizar e aí a gente começa a perder território, porque como o bairro é valorizado aí as pessoas dizem, começam a dizer: não, esse pedaço aqui é meu, as terras começam a ter dono e eu vou vender. Aí essa árvore aqui tá dentro do meu lote eu vou cortar e assim começou a gente perceber que távamos sendo destruído. E que o próprio documento não daria garantia e nem direito da gente reivindicar, então a gente ficou aqui vendo que tava sendo destruído, mas sem poder.. ter argumento pra justificar ou impedir. E aí eu lembro também que nesse processo foi que a gente... quando a gente vai também, né? Algum tipo de apoio, aí que a gente percebe que nem esse daqui também nos pertencia.

L.M.: Nem o que tava comprado.

C.S.: Nem o que tava comprado, que tava pago, era de pertencimento nosso.

L.M.: E essa questão dessa urbanização do estado, da valorização dos lotes e tudo, cê tem amis ou menos na sua cabeça uma data, mesmo que seja um período.

C.S.: Eu tenho mais ou menos, por exemplo, a avenida Mem de Sá. A avenida Mem de Sá quando ela começou a ser pavimentada, ela começou.. eu não lembro muito se foi 1980, porque minha mãe grávida a avenida ainda... não, o córrego ainda existia. Eu lembro que aconteceu uma enchente muito grande aqui em Belo Horizonte e essa enchente chegou a ter óbito. E tinha um colégio Santos Dumont, tinha uma é... ela chegou a ser noticiada, porque ela invadiu o colégio, ela invadiu muitas casas e ela... tinha uma concessionária e os carros, ela danificou essa concessionária toda, levando



ela a perda total, porque os carros ficaram todos virados, tombados e muita lama. Eu lembro que, eu não sei muito se isso foi na época de 90, foi bem recente, foi nessa época que começou então... mas já havia um processo de pavimentação... eles tavam mexendo lá em cima, na montanha. Então a gente percebia que aquilo ali já tava provocando mesmo o caminho de água, pra poder ter destruição aqui em baixo.

L.M.: Na montanha você fala...

C.S.: É porque, bem atrás da gente aqui, tem o Mangabeiras, tem a Serra. Então já estava havendo ali alguma movimentação de carros, de mineradora, alguma coisa tava acontecendo ali. E aí a gente percebeu que essa enchente, ela veio mesmo, como se tivesse aberto um caminho. Foi uma enchente muito grande que teve aqui. E aí, a partir daí, começa a pavimentar a avenida. E também... É. isso mesmo, é. A pavimentação da avenida ela veio nessa... nesse período. E aí, a partir daí, que a avenida foi pavimentada, começou também o processo... não era Vila Viva. Era um outro processo... Não quer dizer, era o programa Vila Viva, inclusive me parece que nessa região aqui foi o primeiro programa, primeira obra do programa Vila Viva que teve. E Eu lembro que veio até gente do exterior pra cá pra poder divulgar esse trabalho pra outros países pro mundo afora.

L.M.: E era aonde?

C.S.: Aqui no final também, da beira como se fosse pra mim poder desenhar pra você aqui, seria na beira do córrego, mas não é, é acima do campo, que tinha um campo ali, de futebol.

L.M.: E aí então cê tava dizendo que nesse momento cês começam a tentar a acionar o estado, não é isso?

C.S.: Aí quando a gente percebe que o bairro já tava todo sendo... parecia um monte de dono dessas terras. Não, minto. Quando a gente foi acionar o estado, foi bem, recente, foi em 2005... que depois de pavimentar a rua aqui, eles jogaram a caída da água pro lado do nosso terreno. E isso na época de chuva as paredes ficavam muito úmidas, não tinha muro, era parede. Então uma primeira vez a defesa civil esteve aqui pra poder olhar esse barranco, porque estava muito úmido e a chuva não parava. Aí a defesa civil veio e orientou a gente a fazer um muro de bloco. Foi a única vez que a gente acionou a defesa civil foi nessa. E aí passou alguma.. quando a defesa civil veio aqui e orienta a gente a fazer esse muro de bloco, a gente não tinha recurso pra fazer. E a gente queria também, nosso telhado tava muito danificado e estava molhando muito o terreiro. E aí a gente consegue numa articulação com uma entidade, a partir daí essa entidade começa, eles começam já a procurar os terreiros. Tava tendo o mapeamento dos terreiro e das entidades culturais, mestres.. e aí a prefeitura descobre a gente nesse mapeamento. E nesse mapeamento quem tava... foram contratos pra fazer esse mapeamento, tinha uma entidade, que era o Cenarab. E aí o Cenarab viu a necessidade dessa reforma e levou um projeto que era uma emenda, uma proposta pra uma emenda parlamentar, e aí nessa emenda ele coloca três terreiros pra poder ser reformado. O Manzo, que ainda era Senzala de Pai benedito, e outros terreiros, um de Contagem e outro de Ibirité. Só que me parece que a proposta só foi permitida pra Belo Horizonte, que era aqui, o Manzo. E aí a gente foi aprovado e a gente conseguiu o recurso. Só que pra gente fazer essa reforma, a gente precisava



do alvará da prefeitura e aí a gente vai buscar o alvará da prefeitura e o alvará é negado. E aí quando eles vêm aqui, porque pra negar o alvará eles vêm aqui, que a defesa civil e engenheiros da prefeitura. Quando eles vêm aqui, a gente pensou até que eles tavam vindo pra fazer o levantamento da reforma, e aí eles pegam voltam com essa proposta dizendo que uma reforma não poderia, que teria que fazer uma demolição e uma reconstrução de novo. Aí a gente vai atrás desse político e tenta negociar com ele e ele consegue o recurso pra fazer e precisava de um projeto, dessa reconstrução dessa área. E aí a gente apresenta o projeto, a proposta é aprovada, a gente consegue o recurso. Só que aí a gente precisava voltar na prefeitura, apresentar esse projeto e pedir o alvará e aí ele é negado. Aí ele é negado, aí a prefeitura alega que não poderia dar o alvará, porque a gente, não poderia dar o alvará pra reforma, porque a gente não tinha propriedade do terreno. Então foi aí que a gente foi começar a entender que o terreno não era nossa, mesmo a gente ter comprado ele. Aí quando a gente vai até o estado, o estado informa pra gente que o nosso contrato era um contrato de gaveta, ele não tinha valido, porque nós não levamos ele ao cartório, mesmo os donos ainda vivos, a gente não podia... o estado nem nos orientou a refazer esse contrato, porque os donos estavam vivos. E aí acabou que a gente ficou nessa articulação e tá até hoje, né? Tentando regularizar... e nisso a gente perdeu a emenda, tivemos que devolver o recurso, porque não conseguimos um alvará e até hoje tá essa luta aqui, de conseguir essa titulação do terreno. Nisso a gente entrou pra tentar segurar esse recurso, a gente entrou com o pedido de reconhecimento a Fundação Palmares, a gente conseguiu, então assim, tudo que a gente buscava a gente conseguiu, mas assim... isso não era o suficiente pra que a prefeitura emitisse o nosso alvará e aí a gente perdeu a reforma, a emenda, e tivemos que devolver a emenda até que em 2008 a Fundação Palmares nos reconhece como comunidade remanescente de quilombo urbano, mas isso ainda não era uma medida protetiva pra que a gente permanecesse aqui, e aí a partir daí que a gente fez essa reforma, que a gente fez esse pedido e começou a contar o município, o governo do município como um impasse, né? Pra que a gente conseguisse realmente essa emenda, aí o município manda a defesa civil aqui de novo, e aí a defesa civil em 2011, ela entra dentro da comunidade e alega que o que não poderia continuar era a negociação da posse do terreno era o risco de desabamento de toda área e isso aí foi uma novidade pra gente assustadora, porque em momento nenhum a gente tinha a percepção que tinha risco de desabamento aqui, e aí a gente começa a dialogar, debater mesmo, com o município e dizer pra ele que ele tinha que provar pra gente que isso aqui tava realmente caindo. E que se chegou a esse ponto, foi porque eles negaram pra gente essa reforma em 2005. Aí depois eles pegam, me chama pra uma reunião e nessa reunião.. enquanto eu tava nessa reunião, eles tavam aqui tirando a comunidade. E aí minha mãe me liga, eu venho pra cá correndo, inclusive eu venho com o próprio... própria secretária da reginal leste, que era com quem eu tava dialogando, e ela fica também sem entender o quê que a Urbel tava fazendo aqui, a defesa civil, quando a gente chega aqui tinha várias carros aqui da defesa civil colocando todo mundo pra fora. E aí a gente ficou sem saber o quê que tava... nem a própria prefeitura sabia explicar o que que tava acontecendo aqui e nessa época uma coisa chamou muito nossa atenção, porque tinha acabado de construir o shopping Boulevard, e aí a gente percebeu que essa área tava sendo muito valorizada, inclusive tinha projetos de condomínio de luxo, sendo construídos, com proposta de serem construído aqui dentro,



e inclusive houve até uma reunião, uma auditoria, não sei, eu não lembro como que foi, como que era o caminho que a prefeitura usava pra isso, mas ela chamou a comunidade, várias pessoas da comunidade, pra discutir os impactos que esse condomínio de luxo ia causar, só que a gente... quando ela faz isso a gente não estava mais aqui, então quer dizer, a gente não poderia nem denunciar sobre esse impacto que a gente tava sofrendo aqui nessa reunião, porque nós já estávamos no abrigo. Então assim, a gente entendeu que tudo era um interesse mesmo, imobiliário, dessa região, e que tudo foi muito bem argumentado pra que a gente saísse daqui. Só que durante esse processo a gente também já tinha... como era uma comunidade que mantinha a tradição que era um quilombo dentro da cidade e que a gente era muito aberto a diálogos, então vinha muito pesquisadores aqui, e junto também tinha o próprio Cenarab. E a gente tinha uma articulação com movimentos sociais muito forte, e aí os próprios movimentos começaram a mobilizar pra cobrar do estado que estava acontecendo aqui no Manzo, porque nada justificava. E aí a gente percebeu que foi o Ministério Público nessa época encaminhou um engenheiro, e esse engenheiro fez um relatório e no relatório dele apresentava que não havia nenhum risco de desabamento aqui. E isso pôs a gente muito desconfiado do estado, a partir daí a gente começou a entender que a gente tinha um conflito com o próprio estado, e um conflito assim de cultura, de religião, porque quando o estado nos tira daqui de dentro, ao mesmo tempo que vem com uma proposta de recuperação do espaço, a gente percebe que ele tava demolindo e descaracterizando a comunidade que ele queria.

L.M.: Eu vou voltar um pouquinho então, porque a gente tava conversando sobre a compra do terreno, você contou que sua mãe já atendia com Pai Benedito e aí você contou que foi através de um trabalho que ele realizou que vocês fizeram.. vieram morar aqui. Apesar de ser outra configuração do território, mas já aqui, né? E aí depois passa a ser o terreiro de Candomblé.

C.S.: É em::: foi quando meu irmão nasceu, acho que foi em 86.

L.M.: 86... e aí.. sobre essa passagem assim, não é uma mudança, né? Pelo que eu entendi, uma mudança assim... não deixa de ser Umbanda, né? Você pode falar um pouquinho?

C.S.: Na verdade, de característica não muda nada. O terreiro continua a funcionar, porém ele vem com uma estrutura mais, começa-se trocar alguns símbolos, começa compor com outros objetos, que é o que fazer parte do Candomblé, que são os assentamentos do lado de fora, que na Umbanda não tem, na Umbanda tem muitos as imagens e aí ao mesmo tempo que minha mãe mantém essa identidade, essa ligação com as imagens, com os santos católicos dentro, ela também mantém os santos.. os assentamentos que são objetos de ferro, fincados em algumas bacias e cada um tem uma representação diferente. Mas aí não muda muito não, muda mais na forma de... como que eu vou dizer... o que muda muito, por exemplo, as cantigas mudas, as cantigas de umbanda passam a ser as de candomblé, os movimentos, mais o movimento mesmo, mas a estrutura do lugar não muda muito. A mudança mesmo que tem é só essa... A única mudança que tem é essa divisão de espaço, porque o terreiro cresce quando ele passa a ser candomblé, começa a se criar outros espaços que são sagrados, que na umbanda era só o quarto, mas dentro do candomblé tem a camarinha, tem uma cozinha específica, cozinha também torna-se um espaço sagrado, tem os quarto de santo e tem os lugares onde os assentamentos externos ficam, que também passam a ser lugares sagrados e aí

tem a demarcação do território que é a bandeira. A bandeira de tempo, aqui ela tá sem, por causa da reforma teve que tirar. Aí tem a bandeira de tempo e essa bandeira de tempo que demarca o território enquanto sagrado, enquanto terreiro de candomblé. Essa é a mudança que se faz. Outras mudanças ela vem mais nos adereços mesmo, mas nada de mudança de território não, vem uma ocupação maior do território.

L.M.: É:: antes o terreno era menor que era onde sua mãe atendia, né?

C.S.: É, era o quarto que minha mãe atendia, ali ela fazia a reunião de Umbanda, quer era as entidades Exu, Preto Velho, Caboclo, né? Com o candomblé vem os inquices também, e aí os inquices passam a ter uma divisão, um espaço e uma diferença de comportamento que já não era mais o que eles fazem, porque eles tem uma necessidade grande de ocupar, tem uma diferença muito grande, porque a partir do momento que vira candomblé, o lugar do altar passa a ser um intoto no chão e tem a comunheira que é no teto. E aí tem a demarcação que é bem fundamentada num terreiro de candomblé.

L.M.: E aí em 86 é quando sua mãe faz as obrigações dela...

C.S.: É quando ela inicia no candomblé. É em... eu não lembro muito se é em 86 ou 82... eu tinha 15 anos na época, eu lembro que foi no meu aniversário de 15 anos, inclusive, ela estava na camarinha, então é uma data muito marcada, porque com 15 anos a gente não esquece. E aí ela tava iniciando dentro do candomblé, foi lá no bairro Francisco... ai esqueci o nome do bairro, ela vai lembrar quando vocês perguntarem, não sei se é São Francisco o nome do bairro, eu não lembro não. E aí ela inicia lá e a gente começa durante o processo que ela tá iniciando lá a gente começa a fazer também essa demarcação de espaço aqui, quando ela chega ela já ocupa esses espaços.

L.M.: Entendi.

A.B.: Laurinha, posso? É porque você tinha falado que Pai Benedito meio que chamou vocês.. ele orientou vocês chegarem até aqui. Eu queria que você contasse um pouco dessa relação de pai Benedito com o próprio território, porque ele é muito importante.

C.S.: Então, quando a minha mãe, ele não aceita esse terreno, ele fala pra gente que ele queria um terreno pro povo dele, onde o povo dele derramou o sangue dele e aí minha mãe fica sem saber como que achava e ele falava com minha mãe como que ele ia contar pra minha mãe qual que era o terreno. Inclusive assim, a minha mãe fala muito isso, que o terreno aqui era um barranco, um barranco mesmo. Ela teve que cavar, muito mesmo, pra fazer o primeiro cômodo dela. O primeiro cômodo que fez aqui foi ela mesma. Ela foi na Baleia, buscou as lenha lá, os paus lá e fincou aqui e foi o pessoal deu lada, madeira pra ela poder fazer esse cômodo, primeiro cômodo pra ela aqui. E aí quando Pai Benedito vem pra, né? Ver de novo aqui, ele reúne aqui e fala que isso aqui seria a senzala dele e que a partir dali todas as pessoas que passassem por aqui e que não tivesse um lugar pra morar que minha mãe tinha obrigação de acolher e dar não só, como que ele fala muito... não é só dar comida, mas que tinha que dar era respeito, coragem pra essas pessoas. E aí acabava que isso



aconteceu muito aqui. Minha mãe aqui já passou... minha mãe tinha época que tinha 23 pessoas morando dentro da casa. E era um cômodo, era impressionante, um cômodo só dormia igual abrigo mesmo, todo mundo dormia de cabeça pra baixo com o outro. E aí essas pessoas também, às vezes elas tinham uma gratidão com minha mãe e elas ajudavam também quando elas melhoravam, achava caminhos na vida, elas vinham e davam um retorno pra minha mãe... de um material de construção ou da própria mão de obra... e aí foi construindo, por isso que ficou tudo mal construído, porque cada um chegava e construía um pouquinho. E a casa caía muito, porque era fincada de tábuas, então quando... aqui ventava demais, porque era muito alto. Hoje a gente perde muito a noção de como que era isso aqui de tanto que mudou, mas era muito alto, era como se fosse um buraco, né? Era alto, mas tinha montanha, então o vento entrava e fazia um redemoinho. Então a casa sempre caía com a ventania. E aí a gente tinha que correr, nessa época minha vó mudou aqui pra perto, então quando acontecia isso a gente corria e ia pra casa da minha vó ou então minha mãe já tinha um buraco, ela pensava, então no próprio barranco tinha um buraco, ela enfiava a gente ali até ela construir de novo a casa. E aí assim a gente foi até que as próprias pessoas que acolhiam aqui ajudou ela a construir isso aqui de novo. Então tinha época assim aqui que a gente... tinha vez que não tinha ninguém, era impressionante... Mas isso era muito raro e aí de repente quando você assustava tinha 10, até 12 famílias morando aqui. E aí quando teve uma época que minha mãe adoeceu e:: nessa época ela só atendia, ela parou de trabalhar e começou a só atender com Preto velho e a Umbanda ela te dá essa sustentabilidade e aí é::: minha mãe adoeceu. E na minha mãe adoecer, ela... o terreno também foi isso, ela não conseguiu comprar o terreno todo, ela deu uma grande entrada no terreno, então o resto era promissórias, então minha mãe começou a atrasar essas promissórias e aí minha vó pega e a minha vó era aposentava nessa época pelo Fundo Rural.. E aí minha vó pega e consegue junto com a Associação Sociedade São Vicente de Paula, a associação vem e começa a ajudar minha mãe pagando as promissórias atrasadas. Mas aí minha vó veio com a proposta de dividir o terreno, dividir o terreno com ela e passa a morar embaixo e minha vó passa a pagar as promissórias enquanto minha mãe cuidava da gente.

L.M.: E aí sua vó começa a morar nesse terreno

C.S.: Vem morar nesse terreno...

L.M.: [que é dividido nesse momento

C.S.: que é dividido. É... Aí minha vó fica constrói uma casa e fica essa parte de baixo pra minha vó, mas era só mesmo o espaço da casa dela, porque o outro espaço era do Pai Benedito, que era o terreiro, e o outro espaço era cedido pra gente morar. Pai Benedito na verdade ele foi como se fosse um orientador mesmo, era ele que dava as regras, ele que ensinava como que a gente ia conversar lá fora, como que a gente devia fazer pra proteger o lugar... Então assim, ele chamava a gente e falava com a gente que tinha que ter acordo pra morar aqui... que todas as pessoas que morassem aqui - - A é, que aqui ninguém era dono de nada, todos nós aqui morávamos de favor, a gente tinha que pensar dessa forma. Que isso aqui a gente só morava... era um favor que a terra tava dando pra gente, mas ele não dizer que era dele não. Ele falava que era da terra. Que a terra era da terra. Aí ele... e que a gente tinha que entender que tinha que cuidar dessa terra e que a gente nunca podia

brigar dizendo que a gente sempre falar - - a casa é minha, a casa é minha - - que a gente sempre queria colocar essa regra dizendo que a casa não era de ninguém, que a casa era pra morar. E assim, aí minha vó também respeitava demais dessa decisão de Pai Benedito dessa forma, ela permitiu que o próprio Pai Benedito comandasse, coordenasse tudo e ela... minha vó tinha uma dificuldade muito grande, porque ela tinha uma ligação mais com o bairro, né? Com a cidade... A gente era mais reservado, minha mãe deixava a gente muito preso aqui dentro, então a gente só saía daqui pra estudar. E aí, era tão estranho lá fora que a gente nem gostava muito do estudo. A minha vó já não tinha essa relação tanto, ela trabalhava nessas casas, dessas pessoas que... então minha vó ensinava a gente muito a ser... a abaixar a cabeça, mas por outro lado Pai benedito já vinha falando que a gente não podia permitir, que a gente tinha que levantar a cabeça. Então a gente respeitava minha vó, mas a gente sempre seguia o conselho do Preto Velho. E aí minha vó cedia muito, por exemplo, minha vó era muito boa benzedeira, ela sabia benzer tudo, mas as pessoas fazia ela ir nas casas, benzer as pessoas lá dentro e assim... ela tinha que tirar o sapato pra entrar nas casas, ela não podia sentar nos lugar, ela sentava na escada ou no chão, pra benzer os meninos e ela achava que isso era um orgulho, porque ela queria que a gente entendesse assim, por exemplo, que isso era bom. Ela falava assim “tá vendo, eu entro na casa de todo mundo”, mas o próprio Pai Benedito falava pra gente... quando ela entrava lá tinha que tirar o sapato e ela tava entrando pra servir. Então que a gente não podia, porque se fosse pra gente ter que tirar o sapato pra entrar na casa de alguém, esse alguém tinha que ser muito acima da gente, porque dentro do Candomblé a gente precisa tirar o sapato pra entrar. Então assim, esse espaço não é sagrado, por que que eu vou tirar o sapato pra entrar lá dentro. Então a gente aprendeu muito a não permitir e talvez isso dificultou um pouco a nossa formação como cidadão mesmo, porque a gente tem um pouco essa dificuldade de entender que até hoje esse racismo ainda existe, porque a gente não foi formado pra poder aceitar, a gente foi formado pra dizer “olha, se vocês não me reconhecem, não preciso estar lá”. E talvez isso dificultou um pouco mais pra gente ocupar os lugares. A minha vó não, a minha vó tinha uma boa relação com todo mundo, porque ela sempre entrava na casa de alguém pra servir alguém. Ela nunca foi recebida de verdade na casa das pessoas. Então a minha vó trabalhava e ela ia dar faxina na casa de alguém e ganhava esses trabalhos. Ela ia passar roupa pra alguém, igual o dono da padaria dava ela sacos e sacos de pão, mas é porque ela à noite limpava a padaria. Então assim, a gente sempre via que tinha uma troca, uma troca muito pesada, muita injusta e a gente nunca quis sair lá pra fora, porque a gente achava que essas pessoas lá fora queria só nos usar e não ia deixar a gente ser quem a gente queria ser. Então o Pai Benedito foi muito nessa formação social, nessa formação mesmo de identidade, eu acho que o Pai Benedito teve uma importância muito grande pra gente, mas ao mesmo tempo não foi muito o que a socia/cidade esperava da gente, então talvez por isso que a gente foi - - é ainda um grande problema pra cidade.

L.M.: É:: Bom, tem algumas coisas.. Cê quer fazer alguma pergunta?

A.B.: Pode continuar...



L.M.: Posso continuar... Deixa eu só conferir aqui se está certinho. Tô com medo de ficar (apertando). Tem algumas é::: algumas manifestações que a gente chama de referências culturais. A gente identifica algumas até o próprio dossiê coloca, como a festa do Pai Benedito, Exu Paredão...

C.S.: É. A festa do Pai Benedito é a festa mais importante da nossa comunidade. Ela passa do sagrado pra uma questão mesmo de identidade, porque ela começa no processo de mobilizar mesmo, tanto a cidade quanto - - eu falo muito que a festa de Pai Benedito é o momento que a gente mostra pra cidade que a gente resiste ainda. Então assim, ela mobiliza a cidade, ela mobiliza a própria comunidade e ela ainda faz essa ligação com o terreiro. Então ela não é uma festa - - a gente até fala, olha a festa do Pai Benedito a gente sempre falou que a festa do Pai Benedito era uma festa do Preto Velho e realmente não é.. Ela é uma festa do Pai Benedito mesmo, porque ela é uma festa do povo de Manzo, porque ela começa com as apresentação das crianças que nasceram, porque a gente tem esse processo aqui também do pré-natal, a gente faz ainda com esse Preto Velho. Então a gente vai ao posto, por exemplo, porque a gente precisa de garantir o hospital pra poder ganhar o filho, porque também não é permitido a gente ganhar aqui, né? Eles podem entender que por ser um espaço de terreiro, pode achar que é um aborto, provocação de aborto, então minha mãe prefere não arriscar... Eu nasci em casa e eu ainda briguei muito, porque eu queria ter meus filhos em casa, mas médico nenhum me apoiou nesse sentido. Hoje eu falo muito engraçado que os ricos podem ganhar os filhos em casa e tiraram esse direito da gente, né? Então assim, aí a gente não vai muito ao posto de saúde, a gente vai muito no Pai Benedito mesmo. A gente confia nele, tanto é que as vezes o médico fala “olha, se o neném não virar, a gente vai fazer cesárea” e o Pai Benedito vem e vira o menino e manda a gente voltar lá e o médica fala “gente, ele virou”. Mas o médico acha que isso é uma coisa da medicina, não é... É o Preto Velho mesmo que veio, pôs a mão e foi mexendo até o menino virar. Então assim, ele não só fala, como ele também faz pra gente poder perceber, entender que existe esse processo. Então assim, a gente não vai muito ao médico. E aí faz o pré-natal com o Pai Benedito e não é só hoje, não é só Manzo. É muito engraçado isso, porque não é só os que moram aqui na comunidade que fazem esse mesmo procedimento durante a gravidez, as mulheres... Vêm muitas mulheres da cidade, da academia, fazer pré-natal com Pai Benedito. E aí a gente é... quando os meninos nascem a gente quer apresentar pra ele e aí tem esse processo na Festa dele que é o batizado, que ele vem e batiza todas essas crianças. E aí as do Manzo e as do terreiro, todas são batizadas por ele. E aí ele batiza esses meninos e nesse dia da festa dele e também tem o projeto Kizomba que é ele que mandou, foi uma ordem dele quando os meninos - - como a cidade abriu e começou muito essa circulação na porta da comunidade, então nem todo mundo que batia na porta queria só abrigo, e aí ele começou a perceber que tinha muito jovens na porta e aí minha mãe percebeu que eles estavam usando drogas na porta. Então o Pai Benedito vem como uma forma de proteger os meninos daqui também, pede pra gente poder começar a usar o espaço lá dentro pra poder ensinar os meninos o quê que ele ensinou pra gente. E aí quando a gente começa a ensinar e a gente não sabia muito como é que fazia isso... E ele falava “olha, quem é que ensinou pra vocês?”, aí a gente que era ele e ele falava “não, não foi eu, eu só despertei isso dentro de vocês. Eu não peguei sua mão e coloquei no berimbau, eu não peguei sua mão e coloquei. Isso tá dentro de vocês, então vocês vão buscar lá fora e ensinar pra cada um o quê que é que tá dentro dele”. E aí a gente começa a chamar os meninos pra dentro e trazer os daqui também. E aí a gente

começa com capoeira, com percussão, com os atabaques, começa com o que tem mesmo. Brincar também... A gente brincava muito que nós éramos um terreiro e aí a gente começava a brincar que era os orixás... Então a gente começa a acreditar nessa... não era uma fantasia, mas a gente começa a pôr em prática toda nossa história que a gente ouvia do Preto Velho. Então ele falava por exemplo que Ogum era de guerra, então a gente brincava de guerra com Ogum, guerra de lansã, as mulheres já começaram - - aí não tinha muito essa divisão de homem e mulher, a gente brincava com os Orixás mesmo. E aí começamos essas brincadeiras diferentes, começou a atrair muito os meninos da rua, porque a gente tinha uma maneira diferente de brincar. E isso, os pais que quando a gente era pequenos não permitia se juntar a nós, começa os filhos deles a vir pra poder brincar... E aí eles começam a dizer, “olha, lá na Efigênia não é assim igual a senhora falava pra mim que era não”. E aí eles falavam pro filhos deles, “não, mas eu também nunca fui lá, porque papai e mamãe nunca deixavam, pergunta a Dona Efigênia se eu posso ir também” e aí começaram. Aí hoje virou a festa do Pai Benedito, todo mundo quer ajudar, quer participar, quer participar mesmo, então até os vizinhos acabam se envolvendo com essa festa. E aí ela virou a festa principal.

L.M.: Cê sabe mais ou menos desde quando que ela acontece?

C.S.: Sim, ela... a festa? A festa desde quando foi fundado o terreiro... da umbanda.. desde a fundação da umbanda, era uma festa só de Preto Velho, sempre foi uma festa de Pai Benedito, vinha só as pessoas que benziavam com ele, queriam prestigiar, mas aí é::: quando a gente começou a se formar adultos, a gente começou a ver muito junto com essa formação mesmo, da gestação e da liberdade dos meninos, então a gente começa a entender muito sobre o quê que é ser gente e aí o Pai Benedito vem nessa - - e aí a festa muda. A gente começou nessa mudança mesmo.

L.M.: Essa é::: essa mudança eu acho que eu num...

C.S.: Então essa mudança da Festa do Pai Benedito ela vem do Kizomba por exemplo, né? Vamos lá pôr a festa do Kizomba... Porque na verdade sempre teve esse momento do Pai Benedito batizar os meninos, porque primeiro eles batizavam os meninos aqui, porque a igreja não batizava meninos de mãe solteira... Então as mulheres daqui que tinham filhos aqui batizavam aqui. Depois quando a igreja mudou esse contexto, a gente continuou mantendo essa tradição, mas continuava batizando os meninos aqui mesmo, mas aí por ser uma opção nossa, ela vem junto com o Kizomba mesmo, com a fundação do Kizomba. Aí a gente para de batizar na igreja e começa a entender que não era necessário e que a gente podia resgatar essa tradição de batizar só aqui mesmo. E foi mais ou menos - - o Kizomba tá com 18 anos. Eu lembro o ano que foi. E a partir daí a gente assume o batizado como essa opção mesmo de batizar com o Preto Velho.

L.M.: Cê fala da festa de Pai Benedito e do Kizomba ao mesmo tempo...

C.S.: É::: É quase que é junto, porque como o Kizomba foi um pedido dele, então durante a festa dele ele pede que a gente traz os meninos dele. Então ele... antes os meninos ficavam sentados e aí ele perguntava pros meninos o quê que é que a gente tava ensinando pra eles e mandava os meninos



fazer... então começava os meninos ali, ele cantava uma música de capoeira e falava pra gente assim, “ah, mas cadê o berimbau?”, então meu irmão vinha e trazia o berimbau e os meninos jogava capoeira pra ele. Aí a gente falou “gente, eu acho que a gente precisa é:: dividir isso, porque o Preto Velho vêm na festa do Preto Velho, ele pede pra gente mostrar quê que é - - quê que a gente ensinou pra esses meninos”. E isso tava sendo todo anos, então a gente começa então a entender que a gente tinha que ter o Kizomba na festa dele e aí passa a ter e aí começa também a quebrar um pouco o ritual da Umbanda, porque, por exemplo, começa a entrar dentro do contexto da festa, começa a entrar o berimbau, começa a entrar mais um atabaque, então já não é amis aquele formato de um terreiro com três atabaques e um agogô, começa a ter o xique-xique... então começa outros instrumentos a compor aquele cenário pra festa do Pai Benedito e aí até que depois um dia após um outro dia, a gente pergunta pra ele, porque a gente queria dar pra ele, fazer alguma coisa pra agradecer, porque a gente criou nossos filhos todos sem nenhum se envolver com droga e a gente sabe é:: a dificuldade que se é criar crianças e jovens negros, então aí ele pega e fala que ele queria encontrar com o povo dele e aí a gente pergunta quem que era o povo dele. Aí ele vem e fala pra gente que o povo dele era de Moçambique e aí nós vamos um dia numa festa do Pai Ricardo, conversar... na festa do preto Velho do Pai Ricardo, inclusive eu vou pra convidar o terreiro do Pai Ricardo, porque ele era/é da Guarda de São Jorge, então eu vou pedir o Pai Ricardo que traga essa guarda pra cá. Aí eu encontro com um senhor, que é o Gerônimo, que ele nunca faltou uma festa de Pai Benedito, desde quando a gente era pequenininho. E aí o Gerônimo diz pra mim assim - - eu falo pro Gerônimo, “Nó Gerônimo, o Pai Benedito esse ano pediu que eu levasse uma guarda de congada e eu tô precisando conversar com o Pai Ricardo, cê não podia me ajudar não?”, aí o Gerônimo virou e falou assim “Ué, mas eu sou do Congado”, eu falei assim “Como assim cê é do Congado e nunca falou pra gente?”, aí ele falou “sou ué, eu sou do Congado e se ocê quiser eu levo minha guarda lá com maior prazer”, e aí quando eu pergunto pra ele qual que é sua guarda, ele fala pra mim assim “a minha guarda é a guarda de São Benedito”, aí eu falei “não acredito”, aí eu falei “muita coincidência”, aí eu falei assim “mas eles são de Moçambique?”, “são, são de Moçambique de São Benedito”, aí eu falei “então pode ser, não precisa nem de eu procurar, a guarda já apareceu aqui”. E aí a gente começa também ra se organizar pra festa pra que a gente consiga também colocar o Congado dentro da festa. E aí a gente percebe que o Congado era uma coisa que faltou muito durante esses anos, porque quando a guarda chega os Preto velhos se misturam, então você não sabe quem é Preto Velho, quem é Congado, durante aquele momento ali. E aí a capoeira ficou um pouquinho mais de lado. Aí a gente falou “não, não podemos conti - - vamos continuar com o Kizomba, o Kizomba continua, a gente continua apresentando os meninos pro Pai benedito, dando o que eu falo que é uma prestação de contas, que a gente fala “ó toma cuidado, tá?”, deu certo mais um ano a gente conseguiu. E aí a gente tem essa parceria mesmo com o pessoal do Congado de São Benedito que eles não faltam um ano mais, desde a primeira vez que vieram.

L.M.: E já tem muitas festas que eles vêm?

C.S.: Tem - - não, muitas não, foi a terceira festa...

A.B.: Ô Cássia, a festa é um dia, né?

C.S.: É um dia só.

A.B.: E os preparativos, conta um pouco pra gente como que são...

C.S.: Então, os preparativos eles é::: é complicado. A gente tem, por exemplo, o estado nos obriga pra poder ajudar o mínimo que ele pode é o transporte da guarda, né? Equipamentos de som, essas coisas assim que é mais pra parte cultural que é kizomba, a gente tem que começar a organizar com 30 dias de antecedência.

L.M.: É com a prefeitura?

C.S.: Não, depende. As vezes tem coisas que a prefeitura apoia, tem coisas que a câmara apoia, tem coisas que o próprio estado apoia. Essa festa não tem um recurso, um fundo pra fazer não. Ela é feita com apoio da parte estrutural e a outra parte que é a parte de manutenção, de alimento, de sustentação mesmo pra festa, ela é feita com a comunidade mesmo, a própria comunidade cada um dá um tanto e faz essa festa.

L.M.: Mas eu te interrompi, cê tava respondendo sobre a preparação.

C.S.: Isso, a preparação. Ela começa é::: com um - - a gente reúne a família e o terreiro e a gente organiza - - ele fala o quê que é que serve na comida, porque também tem esse cuidado de tentar fazer uma comida que tem a ver com a tradição. Então as vezes - - esse ano ele pediu pra gente fazer uma comida que a gente não sabia fazer e ele ficou muito bravo e aí a gente não teve como - - como eu saí pra trabalhar, então a comunidade ficou um pouco frágil, tem essa pessoa que faz essa articulação. E aí eu tinha pouco tempo pra comunidade, então é... aí a gente pegou e ele falou que queria que a gente fizesse ora-pro-nóbis com - - ele fala com costelinha ou então é com frango, ele sempre fala qual é a carne que a gente vai servir também. O prato é ele que decide, antes era canjiquinha, todo ano era canjiquinha, canjiquinha. E também era canjiquinha e é muito engraçado, porque a gente fala assim nós fomos melhorando, porque da canjiquinha a gente já tá no ora-pro-nóbis, porque antes era canjiquinha, porque a canjiquinha era mais barata, né? E era - - e a festa era feito só por nós mesmo. Hoje tem alguns amigos, por exemplo, acadêmicos que ajuda a gente fazer essa mobilização, esse junta-junta, então hoje já dá pra comprar a carne, dá pra fazer um angu, dá pra comprar um feijão preto. Então assim, a medida que a gente vai agrupando, né, os apoiadores, a gente pode pensar num prato diferente ou diferenciar outras coisas na festa.. Esse ano por exemplo a gente teve apoio do Cê fraga?, uma chamada pública que a Áurea fez pra catalogar festas tradicionais na cidade que a cidade não reconhecia e aí a gente recebeu esse ano 5000, aí nossa... foi o melhor ano, porque a gente não precisou ficar desesperado, brigar, porque a gente briga muito na hora de pensar, porque a gente quer - - a festa precisa acontecer. E aí a gente acaba tendo conflitos um com outros, justamente por causa da questão financeira, então esse ano não teve conflito, foi um ano muito bom e a gente conseguiu fazer a festa super tranquilo, teve mais apoio também, porque além da ajuda, houve uma grande divulgação do evento na cidade. E a divulgação do evento foi justamente dessa forma, mostrando uma festa que a gente faz, mas que a cidade não - - que o



estado não reconhece essa festa. Então muitas pessoas começaram a pensar “nossa que vergonha, eu tive tantos anos na festa e nunca ajudei”, aí começou outras pessoas a querer ajudar, e aí foi muita boa a festa assim. Teve ainda, deu até - - a gente teve apoio até de filmagem, que tinha alguém que trabalhava com filmagem cedeu pra gente essa parte, a parte da mídia. Então assim, foi tranquilinho. Mas a organização da festa começa mesmo, começa muito pacífica, termina com muito conflito, depois - - porque a gente vai na família, a gente obriga mesmo a família assumir, porque é um compromisso com ele, é o mínimo que a gente pode fazer e não tem tanto apoio por ser de religião de matriz africana, uma entidade, ainda a gente tem a questão da intolerância muito forte. Então ninguém acha que não tem que ajudar, não é uma festa assim de Santo Antônio, de São João, é uma festa nem de São Benedito, é de Pai Benedito, então é mais difícil. É mais complicado.

L.M.: Sim, e aí a preparação, cê tava dizendo, é mais a questão de conversar com o Pai Benedito, ver o quê que ele quer...

C.S.: É, aí conversa com Pai Benedito e vê o quê que ele quer. Eu acho super bonito também da festa, porque por exemplo, aqui a gente tem a família da minha vó que não segue a religião, elas são evangélicas, mas na hora da festa do Pai Benedito todo mundo envolve, aí até elas ajuda na organização, ajuda na recepção das visitas, então assim eles preocupam mesmo com o espaço e aí eles acabam se envolvendo não com a parte religiosa, mas com a parte cultural eles dedicam bastante... Se precisar cozinhar na casa de um eles abrem a casa pra cozinhar. Se precisar de uma água - - de uma geladeira, eles abrem a geladeira, eles ajudam a manter...

L.M.: E aí a de Pai Benedito é no último domingo de maio?

C.S.: É sempre no último domingo de maio. E aí tem em outubro, a gente faz a festa do Kizomba, mas a festa do Kizomba é mais uma festa que a gente faz pra mostrar pra família o que é que eles aprendem aqui dentro. Então a gente abre esse espaço, a cidade também vem, mas aí é uma festa que é mais uma festa - - é a festa do Kizomba. E aí por exemplo, se em capoeira tem um batizado de capoeira, aí a gente dá a graduação pra eles da capoeira. O Kizomba também chama vários convidados que - - é uma festa de que - - aqui o Kizomba é assim, nem tudo é a gente que ensina, porque a gente não sabe ensinar, a gente sabe aprender. E aí a gente chama voluntários do movimento e aí eles vêm ensinam, uma dança ou ensinam técnicas de profissionais e aí durante a festa do Kizomba é como se a gente chamasse eles também pra agradecer tudo que os meninos aprenderam com eles e abrir o espaço pra outros chegarem também. Então essa festa é mais uma festa cultural mesmo. É É mais uma festa cultural pra gente mostrar a cultura do Manzo.

L.M.: E aí é mais/são mais os meninos da região aqui mesmo ou vem gente...

C.S.: Hoje a gente tem de várias regiões, antes era só daqui mesmo, né? Porque é::: pela estrutura, né? A gente não tem parceria, não tem apoio de ninguém, nem dos comércios aqui em volta, nem eles nos ajuda. Porque o comércio que circunda Manzo, eles são muito da igreja pentecostal, então o bairro cresceu muito essa... essa religião. E aí a gente não tem apoio então assim, a gente tem apoio mesmo de nós mesmo. A mãe, no começo a mãe que dava o lanche, depois a gente parou com lanche, porque não tinha condições de manter com a ida da minha mãe pra Santa Luzia. E aí com

isso, com isso, com o Kizomba enfraquecer, que ele chegou a enfraquecer uma época que foi a época que minha mãe foi, então a gente veio pessoas de outros grupos pra cá pra ajudar a manter pelo menos as oficinas aqui dentro. E aqui hoje tem jovens de vários lugares.

L.M.: Que vem pra dar os cursos ou pra fazer também?

C.S.: Pra fazer também...

L.M.: Sim... Tem mais alguma festa, alguma manifestação que cê acha importante colocar?

C.S.: Não, do Manzo não. A gente já fez - - a festa do Kizomba também. Não, do Manzo são só duas festas, a do Kizomba e a do Pai Benedito, não tem outra. Tinha a festa do Paredão quando o terreiro ainda estava aqui e aí fazia a festa do Paredão e cada festa tinha um público diferente, um perfil diferente. A do Paredão era um momento muito engraçado porque descia o morro e descia o tráfico, e assim, eles tinham o maior respeito com Paredão, muito muito respeito mesmo. Então assim ficava um patrão aqui dentro conversando com Paredão e outro lá fora com a turma dele esperando aquele ir embora pra poder chegar, poder conversar e eles que mantinham, era eles que mantinham essa festa com bebidas, porque essa festa do Paredão, a comunidade fazia ela de uma forma que era a farofa do Exu e a cachaça, então a gente servia cachaça e servia farofa. E aí, as pessoas que eram, o nome tráfico é muito estranho, sabe? Eu não gosto de falar porque parece uma coisa pesada, as essas pessoas que eles falam que são os traficantes, dentro do morro eles tinham um tratamento, eles tem um tratamento com a comunidade diferente, então assim, eles dão o que o estado nos negam o tempo todo, e aí eles mantinham essa festa pra gente e eles respeitavam muito, né? É, por exemplo, os meninos do terreiro eles não aceitavam o tráfico de jeito nenhum, de jeito nenhum mesmo, hoje não, a gente até percebe isso, depois que a minha mãe foi embora a gente perdeu menino pro tráfico, muito estranho, né? Não sei te explicar o porquê, mas hoje, e hoje o tráfico já não nos aceita, eu não sei se é porque também cresceu o número de igrejas, as festas hoje da igreja eram as nossas festas antes, porque a gente fazia as festas das crianças, a gente fazia, tinha esse apoio, proteção do tráfico, hoje a gente não tem, a gente é incômodo pra eles, eles não aceitam mais a gente subir de branco no morro, então a festa do Paredão ela acabou nesse sentido também, porque a gente já teve alguns, alguns anos atrás a gente teve ameaça de que se a gente fizesse a festa eles iam descer aqui, que eles não queriam festa de Exu aqui, mas aí a minha mãe fez, minha mãe fez a festa e eles não desceram, a gente continuou fazendo, nós falamos, nós não vamos entrar nessa chantagem, já num chega a sociedade nos impor, ainda vem agora tráfico querendo nos impor, nós não vamos permitir, aí minha mãe continuou mantendo. A festa do Paredão só parou de acontecer porque nós tivemos que ir, porque o terreiro teve que ir pra Santa Luzia, aí a gente teve... e também o diálogo já com o morro já não era mais a nosso favor e passou a ser mais ameaçador mesmo. Igual, tem filhos de santo eu moram do outro lado da serra, então eles tinham que atravessar pra chegar aqui, pra não ter que pegar ônibus, eles tinham que atravessar o morro, eles podem até atravessar, mas eles não podem atravessar com a conta no pescoço nem branco, e a gente fazia festa lá em cima na Mata da Baleia, da Baleia não, do Mangabeiras, a gente ia por aqui na



cachoeira do Mangabeiras, fazer, levar comida de santo tranquilo, ia caminhando assim com a roupa, com as comidas na cabeça e agora já não podem mais, não é permitido.

L.M.: E a sua mãe foi pra lá foi naquela época da retirada aqui.

C.S.: É, da intervenção da prefeitura.

L.M.: E aí foi pra lá com ela... Ela foi só?

C.S.: Não, aí ela leva o terreno com ela, porque a prefeitura não quis é:: ela falava que ela tava aqui só pra cuidar das vidas, objetos não. Aí a minha mãe falou “então eu também vou, porque a minha vida é esses objetos aqui”, aí ela pega e vai pra Santa Luzia que a gente já tinha um terreno. Lá em Santa Luzia compramos justamente um terreno lá, porque a gente perdeu o acesso na mata aqui. A baleia não deixava mais a gente entrar lá pra fazer os rituais e aí a gente precisava de um espaço com vegetação pra poder continuar fazer os rituais e aí minha mãe recebe uma proposta de um terreno muito barato lá em Santa Luzia que tem uma mata lá. E aí ela pega e vai pra lá pra poder fazer os rituais, mas o terreiro continua aqui. Só que quando a prefeitura tirou daqui a única opção que ela tinha era de ir pra lá. Ela leva o terreiro pra lá. E junto com o terreiro foi quase que tudo nosso... foi tudo que nós perdemos, jovens, perdemos uns 5 jovens pro tráfico, um morreu assassinado, então assim, os pais começaram a pedir a ajudar a gente na articulação com a prefeitura, porque eles também percebiam quanto que era importante o terreiro aqui, os vizinhos começaram a nos alertar dizendo que o que tava acontecendo aqui não era nada pra gente voltar, que a gente tinha que tomar cuidado. Então assim forma - - com a ida do terreiro pra Santa Luzia a gente perde muito da nossa identidade e da noss - - mas ao mesmo tempo a gente cria um fortalecimento, uma aliança com a própria vizinhança, porque eles começam a ajudar a gente a voltar pra cá. Eu lembro que muitos voltavam, faziam cartas, mandavam cartas pra ajudar a gente pra prefeitura, pro INCRA, pedindo pra eles voltarem a gente pra cá, porque o tráfico tava tomando conta e tava levando os filhos deles. E eu acho que isso sensibilizou muito o estado e o estado fez com que a gente voltasse pra cá de novo.

A.B.: Cássia, na época que vocês foram tirados daqui, só vocês foram tirados daqui? Ninguém do lado não foi tirado?

C.S.: Só, por isso que os vizinhos começaram a perceber que tava tendo algum tipo de perseguição, porque a casa deles é muito grudada e eles falavam “como que só sua casa vai cair - - vai cair em cima da minha”, e aí eles começaram a contratar também, a chamar a defensoria pra casa deles também. E aí a Defesa civil vinha e falava “não, não corre risco nenhum não”, aí eles falavam “mas cês - - ali falaram que ali tá caindo”, “não ali não tá caindo nada não”. E aí os próprios vizinhos que alertam a gente pra isso, de que o que tava acontecendo aqui na verdade era uma descaracterização do espaço enquanto sagrado, porque teve isso também, né? A prefeitura entrou aqui e quebrou só o terreiro. No relato da Defesa Civil, nas notificações, ela alega que essa casa tava caindo, tem fotos, tem relatório tudo, mas eles não mexeram, continua do jeito que tá, eles quebraram o terreiro e falaram - - o terreiro não tem casa em si. Quebraram a cozinha, quebraram... fecharam o acesso que a gente utilizava ao lote de baixo. É tão estranho, porque o lote de baixo por exemplo, ele era todo

vago, a gente utilizava ele, tinha um pé de Jatobá que fazia divisão. Ele era vazio até lá em baixo e ninguém construía lá. Quando a gente saiu, durante os 11 meses que a gente ficou fora foi o tempo que começaram a construir.

L.M.: Dá pra ver daqui?

C.S.: Dá mais ou menos... não não dá, porque ele vai até mais ou menos naquela caixa azul ali no terreno. Era ali que passa a avenida Mem de Sá

L.M.: E aí construíram aqui pra caixa quando vocês tavam fora.

C.S.: Eles construíram aquela caixa d'água já é a construção na beira da Mem de Sá que era o acesso que a gente tinha lá.

L.M.: E o Jatobá já não tem mais?

C.S.: Tiraram, o Jatobá era aqui atrás do pé de abacate. Inclusive esse pé aqui de Ipê, ele que fazia divisão com o lote do lado, que minha mãe sempre me falava "cês só podem brincar até o pé de ipê, não passa pra lá não, porque lá é lote dos outros". E aí aqui em baixo era o lugar que a gente tinha de plantação, tinha bambuzal, tinha tudo aqui, porque era espaço sagrado. A gente não construía nele. Ele tá cercado, nem o vizinho de lá usa, nem nós e nem o de baixo. Então o sagrado foi cercado.

A.B.: ((incompreensível))

C.S.: Não, fecharam, porque a passagem dele era aqui, aí fecharam lá em baixo. E aí fica lá vazio e agente espremido aqui sem ter como acessar lá do outro lado.

L.M.: Aí vai então o terreiro acaba tendo que ir pra lá.

C.S.: lá pra Santa Luzia..

L.M.: E aí pelo que eu tô começando a entender um pouco mais agora, assim mas, o seu cargo no candomblé de macota você teria que estar próxima do terreiro, né?

C.S.: Sim...

L.M.: Pra poder cuidar...

C.S.: Não, não, não necessariamente, porque na verdade o terreiro - - cargo de macota nos coloca nesse lugar de cuidar do terreiro, mas não precisa ser necessariamente todos as macotas, que teje, sempre teja uma acompanhando dentro do terreiro. Aqui a gente não - - o que muda muito no nosso comportamento é esse, porque ele distancia do que a gente achava que era muito natural. E aí a gente começou a entender que a gente precisava preparar outras pessoas também pra tá junto com a agente. Porque por exemplo a minha mãe, na hora de tocar, qualquer hora que ela quisesse tocar ela podia tocar, porque os meninos que tocam tavam aqui e eu como macota tava aqui. Então o



tempo todo ela podia fazer qualquer coisa aqui. Já lá em Santa Luzia não, tem que marcar, tem que ver a disponibilidade de todo mundo, nem sempre está todo mundo. A família mesmo toda reunida a gente não conseguiu nunca mais e era uma coisa muito normal, a gente tomava café aqui todo dia, ninguém aqui saía pra lugar nenhum sem passar aqui na casa da minha mãe e tocar o café com ela de manhã. E a gente não dormia também sem dar boa noite, ela ficava no sofá até o último chegar e mandar ele ir pra cama. Então assim, essas coisas foram a gente teve que se readaptar. Igual o pão, a padaria percebeu que minha mãe comprava 26 pão de manhã e à noite ela comprava 60 pão, por causa do projeto e aí eles falavam “uai, porque vocês não compram pão mais?”, “minha mãe não tá aqui mais”. Então assim, a gente parou de comer pão, a gente não achou graça mais de comer pão. É o café hoje é muito engraçado isso, porque hoje pra gente poder falar com um irmão a gente tem que mandar uma mensagem e era coisa que a gente tinha um momento, um lugar. Domingo a gente fazia comida na nossa casa, mas deixava lá e descia e comia aqui. Era.. Isso era normal, hoje tem que falar “mãe, a senhora vai estar em casa, eu queria comer aí”, “mãe, posso ir almoçar com a senhora?”, é muito estranho isso. A gente tá tendo que se readaptar nu - - e os filhos da gente também, a gente tá tendo - - nossa eu tenho que falar pro meu filho assim “ó não tem pão”, “ah então você vai ter que ir lá buscar, porque não tem pão, eu não vou comprar pão”, uma coisa que a gente já acordava e tava aqui, como se o padeiro fizesse e deixasse na mesa. É muito estranho a gente não saber coisas simples da vida, a gente não saber lidar com elas e ter que aprender depois de velho. Igual assim, médico, meu deus... a gente ainda não sabe ir num médico, não sabe mesmo. É uma dificuldade, a gente não tem paciência. O médico fala com a gente e às vezes a gente não concorda com o que ele tá falando, a gente sabe que tem que ficar ali por uma questão de respeito, mas dá vontade de levantar e ir embora. E o pior a gente não conhece folhas, é minha mãe que conhecia. E aí é::: eu tenho um irmão que conhece também as folhas, a gente nunca preocupou de aprender sobre folhas, porque a gente sempre achava o chá pronto. E aí agora quando ela fala assim “ah vai lá no mato” a gente fala assim “mãe, onde tem mata aqui, pelo amor de deus não inventa não?”, aí ela fala “vou levar no médico”, aí eu falo “não leva no médico não, dá o chá antes de ocê ir pro médico” e aí a gente não acha folhas simples e comuns igual - - agora eu sei o que que é alfavaca e o - - eu fazia muita infusão da alfavaca com a erva cidreira, hoje eu sei qual que é alfavaca e qual que é erva-cidreira. Hoje eu sei por exemplo, a banha de galinha amarela, da galinha caipira, ela tem uma função, a da galinha branca é doente, não pode. E a gente - - mas é coisas que pra gente já tava pronto. Inclusive assim, igual o chá, eu tenho uma sobr- - uma prima minha, ela é evangélica, mas os meninos nascem aqui, ela é a primeira a trazer o chá pra dar pros meninos pra não dar icterícia e ela faz o chá. Aí a gente perdeu essa tradição, por quê? Porque a gente já achava pronto. Minha mãe fazia e deixava pronto pra gente e aí a gente tá tendo que reaprender com isso tudo. E o pior aprender e ensinar e ainda lidar com os que tão na universidade que também não querem aprender essa tradição, porque acha que a universidade vem com uma outra formação.

L.M.: Essa ida do terreiro, porque pelo que eu andei lendo o intoto e a camarinha - - eles comuni - - comunheira... eles tão aqui ainda?

C.S.: Tão.

L.M.: mas as giras acontecem lá e aqui de vez em quando?

C.S.: Não, aqui tá parado até a reforma. Desde que conseguiu essa reforma e aí tá reformando pra poder a gente continuar com a Umbanda aqui. E é isso, a gente vai ter que pensar. O Manzo vai ter que começar a reescrever uma histórica, sem perder o vínculo com o que era, porque uma vez um terreiro lá a gente já tem quatro famílias morando lá, que foram pra poder ajudar minha mãe a se manter o terreiro lá, por causa do terreiro. E aí a gente tem nossa aqui que não perdeu esse vínculo aqui e aí a minha mãe vai ter que ficar divida. Coitada, ela vai se desgastar, mas ela não quer perder aquilo, deixar aquilo de ser de continuar aquilo que era, a Senzala do Pai Benedito, e não quer perder lá, porque foi um espaço que acolheu o Candomblé.

L.M.: Ô Cássia, tem mais duas perguntas pra te fazer, uma que eu queria que você falasse um pouquinho o quê que é o quilombo pra você e se você quiser falar como que foi o processo também...

C.S.: É, então. Pra mim, eu acho muito estranho, porque quando fala assim “o quê que é o quilombo pra você?”, eu acho que o quilombo ele não é a questão do território, ele não é nada assim... visível, palpável. Eu acho que ele vem pra mim como pro exemplo, não o tamanho do espaço, mas o que tem nesse espaço, porque eu não vejo em outro lugar por exemplo, eu não vejo pessoas de pé no chão, eu não vejo crianças livres, sabe? Eu não vejo, por exemplo, um lugar onde um acolhe o outro, nós somos muito isso a gente ter qualquer tipo de conflito, mas a gente não se separa de forma alguma. Igual quando foi pra abrigo, na hora de ir pro abrigo, eu mesmo era uma família que podia alugar um barracão e ficar, mas a gente preferiu todos nós ir com as 11 famílias ir pro abrigo e quando voltou a gente tem esse contato que, por exemplo, não tem nada que nos distancia, porque a gente se reconhece um no outro. Então minha irmã morou lá no Céu Azul, o quilombo ainda é o lugar de encontro pra gente. É o único lugar que a gente consegue reunir a família toda é ainda aqui. Então o quilombo pra mim vem muito nisso, no fortalecimento, na cultura, aqui eu posso ensinar o que eu aprendi pros meus filhos, pros meus netos. Aqui eles podem por exemplo, acordar e acreditar em Deus que é o que a gente acredita, que deus não é um só, ele tem várias formas de acreditar. Então assim, é a gente poder acender um fogão de lenha e fazer uma comida e a gente achar assim que a família senta em volta, sabe? E a fumaça não incomoda, a gente gosta de respirar aquela fumaça, defumar uma casa é o qui- - e é isso, é esse espaço, mesmo ainda faltando uma grande parte dele que foi tirada, que é a parte da natureza, a gente ainda consegue se reconhecer dentro desse espaço quem nós somos de verdade. Que lá fora a gente precisa mentir. A gente às vezes tem que abrir mão do que a gente é, do que a gente acredita pra gente poder circular lá fora. E aqui dentro a gente é livro, pode ser quem a gente é mesmo. E é isso, então se acabar esse lugar, acaba essa liberdade que a gente tem. Eu falo muito isso, que por exemplo, igual cê vai num museu, cê não encontra um quilombo no museu. O quilombo faz parte da nossa história de resistência, de cultura, de tradição. E aí é eu falo que é como se fosse um museu vivo dos nossos antepassados, que se um dia acabar, a gente perde a nossa identidade. Não é por causa do lugar, mas é o que esse lugar propõe pra gente.



A.B.: Eu queria saber como que foi esse processo de vocês se reconhecerem como quilombolas e da Fundação Palmares também, desse título...

C.S.: Então na verdade a gente nem sabia que era quilombo. A gente não sabia, porque a gente pensava que quilombola era lá em Palmares, tava muito longe daqui. A gente não sabia nem onde que era Palmares, parece que tinha uma sensação que tinha pra nós, é que tinha um mar muito grande dividindo Palmares de nós. Então que era impossível a gente chegar em Palmares. E aí a gente tinha que permanecer, tentar sobreviver aqui mesmo, com a ilusão de que Palmares - - até em respeito a Palmares, porque a gente sabia que Palmares era um lugar que o negro chegou pra se libertar. E aí... quando falaram pra gente assim, nós não sabia, nós passamos a entender que nós éramos quilombolas, após a Fundação Palmares dizer que éramos, porque no processo que a gente escreveu pra Fundação Palmares, na verdade agente teve a ajuda do Cenarab, e o Cenarab falou pra mim assim, “olha, a prefeitura não quer dar o alvará e existe um política pública específica pra quilombola, então eu vou inscrever vocês no programa quilombola”, mas pra mim o programa, alguma coisa quilombola, eu não tava nem conseguindo absorver o que ela tava dizendo, porque quando ela falava quilombola eu fala “ah então ela vai pedir ajuda lá pro pessoal de Palmares, deve ser isso”. E eu acompanhava muito, porque a gente já tinha acesso a internet, na época Palmares tava vindo mesmo como destaque que foi por causa da criação da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial que tem muito a ver com isso. Então virou momentos que num flash ou no outro você ouvia falar e foi um momento de muita fala, né? Dos movimentos sociais, então falava-se muito em Palmares e aí começou a ter outros quilombolas que também falava de Palmares, “mas como que ele é quilombola e ele não é de Palmares, como assim?”. E aí um dia eu lembro que a nossa emenda tava perto de vencer o prazo e a gente não conseguia o alvará, aí eu entrei na internet pra mim poder saber sobre o que que Palmares tinha, se Palmares sabia da gente. E eu queria entrar pra pegar o telefone da Fundação Palmares, porque a gente tinha telefone aqui e a gente podia fazer interurbano, aí eu falei “vou ligar lá pra fundação palmares pra mim poder saber se eles vão - - se eles tão com o nosso dinheiro lá ainda”. Aí eu ligo o computador pra pegar o telefone, aí tava lá, eu lembro assim, o governo do Brasil... eu não lembro qual que era a frase, mas eu lembro assim, o presidente Lula reconhece, acho que era 200 e poucas comunidades quilombolas e só em Minas foram catalogadas, forma reconhecidas tantas. Aí eu falei assim “uai, será que Palmares então reconheceu a gente?”. Aí eu vou - - não, mintos. Eu vou pra olhar nesses lá se tinha alguma secretaria da Fundação Palmares aqui, aí eu vejo o nome do Manzo na tela do computador, aí eu falei “pera aí”, eu lembro que eu gritei e falei assim “mãe, nós somos quilombo”, como se fosse uma coisa importante, grande. Aí a minha mãe fez uma festa tadinha, nossa minha mãe: “ah eu não acredito, meu Deus do céu, que nós chegamos, que Palmares conheceu a gente”, que ela achava que o reconhecimento era da própria fundação, do próprio quilombo Palmares, que tinha reconhecido nela como quilombola. E aí ela pegou e falava pra todo mundo que Palmares tinha reconhecido ela como uma negra quilombola, essa era, eu lembro muito que durante uma semana ela ficou falando muito isso. E aí que a gente foi entender o que é que era ser quilombola, porque até então a gente não sabia não, não fazia ideia assim de que era quilombola. Aí na verdade a gente começou a assumir a identi... mesmo que a gente já tinha uma forma de viver, de resistir, de se organizar igual os quilombos faziam ,a gente pensava assim que a gente era um grupo, uma família que a sociedade

não queria nos aceitar pelo fato da gente não querer perder quem a gente era, porque a gente não abria mão do que a gente aprende, a gente não abria mão do pai Benedito por exemplo, então é eu acho que na verdade, aí a gente foi entender que quem vivia igual agente vivia eram, os grupos organizados dessa forma, eles chamavam também de quilombos. Mesmo estando dentro da cidade, a gente achava que quilombo era uma coisa muito distante, muito. Eu acho que muita gente ainda pensa isso né, ninguém sabe que isso aqui é um quilombo.

A.B.: Tem essa dificuldade né...

C.S.: É muita, muita.

A.B.: E é isso que a senhora falou né, muito em relação ao território só, não ao modo de vida que pode ser dentro da cidade.

C.S.: É, isso, é...

[interrupção]

L.M.: Macota, e assim, é... Você acha que a questão do território ela fica muito colocada como uma necessidade extremamente urgente né, pra que a comunidade possa continuar existindo e tudo, mas tem alguma, assim, essa conversa não vai se encerrar aqui com certeza, mas tem algumas outras ações que você vê como é, essenciais, é assim, que sejam importantes à comunidade, ou alguma festa, projeto...

C.S.: Então eu acho que, por exemplo, eu acho que tem varias ações né, quanto o processo do território, porque eu sempre falo que eu não vou ficar muito nessa luta do território porque eu preciso lutar pra união do grupo, pra existência do grupo. E aí, eu sei que a luta pelo território é uma coisa [interrupção] que a luta pelo território ela tá muito distante ainda da gente alcançar. Até porque ela se tornou uma, ela já não é mais uma briga, uma luta, uma organização só do movimento quilombola, ela passa a ser uma organização também do próprio governo e eu acho que é... Isso tem atrasado um pouco o processo, porque quando era, de um lado o quilombola e outro lado o governo e essa articulação ela tinha que transversalizar, não o governo passou pro lado de cá e a gente hoje não sabe com quem que a gente tem que articular, dialogar sobre a questão do território. Então assim, o governo quer a regularização da terra? Ok, então por quê que ele não dá? E aí ele fica ali tentando dialogar com a gente o tempo todo daquilo que é ele que tem que tá do lado de cá pra resolver. Então nós estamos falando pros ventos. Eu, esse é o meu modo de pensar, então eu falei assim "olhas se eu ficar aqui o tempo...", e outra coisa, enquanto a gente tá ali no conflito sobre a questão do território a gente tá perdendo mais no essencial, que é o grupo e a identidade do grupo, e é isso que a gente não abre mão aqui dentro do Manzo. Que seja 360 metros, mas 360 metros que a gente vai fazer acontecer e a gente vai estar aqui existindo como a gente sempre existiu. E eu acho que uma coisa que para além do território que o governo deveria preocupar, é realmente da manutenção identitária desses grupos, sabe, é do fortalecimento... E se ele quer realmente tá do lado da gente, como eles vêm se colocando, pra regularização de território, que eles estejam do



nosso lado também fortalecendo as nossas práticas, eu acho que isso é muito importante. Igual, por exemplo aqui dentro do Manzo, hoje a gente ainda não tem o bambuzal, a gente não tem córrego, mas a gente também não pode acessar a mata da baleia. O governo podia fazer uma política específica que dava esse direito a gente de utilizar a mata da baleia, porque nós não queremos, quem entra pra destruir é ele, não é nós, né? A gente mantém, tenta manter. Então assim, tanto é que quando a gente entrou na mata da baleia outro dia, a gente já não achou mais a mina, parece que ela tá seca. Então assim, um lugar que a gente buscava água pro sagrado, porque a gente não pegava água daqui, pelo fato da água daqui ter muita moradia envolta e pra cuidar, pra limpar o sagrado, a água tem que ser pura, tem que ser limpa. Então a gente buscava lá na mata da baleia. A gente não dividia isso com ninguém. A gente fazia isso lá quietinho, caladinho e quando as pessoas perguntavam “onde cês tão indo?”, a gente falava “a gente tá indo buscar banho, folha” e a gente vinha com porrão de água lá, que era a quantidade que a gente ia usar aqui, nada pra além daquilo. E isso a gente não teve mais direito, então assim, para além do território, o modo de vida, de saber, de fazer desses povos, eu acho que isso deveria ser garantido, garantido não só no papel, sabe? Mas garantido na liberdade de poder fazer, não ter que pedir, de ter que dar jeitinho, de ter que conhecer alguém ou de ter um governo acessível, sensível, que entende. Porque também tem isso, quando você passa por um processo de um governo que é totalmente ignorante, ele não quer nem sentar pra discutir, então você fica 4 anos parado, 4 ou 8 parados sem conseguir seu direito de tocar o seu tambor e aí quando vem um outro governo que compreende da necessidade desse grupo de se manter, aí você pode tocar tambor, mas isso não é apoio nem direito, né? Isso é favor e eu acho que essas questões assim a gente não pode e eu acho que o governo independente de quem tá do nosso lado, que ele nos dê força pra caminhar... Então é isso...

((Fim da transcrição))

FICHA TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS	
Entrevista:	Projeto Povos e Comunidades Tradicionais
Entrevistado(s):	Efigênia Maria da Conceição
Apelido(s):	Muiande, Mãe Efigênia
Cargo(s)/Função(s)	Mametu
Local da entrevista:	Santa Luzia
Data da entrevista:	10/09/2018
Duração:	1°46'46"
Entrevistador(es):	Laura Moura Martins, Débora Raiza e Mariana Rabelo
Mídia:	DVD/Áudio, Video.
Arquivo:	Trans(1)_PComunidadesT_Efigenia_SantaLuzia_LMoura11set2018
Transcrição:	Laura Moura e Erika Damasceno
Arquivamento:	Entre_Manzo_Efigenia_11set18
Citação:	Conceição, Efigênia Maria. Povos e Comunidades tradicionais: Manzo Ngunzo kaiango. [05 de julho de 2018]. Belo Horizonte . Entrevista concedida a Laura Moura Martins, Débora Raíza e Ana Belone. Disponível no Acervo documental IEPHA-MG

E.M.: Meu nome é Efigênia Maria da Conceição. Eu sou nascida em Ouro Preto, no dia 02/01/1946. Ao entrar para a religião de matriz africana, eu recebi o nome de Mametu Muiande **Kewamasi**. Então eu sou uma... a matriarca do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.

D.S.: Esse... nome, ele representa o quê, Mametu?

C.S.: Manzo é casa... Ngunzo é axé, a força da natureza...

Renato: E Mametu?

E.M.: Ma.. Mametu? Deixa eu terminar...

D.S.: Pode explicar os dois...

E.M.: Kaiango é a qualidade da minha mãe, da minha... do meu inquisse, do meu orixá que predomina na minha cabeça... iansã. É a qualidade dela. Agora Mametu, é... quando você entra pro... você inicia numa casa, no terreiro... na religião de matriz africana, na sua iniciação, você recebe um nome... um nome em africano, um nome em dialeto africano. Então, Mametu é mãe e Muiande é a djina, é um... o meu orixá. O qual, como que você estivesse nascendo ali pra... como não, que você está nascendo pra religião de matriz africana! Então você é chamado daquele nome, como fosse um apelido. Mas é um nome registrado pelo... a religião. Então, na... em quase todo o território religioso... quase ninguém sabe meu nome, sabe o nome de Mametu Muiande. É o nome. É pra identificar a pessoa...



L.M.: E a senhora estava contando que veio de Ouro Preto...

E.M.: Ouro Preto.

L.M.: Isso foi quando, mais ou menos?

E.M.: Eu vim de Ouro Preto com 9 anos de... 8 anos de idade.

L.M.: Com a sua família?

E.M.: Com a minha família. Vim com a minha mãe, meu padrasto, minha avó, meus irmãos... E... cresci... morava na... viemos pra morar na Avenida Contorno com Bernardo Guimarães. Em frente à Bernardo Guimarães. Era um barracão de fundos. A gente morava, na... atrás de... Os donos do barracão era o Seu Ari. Tinha uma farmácia na Rua do Ouro e a gente morava nos fundos. Então dava frente pra Contorno, e os fundos pra Rua do Ouro, na Serra. Aí de lá a gente foi descendo. Ficou muito caro, dificuldade... Logo em seguida meu padrasto morreu, minha avó morreu... a gente viemos descendo. Moramos no Santa Efigênia, na rua... não, antes foi na rua Camões, no São Lucas. Depois descemos, fomos morar na Rua Euclásio. A qual moramos muitos anos, onde foi minha adolescência, na Rua Euclásio. E daí, como eu só morei naquela região, do Santa Efigênia. Até então, quando... eu cresci, minha adolescência, e tal. Aí fomos morar no Santa Efigênia naquele terreninho ali era... onde é o Manzo, era... ainda não tinha... não morava ali nessa época não. Aí, eu cresci e tal.

Com nove anos de idade, eu saí com minha mãe, que naquela época a gente podia trabalhar, menor podia trabalhar. Aí caí na rua passando mal. A gente passava muita dificuldade e tudo. Aí minha mãe correu comigo pro hospital, mas não era médico. Meu caso era espiritual. Aonde a gente não entendia, não conhecia, que na minha cidade a gente só rezava. Fui criada em colégio de freira... então não conhecia, não sabia explicar o que... ninguém sabia explicar o que... ninguém sabia explicar o que eu tinha! Então eu voltei quatro... Foram quatro vezes no pronto socorro. Não era o João XXIII. Era pronto socorro mesmo, que era atrás do Hospital São Lucas, onde é a Maria Amélia Lins agora. Aí o médico falou assim: “ó o caso dessa menina [inaudível] não é aqui. A senhora vai procurar um outro lugar pra ela”. Aí, na hora que eles foram me aplicar uma injeção, o meu escora, meu exú, falou “não, eu tô aqui e eu preciso de outro...” falou lá com a minha mãe, a língua dele. Aí a minha mãe me levou pra um terreiro. Chorando muito, desesperada, me levou pra um terreiro, no qual eu incorporei a primeira entidade que foi o Pai Benedito. Meu Preto Velho que é o dono da Senzala... ali onde é o Manzo, o nome lá é Senzala de Pai Benedito. Ao decorrer do tempo... ao decorrer do tempo, eu tinha um problema sério de saúde... aí eu caí na rua dos Caetés, mas eu caí não foi de saúde, foi de problema espiritual porque eu não dei muita importância pra aquilo. Era nova, adolescente na época... Mas aí, quando eu caí na rua, eu tava grávida. Aí, me levaram pro hospital, pra Santa Casa. Quando eu cheguei na Santa Casa, que eu vi que eu ia, que eu tava morrendo mesmo, aí eu pedi minha mãe: “minha mãe, não me deixa morrer. Eu tenho 7 vidas que depende da minha” – eu já tinha meus filhos – “Se eu não morrer eu vou fazer meu santo”. Aí, foi aonde que eu... Isso foi dia 22 de março, 25 de agosto do mesmo ano, eu entrei pra fazer meu santo. Que eu tinha...

D.S.: Que ano que foi?

E.M.: Oi?

D.S.: Que ano?

E.M.: Eu não lembro o ano... eu sei que... Tenho quantos anos, que eu fiz o santo? Que nos fizemos a conta outro dia?

Renato: 37.

E.M.: 37 anos. Eu não lembro o ano. Aí eu fiz o santo...

L.M.: Isso alguém já tinha falado com a senhora? Que era pra fazer... isso que a senhora falou que não deu ouvidos...

E.M.: Não. Não. Não ouvi nada. Eu era umbandista. Eu tocava só umbanda pra Pai Benedito, ali naquele local ali, eu, eu incorporava meu Preto Velho. Eu falo que ele é o médico da comunidade ali. Ele fazia cura, chegava gente queimada, chegava gente com problema sério de saúde... menino engolia alfinete aberto, punha pra fora fechado... Eu falo que as... nós, espíritas, deveríamos ter oportunidade de também dar o testemunho. Porque, tanta coisa, que eu já vi nessa minha vida, que já foi realizada dentro daquele terreninho de Manzo ali... que eu vou te falar... é coisas muito séria, é coisa muita sagrada, dentro do sagrado...

E eu, eu tive uma passada também... nessa fase de adolescência, minha mãe me pôs pra fora.. eles não aceitavam muito a religião. E a gente tinha, assim.. ela tinha, assim, uma diferença comigo entre os irmãos... minha mãe era negra, mas não gostava de negro. A minha mãe gostava de branco. Que ela foi criada... a gente foi criado em casa de patrão italiano, português... minha mãe não gostava... igual: a minha irmã mais velha era da cor dessa moça, a mais nova, a caçula era da sua cor... eu era a única negra das filhas delas... e era filha mesmo. Tenho certeza que eu era filha mesmo. Ela não aceitava muito. Então ela tinha uma rivalidade muito grande comigo. E com os meus filhos. Com esse aqui então, nem se fala! Com a Cassia, Cássia... Ela não suportava Cássia. Aí então, eu morei na rua com os meus filhos... eles me puseram pra fora. Eu fui pra rua com... esse ainda não tinha nascido não. Nem a Cássia. Era os dois mais velhos. Aí consegui.. a época que eu consegui... eu morava num barraquinho na favela. Lá no Paraíso. Aí consegui... os vizinhos da favela agruparam, todos me ajudaram! O lugar melhor que eu já passei pra viver foi ali, na favela. Ali é uma escola... a favela é uma escola. Então, ali você aprende a ter amigo, aprende a ser amiga, a ser mãe, a ser companheira... a ser humilde e lutar e vencer suas lutas de cabeça erguida, sem atingir ninguém. Porque ali você aprende a dar a mão um ao outro. A favela é uma escola. Aprende a dar a mão um ao outro. E... aí eu consegui um barracão. Eles abriram pra mim, uma porta, eu entrei, pra esse barracão abandonado. Ali eu acabei de criar meus filhos, até certa idade. Aonde dali mesmo, eu consegui vender o barraco, e comprar... não. vendi não, abandonei um barraco. Quando eu... já mais velha, arrumei um emprego, um serviço. Lavava, passava, que eu era diarista. E o meu patrão, meu



Preto Velho fez uma... um trabalho pra ele. Quando ele quis pagar, meu Preto Velho não aceitou. Eu conto isso, as pessoas até riem um pouquinho, porque eu falo assim: “ele chegou com o dinheiro pra me pagar, meu Preto Velho disse assim: ‘Nego não conhece isso. Nego num conhece isso. Nego conhece amor, humildade e... união. Nego não conhece isso que [inaudível]. Eu não quero’”. E eu falei ‘Nossa’! essa Preto Velho, eu fiquei aborrecida com ele. Fiquei aborrecida com ele porque eu precisava tanto do dinheiro naquela época... Mas aí eu ganhei muito mais. Aí ele perguntou pro meu Preto Velho: “O que que o senhor quer então, meu pai?”. Ele falou assim: “Eu quero um pedacinho só de terra, pra mim ter um cantinho pra eu fazer minhas curas, fazer minhas bênçãos”. Aonde que ele deu entrada num terreno na Vila Paraíso, mas ele não passou pro meu nome. Aí o dono do terreno me chamou e falou comigo assim, ó: “Efigênia, esse moço comprou esse terreno pr’ocê, a família dele, ele e a esposa, mas você não tem direito a isso. Se ele fechar o olho, os filho dele vem cá e põe você na rua. Eu vou conversar com ele, porque ele atrasou as prestação. Eu vou pedir o terreno, te devolvo o dinheiro que eles já me deram, e você compra noutro lugar”. Aí eu rodei, rodei, rodei, encontrei o Manzo. Aí eu dei entrada lá, no Manzo e... deu muito problema, porque eu paguei o terreno, eles falaram que o terreno não era da pessoa que me vendeu, que ali era uma fazenda... Ali era fazenda dos? Guimarães?

Renato: É.

E.M.: Dos Guimarães. Que eu comprei, mas... aí construí. Eu fui uma das primeiras moradoras daquela, daquele quarteirão, daquela região ali. Aonde que tinha... Não tinha Mem de Sá, a rua não tinha rua aberta, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada! Era pior do que aqui, que aqui tem ao menos curso de água. Lá eu não tinha. Eu panhava água na bica lá embaixo na avenida, que não tinha avenida. Lavava roupa, onde é o canal, era um córrego. Tinha uns poços. Ia de manhã, com os meninos, pra lavar roupa dos outros, no domingo cedo, porque durante a semana trabalhava nas casas dos outros. Ai domingo tinha que lavar roupa dos outros pra inteirar o dinheiro das despesa, porque eles eram muitos. E eu tinha muito medo, de ter que ir pra rua, pedir esmola com meus filhos. Deixar eles irem pra rua, pedir as coisas... então nós passamos muita, muita dificuldade. Meus filhos não passaram fome, mas eu passei pra deixar comida pra eles comerem. E era muito engraçado que... roubaram a Cássia de mim. O pai dela mandou roubar ela... eu fiquei... roubou Cássia com 2 pra 3 anos, eu fui ver Cássia com 9 anos de idade. E eu tive... foi... umas experiências. Não foi sofrimento. Foi uma experiência que eu tive. E aí, ele era pequenininho na época.

Então, eu... quando eu fui... quando eu tava do hospital... na hora que eu vi que eu não ia voltar mesmo.. eu tive deslocamento de placenta, hemorragia interna, é... anemia profunda, e a pressão foi doi... do... como é que era? 4,0. Então, porque... naquela época, mulher grávida não preocupava, se ficava... é... as quilombolas mesmo. Não ia ao médico, tinha os filhos em casa. Tive os filhos tudo em casa. E não tinha experiência, não tinha orientação nenhuma, né? Hoje a vida tá muito boa. Tanto que quando eles falam.... eu falo hoje, quando roubaram a minha menina, a minha filha, eu falo “Vocês tinham que fazer isso hoje comigo”. Hoje ninguém vai fazer isso, que sabe as consequências que tem, né?

Aí, na hora que eu tô lá na mesa, a enfermeira falou com o médico... a moça perguntou: “Doutor, como é que ela tá?”. “Nós vamos até reservar um leito no CTI. O bebê já perdeu. Vamos tentar salvar a vida dela... vamos tentar. Não tô garantindo muito não”. E a medicina naquela época não era tão apurada como é agora. Mas eu passei por isso pra mim... ir pro candomblé! Ah, eu tinha pavor de candomblé! Aí eu olhei pra cima e disse: “Minha mãe, não me deixa morrer não, minha mãe. São sete vidas que dependem da minha. Se eu não morrer, eu vou... fazer meu santo. Eu vou raspar minha cabeça!” E aquela bobagem, não queria raspar a cabeça... cabelo duro. Cabelo cresce, né? Eu com medo de raspar a cabeça... aí, quando foi... isso foi 22 de março. Quando foi 25 de agosto, eu já tava dentro da camarinha, fazendo meu santo.

L.M.: E em qual terreiro que era, Mãe Efigênia?

E.M.: Eu fiz na casa... no terreiro, é... Bakise Bantu Kasanje.

L.M.: Em Belo Horizonte mesmo?

E.M.: Agora.. Era em Belo Horizonte. Era... no bairro Santa Cruz, São João Batista. Aí, depois meu pai mudou pra Nova Cintra, e hoje, o terreiro é em Mateus Leme. Bakise Bantu Kasanje. Mas eu não fui feita pelas mãos desse senhor, desse dono dessa casa. Eu fui feita com, é... como é que é? Mametu Talanderê de Oxossi, no bairro Nacional. Mas na casa do meu pai, porque ela não tinha casa. E o meu pai era pai de santo do meu... marido, que era marido na época, não podia fazer o meu santo. Aí ele pegou e fez, aí ele tinha um senhor que ia fazer meu santo, que era de Jejê, mas ele não podia fazer, porque ele era ogã, cambono. Ele não podia... aí eles pegaram, buscaram essa moça... eu sou a primeira filha da casa dela. Mas não fiquei na casa dela, porque eu não sabia de nada. Fui saber 5 anos depois que eu era filha de santo dela. E eu já tava, já tinha ido pra casa do [inaudível], que era lá no Nova Vista, mas que era pai do Arabomy [inaudível] esse que eu tô na casa dele até hoje. Então lá, meu pai Arabomy, ele é meu pai, que hoje eu já separei do meu marido, que hoje não tem mais nada a ver. Aí ele já pode [inaudível]. E os meus filhos são filhos dele também. E... que eu não posso fazer o santo dos filhos. Não, não posso. Quem dera que eu pudesse... não posso.

D.S.: A senhora tava falando... a linha era jejê, da que não podia fazer da senhora?

E.M.: Não. o Jejê ele não pode fazer porque ele não era rodante. E eu era... eu sou rodante. Então, ele poderia fazer ogã, cambonos, ekedes, makota...

D.S.: Entendi...

E.M.: mas eu, que já era uma futura... porque quem incorpora, já é um futuro zelador, um futuro pai de santo. Entendeu?

D.S.: Entendi.

E.M.: Aí eu não podia... ele não podia mexer comigo. Aí essa mãe de santo mexeu comigo, que eu nem, conhecia na época... eles ficaram com medo, arrumaram ela correndo [inaudível]. Aí, quando



eu tomei idade, que eu comecei a entender, eu falai “não, eu tenho que procurar minha família de santo”. Porque amanhã eu quero saber quem que é meu pai, quem que é minha mãe, eu vou procurar quem? Aí eu procurei Arabomy, que Arabomy me falou que era ela que era minha mãe de santo. Mas eu... já tinha mais afinidade com Arabomy, que ele que me criou, foi onde eu nasci pra receber esse nome, de Muiande... então eu já tinha mais afinidade, aí eu procurei ele pra mim dar minha obrigações.

D.S. A senhora lembra em que ano que foi que a senhora entrou pro candomblé?

E.M.: É isso que eu quero saber...

L.M.: Há 37...

E.M.: Quanto?

L.M.: Há 37 anos?

D.S.: Não. Que a senhora é... fez o santo foi em 1981? É isso né? É, se foi há 37 anos...

Renato: Acho que foi...

D.S.: É isso, né?

E.M.: Não sei.. [Inaudível] Meu caçula tava com 1 ano... ele tá com trinta e quanto agora?

Renato: Maurinho?

E.M.: É.

Renato: 39...

E.M.: 39. Então tem mais...

L.M.: Tem mais?

E.M.: É. que ele fazer um ano em janeiro, e eu fiz santo em setembro... Eu fiz santo no ano que ele nasceu.

L.M.: Então, há 39 anos.

D.S.: É. foi na década de 80, né? Por aí, né?

E.M.: Que eu fiz o santo. Mas eu já... com 9 anos, com 11 anos de santo eu comecei.. eu comecei na religião de umbanda.

Renato: Foi 82, eu tinha 11 anos.

E.M.: Então, 82.

L.M.: 82?

Renato: Eu tinha 11 anos.

D.S.: Você tinha 11?

E.M.: 11 anos. Já é até avô agora [risos].então já tem muitos anos... dá quantos anos, mais ou menos?

D.S.: é 36 anos, né?

L.M.: Dá. uns 37, mais ou menos, porque é setembro, né?

E.M.: Mas eu comecei dentro da religião, tinha 11 anos de idade. Eu tô com 73...

L.M.: Dentro da umbanda, né? Aí...

E.M.: Entre a umbanda e o candomblé... eu não tive adolescência. Minha adolescência foi... infância e adolescência foi dentro do terreiro. E eu amo minha religião. Amo minha religião.. não levei meus filhos, eles que me acompanharam. Porque, pra mim foi mais fácil eles terem me acompanhado desde pequenininho porque, eu não tive problema com filho correndo pra... pra morro, mexendo com coisa errada... os adolescentes todos ali, comigo, crescendo comigo... tinha, único problema que eu tinha com meus filhos é que a escola e a sociedade não aceitava muito... eu negra, mãe solteira, empregada doméstica e... macumbeira, não aceitava! [inaudível] não gostava que meus meninos brincassem com os filhos deles.. hoje já mistura tudo, embola tudo, ele dá graças a Deus! Procura meus meninos pra aconselhar os filhos dele, dos brancos, dos vizinhos. E, coincidentemente, eu era a única mãe negra do quarteirão. Agora que eu tô lembrando isso. Eu era a única mãe negra do quarteirão. Porque todos eram brancos, de famílias de condições financeiras média. E eu era a única pobre e... negra. E criei todo mundo. Enfrentei o racismo, enfrentei esse preconceito, enfrentei as dificuldades todas, e falava com eles: "Bom, as suas cor não pode mudar, a minha religião eu não vou mudar pra agradar ninguém, nem a minha própria mãe. Então, vamos ver daqui pra frente o que que Deus vai fazer por nós"... e eu me sinto muito bem e grata pela compreensão. Eu sempre pedi muita sabedoria e compreensão, pra mim poder saber como que eu ia manejar a família e a situação toda. E, eu acho... me parece que eu... não vou te falar que eu dei conta porque ainda tem muita água pela frente, né? mas até então, até aqui eu consegui relevar bem a situação. Que eu tenho neto, bisneto e genro, nora... aí todo mundo... engraçado! A gente conversando isso é que eu tô prestando atenção. Todo mundo se agrupou na religião. As esposas, a esposa, as ex-esposas, os maridos... os maridos, as esposas dos netos, as namoradas, os namorados, todo mundo se agrupou dentro da religião. No entanto que a gente faz uma reunião, igual vai ter semana que vem, a reunião da família. Porque, é a coisa mais importante que tem, que a gente tem que preservar, é a união da família. Porque dinheiro não é o problema, porque se tiver unido, um angu, um fubá suado, uma farofa... todo mundo come, bebe água e deita na cama e dorme. Agora, se não tiver união a gente não dá conta. Não dá conta. O diálogo a união, uns bota pra fora o que sente, o que não sente, aí daí a pouco tá todo mundo já de mão dada. E isso é muito importante, ná?



L.M.: E esses encontros costumam acontecer lá ou aqui?

E.M.: A reunião?

L.M.: É.

E.M.: A primeira é na minha casa. Aqui.

L.M.: Aqui.

E.M.: Eu... eu tenho duas casas, né? Tenho lá e tenho aqui. Lá a prefeitura me tomou tudo, quebrou tudo, mas tão me devolvendo... eles não tão me devolvendo a minha casa, mas o quartinho que eles tão devolvendo já basta, já dá pra entrar. Eles quebraram tudo: quebraram o sagrado, quebraram a casa, quebraram cozinha, quebraram camarinha, acabaram com tudo! Aí agora, por esse motivo, que eu vim pra cá, pra Santa Luzia.

L.M.: Isso foi quando? Que a senhora mudou pra cá?

E.M.: Não. Que me jogaram pra cá [risos].

L.M.: É. Mas a senhora não chegou a ir para o abrigo...

E.M.: Porque, eu não foi pro abrigo pela seguinte forma: eles entraram lá e tiram meus quartos de santo, minha camarinha... os santos, os filhos de santo, é uma responsabilidade minha! É como fosse um bebê que eu peguei e adotei! Eu não podia deixar na rua!

Então, aí eles chegaram, foi... e ele tava comigo aqui, almoçando aqui. Ele chegou eu falei: “para aí que eu vou ajeitar almoço pra vocês”. Aí eu fui na cozinha, que eu já tinha feito almoço, eu fui fritar um ovo pra ele. Piquei, eu tô lá picando um tomate. Picando o tomate... Aí ele vira pra mim e fala assim: “Ô mãe, quando é que a senhora vai vir embora pra cá?” E eu falei: “Nunca!” e eu vinha pra cá mas não trazia o santo. Eu vinha, ficava lá e aqui. Eu: “Nunca! Morar aqui jamais, nunca! Não aguento isso aqui não, muito parado.” Aí ele pegou e falou comigo: “Mas Matamba quer vir”, eu falei “O problema é que ela não falou ainda comigo” eu debochando dele... Matamba é lansã. “Ela não falou comigo que ela quer vir”. Que eu faço o que meu santo manda! Se meu santo falar “levanta daí agora e não fala nada”, eu levanto e saio e não tô nem aí pro que der. A dona do meu destino, da minha vida, chama-se Kaiango. Se ela falar não, acabou. Então ele falou comigo assim: “Ah, mãe, mas aqui é mais tranquilo, a senhora vai ficar [inaudível]”... Aquelas conversas de filho com mãe, né? E eu falei: “Mas eu não quero. Eu não quero vir pra cá! Eu não gosto daqui pra morar não. Eu gosto daqui pra mim descansar, pra morar não”. Falou “Mas lansã quer”. Eu falei: “Se ela vir falar comigo eu venho”. E eu picando... Foi a conta de eu colocar a faca na... em cima da pia, e virar as costas pra pegar o tomate pra temperar, que já tava com a gordura pra fritar o ovo. Minha filha, mas deu um relâmpago... o dia tava claro assim... deu um relâmpago dentro da minha casa, da cozinha. Aquele fogo azul saiu rodando pra casa fora... e eu gritando, gritando, que eu tenho pavor de relâmpago! Eu gritava tanto, sem saber o que que eu ia fazer com esses [imita o barulho]... saiu.

Acho que foi ele que picou o coqueiro, né?

Levar o santo é levar a vida

Renato: Foi.

E.M.: Aí, tinha um coqueiro... três coqueiro ali, ele picou o topo do coqueiros. Queimou celular, queimou rádio... Aí ele falou assim: “E aí, mãe? Iansã veio falar com a senhora. Que que a senhora vai falar com ela?” Falei “Nada. Eu vou trazer meu santo”, “Ah, um dia eu trago”. Isso era umas duas horas da tarde... Mas não senti aquilo como que fosse um recado que ela tava trazendo pra mim trazer ela pra cá não. Aí eu cheguei... Aí tô lá, conversando e tal... ele foi embora. Aí deu uma garozinha de tarde. Aí depois... a ex-esposa dele me liga [passa a contar o diálogo com a nora]:

- Mãe?
- Oi.
- Bença?
- Minha mãe te abençoa

Isso a minha nora... Eles todos me chamam de mãe: nora, genro...

- Nega, a senhora tá bem?

Falei:

- Tô.
- A senhora já tomou o remédio hoje?

Falei:

- Já. Todo dia eu tomo de manhã. Por quê?
- Não, é porque eu quero falar com a senhora um negócio...
- Quem que é que morreu? Que que aconteceu?
- Não, ninguém morreu não. Chegou um carro da defesa civil aqui, mais quatro, é... vans da defesa civil. E o pessoal da prefeitura tirando nós daqui.

Falei:

- O quê?!
- Tirando a gente daqui..
- Não, pera aí, me explica esse caso direito que eu não estou entendendo.
- Não... tô esperando a senhora aqui.

Eu falei:

- Mas como é que é? Pera aí. Não me explica não.

Do jeito que eu tava... eu saí tão desesperada daqui, que eu fui dar fé, eu tava quase chegando no Mega Space à pé. Aí meu filho me liga:

- Mãe?
- Oi.
- Onde a senhora tá, mãe? Ninguém tá sabendo da senhora...

Falei:

- Para aí, meu filho, eu tô desorientada. Deixa eu ver onde que eu tô.

Aí ele falou comigo:

- Fica quieta aí.

Eu falei com ele:

- Eu tô no Minas... Ouro Minas.

Mas era Mega Space. Eu falei assim... deu aquele trem na minha cabeça! Aí ele falou:



- Fica aí quietinha.

Aí ele foi, foi no Ouro Minas, falou:

- Ô, mãe, eu tô aqui, não tô achando a senhora.

Aí um me procura de taxi, outro procura de carro... eu falei:

- Não!

Aí eu falei:

- Não, eu tô em Santa Luzia ainda. Tô no Mega Space.

Aí ele chegou lá, me encontrou lá. Um chinelo, um pano na cabeça, sem sombrinha, sem nada. E falou comigo “entra aqui”... Quando eu cheguei lá no Manzo, tava aquela mesa redonda. E a Cássia chorando, todo mundo chorando... aí eu fui: “que que tá acontecendo?”. Aí eles... sem um pingão assim de... compaixão! Estranho! Povo seco... [passa a relatar o diálogo com o representante da Defesa Civil]

- Tá acontecendo que vocês tem que desocupar isso aqui agora! Que eu vou lacrar isso aqui e não vai ter jeito de entrar mais.

Eu falei:

- Uai, mas por quê?

- Ah, porque isso tá caindo e não pode ficar ninguém aqui dentro não!

Eu falei:

- Uai, mas só a minha casa? Com tanta casa aqui, só a minha?

- Não, vocês tem que sair agora. Eu não sei não, tô obedecendo ordem!

Eu bati, abri a porta do quarto do meu santo e falei: “Minha mãe lansa, a senhora não tinha o direito de ter feito.. deixado isso acontecer comigo! A senhora não deveria ter deixado isso acontecer comigo. É com meus filhos, com a minha família... eu trabalhei tanto pros meus filhos não ficar na rua! E hoje eu vou ter que deixar meus filhos...”. Eu nem conhecia abrigo, minha filha! Aí, botando todo mundo na beira da van... menino pequeno, mulher grávida, menino no colo... bebê! Não deixaram nem meus filhos jantar. Nem comer! E aí, os vizinhos chegando: “Que que é isso? Que que tá acontecendo?”. Ninguém sabia explicar nada. Nem eles mesmo explicaram nada... como até hoje, eu quero saber o por quê. Eu pergunto e eu quero uma explicação. Por que que a prefeitura fez isso com nós? Até hoje eu preciso de saber. Todo lugar. Vou na Câmara, na Assembleia, todo órgão público que eu chego eu pergunto o por quê?! Eu não sei até hoje. Porque depois que nós recebemos a titulação de quilombo urbano, de quilombola, foi que ele... até então eles não enxergavam a gente. [inaudível] recebeu essa titulação foi que eles enxergaram, falando que a casa tava caindo. Por quê? Que que aconteceu? Não passa de uma... um preconceito, de uma discriminação racial! Não tinha ninguém. Ninguém me explica!

Aí, eu... é, eu com um projeto... O que mais me doeu, é um projeto com 72 crianças e adolescentes... Sem fins nenhum lucrativo. Sem ajuda de ninguém! Eu trabalhava, punha, pagava padaria por mês. Ainda ganhava doação lá da padaria, do pão, pra dar os meninos pra comer! Criança chegava lá enfiando pão dentro da... mais eles iam pra comer! Que não tinha como comer, não tinha alimento! Não tinha... aí eu fazia, pegava do meu dinheiro pra dar o comprar o pão. Meus filhos, nós juntava e comprava pão, comprava retalho de macarrão pra fazer sopa pra aquelas crianças. Que um dia eu perguntei meu menino, eu saia pra trabalhar, chegava do serviço, tava os meninos na porta de um barzinho lá fechado: “Ô, Maurinho, todo dia eu chego aqui, tá esses meninos com esses saquinhos aqui. Traz eles pra comer alguma coisa”. Eu, mãe solteira, não tinha também pra dar não. Mas dividia o meu, dos meus filhos com eles. Tanto que esse daqui brigava, que eu achava menino na rua e levava pra casa: “A mãe é engraçada. A gente não tem roupa. A única roupa que eu tenho, mãe...

deu pro menino vestir...”. Porque nós tava em casa, quebra um ovo na farinha e come. E lá... quem não tem? Eu pensei muito isso porque eu passei muita dificuldade. Aí eu pergunto o porquê. Hoje, a agonia maior minha, é ver, espalhou os meninos. Meu filho falou “Mãe, eu só sei jogar capoeira”. Então vamos jogar capoeira, que atrai o povo. Aí eu consegui ajuda [inaudível] pra dar aula de dança afro, consegui o Rafa Leite pra poder ajudar a dar percussão, consegui... até o mestre João me ofereceu... Que a gente conhece muita gente. Tudo voluntários pra ajudar. Aí os meninos se empolgaram. Quando eu vi que eles não tava só gostando da dança, e de aprender a fazer fuxico, fazer as coisas de cozinha, que é o que a gente sabe um pouquinho... aí, eu peguei... da capoeira que eles não tavam gostando, eu consegui um menino que dava aula de axé, o outro dava aula de dança de salão. Porque mocinha, adolescente, elas querem, né, mostrar... e agrupando todo mundo.

Sabe onde tá a maioria dos meus meninos? Lá em cima, na favela, no crime. Tira foto com... mostrando arma, mostrando cigarro de maconha. Foi isso que o... que a prefeitura quis.. queria que acontecesse? Cadê meus meninos? As meninas, a maioria de barriga, com menino no braço. Porque, no ir pro abrigo não tinha condição de... tocar o projeto Kizomba pra frente. E, começou meu menino a dar aula de capoeira, eles não deixaram, proibiram os meninos de aula lá no projeto. E hoje tá...

Aí, nós entramos no peito e na raça pra dentro daquilo ali. Eu vim pra cá, porque eu não tinha como... aonde que eu ia colocar meu santo? Aonde que eu ia colocar os santos dos meus filhos? Aonde que eu ia colocar o meu sagrado? Eles quebraram meu sagrado todo. Destruíram tudo da minha casa. Destruíram tudo! E eu, fiquei ali com braços abertos a ver navio...

[Pede para Renato comprar lanche para os pesquisadores]

E meu menino desesperado, também nervoso demais. O caçula, que ensinava capoeira, ensinava as coisas. E a gente ficou sem recurso nenhum, sem ação nenhuma! Vamos agir como? Como? Mas eu falei, aí um dia eu sentei, falei: “Não, Deus tem misericórdia de mim. Iansã, minha mãe, vai me dar caminho. Ogum vai me dar caminho. [Leva a mão ao chão e em seguida, toca a testa em dois pontos com o indicador]. Meu pai [inaudível] vai me dar caminho. Ele vai me ajudar, meus inkisses vão me dar uma luz, pra onde é que eu vou. Aí, comecei... a andar, por ai, pra um canto, pro outro. La pra Prefeitu... como é que chama? Assembleia, Câmara Municipal, Cenarab... então aí eu encontrei. não tô fazendo propaganda política. Eu encontrei um político, Paulo Lamac, que carregou a gente nas costas. Nos ajudou muito a orientar. Não deu dinheiro, não deu nada. Mas nos ajudou, me ajudou muito aqui na nossa casa. Pra não perder Manzo! Ah, o Cenarab, foi uma porta enorme aberta, com a Makota Celinha. Foi um caminho e meio andado pra gente. Ali nós achamos caminhos. E teve mais pessoas, muitos órgãos que ajudaram. Que a maioria, a Cássia tem o nome de todo mundo, de todo mundo do Ministério Público, é... todo mundo... o governo federal. Todo mundo nos abraçou. Alguns que eu esqueci aqui, que eu não lembro, gente. É porque eu não, não lembro mesmo, que eu fiquei tão desesperada na época. E a gente ajuntou todo mundo. A.. teve uma moça que... também que morreu, a Graça Sabóia. Ela também ajudou a gente muito... Junia ajudou. Enfim! Eu devo a... população quase toda de Belo Horizonte. E aí, eles falavam assim: “ah, não adianta mais. Não adianta a senhora correr atrás, não vai resolver nada”. Aí eu voltava meio desanimada, mas com aquele espírito de guerra! “Eu vou lutar e vou vencer”. Hoje, graças a Deus! Aí nós entramos pra lá sem água, sem luz, sem nada. Voltamos. E eu não tenho... e eles tão reconstruindo, mas lá vai ficar uma... um... como é que fala? Um espaço cultural. E eu vou... que aí pode fazer as coisas... que muita



coisa não pode fazer aqui, porque não pode pisar no sagrado, que é o intoto. Lá, eles só não rancaram o... não desplantaram o que eu plantei no chão, que é o orixá Obaluaiê, Kavungo, que é assentado, dono da terra, que é assentado no chão, como aqui também tem. E a minha comunheira de... a comunheira eles tiraram também. A bandeira de tempo, a comunheira, os exu do portão... tiraram tudo de lá! Tiraram tudo! Aí eu peguei e falei, “Vou levar o assentamento de Nkossi”, que é aquele que fica na porta. Você conhece lá, a casa? Aquele que fica na porta, que ali tem mais de 50 anos aquela, aquele santo ali assentado. Aí eu trouxe pra cá. Que minhas coisas de santo eu não deixei ninguém tocar. Foram 4 caminhões baú. Eu pedi as pessoas ajuda... pessoal, os meninos me ajudaram muito. Eu tinha uma turma aqui, inclusive a Fernandinha. Não se se é essa que você conhece, aquela miudinha, parece uma indiazinha.

L.M.: Cabelo pretinho, né?

E.M.: A Fernanda acompanhou minha história. Muita gente acompanhou a minha história. A Amanda, muita gente da faculdade. Que eu ainda não tinha dado curso na faculdade, não conhecia quase ninguém! Eles ajuntaram todo mundo, e pagaram os caminhões baú, pra trazer meus... meus assentamentos pra cá.

L.M.: Isso logo depois da Defesa Civil?

E.M.: Na mesma semana que eles tiraram a gente de lá.

L.M.: E aí, o terreiro veio nessa época? Veio junto?

E.M.: Veio junto, minha filha.

L.M.: Ao mesmo tempo?

E.M.: Eu não podia deixar não. Eles trancaram, lacraram lá. Nós não podia entrar lá não. o que tava lá, ficou. E o que tava... o que nós demos conta de tirar, tiramos. Precisa de ver, que tristeza. Meus netos pequeninhos carregando as mochilinhas nas costas. A... os colchões, as trouxas que não dava pra... as trouxas. Os vizinhos, buscando televisão, buscando armário, buscando as coisas, pondo nas garagens, porque eu falei “eles vão tirar e quebrar minhas coisas”, sabe? E foi muito... A gente tinha que filmar aquilo! Foi muito triste. A minha... a minha nora, com meu filho. Esse meu filho que é o dava que aula de... que dá, que é o professor lá, da capoeira. A minha nora, muito bonita. Uma mulher clara, bonita, ela virou pra ele e falou assim: “Eu não vou te acompanhar, que eu não sou mulher de abrigo”. E largou ele com os três filhos. Um com três anos, uma com 5 anos e a outra com 8. E ele saía pra trabalhar, com as meninas sozinhas. Deixava as meninas trancadas lá. É perigoso o lugar. Porque é gente de todo tipo que abriga... abrigo é abrigo! Ele trancava as meninas... chegava lá, os ratos subindo, entrando dentro das panelas, os meninos com medo, chorando... e, ele criou os filhos, perdeu a esposa, mas hoje já tem até neto! As meninas dele já tão com dois ou três netos. Foram também traumatizada com aquilo tudo que aconteceu... uma tem até um distúrbiozinho.

E isso, como a gente é pobre, eles não preocupam com isso. A gente é tratado igual bicho, igual um animal! Eles falam: “Ah, o negro tem regalia, acabou o preconceito”... Mentira! Não acabou. Eles tão fazendo de uma outra forma, que a gente não percebe. Mas que acabou, não acabou não. Que nós

não percebemos. Eles tão ali... é como que você fala com o menino assim, ó: “se você ficar bonzinho eu vou te dar uma bola; se você ficar boazinha eu te dou uma boneca”, e aí vai te enganando. E vai fazendo... não acabou! Não acabou! “Ah, porque, se chamou de negro, dá problema”. Eu, se me chamar de negro, não vai dar problema. Eu não vou brigar com quem me chamar de negro. Porque eu sou! Eu não vou, e... eu não tenho esse problema! “Ah, falou que eu sou negra, macumbeira”, macumbeira eu não sou, que macumba é um instrumento, que quem sabe tocar é o macumbeiro. Eu sou de religião de matriz africana, eu não sou...

Então, filha, eu tenho tido muito problema com discriminação, com preconceito. Meu vizinho aqui, chegou aqui na minha porta. E de lá, parece que o [inaudível] acompanha. Que saiu de lá, eu vim pra cá. Meu vizinho é evangélico, policial, branco e racista. Ele vem na minha porta, quando eu começava a tocar, ele dava tiro, lá da casa dele. Ele... quantas vezes eu tava aqui, chegava cliente meu, filho de santo correndo, que ele correia atrás dos filhos de santo meus. Ele, ele cercava os meninos na rua. Até um dia que ele pegou, não sei se você conhece um filho meu que chama Rafael, que todo mundo conhece. Você conhece o Necup?

L.M.: Sim...

E.M.: Ele é o meu filho, o Rafa é meu filho. Rafa veio aqui. Aí eu, uma hora dessas assim. Ai o Rafa chegou e: “Ué Mãe”. E eu: “O que é que foi meu menino?” Suado até [inaudível]... “O que é que aconteceu? O que é que está acontecendo com você?”. Ele parou o carro: “to indo embora, to indo embora...”. “O que aconteceu?”. “Ah, o vizinho ali veio atrás de mim, com, discutindo comigo porque eu fiz poeira na porta da casa dele.”. Uai, mas espera aí, nós moramos numa área rural, não tem calçamento, a poeira tem que dar mesmo uai. Mas não era poeira [inaudível], que vocês passaram ali. Numa época dessas assim ó. Aí ele veio na minha porta, esse homem acabou comigo. Mas não era a primeira vez, a gente sempre estava achando que era briga de vizinho, ficava deixando passar batido e tal. Esse homem acabou comigo, não me chamou de santa porque eu não merecia. Velha, fedorenta, macumbeira, “tenho nojo de vocês, vou botar fogo aí, vou quebrar tudo e botar fogo”. Aí ele me assustou, quando ele falou “eu vou botar fogo, eu vou quebrar tudo e pôr fogo, aí ele me assustou”. Falei: “opa peraí, agora o caso tá ficando diferente.”. Aí eu falei com ele assim ó: “o senhor está falando isso comigo, mas o senhor não sabe quem é que eu sou, o senhor não sabe quem que eu sou. Eu nasci [inaudível], e pari vários homens machos que não discutem com mulher, meus filhos é macho e não discutem com mulher. Agora o senhor tá entrando no meu território, quase dentro do meu terreno, pro senhor gritar comigo, porque o senhor acha que eu sou velha, sou feia, sou banguela, sou [inaudível], o senhor não me conhece, pra saber quem eu sou”. “Ah, mas velha, macumbeira, fedorenta”. Eu falei: “eu não vou discutir com você, eu não discuto, você pra mim não é nem uma piaba, pra mim você é um lambari. Eu não discuto com pessoa menor do que eu”. E minhas meninas gravando a conversa. Aí eu: “o que é que eu vou fazer com esse homem?”. E eu ficava com medo dele fazer alguma coisa aqui, mas eu não mostrava isso pra ele. Aí eu falei: “vou ter que correr atrás de uma situação que eu não quero”. Aí quando eu fui saindo na corregedoria, aí veio quatro viaturas, eles queriam que eu entrasse na viatura pra poder acompanhar



eles. Eu falei assim: “Vocês tá doido, você é policial, ele é policial, vou entrar na viatura com vocês? Você é louco? Eu sou feia, mas não sou burra não, não vou não.”. Aí eu... Quando eu to saindo aqui no outro dia, pra mim poder tomar providência, vou no batalhão conversar a respeito desse senhor. Aí meu filho que mora no Nova Suíça, chegou aqui [inaudível]: “Oh mãe, onde a senhora tá indo?”. Eu falei: “Eu vou lá na corregedoria”. “Fazer o que?”. Aí eu contei o caso, ele falou: “não a senhora não vai sozinha não, eu vou levar a senhora”. Aí eu fui com ele, chegou lá na corregedoria, a diretora do [inaudível] já estava lá me esperando. A doutora, a doutora que eu não sei se eu posso pronunciar o nome dela, também estava lá me esperando. Eu não sabia. Aí quando eu fui entrando eu falei: “Nossa senhora, só falta eu topar aqui dentro com [inaudível] pra acabar de acabar comigo”. Mas cheguei lá tinha gente muito boa, muito humana, muito compreensível e... Pessoas que eu já conhecia. Dele não, mas da família. Aí eles perguntaram: “Efigênia, o que foi que aconteceu.” Quando eu contei o caso, eles falou: “A senhora é a decima sexta pessoa que chega aqui pra reclamar desse cidadão”. Falei: “Então vocês tomem providência antes que ele mata um, ele mata cachorro, ele dá tiro nos outros ele corre atrás das pessoas, ele tá se sentindo o dono da [inaudível] do quarteirão. Então vocês toma providência antes que aconteça coisa pior”. Eles disseram: “Então nós vamos tomar a arma dele, ele não tem capacidade pra usar”. “To avisando, eu to vindo aqui como testemunha, se acontecer qualquer coisa [inaudível]”. Aí ele e falou: “Se até uma sombra que passar na dona Efigênia, e ela cair, nós vamos ter que ir atrás de você, você fez três coisas erradas, desacatou uma senhora idosa, além de ser uma mulher idosa, discriminação e preconceito A senhora quer que ele [inaudível] a senhora alguma coisa?”. “Não eu não quero, eu não quero nada, dinheiro, eu não vim aqui pra pegar dinheiro, eu não vim aqui pra pegar nada, só quero que ele me dá sossego, paz na minha vida. Por que ele tem filhos, inclusive filhos que tem problema de saúde, eu não quero que o [inaudível] porque eu não tenho remorso eu só quero que o senhor me da sossego”. Pronto, aí ele me deu paz. Mas lá em Santa Efigênia eu tive problema sério, lá em Santa Efigênia, depois, no início, no iniciozinho, eles jogavam pedra no meu telhado, quebravam meu telhado, eu passava, eles não mexiam comigo na rua, mas com meus meninos eles mexiam. Aí depois que eu comecei a enfrentar mesmo, [inaudível] aí, hoje eu não tenho mais nenhum pingo de problema. E nem aqui, graças a Deus. Eu só quero, eu só quero que eles me deixem eu viver em paz com minha família...

D.R.: Deixa eu perguntar a senhora uma coisa, só pra eu entender. Então, quando aconteceu da defesa civil ir lá e fazer todo esse escarcéu, a senhora já tinha alguma ligação com esse espaço aqui então? O seu filho já morava aqui?

E.M.: Não, ninguém morava aqui não...

D.R.: E como é que foi essa transição pra esse local?

E.M.: Isso aqui foi um filho de santo meu, um filho de santo meu [inaudível]. Meu caboclo queria um lugar pra tocar, meu caboclo, porque lá no Santa Efigênia... ele queria um lugar de mato e de terra, porque ele precisava fazer o batuque dele. Aí eu falei: “Há... não tem, aqui não tem não”, ali não em lugar pra você plantar um pé de cebolinha. Aí quando eu fiz a promessa que eu entrei, que eu fui pra Santa Efigênia, eu falei que todas as pessoas que precisassem de ajuda que eu ia abri a porta pra eles

[inaudível], porque eu morei na rua com meus filhos. Aí, a maior experiência da minha vida, foi essa, esse pedacinho que te contei, eu fui posta para fora de casa com os filhos pequenos, aí quando eu estava na rua, eu pedi pra Nossa Senhora Aparecida e pedi pai Benedito e ao pai Ogum, que me desse um canto pra mim voltar pra casa. A maior experiência é você levantar de manhã, você acordar de manhã: “pra onde eu vou?” Com dois filhos nos braços dormindo. “Pra onde eu vou?”. Aí acontece a tarde: “Pra onde eu vou, eu vou voltar pra onde?”. Você sai andando... “Eu vou voltar pra onde”. E eu nunca tive o dom de ser maloqueira, eu nunca tive, eu sempre tive o extinto de cuidar da minha família. Eu sou igual aquelas cadelas paridas, abrigar todo mundo de baixo do meu braço, abrigar todos os coitadinhos, todos os filhotinhos debaixo do meu braço. Eu nunca tive esse extinto de [inaudível], nunca fui atrás de um pai pra pedir um litro de leite pro meus filhos, nunca. Eu dava conta de trabalhar e não tinha vergonha porque eu era nova, que eu precisava de trabalhar. Porque a minha mãe me criou assim, a vida inteira trabalhando. Então eu fiz uma promessa, pra Nossa Senhora [inaudível], que se ela arrumasse um canto pra mim morar com os meus filhos que quem precisassem eu ia dividir o espaço com ele. É o que aconteceu lá no Manzo e tá começando aqui. Aqui eu já tenho duas pessoas morando aqui comigo. E pretendo fazer aqui, encher aqui, precisou vem, vem morar . Aí esse filho meu virou pra mim [inaudível], falou comigo assim: “Oh mãe, acha um lugar que eu vou ajudar a senhora a comprar pro caboclo, mas que não seja caro”. Eita, que eu rodei esse Belo Horizonte a fora esses pedaços: “aqui não, lá não...”, eu já tinha assim : “o caboclo vai mostrar onde ele quer”. “Porque a senhora não olha no São Benedito”, “Ah, lá eu não gosto não”. Porque eu achava que Santa Luzia era só São Benedito, Palmital, Morro Alto, eu não achava que Santa Luzia ela tinha isso aqui, essa benção. Não to falando mal de lá não. É porque, pra mim chegar num lugar desse, começando a minha vida, dentro do [inaudível], é muito difícil, que os evangélicos estão engolindo a gente, tomando nossos espaços. Não é em qualquer lugar que eles vão me aceitar. Aí eu falei: “[inaudível] vai me mostrar o que é que o senhor quer me mostrar [inaudível] pro seu batuque.”. Aí ele: “Mãe, vai pra Santa Luzia”, eu disse: “ah, eu não gosto de lá não”. Aí um dia de manhã eu cismeí de vir pra cá. Aí eu vim andando, andando, andando[inaudível]. Aí eu vi uma placa ali na frente ali na rua, é... Corretor de imóveis. Aí eu bati na porta, domingo de manhã, bati na porta. Ele falou: “ah, eu tenho vários espaços, tenho um terreno, tenho vários espaços, vários lotes eu tenho. Mas aqui é chácara, aqui não é lote”. Eu falei: “ah não, então não vou querer não”, porque eu sabia que eu não ia dar conta, eu tinha 1300 reais só, que tinha guardado que era pra comprar telefone, porque antigamente a linha telefônica era muito cara. E eu juntava cascalho, juntava cascalho, falei agora [inaudível] conseguir comprar. E aí quando eu vi, ele falou assim: “Eu vou mostrar a senhora um”. Aí a esposa dele disse: “Você vai mostrar a dona terreno esse terreno? Terreno todo acidentado tão ruim pra ela coitada.” Eu disse assim: “mas deixa eu ver”. Ele falou quando ele chegou aqui: “Olha tô querendo vender esse terreno por 12 mil reais”. Eu falei: “oh moço, eu não tenho nem 2 se precisar quando mais 12”. Aí ele falou comigo assim: “E se eu for, se a senhora... 6 mil”. Eu falei: “Não, não tenho, eu não tenho condição de dar 6 mil reais”. De 12 pra 6 eu assustei, se eu tivesse eu fazia negócio na hora. Aí ele falou comigo assim: “Não, a senhora dá uma entrada... Quanto a senhora tem?”. Eu falei: “eu tenho 1000 reais”, não falei mil e duzentos não. Aí ele pegou e falou comigo assim “a senhora dá os 1000 reais e [inaudível]”, ele tava



doido pra vender: “a senhora d’s os mil reais”, eu fico sem ganhar a comissão e a senhora da 250 reais por mês”. Aí eu falei: “ah, então aí eu vou conversar com os meus filhos e vou falar com ele”. Aí eu dei a entrada, aí ,meu filho foi pagando as prestações. Aí eu comecei, aí eu comprei...

M.R.: Isso aí foi quando? A senhora consegue lembrar?

E.M.: Tem, deixa eu ver... Tem 12 anos. 12 anos. Eu to lembrando porque esse meu neto que vai fazer, fez 11 anos agora, naquela época não tinha nem nascido, então tem 12 anos, eu só lembro por isso. Aí levou, eu fiz. Ele pegou e fez um quarto pra mim e uma cozinha. E falou: “oh, quando a senhora quiser vir dormir aqui [inaudível]”. Aqui era uma varanda, essas pilastras aqui óh, era uma varandinha. Era bonitinha e pequenininha, bonitinha. Aí quando eu, deu o problema lá. Eu tenho tudo documentado, registrado, foto dos meninos cortando barranco, eu tenho tudo aqui. Aqui era totalmente acidentado, era um, um [inaudível] cortamos tudo na mão. Era barranco, era acidentado. Eu, eu, engraçado, eu tiro foto, os menino aqui tiram e eu guardo, e hoje eu vejo, tudo o que faz hoje, você tem que ter uma prova, e a prova e minha foto. E então o menino, aí nós cortamos, vinha pra cá, trazia o fogão de lenha de chão, e ficava mais, porque aqui era tudo plantado que o vizinho plantava pra aproveitar a terra, o vizinho aqui em cima. Mas eu arrancava a mandioca cozinhava, fazia café, fazia... Aí os meninos começaram a juntar e trazer costela de boi, trazer carne e aí a gente fazia vaca atolada, e aí já virou assim uma diversão, aí a gente vinha todo o fim de semana pra mexer. Mas, não tinha intenção nenhuma de [candomblé]. Quando, mas Deus e os Orixás, eles enxergam mil metros na nossa frente, eles já tinham enxergado isso, porque aonde que eu ia pôr meu santo? Aonde? Se eu não tivesse isso aqui. Aí eu peguei e vim pra cá, cheguei aqui era um barraquinho que tinha nos fundos, era assim barracãozinho. Aí eu peguei e pus os santos tudo no meu barracão, dentro dos dois cômodos. E estendi uma lona preta lá fora e fiz uma barraca lá fora, só o fogão que era do lado de fora, quando chovia não tinha como cozinhar. E eu fiquei aqui com meus dois netos e mais uns filhos morando aqui. Morria de medo, porque eu não tava acostumada com mato, tinha medo de cobra. E aparecia muita cobra coral, eles falam que não é a verdadeira. Mas Deus que sabe qual é a porque eu não quero saber qual a verdadeira e qual que é a falsa. Então foi assim e, e... Quando tirou lá, eu já tinha um filho, aí eu vim pra cá, e eu não pude ir porque eu não conhecia ninguém lá perto como é que eu ia deixar meus santos.

M.R.: E nesse dia que a senhora estava conversando com seu filho, que ele falou que lansã queria que a senhora viesse pra cá, vocês estavam conversando aqui ou foi em Belo Horizonte?

E.M.: Não, aqui, na cozinha, essa cozinha, que era aqui uma cozinha, um banheiro e um quarto. Ele tava aqui, eu vim pra cá. Aí ei comecei a panhar amor do lugar, entendeu? Aí quando você toma amor no lugar, vinha, plantar, pus uns franguinhos, umas galinhazinhas aqui, as vizinhas cuidavam dos bichos pra mim. Aí fim de semana eu, eu... No fim de semana... A gente ganhava umas cestas básicas lá do Cenarab, quarenta e oito cestas pra dividir, ficava quatro pro terreiro e as outras você podia dar pra quem cê quisesse, mas tudo registrado. Aí eu dava pra vizinha uma cesta todo mês, pra ela cuidar pra ela cuidar da minha, daqui... Ela limpava e varria. Não tinha nada aqui, não tinha nada. Tinha uma mesa grande e a gente dormia no chão com os colchonetes, chão, esteira... E ela [inaudível] pra mim também. Era assim, foi assim. Mas foi uma, um começo de vida assim,

sacrificante, mas gostosa que é pra você valorizar pra frente, que é o que eu faço hoje. Lá em Santa Efigênia, eu mesma construí o barracãozinho pra mim, [inaudível] compensado. Aí eu fiz um que, quando Pai Benedito ganhou o terreno, eu fiz um com três cômodos de compensado, uma salinha, que eu toda vida [inaudível] do interior né, então a gente gosta de uma salinha, uma mesinha forrada, uns banquinhos umas cadeirinhas. Não era banco, era caixote, tudo forradinho com esse xitão, isso aqui oh. E as cortinas, os colchões eram de saco de linhagem, a gente cortava os capins no mato e enchia os colchões de capim e forrava fazia lençol e colcha de saco, perna de calça jeans, um dia de folga, um domingo era ali oh, tomando meu cafezinho, fumando meu cigarrinho e fazendo meu, meu, as cobertas minhas, roupa pra eles na mão, era uma vida assim apertada, mas a gente era mais feliz do que hoje, era mais união sabe, minha filha. Porque hoje, o que tá acabando com a vida da população toda, chama-se é... tecnologia avançada, internet, computador, facebook. Esse trem, como é que chama? Whatsapp. Ninguém visita ninguém mais não. Isso aqui nó estamos fazendo é um bate papo, é uma entrevista, mas é um bate papo. Hoje morre todo mundo entalado, depressão, enfarto, colapso, por quê? Diabetes. Porque, isso expandiu, porque ninguém fala mais, ninguém mais conversa, ninguém põe mais nada pra fora. Hoje é só, é, é... Batendo ali, você tá ali na cozinha, eu tenho preguiça de levantar e te chamar, eu passo um zap pra você, você, você passa outro pra mim. Eu, eu não concordo com isso. Hoje uma criança vai pra escola, menino passa de ano cola sem saber ler direito, sem saber escrever direito, porque o computador dá tudo pronto, não tem respeito mais. As crianças hoje... Não to saindo da rota não tá gente. Mas as crianças hoje, os adolescentes, eles não respeitam mais ninguém não, porque hoje tudo o que eles querem, eles jogam no, no, nas redes sociais, eles vão mandando um recado ali, eles não [inaudível] do meu pai. Você põe uma mesa pro meninos almoçar, jantar, um domingo de tarde sentar numa porta. É que eu obrigo os meus, que vem agora, semana que vem, sábado e domingo, almoçar ficar comigo, dormir comigo. Eu obrigo eles a vir pra pelo menos resgatar um pouquinho daquilo que tá ficando pra trás. Ensino os meninos a fazerem boneco de pano, fazer roupinha de boneca, brinquedo. Conto história, jogar finca, fazer bolinha de gude, pular corda, gangorra, peteca... Você vê isso mais? Eu ensino eles a não perder essa tradição, porque nós somos quilombolas, nós não podemos perder essa tradição, nós temos que continuar nela. Porque hoje, você chega ali, eu tenho uma filha que eu entro na casa dela, eu entro tomo café, as vezes esquento comida, almoço, sento na frente da televisão e saio. Na hora que eu to vindo embora, aí eu ligo: “oi, tudo bem?”, “oh mãe, a senhora vai subir pra senhora jantar”, eu já entrei, já jantei, já tomei café, só não tomei banho e já to chegando em casa. “Aonde?”, “Na sua casa”. “Mas eu não vi, mas você não vai ver mesmo não uai, você só enxerga os números do, do celular”. Isso aí então, não tem mais isso, eu estranhei aqui em Santa Luzia, pelo seguinte quando eu mudei pra cá, aqui você passa na rua “bom dia”, os mais velhos né, “boa tarde”, traz um queijo, parte traz um pedacinho. Os evangélicos aqui são diferentes, eu vou passou ali “oh dona Efigênia, olha aqui, eu plantei, hoje to panhando uma mostarda, to levando pra senhora, a galinha deu muito ovo, não vai dar conta de chocar, vou dar a senhora”. Eu tenho que aprender isso, eu to tentando retribuir e aprender isso agora.

D.R.: No mundo rural é diferente...



E.M.: Você entendeu... Eu preciso aprender isso, mas graças a Deus eu to começando a aprender.

[interrupção]

E.M.: Entendeu? Então é isso que precisa no nosso meio. Agora, eu não me preocupo com a sua cor, eu não me preocupo com o que você faz pra você. Se você não tiver me prejudicando em nada, por mim você pode continuar fazendo o que você quiser. Agora, eu me preocupo comigo sim, e me preocupo com o futuro do, do povo. Eu preocupo com o futuro do povo, dos que estão crescendo agora pra frente. Eu preocupo, então agente tenta ver, que se você souber falar unir, não é falar bem não, que eu não falo, não pronuncio palavras direito. Mas se você souber pôr pra fora aquilo que você sente... Oh, a maioria de separação, a maioria de desunião, a maioria de crime é a falta de dialogo, né? Eu acho que é...

L.M.: O Mãe Efigênia, depois que a senhora tomar a agua aí.. É... o que que, assim, o que é que mudou mais.. Ou quais foram as mudanças que aconteceram com essa vinda do terreiro pra cá?

E.M.: olhas, o que mudou mais...

L.M.: Podem ser todas as mudanças...

E.M.: O que mudou muito a vinda do terreiro pra cá... Primeiro, foi muito triste pra mim, muito triste mesmo. Porque quase, quase não, quarenta e oito anos plantando uma arvore, plantando uma semente, e você ver aquela semente crescendo da maneira que você pode regar ela, e de repente eles te arrancam aquela árvore e joga nas costas e joga fora, eu me senti assim que eu... Eu não sei te explicar, o como que eu me senti nessa época. E, o terreiro, o que mudou também muito na minha vida, a separação dos meus, dos meus familiares que ficou totalmente separado. Eles lá no abrigo, voltaram pra Santa Efigênia, e eu fiquei aqui sozinha, diabética, pressão alta [inaudível]. Aí que eu adquiri uma diabetes que, aqui, eu, é o que eu falo pra você, foi a falta. Cheguei aqui, um ermo, aqui é um ermo, uma dificuldade de coletivo e de transporte, uma dificuldade com vizinho, mas não é dificuldade de desavença não, é porque não tem vizinho aqui, [eu não fui criada assim]. Dificuldade com meus filhos de santo virem pro terreiro, dificuldade em, em... como que fala. Financeiro também, caída muito grande que deu, muito grande. Porque lá, além de eu trabalhar, de eu atender, eu trabalhava também, e eu não dei conta mais de trabalhar agora. Aí os netos...

M.R.: A senhora trabalhava com o que la?

E.M.: Eu era diarista, lavava, passava roupa...

M.R.: E aqui a senhora não...

E.M.: Não tem jeito, como é que fazia? Porque aqui, até enquanto o ônibus parava na praça da estação era uma facilidade pra mim sair daqui, hoje para na estação São Gabriel, tem que pegar metrô, pegar não sei mais o que, eu faço uma confusão danada, aí eu prefiro ficar quieta aqui, se quando pedir, igual toda a terça feira eu desço lá pra Santa Efigênia aí eu desço pra lá...

[interrupção]

E.M.: Aí eu desço direto pra lá vem um filho de santo e me busca né, porque eu atendo toda a terça feira lá. E outra coisa, lá é, até o religioso dificultou um pouco, não pra os fundamentos de [inaudível], pros fundamentos foi bem melhor, bem mais fácil, porque é natureza e eles mexem com a natureza né. Bem mais força, mais facilidade pra mim trabalhar. Porque lá eu tinha que catar folha no mato, pegar agua nascente nas fontes. Aqui eu já tenho tudo. E outra coisa que dificultou muito pra mim, foi a... comunicar com as pessoas. Porque aqui não tinha internet, pôs agora essa semana, eu não sei nada que acontece lá fora. E é, a rua, a luz aqui tem dia que ascende, tem dia que não ascende a gente fica no escuro. Outra hora, pra fazer, igual a gente faz, eu faço umas caminhadas, não tem jeito de sair de noite, isso lá é muito mais fácil. Mas eu gosto muito daqui agora. Eu amo o Manzo, lá no Santa Efigênia. Eu amo aquilo tudo ali, mas aqui é onde eu encontrei meu espaço pra mim colocar minhas coisas. E lá agora também mesmo com a reforma não tem espaço pra mim pôr meus santos lá não. Tem não... [inaudível].

L.M.: A senhora considera que aqui é Manzo também?

E.M.: Aqui é Manzo, aqui é Manzo Nguzu, aqui é a filial de Belo Horizonte, lá do Manzo lá, aqui é filial.

D.R.: A senhora considera aqui então uma extensão do Manzo?

E.M.: É aqui é uma extensão do Manzo. Estamos mexendo com os documentos agora. Entendeu?

D.R.: Tá, deixa eu perguntar pra senhora uma coisa mais prática assim. Se, numa hipótese assim, se por uma acaso, a prefeitura devolvesse pra você, o Estado né, desse pra você um terreno, mais ampliado, o terreiro voltaria pra lá, ou a senhora pretende ficar aqui pra sempre?

E.M.: Eu sinceramente, se a prefeitura me desse um terreno mais ampliado, eu voltaria...

D.R.: A senhora voltaria com o seu, com os seus sagrados tudo pra lá?

E.M.: É um caso a pensar pra ver, saber do santo se o santo aceita, então. Mas a minha vontade seria de voltar pra lá.

D.R.: Então se a gente, no nosso texto lá que a gente tá escrevendo, se a gente falar que, é... apesar de tudo isso que aconteceu né, a gente pode pensar que então, que aqui também faz parte de Manzo?

E.M.: É aqui vai ser registrado como a filial de Manzo. Já tá caminhando pra fazer isso.

D.R.: Você fala no documento, a documentação..

E.M.: É a documentação é...

D.R.: É porque a gente tá tentando entender um pouco, né Laura, porque a gente... quando a gente vai fazer, por exemplo, as fichas de inventário, né, vai fazer o inventário da comunidade, tem um



parte que fala assim “vamos descrever o lugar”, só que lá não acontece mais o que acontece aqui né, então a gente não consegue descrever lá, então a gente agora, nós vamos ter que ampliar o pensamento, e pensar aqui como uma extensão daquele lugar...

L.M.: É porque da forma como está lá agora, não é a forma ideal né, porque foi destruído tudo o que, né assim...

E.M.: É, lá não tem quatro santos não, lá não tem camarinha. Vamos levantar a banheira de tempo, lá já tem a bandeira de tempo que não pode arriar, mas lá ficou o terreiro, lá eu vou tocar, eu toco lá, de vez em quando eu toco lá. Só não faz o santo lá, mas toca lá, eu toco lá.

D.R.: Toca, toca...

E.M.: Toco, toco, duas sessões lá. Eu não posso deixar fechar, ali eu não posso fechar. Não pode, não pode arriar aquela bandeira.

D.R.: Então esse daqui, esse terreiro aqui ele é como se fosse uma parte de lá.

E.M.: É, é... Não, como se fosse não, é uma parte de lá. Você entendeu, é uma parte de lá.

D.R.: Mas a senhora continua lá como uma forma se resistência ou continua lá porque lá é um lugar sagrado?

E.M.: Não, ali é as duas coisas. É uma forma de... É a resistência, e é um sagrado. Ali eu peguei uma vez, e trouxe pra cá. Mas lá, ali é a pedra fundamental do Manzo, e aqui é filial do Manzo. Você entendeu?

D.R.: Eu to entendendo, eu to querendo pensar assim, que na parte burocrática aqui, na hora que a gente vai escrever, a gente é... Então por exemplo se eu descrever, é, to falando assim “ficha de inventário da comunidade Manzo”, é... aí a gente vai descrever “no espaço tal, Santa Efigênia tem isso, isso e isso, e na extensão dele que está na região de Santa Luzia tem isso e isso e isso”. Eu posso considerar que é uma coisa só?

E.M.: Pode, pode considerar que é uma coisa só. Eu não sei como é que você tá falando...

D.R.: Eu só quero entender se, por exemplo, no mundo sobrenatural aqui onde estão os espíritos....

E.M.: Aaah.... não, é. É, aqui é o espaço, aqui é... É com se, é o que, te explicar. É uma comparação que não tem nada a ver. Ali tem uma igreja evangélica, vamos supor, do... A igreja não sei o que da Lagoinha... Como é que chama aquela igreja? Batista da Lagoinha. Aqui já tem varias igrejas Batista da Lagoinha que já é, é... Como é que fala...

D.R.: Filial.

E.M.: Filial de lá. As Casas Bahia lá, aqui em Santa Luzia, tem as Casas Bahia... Você entendeu?

D.R.: To entendendo sim. É porque como a gente vai pensar numa dimensão de território, nós estamos falando de um território específico, né. Então a gente vai ter que pensar como que a gente

vai dizer que isso aqui faz parte daquela território lá. Eu não to registrando só aquele pedaço do Santa Efigênia, a gente tem que registrar... Trazer essa dimensão daqui também entendeu?

E.M.: Entendi como é que é.

D.R.: Como se fosse um braço né, de lá.

E.M.: Isso, isso, é...

D.R.: A cabeça é o Manzo.

E.M.: É o Manzo, isso mesmo. Isso mesmo.

D.R.: Que foi o que aconteceu, não porque vocês quiseram né, mas...

E.M.: Não, não, não foi não. Por mim eu estaria lá no Santa Efigênia até hoje, por mim eu estaria lá. Mas por força maior, da natureza, do povo, seres humanos da terra, eu vim para aqui. Aqui eu não tenho recurso nenhum, nenhum. Eu não tenho recurso nenhum. Então eu, eu, lá no Santa Efigênia eu ainda tinha um recurso, lá a gente distribuía lá, com é que chama? Dentro de vários órgãos, pra ajudar num pão, ajudar na marmitta, hoje não tem movimento aqui hoje, porque, [inaudível] pra, pra Santa Efigênia, né. Mas quando chega fim de semana, quarta feira isso aqui fica assim de menino da casa, é cada um fazendo uma função os que não trabalham ou que tem uma folga vem, fim de semana eles vem. Aí eu já falo, o gente traz um pão, traz um trem pro cês ajudar aqui se não não dou conta não. E quase 200 filhos de santo, 198 filhos de santo na casa.

D.R.: Entendi. E quando eles falam que vem pra cá, eles falam que estão indo pro Manzo ou não?

E.M.: “Nós tamo indo pro Manzo”, aí eu pergunto: “Qual Manzo?”, Santa Luzia ou Santa Efigênia, aí eles falam: “tamo indo pra Santa Luzia”, aí alguém que tem carro traz meus filhos. Quando eu assentei aquele [fundamento] ali, meu pai disse assim: “hoje está nascendo a filial de Manzo Nguzo Kaiango, é, Manzo Nguzo Kaiango, é a filial”. É o Manzo dois né, o Manzo dois. Quem vê assim pensa: “nossa, você vai dar conta de dois terreiros”, “ah, dou eu sou forte”.

L.M.: E as festas mãe Efigênia, elas continuam acontecendo lá, ou acontecem aqui também?

E.M.: Nos dois lugares, igual agora eu vou fazer a festa de Cosme.

L.M.: Festa, ah de Cosme né?

E.M.: É, aí eu vou fazer lá a de Cosme lá, por causa do projeto que tá renascendo, pra Cosme abençoar.

L.M.: O Kizomba?



E.M.: O Kizomba tá renascendo graças a Deus, faz tanto tempo que nós estamos tentando reestruturar a festa...

L.M.: Já tem data a festa:

E.M.: Não, eu não pus a data ainda não, que eu tenho que ver com meu pai que eu tenho que fazer depois do meu pai de santo, eu vou ligar pra ele pra saber a data direitinho, e aí eu peço a Cassia pra... Porque a Cassia que resolve essas partes todas burocráticas da casa, entendeu?

D.R.: Então as festas podem acontecer tanto aqui quanto lá?

E.M.: Tanto aqui quanto lá. aí costuma fazer aqui e lá também. Eu não consigo desligar.

D.R.: É porque não tem essa separação simbólica né, só física...

E.M.: A festa de Pai Benedito é o ultimo sábado, ultimo domingo de maio, todo mundo... Essa já virou patrimônio da cidade, festa de Pai Benedito, junta gente de mais. De Baloaiê eu faço aqui, ela vai, ela aqui tem de 10 até 25 de agosto, a de Cosme é agora mês que vem, faço no inicio de outubro. Iansã em novembro. Dezembro é as Inquissianas, as festas das Inquissianas da casa, todas as santas mulheres, as inquissianas, eu to falando pra vocês [inaudível]. Todas as inquissianas são: Iansã, Oxum, Iemanjá, Eoá, Eoá não, Eoá é do ketu... ,é Nzinga Lumbondo as santas mulheres da casa, Nzumba, todas as santas mulheres da região. E, janeiro é abertura, aí eu faço as águas de Oxalá, em janeiro, início de janeiro eu faço as águas de oxalá, é muito bonita...

D.R.: Faz aqui ou lá...

E.M.: Aqui.

D.R.: Tem água perto aqui?

E.M.: Tem, não é longe não, mas fácil que lá em BH, porque BH não tem onde você pegar a água. Nós, que temos nossa religião de matriz africana, a gente trabalha e a gente precisa da natureza, preservar a natureza, o meio ambiente. Eu brigo demais por causa do meio ambiente, por que: nós precisamos da água, nós precisamos das ervas, das folhas, nós precisamos da raiz. A água que nós chama de amaza, a agua é amaza, as folhas é nsaba, e as raízes a natureza, nós precisamos do meio ambiente, da terra fresca. Então quando a gente vê um fogo [inaudível], se der tempo da gente jogar a terra, fazer alguma coisa pra apagar, dependendo do lugar, a gente apaga, por que a hora que acabar isso acabou nossa religião. Entendeu, nós mexemos é com a natureza, porque não é magia, magia é que mexe com as outras coisas. A religião de matriz africana você mexe é com a natureza. Então, você faz uma benzeção, você faz [inaudível], você faz um banho, [inaudível].

D.R.: A senhora tem muito conhecimento das plantas? Das ervas, e pra quê que elas servem...

E.M.: Oh filha, eu sou bisneta de escravos, então minha família toda a gente mexe com as ervas. Eu dei um curso lá na UFMG, sobre é... A religião de matriz africana, mas eu falei muito sobre as ervas, sobre folhas, por que eu benzo.

D.R.: A senhora é benzedeira?

E.M.: Benzo, sou benzedeira. Eu benzo e eu preciso das minhas folhas. Nossa eu fico doida porque é, tem dois anos atrás, não tinha como molhar as plantas aqui. A copasa vinha correndo com carro pelas áreas rurais aqui, a gente pagava muita se eles vissem a terra molhada ou vissem a gente regando a terra, as plantas. Então foi muito difícil pra mim. Aí eu pegava as águas de pia, de tanque, e botava [inaudível] aí quando estava começando a escurecer e esfriar o sol, aí eu molhava, de manhã ou a tarde, porque durante a noite, o sereno queima a planta se ela tiver seca, o sol não queima, o sereno queima, se a terra tiver molhada o sol não queima. Então é muita coisa, e nós estamos precisando, e se acabar isso eu não sei como é que nós vamos fazer, que nós não trabalha sem isso.

D.R.: A senhora benze, a senhora invoca qual santo?

E.M.: Ah, na hora da benzeção? Tem as rezas, pra cada caso é um caso. Mal olhado, vento virado, cobreiro, espinhela caída, dor de dente, a gente... dor de cabeça de sol, tem a dor de cabeça de sol, aí você descobre se a dor que você está, o seu problema se é um problema espiritual, se é clínico, entendeu? Tem coisa clínica que a gente ainda faz alguma coisa, eu gosto muito de mexer com comida, com, com, eu adoro desafio. (risos) Eu gosto, problema vital, eu gosto muito quando tem pessoas que chega assim com problema vital, se é espiritual eu gosto de mexer. Eu gosto de mexer com coisas que, se é trabalho, pode me dar trabalho isso que eu gosto de fazer. E criança, nó... [inaudível] sexta feira, eu costume nem ter hora de almoço, eu não tenho problema com esses trem não. Eu gosto aguamento, eu benzo também.

M.R.: O que é que é aguamento?

E.M.: Menino aguado, eu gosto também.

L.M.: E a senhora aprendeu a benzeção foi quando?

E.M.: Com minha vó.

L.M.: Com a vó da senhora, lá em Ouro Preto?

E.M.: Lá em Ouro Preto. Eu era menina e costumava ficar agarrada na minha vó pra ela me ensinar a benzer. Minha vó chamava Efigênia também. Minha mãe, aí minha mãe aprendeu, e eu aprendi, só eu por que meus irmão não quis aprender. Mas, acho que eu já vim mesmo com essa missão né. Aí eu aprendi a benzer.

L.M.: E os filhos da senhora, querem aprender?

E.M.: Já tem um que já benze, o mais velho. O mais velho já benze, o mais velho tá com 53, vai fazer 54 anos, ele já benze. Agora a abaixo do mais velho também já começou a aprender benzer, ela começou [inaudível], e eu gosto de ensinar. Que eu vou embora, mas eu quero deixar alguém



segurando, levantando minha bandeira. Eu já tenho um bisneto que é [inaudível]. Bisnetos tenho 10 anos já, e o outro vai fazer 6 agora em dezembro. E eu gosto porque eles se interessam, você entendeu? Eles se interessam com aquela coisa, e eles tem muito respeito com as entidades, eles respeitam os valores, abaixam a cabeça, respeitam. Não é medo, nem por pavor neles não, é ensinar que Deus existe e também os orixás existem. Muito importante. Tem determinada coisa que não pode comer eles não comem, eu faço as vezes [inaudível] e ponho ali: “oh vó é por santo?”, “É, é pro santo.”, e aí ninguém mexe, mas o seus tá lá separado, é muito importante você aprender. Eu tenho neto de 3 anos, fez 4 agora, ele fala o dialeto assim pra você até melhor do que eu. Ele fala tudo sobre orixás, o Luan, fala sobre orixás, fala sobre origem. Eu fico assim: “gente, cês não podem deixar esse menino fazer isso não, por que ele é muito novo e lá na escola ao invés dele aprender a ler escrever ele tá falando sobre religião, não pode”. Eu tenho medo de entrar muito na cabeça deles, na mesma hora eu já penso, mas se for católico, igreja evangélica os meninos tudo frequenta a igreja, né. Mas você me falou da, do mapeamento não... Como é que fala?

L.M.: De registro?

E.M.: Do registro, é... Aí você acha que atrapalha alguma coisa eu fazer esse vínculo do Manzo...

D.R.: Não, eu acho que melhora.

L.M.: É melhor

D.R.: Porque como a gente tá, que a gente explicou, essa coisa de fazer o registro numa esfera estadual, a gente dizer que gente dizer que tem uma expansão que vai pra além de Belo Horizonte, provavelmente á um, um... É mais uma questão pra gente dizer que vocês tem uma importância estadual, não tá só em Belo Horizonte. Não que isso fosse ser definidor, mas ajuda a gente a construir o argumento de que vocês estão já numa dimensão que é para além de Belo Horizonte também né.

L.M.: Além da cidade.

E.M.: Ah, então tá bom. Eu falei pronto: “agora vou atrapalhar [inaudível] pra melhorar...

D.R.: Não, mas melhora. É porque assim, a gente tá querendo alcançar o que for possível né, por exemplo, se lá é importante e aqui também, então a gente, no registro, a gente tem que por essas duas dimensões. É porque no município a gente não viu né, essa dimensão daqui, por exemplo aí não apareceu...

L.M.: Não aparece muito.

D.R.: É, não aparece muito, então é importante a gente pontuar.

E.M.: É aqui foi o socorro que e tive, porque se não eu ia deixar descer tudo por água abaixo, foi o socorro que eu tive aqui em Santa Luzia. Então aqui tá difícil porque aqui não tem as condições, que hoje o Manzo do Santa Efigênia tá tendo, tá ficando uma gracinha lá, mas ainda pra mim, ainda não é o suficiente porque eu quero ainda que eles me fala porque que fez [inaudível]. Mas o espaço que

eu gosto, quero agradecer muito depois que tiver pronto a gente vai fazer um toque especial lá, fazer uma fez pros orixás, pro inquissianas lá, de pai Benedito também vou fazer, agradecendo porque não é, isso não é pra qualquer um. Isso que aconteceu agora, minha filha, foi, é milagre, muita fé, muita resistência. Muita mesmo, muita. Eu, o dia que eu tava tento encontro lá na assembleia, um dos primeiros, é uma reunião que teve lá na assembleia, falando de Manzo, foi várias e várias reuniões lá na assembleia. Aí eu falei: “ah eu to cansada disso, não tá resolvendo nada, não vou mais não”, aí me deu aquela coisa e eu falei “ah eu vou sim”. Aí eu fui cheguei um pouquinho atrasada aí tava todo mundo falando, tava lá vários é... secretário de não sei o que, secretário de não sei o que, aquela coisa toda, aí chegou, apareceu: “a senhora quer falar?”, falei: “não, não quero falar não”. A minha filha já tinha falado, eu ia falar a mesma coisa, não faz sentido, né. Aí eu peguei, tinha um frei, até pastor tinha falando a meu favor, aí eu falei “aah”. Aí o frei levantou e falou assim: “eu posso falar minha mãe”. Eu assustei falei: “ih, é agora acabou, agora esse trem vai acabar comigo”, eu falei: “pode sim senhor”. Aí ele começou: “Eu quero dar uma palavrinha”, e falou muito a nosso favor lá de Manzo, “eu quero dar uma palavrinha pequena, essa palavra pequena, eu quero falar sobre essa senhora, tem dois anos que eu estou procurando uma mãe de santo, eu estou escrevendo um livro sobre todas as religiões: domênica, budista, não sei o que, não sei o que... Mas está faltando fechar do candomblé”. Aí eles perguntaram porquê. “Porque agora que eu encontrei a pessoa certa pra fechar o meu livro de duas mil páginas: uma mulher negra, de pé no chão, cabeça erguida”, até emociono quando eu lembro disso, “lutando pra defender o seu povo”. Aí já foi mais uma força que me deram né, mas eu lutei... É Aurea que você chama?

L.M: Laura.

E.M.: Laura, você é [inaudível]. Laura eu enfrentei eles sem nenhuma esperança de vencer, mas hoje você pode ver a contra força, tenho resistência que eu sou resistente e eu vou lutar enquanto e estiver aqui, contra tudo e contra todos pra mim ficar, ir embora falando assim: “fui embora derrotada”, pelo menos um pouquinho eu conseguia enxergar né, um pouquinho.

D.R.: Deixa eu perguntar uma coisa pra senhora: Os seus filhos eles são todos de Belo Horizonte, ou tem, a senhora tem filhos de outros lugares da Minas Gerais?

E.M.: Não, todos nascidos em Belo Horizonte.

D.R.: Mas eles são, os seus filhos de santo que eu to falando assim.

E.M.: Ah, de santo...

D.R.: É...

E.M.: Nossa senhora, (risos). Eu tenho filho em Divinópolis, eu tenho filho em Montes Claros, tenho filho em, na Suíça, eu tenho filho em Vitória, tenho filho em Coronel Fabriciano, tenho filho em, João



Monlevade, Salvador é... Porto Seguro... Deixa eu ver mais, Belo Horizonte eu tenho, em Juatuba... Agora eu vou lembrando desses, Juatuba, Contagem...

D.R.: É muito filho né...

E.M.: Ah, tem filho lá no Manaus....

D.R.: Nossa, longe...

E.M.: O da Suíça é mais longe (risos). O da Suíça teve aqui semana passada agora, ele vem duas ou três vezes no ano, aí vem cá, veio ele com a família. E aí vem uma vez no ano pra tomar obrigação de santo. Aí dessa vez agora ele veio trazendo a família pra passear, mas volta no final do ano. É o que é mais grudado em mim, você acredita? Mora tão longe, mas o que é mais grudado em mim é esse.

D.R.: Então o Manzo também é frequentado por gente do estado todo né?

E.M.: É uai, mas você vai ver, o Manzo é a pedra fundamental, nasceu ali. Que eu tô aqui, aqui, que foi quando tiraram [inaudível] lá que nós viemos pra cá. Mas eu fiquei muito tempo sem tocar aqui, eu não tinha estrutura pra tocar aqui, estrutura. Isso aqui era um terreno, de terra, aberto. Aí eu comecei a tocar num espaço aberto sem teto, sem nada. Então aí nós começamos a fazer o seguinte: rifa, fazia caldo, fazia umas coisas entre nós mesmo. Aí vinha um cliente e dava um saco de cimento, vinha outro e dava um tijolo, vinha outro e dava telha. E aí a gente... Isso aqui oh, essas tábuas aí foi pega na caçamba, essas tábuas das janelas, das portas, foi um menino da [inaudível] que fez isso aqui. Aí eles pegavam tirava, aquela casa de [inaudível] que você passou, a casa de barro, vou te mostrar a casa de pau a pique.

D.R.: É, eu queria que a senhora explicasse pra gente como é que funciona...

E.M.: Eu vou te mostrar você. A pau a pique virava de noite aqui óh, a noite inteira, e sem cachaçada, sem briga, sem nada, eu falava: "não pode brigar, não pode, o meu negócio é amor, é união".

D.R.: Quem é que fez o pau a pique? A senhora?

E.M.: Pau a pique? Veio um menino ensinar aqui. Lá de Conceição do Mato Dentro, lá da Serra do Cipó. Então o pessoal da Serra do Cipó de vez enquanto vem aqui, traz o cipó, agora que nós demos uma parada porque, os filhos ficaram todos com as obrigações de santo, e eu não tinha camarinha aqui. Aí eu tive que improvisar uma camarinha, pra dar as obrigações dos filhos. 14, 21 anos, 30 anos de santo, e não pode acabar, mas eu não tinha lugar pra dar, aí eu tive que improvisar correndo aqui pra fazer as obrigações. E essa casa, e aqui não cabe, dia de toque aqui não cabe, não cabe. Aí eu deixo espaço aqui não tem lugar pra você fazer nada aqui, dia de toque até, todo mundo vem, os assistentes tem que ficar lá fora vendo da janela. E eu preciso de expandir isso aqui, aqui dentro, não sei se eu abro... Eu vou ter que abrir pra lá, porque pra cá é barranco, então eu tenho que abrir pra lá. Tô esperando agora, eles vão fazer um samba agora mês que vem pra, beneficente, vão fazer uma feijoada aqui, tem que ser lá fora, não pode fazer samba aqui, por causa de bebida vai cair aqui dentro, não pode né. Aonde não sei não, a gente fecha a rua ali também e faz o samba lá na rua. E

[inaudível], beneficente pra gente abrir mais, tem que ter estrutura pra acomodar o povo a gente precisa de... Aqui não tem nada, não tem cadeira, não tem mesa, não tem nada, vasilhame, minhas panelas lá do Santa Efigênia eu trouxe pra cá, porque lá não tava funcionando, agora vou ter que dividir porque lá já tem um fogão tem tudo, e lá tem muitas festas, nossas festas a maioria são tudo lá, projeto, reunião, vem muita gente de fora pras reuniões lá me casa, e o toque, que eu toco uma vez por mês lá no Santa Efigênia. Porque não pode acabar com isso.

M.R.: Deixa eu perguntar uma coisa pra senhora...

E.M.: Até que enfim né (risos), você fala muito...

M.R.: Eu falo de mais né... Aqui em Manzo a umbanda e o candomblé convivem?

E. M.: É...

M.R.: E como que é essa convivência?

E.M.: É assim, eu toco... Eu amo a umbanda, sou apaixonada com a umbanda, porque eu me iniciei tudo na umbanda, com o meu Preto Velho, Caboclo e o Exu Paredão, então eu toco a umbanda uma vez no mês e toco candomblé uma vez no mês. Esses meses agora, porque durante o mês de agosto, eu faço, eu tenho um ritual, nós temos um ritual aqui que chama Nboroci de Kavungo, Nboroci de Obaluaiê, Nboroci é uma reza, toda a segunda feira. Aí eu tenho que preparar a casa de manhã pra tocar de noite. A gente abre [inaudível] do obaluaiê [inaudível], as pipocas é aberta na do mar. Não põe óleo, põe areia na panela, põe pra esquentar aí os milhos vão estourando, a gente peneira e volta com ela... E é um balaio de todo o tamanho de pipoca, a gente não pode [inaudível]. O mês de agosto é preceito, sem sexo, bebida alcoólica, de branco! Entrou do portão pra dentro todo mundo descalço, os filhos de santo, agora os clientes [inaudível]. Aí tem... quanto chega no final desse, são todas as segundas feiras, no final dessa festa, no final do mês ou no meio do mês, a gente faz a Cucuana, Cucuana é uma , um ritual que faz pra festa de Obaluaiê, é todo o mês de agosto. E em julho, julho.... Junho, tem a fogueira de [inaudível], é a fogueira de Xangô, tem que fazer esse ritual também. Aí setembro tem Cosmo, e por aí vai. Aí vem inquissianas, vem a festa do caboclo e aí a gente tem que... A gente fala festa, mas eu não falo festa, eu falo uma homenagem, um agradecimento, porque a gente pede eles tanto, e eles te atendem e é tão pouco que a gente tem pra oferecer, é muito pouco. E eu falo pros meus filhos de santo: "ah mas...não, nós temos tão pouco pra doar, e nós recebemos tanto deles". E eu acho que nós temos mais é que agradecer. Então, é... a umbanda eu toco ela aqui uma vez no mês, aí passa 15 dias e eu toco candomblé. E lá na Santa Efigênia eu toco mais umbanda do que candomblé, porque lá o terreiro é do pai Benedito, mas eu toco candomblé um vez por mês também lá.

M.R.: Lá né...

E.M.: Lá. Lá é mais fácil pra tocar. Pra tocar, porque lá é mais central, não tem problema com transporte, e aqui já tem problema com o transporte, aqui é mais difícil pra tocar. Mas eu toco, e a



casa fica cheia, fica quase lá daquele calçamento, até na outra esquina, de gente, de carro, a casa fica lotada.

D.R.: Acho que, é isso né... Você queriam mais....

L.M.: Eu queria só perguntar mais uma coisa. Aí o... porque a senhora vindo aqui, e os ensinamentos assim dos fundamentos e etc, como é que a senhora faz pra, assim pro pessoal que tá lá em Manzo, ficam mais difícil acompanhar né?

E.M.: Não...

L.M.: Não atrapalha não?

E.M.: Eles vem pra cá, nós vamos pra lá. As vezes, a gente, aqui é muito, muito organizado em escola. Fica muito difícil, muito difícil, mas a gente vai pra lá, eles vem pra cá. Quando é toque lá, nós vamos todo mundo pra lá, quando é toque aqui vem todo mundo pra cá. Muitos não tem condição porque tem menino, tem passagem cara, não tem carro, aí não vem. Aí eu vou, quando chega no próximo toque eles acompanham lá também. E você não sabe a maior: todo o toque que tem aqui, aqui, todo toque que tem aqui, toma uns banhos na hora que chega todo mundo, banho de descarrego de rua, toma um banho, toma um banho de erva, de limpeza de erva, toma café normal, almoço, aí tem o ritual, no intervalo dá alguma coisa pra comer porque é longe e dá fome. Aí toca depois que termina o toque, aí janta todo mundo [inaudível]. É um gasto, mas é gostoso. E lá em Manzo eu só dou um lanche de manhã, às vezes, eu começo o toque 2 horas lá no Santa Efigênia, aí já almoçaram, tomaram café só janta. Eu faço uma canjiquinha, faço um caldo, faço uma vaca atolada, aí pra abastecer né. Ah, tem que ser minha filha, eles tem que comer comida forte, porque se não (risos)... Eu faço muita canjiquinha com suã, canjiquinha com costela, vaca atolada, feijão gordo, adoro feijão gordo. Eu tenho um feijão gordo que eu faço com tudo dentro. E um arroz bem branquinho e um vinagrete, ou então uma saladinha. Ah, mas eles comem tudo, comem mesmo. Graças a Deus. E não pode sair com fome de candomblé, não pode, chegou tem que comer, nós vão fazer um lanche daqui a pouco...

D.R.: A gente agradece muito.

E.M.: Eu que agradeço.

D.R.: E aí se a gente tiver alguma duvida a gente pede socorro pelo telefone.

L.M.: Posso ligar pra senhora.

E.M.: Pode, pode ligar pra mim, eu e Cássia. [inaudível] Se tiver dificuldade pode falar com ela... A gente somos muitas parecidas.

L.M.: Inclusive fisicamente, a gente tava comentando.

D.R.: Porque parece que a Cássia parece...

E.M.: Todo mundo fala, todo mundo fala...



D.R.: Muito parecidas.

E.M.: Até o jeito, o gênio, o jeito de ser.

D.R.: Até o jeitinho de falar...

E.M.: A gente é muito, como é que fala, persistente. Então quando o trem é difícil é que mais a gente quer. (risos) [inaudível] Ela é muito parecida comigo, muito mesmo. A outra já é um pouco diferente, a outra é mais tranquila, mais tranquila sabe, mas eu também sou muito tranquila. Então vocês querem olhar tudo agora... podemos.

((Fim da Transcrição))



